

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ALEX GOMES DA SILVA

**GILBERTO FREYRE E O LEGADO LUSO-HISPÂNICO:
UMA CONSTRUÇÃO NO PÓS-GUERRA.**

(Versão Corrigida)

**Orientadora: Prof^a Dr^a Elizabeth
Cancelli**

SÃO PAULO
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTORIA SOCIAL

ALEX GOMES DA SILVA

**GILBERTO FREYRE E O LEGADO LUSO-HISPÂNICO:
UMA CONSTRUÇÃO NO PÓS-GUERRA.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de doutor em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elizabeth Cancelli

De Acordo:



SÃO PAULO
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Sg Silva, Alex Gomes
Gilberto Freyre e o legado luso-hispânico: uma construção no pós-guerra. / Alex Gomes Silva ; orientadora Elizabeth Cancelli. - São Paulo, 2016. 327 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Gilberto Freyre. 2. Iberismo. 3. lusotropicalismo. 4. hispanismo. 5. pós-guerra. I. Cancelli, Elizabeth, orient. II. Título.

Nome: SILVA, Alex Gomes da

Título: Gilberto Freyre e o legado luso-hispânico: uma construção no pós-guerra.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de doutor em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elizabeth Cancelli

Aprovado em: 30 de setembro de 2016

Banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Cancelli

Instituição: FFLCH – USP

Assinatura_____

Prof.^a Dr.^a Maria Helena Rolim Capelato

Instituição: FFLCH – USP

Assinatura_____

Prof.^a Dr.^a Maria Stella Martins Bresciani

Instituição: UNICAMP

Assinatura_____

Prof.^a Dr.^a: Virginia Célia Camilotti

Instituição: UNIMEP

Assinatura_____

Prof.^a Dr.^a: Ruth Maria Chittó Gauer

Instituição: PUC-RS

Assinatura_____

Agradecimentos

Durante o período de execução deste trabalho, contei com o apoio e a solidariedade de pessoas e de instituições, sem os quais os eventuais méritos que o mesmo possa auferir não poderiam sequer ser cogitados. As palavras que se seguem procuram, portanto, fazer jus a todos que participaram do processo de construção desta pesquisa. E, nisso, pouco importa se a presença se deu na “saída” ou na “chegada”. Como bem o disse Guimarães Rosa, as coisas de fato acontecem “no meio da travessia”.

Desse modo, serei sempre imensamente grato à professora Elizabeth Cancelli. Suas lições transformaram-se em ensinamentos que transbordaram o espaço acadêmico. De maneira compromissada, sincera e responsável, sua orientação criou condições que resultaram na construção de saberes que são importantes para toda a vida. Sua presença decisiva, portanto, se faz presente em cada um dos pontos que, nesta pesquisa, possam ser avaliados positivamente.

No que diz respeito ao apoio financeiro, deixo aqui meus registros ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos concedida, sem a qual não seria possível reunir os aportes materiais essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Nesse rumo, gostaria de agradecer às senhoras Manuela de Fátima Silvério Orvalho Ferreira e Manuela Bernardo, funcionárias do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de Lisboa, por terem acolhido com desmedida atenção minhas visitas e constantes solicitações de cópias de documentos. Estes, sem sombra de dúvida, foram de extrema importância para o trabalho com questões

elencadas pela pesquisa, inclusive aquelas que foram expostas e indicadas pelas professoras que compuseram a banca examinadora do exame de qualificação, Maria Stella Bresciani e Maria Helena Rolim Capelato. A estas, agradeço pela formulação de observações e de avaliações que, resultando de uma análise lúcida e sistemática sobre o texto apresentado, foram ao encontro do objetivo de conferir rigor ao tema proposto à análise.

Na Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, deparei-me com a auspiciosa acolhida do Senhor Marcondes Luiz Gusmão de Oliveira. De maneira paciente, auxiliou-me na organização de documentos e no manuseio das máquinas destinadas à leitura de microfimes. Por essa e por outras, como as conversas que tivemos durante as pausas, agradeço ao eminente recifense. Que os ares da “Veneza brasileira” conservem essa sua disposição para auxiliar estudantes que, como eu, dedicam parte da vida à cata de informações em arquivos. Obrigado.

À Senhora Jamille Barbosa, gerente editorial e de acervos da Fundação Gilberto Freyre, agradeço pela atenção dispensada no sentido atender prontamente minhas solicitações, que quase sempre resultaram na recolha de documentação indispensável para o tratamento positivo de questões levantadas pela pesquisa.

Aos colegas de orientação, agradeço pelas ocasiões nas quais se dispuseram a ouvir e a apresentar pareceres que culminaram na revisão de pontos que integraram a ideia primeira apresentada no projeto de pesquisa. A vocês, Gustavo Mesquita, Ângela Teixeira, Wanderson Chaves, Aruã Lima, Júlio Catai, Renata Meirelles, Pâmela Almeida, Diego Penholato e Jéssica Burgos, meus agradecimentos. Em especial, gostaria de reforçar minha dívida com o Gustavo. A indicação de arquivos e a

familiaridade com o estudo da obra de Gilberto Freyre o transformaram em interlocutor desta pesquisa. Obrigado por todo apoio.

Meus agradecimentos a todos aqueles que, fora do espaço acadêmico, fizeram de alguns momentos oportunidades para atenuar os percalços, as noites em claro e as angústias que por vezes insistem em acompanhar o período de desenvolvimento de uma tese. São vários os nomes. Desse modo, primeiramente, deixo aqui um agradecimento geral a todos os amigos e familiares. Mas, por força do sentimento, destaco, entre os amigos, os nomes de Andreson Dutra, Cirlene Pereira, Leila Alves e Everton Santos. Ciosos de minha felicidade, e esse é um movimento recíproco, procuraram transformar pequenos gestos e momentos em lembranças que, na caminhada do tempo, serão os elos a nos unir com uma época boa de nossas vidas. Obrigado, meus amigos.

Aos amigos Marcelo Pereira (Marceleza) e Rodrigo Oliveira (Tufão), obrigado por continuarem acreditando em mim, sobretudo no que diz respeito a nossa amizade. Iniciaram comigo, lá na época da Graduação, um processo que, hoje, longe de encontrar um fim, aviva ainda mais os nossos laços. Não haverá fim. Assim como não o haverá em relação ao carinho que sinto por vocês. Estarão comigo sempre que invocar os melhores momentos que marcaram meus primeiros passos nessa jornada.

Dona Licor, “Seu” Pedro, Edmilson, Arnaldo, Aldeci, Elsa, Jeferson, Kaline, Aldeni, Henrique e Sofia, a vocês, agradeço por me “agregarem” a um quadro familiar cujos elementos de ordem residem no apreço ao respeito, à solidariedade, ao afeto e às conquistas pelo trabalho. Todos esses valores passaram, em aprendizado, a fazer parte de minha vida. Simplesmente, obrigado.

Ao meu amigo Raphael Nascimento, irmão e parceiro, agradeço pela confiança depositada. Confiança essa que não parte de uma apreciação de resultados, mas que valoriza escolhas e respeita as diferenças. Percebo, com ele, que não existem limites e diferenças que possam frear a construção de uma verdadeira amizade. Estamos juntos, meu “brother”. Obrigado também por, junto com a Ka, trazer luz à família. Bernardo, meu afilhado, e Manuella, a pequena estrela, recebam os meus cumprimentos como um abraço fraterno.

À minha família, não caberiam adjetivos que pudessem traduzir todo ao amor e carinho que sinto. Meus irmãos, Alesson e Alcione, dividiram comigo um ambiente quase sempre dominado pela palavra “superação”. Crescemos, nos tornamos responsáveis e, hoje, mais maduros, enxergamos que épocas de desespero foram essenciais para definir nosso caráter, nossa retidão frente aos problemas que a vida nos impõe. Obrigado, meus queridos irmãos, por partilharem comigo vossas vidas. Amo vocês.

A você, minha mãe, dona Cícera, agradeço por tudo. Nunca irei esquecer-me de todo amor, afeto e apoio. Devo à senhora tudo que sou hoje. Minhas conquistas, meu caráter e os valores que cultivo são todos resultados de sua materna, fraterna e ditosa educação. Carregarei comigo os seus ensinamentos por toda a vida. Obrigado por confiar em mim e por apostar todos os seus recursos em minha formação. Espero que o inominável amor que lhe dedico possa ser percebido como uma forma singela de agradecimento, não apenas por trazer-me à vida, mas por criar condições para que nela pudesse viver e seguir com dignidade.

À minha adorada amada, Cleonice Ferreira, agradeço por inundar-me de força, por amparar os meus anseios e por fazer com que se conserve em mim a “nostalgia das

coisas inocentes”. Interlocutora, ouvinte atenta e companheira, tornou tenros e amenos os dias de dedicação à escrita deste trabalho. Ao seu lado, no percurso desta pesquisa, passei ao largo do conflito de ideias que turvaram o pensamento de Detlev, personagem de Thomas Maann em *Os Famintos*, que fora, numa ocasião, assomado por uma voz interior que lhe negava o direito de “viver” e de “criar” simultaneamente. Por e com você, minha querida Cleonice, me foi possível, a um só tempo, viver, criar, amar e aprender. Retribuo todo o seu amor com esse meu coração, que vos pertence mais do que a mim mesmo. A você, simplesmente, amor *ad eternum*.

A você, Cleonice, com amor.

Resumo

A presente pesquisa trabalha principalmente Freyre e o iberismo. Foi possível concluir que o sociólogo saiu em defesa dos valores luso-hispânicos como responsáveis por alçar o país à categoria de modelo de civilização. Com base em documentos produzidos à época, identificamos que o sociólogo pernambucano, de modo muito particular, desenvolve a ideia que sinaliza para o Brasil, principal representante do catolicismo ibérico, como “terceira força cultural” ou “terceira solução”, capaz de ombrear culturalmente com as principais potências que marcaram as disputas ideológicas na Guerra Fria.

Palavras-chaves: Gilberto Freyre; iberismo; hispanismo; civilização cristã; terceira cultura; pós-guerra.

Abstract

This research aims at analyzing, primarily, Freyre and Iberianism. It is right to say that Luso-Hispanic values were asserted by the sociologist as responsible to raise Brazil as a way of civilization. Based on historical documents, I have identified that Gilberto Freyre, in a very particular way, formulates an idea for Brazil, main Iberian Catholicism representative, as the “third cultural force” or the “third solution”, capable of equalizing itself, from a cultural viewpoint, in relation with the world powers, which marked the ideological disputes throughout the Cold War period.

Keywords: Gilberto Freyre; Iberianism; Hispanicism; Christian civilization; Third culture; Postwar.

Sumário

Introdução.....	13
Capítulo I: A tradição luso-hispânica como condutora das relações raciais nos trópicos. A defesa do iberismo: diálogos com a crítica.....	50
Gilberto Freyre em perspectiva. A obra e o pensamento freyreano revisitados pela crítica.....	68
As tradições ibéricas como condutoras das relações raciais na sociedade brasileira.....	95
Capítulo II: O Brasil como líder da civilização tropical. A ação da cultura luso-hispânica no pós-guerra.....	117
Gilberto Freyre: diálogos com os Estados Unidos na Guerra Fria.....	119
Dos antecedentes da crítica. Sobre a ressalva freyreana à aproximação dos “trópicos” com os Estados Unidos.....	119
O Brasil como representante da proposta de civilização hispanotropical no pós-guerra. O confronto com agendas internacionais.....	164
Capítulo III: Freyre e a questão racial no pós-guerra. As relações raciais no Brasil como resultado da presença ibérica na formação da sociedade brasileira.....	190
O elogio da colonização portuguesa dos trópicos. Reforço à ideia de singularidade da sociedade brasileira.....	210
Sobre o relatório da ONU de 1954. Análise das relações euro-africanas na África do Sul. Brasil: por uma resposta positiva à questão racial.....	227
A comunidade ibero-tropical como resposta positiva aos problemas raciais na comunidade Sul-Africana. O Brasil como proposta de modelo de civilização.....	232
Capítulo IV: Legado ibérico: o Brasil como “terceira força cultural” e proposta de modelo de civilização no pós-guerra.....	251
O Brasil e sua “política transnacional”. Gilberto Freyre e a agenda política brasileira no pós-guerra.....	258
Brasil: membro da civilização Hispanotropical. A sociedade brasileira como “terceira força” no pós-guerra.....	283
Considerações finais.....	298
Referências Bibliográficas.....	305

Introdução

O presente trabalho é o resultado de uma investigação que tem como objetivo examinar o iberismo freyreano e sua articulação com algumas das principais questões que marcaram a sociedade brasileira entre das décadas de 1940 a 1980. Segundo o sociólogo, o Brasil viu-se na contingência de defender-se de “forças” que ameaçavam o conjunto de suas expressões culturais. Freyre procurou situar a sociedade brasileira, em particular, e a América Latina, em geral, em um grande complexo civilizacional de matriz cultural ibérica, que se situava à margem, por exemplo, dos problemas raciais que assolavam regiões como os Estados Unidos. Dentre esses, a questão racial, que, de acordo com o sociólogo, apresentava-se como problema longe de encontrar uma solução pacífica nos Estados Unidos – o que motivou suas ressalvas em relação a uma aproximação mais estreita entre este país e o Brasil – compôs um dos temas centrais por intermédio do qual despontou a tese que associava a sociedade brasileira aos valores e tradições ibéricas. Freyre, portanto, construiu uma proposta de modelo de civilização cujos alicerces compreendiam a tolerância, o equilíbrio de antagonismos, a harmonia entre grupos e o legado cristão.

Visto como reduto no qual o conjunto maior dos princípios integrados ao universo cultural ibérico foi plenamente aproveitado no processo de construção das bases nacionais, ao Brasil caberia servir de modelo para sociedades que buscavam uma solução pacífica para os problemas raciais. Este ponto marcou a presença de Freyre como consultor da ONU, em 1954, para os problemas raciais entre brancos e negros na África do Sul, durante o regime de apartheid. Freyre contrapunha a formação cultural brasileira, de matriz luso-hispânica, àquelas fundadas a partir da cultura anglo-saxônica.

E, neste sentido, defende a manutenção e preservação das tradições brasileiras e das balizas culturais que possibilitavam sua identificação com a civilização ibérica. Essa foi, portanto, a matriz de pensamento edificada por Freyre para pensar o Brasil no pós-guerra. Nossos esforços compreendem o estudo dos elementos que configuraram essa matriz. Tal análise segue acompanhada de uma investigação que procura avaliar a gênese da associação empreendida por Freyre do Brasil ao complexo civilizacional hispânico. Presente em trabalhos publicados já na década de 1940, a ideia do Brasil como país que carregava em sua formação elementos culturais hispânicos ganhou considerável relevo na apreciação elaborada pelo sociólogo sobre os perigos de uma aproximação com os Estados Unidos.

Nessa corrida para pensar a especificidade brasileira a partir de sua inserção no complexo hispânico e lusotropical de civilização, Freyre incursionou por diversos assuntos. Dialogando com a Política de Boa Vizinhança de Roosevelt, que procurou funcionar como instrumento de americanização do Brasil mediante o plano de construção de uma plataforma pan-americana, com a agenda política também montada pelos Estados Unidos de granjear o apoio de governos em relação a sua política cultural durante a Guerra-Fria, e, de igual modo, com os resultados obtidos pela pesquisa sobre relações raciais no Brasil financiada pela UNESCO, em 1950, Freyre participou ativamente dos debates travados no pós-guerra, sistematizando sua interpretação acerca do lugar ocupado pela sociedade brasileira.

Para ilustrar esse ponto, consideramos importante o amparo das ideias elaboradas por Roger Chartier. Ao analisar os horizontes e perspectivas da história cultural, assevera o autor que a base dos estudos que têm na relação entre representações do mundo social e o grupo e/ou intelectual que as forjam reside em

“identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.¹ Chartier trabalha ainda com a noção de que as representações do social, “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. Nestes termos, o autor aponta para a ideia de que as “percepções do social” não compõem “discursos neutros”. Segundo o autor, o jogo de representações assume importância decisiva na definição das propostas intelectuais, pois permitem a compreensão da “dinâmica cultural de determinada época”. De acordo com Chartier,

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais.²

Ainda nessa direção, cabe sublinhar os apontamentos de Jean-François Sirinelli acerca da relação entre grupos intelectuais e o espaço social no qual se inserem. Na avaliação do autor,

¹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990, pp. 16-17.

² *Ibidem*, p. 17.

O meio intelectual não é um simples camaleão que toma espontaneamente as cores ideológicas do seu tempo. Concorre, pelo contrário, para colorir o seu ambiente. Os letrados raciocinam de maneira endógena, mas o ruído dos seus pensamentos ressoa no exterior. É afinal o que dá a sua especificidade à “alta intelligentsia”: dela participam os que possuem, a um ou outro título, poder de ressonância. Faculdade de eco de que decorrem imediatamente duas questões. Por um lado, como avaliar a amplitude deste eco e o seu impacto na esfera política? Por outro, no domínio mais preciso das culturas políticas e da sua constituição, qual a parte das grandes ideologias forjadas ou veiculadas pelos letrados.³

Partindo da noção de que “entre a esfera intelectual e o mundo que a rodeia existe uma forte osmose, nos dois sentidos”, é possível sustentar que “a intelectualidade toma a cor dos debates cívicos, mas também contribuem para lhes dar os seus tons”.⁴

Pierre Rosanvallon, por seu turno, ao versar sobre a questão das representações, o faz a partir de um enfoque sobre o político. Seu objetivo recai sobre a “a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro”. De acordo com o autor, as representações de agentes intelectuais não constituem “uma globalização exterior à consciência dos atores, mas “um trabalho permanente de reflexão da sociedade sobre ela mesma”.⁵

Nessa direção, ao analisar as implicações negativas à sociedade brasileira causadas por agentes “políticos” ou “culturais” que desenvolviam atividade contra o

³ SIRINELLI, Jean-François. “As elites culturais”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 265.

⁴ Traçando o percurso dos estudos sobre os intelectuais, Sirinelli, em “Os intelectuais”, texto produzido para a obra *Por uma história política*, organizada por René Rémond, assinala que fora “a partir da segunda metade da década de 1970 que a história dos intelectuais começou a superar sua indignidade e que pesquisas em andamento ou já publicadas adquiriram legitimidade científica e, aos poucos, mereceram interesse da corporação dos historiadores”. Cf. SIRINELLI, 1998, p. 265.

⁵ ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político (nota de trabalho)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, Contexto, vol 15, nº 30, 1995, p. 16.

Brasil, isto é, contra a cultura luso-brasileira, Freyre revelou empregar a palavra “cultura” em sentido político.

Essa expressão cultura já saiu da esfera antropológica ou sociológica – o sentido em que a emprego ordinariamente é o antropológico ou sociológico – para adquirir um sentido político que de modo nenhum devemos desprezar, na nossa qualidade de povo jovem, espalhado por um território vasto e muito visado por sistemas políticos europeus, nos seus sonhos de penetrações culturais que façam as vezes das muito mais difíceis expansões territoriais.⁶

Ainda nestes termos, assinalaria que tudo que é social e cultural inclui “aspecto político”. Quando da ocasião em que posicionou-se contrariamente à tendência presente no sistema proposto por Maurras de conceder privilégio demasiado ao fator político, na análise das ações humanas, conclamou que não nos “deixemos, porém, por oposição simples ou simplista a Maurras, cair no extremo oposto: o de negar ao elemento político entre os complexos sociais e de cultura, significação ou importância”.⁷

Desse modo, não existe ação cultural inocente ou “neutra”. Sua ação confunde-se por vezes com o ato político. Esse entendimento fazia-se necessário, de acordo com Freyre, dada as constantes tentativas impetradas por europeus e norte-americanos de fixarem-se “entre nós” desenvolvendo uma “atividade contra a ‘cultura-luso-brasileira’”.⁸

⁶ FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940, p. 21.

⁷ FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas: Introdução a uma possível luso-tropicologia, acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1953. p. 147.

⁸ *Ibidem*, p. 148. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940, p. 21.

Ainda sobre a dimensão política assumida por alguns trabalhos de Freyre, Lúcia Miguel Pereira, em comentário sobre *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira* (1940), destacou o seguinte fato:

Há três anos, nas conferências realizadas na Europa, começou o mestre da sociologia no Brasil a vencer a sua reserva de pesquisador e a dar o sentido político (na larga acepção) da sua obra. A importância dessas conferências como fixação do pensamento político de Gilberto Freyre só foi sobrepujada agora por outra conferência, [Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira] esta realizada no Brasil, no Gabinete Português de Leitura de Recife, em comemoração dos centenários da Fundação de Portugal e da Restauração de 1640.

Reconhecendo que essa conferência tratou de assuntos já versados anteriormente pelo sociólogo pernambucano, Lúcia Miguel Pereira ressaltou, no entanto, sua importância no que se referia à exposição das “ideias políticas do autor”, ideias essas “proclamadas nesta hora de dúvidas e incertezas, de defecções e desilusões, nesta hora apocalíptica em que tudo parece ruir, representam alguma coisa em que podemos crer, pela qual nos podemos bater”.⁹

Já na década de 1950, Freyre insistiria na articulação entre política e cultura. Em “Política sim, mas cultural”, artigo publicado no *Diário de Pernambuco*, em 1954, o sociólogo aproxima essas variantes. Embora associe ao termo política o adjetivo “cultural”, tal exercício não se confunde com a ausência de posicionamento em relação às questões públicas e aos “problemas e angústias do nosso país e do nosso tempo”. Reforçando o argumento de que não constituía um escritor “alheio à vida” política, conclamou ser um “participante dessa vida, e até dessas angústias”.¹⁰

⁹ Palavras de Lúcia Miguel Pereira sobre “Uma cultura ameaçada”. Cf. FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

¹⁰ FREYRE, Gilberto. “Política sim, mas cultural”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 1954. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

Assim, em suas intervenções, o sociólogo atrelou a especificidade do Brasil e sua positividade, principalmente ao fato de constituir-se em nação livre de problemas raciais, resultado de sua tradição ibérica, o que garantiu ao país certa posição de isolamento em relação aos problemas raciais enfrentados por nações gestadas no seio da cultura anglo-saxônica, nomeadamente os Estados Unidos. Freyre valeu-se da articulação do Brasil a suas origens portuguesas e hispânicas como forma de salvaguardar a singularidade brasileira e seu *ethos* nacional.

Neste trabalho, pretendemos mostrar em que medida a tese que combinava o Brasil à civilização luso-hispânica transformou-se no instrumento pelo qual Freyre pensou os rumos da sociedade brasileira e fundamentou sua proposta de modelo de civilização. Com o desfecho da Segunda Guerra, o mundo ingressa no que se convencionou chamar de Guerra Fria. Este panorama contribuiu para o recrudescimento da abordagem freyreana da sociedade brasileira como formação cultural legatária do complexo civilizacional hispânico. Nessa direção, intentamos demonstrar como as críticas à sua interpretação da sociedade brasileira levaram o sociólogo pernambucano à afirmação de sua posição como intelectual ibérico, e como o hispanismo passa, a partir disso, a agir, ao lado do lusotropicalismo, como elemento que define a especificidade da sociedade brasileira frente às “imposições estrangeiras”. A ideia desenvolvida por Freyre é a de que o Brasil não precisaria passar por uma revisão de seu modelo cultural. Isso porque a sociedade brasileira não partilhava dos problemas que, por exemplo, assolavam os Estados Unidos, país que não havia encontrado uma resposta satisfatória ao problema racial. Também nesse ponto, foi possível identificarmos as constantes referências que atravessam a obra freyreana sobre os projetos norte-americanos de intervenção cultural no Brasil e na América Latina. Nos trabalhos que vieram a público

a partir da década de 1940, a ideia do hispanismo da sociedade brasileira conferiu fôlego ao objetivo de situar o Brasil em um complexo cultural que se distanciava, em muitos aspectos, do europeu e do norte-americano.

Outro objetivo dessa pesquisa é o de demonstrar que a defesa efetuada por Freyre sobre ancestralidade ibérica, lusitana e hispânica, da formação brasileira fez-se presente em toda a sua trajetória, assumindo, no entanto, contornos específicos e mais nítidos quando o Brasil assiste à possibilidade, segundo o sociólogo, nos cenários configurados pela Segunda Guerra Mundial e pelo pós-guerra, de ter a sua base cultural, de matriz ibérica, ameaçada pelas agendas culturais dos “poderes imperiais” da época. Associando à tese luso-tropical (expressão desenvolvida por Freyre para designar um tipo específico de civilização construída nos trópicos a partir da colonização portuguesa, civilização da qual o Brasil apresenta-se como “líder em potência”) a ideia segundo a qual o Brasil deveria ser visto também como pertencente à civilização hispânica, Freyre teve como principal objetivo realizar o reencontro do país com os seus verdadeiros valores. Esta tese, cujo período de gestação remonta à época em que fora estudante nos Estados Unidos¹¹, foi retomada com vigor em momentos decisivos da história da articulação brasileira com eventos de ordem internacional. Nesse sentido, a necessidade de fortalecer a identidade nacional brasileira a partir de sua formação nos quadros culturais ibéricos concorreu para que os trabalhos de Freyre produzidos a partir dos anos 1940 reforçassem a filiação do Brasil não apenas ao universo cultural português, mas, de igual modo, ao âmbito cultural hispânico.

Desse modo, o ponto forte da argumentação de Freyre sobre as intervenções dos Estados Unidos no Brasil, tanto durante os anos 1930 e 1940, como durante a Guerra

¹¹ Sobre o assunto, consultar FREYRE, Gilberto. *Tempo Morto e Outros Tempos. Trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975, p. 54.

Fria¹², ancora-se no resgate de princípios que sinalizavam para a o cristianismo católico e para os valores culturais luso-hispânicos como formadores da sociedade brasileira. Ressoaram em seus discursos o pensamento e a influência da cultura e dos escritores hispânicos. Fiel a esse legado, Freyre o mobilizou em diversas ocasiões, convertendo-o em ponto-chave de sua intervenção nas principais questões que se apresentaram no pós-guerra.

Ainda no que concerne às influências que marcaram a formação do pensamento de Freyre e que orientariam suas ideias sobre a especificidade da sociedade brasileira frente a outros sistemas culturais, cabe apontarmos que o sociólogo também se inspirou em escritores norte-americanos para repensar o Brasil. No entanto, esses contatos estabeleceram-se com uma vertente muito específica, preocupada em preservar os valores que definiam o *Old South*. Tal aproximação deu-se já nos primeiros anos de Freyre como estudante em Waco, no Texas.

O próprio círculo ao qual Freyre juntou-se durante os seus estudos em Waco, Baylor, em 1918, é indicativo da crítica que o sociólogo faria em seus trabalhos “a todos os elementos que pudessem ser constitutivos do capitalismo e da democracia: o puritanismo calvinista, a moral vitoriana, a modernização política do Estado a partir de um projeto liberal”.¹³ Nesse período, ocorre a “conversão” de Freyre ao catolicismo, o que dá início a sua posição crítica em relação ao protestantismo. Dessa conversão, passou a avaliar a “a cultura católica era mais plástica, mais flexível, com maior capacidade de assimilação, ao passo que a cultura protestante, mais dura, mais rigorosa,

¹² Eric Hobsbawm, ao versar sobre a agenda política norte-americana elaborada durante a Guerra Fria, anotou que “os EUA eram uma potência representando uma ideologia que a maioria dos americanos sinceramente acreditava ser o modelo para o mundo”. Cf. HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 232.

¹³ CARDOSO, Fernando Henrique. “Prefácio”. In: Freyre, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 50 ed. São Paulo, Editora Global, 2005, p. 27.

mais intransigente, era menos receptiva à diversidade e menos rica em termos estéticos”.¹⁴ Ainda nessa direção, o sociólogo travaria contato com personalidades ligadas ao renascer sulista (*Southern Renaissance*), como Henry L. Mencken (1880-1956), que ao repensar a cultura do *Old South* construiu uma ácida crítica ao protestantismo e ao puritanismo.

No ambiente sulista, do qual Mencken era representante, ganhou espaço uma profunda reflexão sobre as consequências da Guerra de Secessão. Um dos pontos que foram levantados girou em torno da situação de abandono a que foi submetida a população negra com o fim do regime de escravidão. Tal percepção motivou a construção da crítica aos aspectos culturais que definiam a sociedade industrial, que se desdobrava numa crítica maior ao apelo ao progressivismo e ao utilitarismo que passaram a moldar os Estados Unidos. Nesse cenário, surge uma reação mais sistemática de defesa dos verdadeiros valores culturais do velho sul, que passaria a ser representada pelos *Agrarians*, grupo de intelectuais que se destinou à recuperação desses valores.

Tendo como um de seus propugnadores Allen Tate¹⁵, os chamados *Agrarians* apostavam em uma saída para o Sul dos EUA que se distinguiu abertamente dos valores atrelados à sensibilidade vitoriana¹⁶, ao aburguesamento das relações e, de uma forma

¹⁴ SIEPIERSKI, Paulo D. Protestantismo versus brasilidade nos artigos de jornal do aprendiz Gilberto Freyre. In: <http://revcom2.portcom.intercom.org.br> Acesso em 17 de novembro de 2011.

¹⁵ A conversão de Allen Tate ao catolicismo romano definiu profundamente o seu pensamento intelectual. Rompendo com o protestantismo evangélico, Tate viu no resgate da tradição Católica uma solução para os “problemas intelectuais e sociais dos tempos modernos”. Integrante dos *Agrarians*, apropriou-se de temas católicos, como o humanismo cristão, para conferir rigor ao projeto de revitalização da cultura norte-americana. Cf. HUFF, Peter. *Allen Tate and The Catholic Revival*. Disponível em: <http://www.nhinet.org/humsub/huff8-1.pdf>. Acesso em 03 de abril de 2016.

¹⁶ Essa crítica já havia sido desenvolvida pelos escritores pertencentes a corrente *Imagista*, como Ezra Pound (1885-1972), Hilda Doolittle (1886-1961), Richard Aldington (1892-1962), F. S. Flint (1885-1960) e Amy Lowell, com a qual Freyre estabeleceria amizade durante a fase de estudos em Baylor. Expressão mais forte da nova poesia, Lowell, no dizer do sociólogo, foi para a *New Poetry* uma das figuras mais ilustres. Pertencente a geração dos “críticos revolucionários”, seu nome ficou ligado “às experiências à procura de novas técnicas de expressão para a poesia americana dos Estados Unidos”, que

geral, aos valores que prosperavam no Norte e que acarretavam o desconhecimento do passado e da tradição. Pretendia-se, portanto, recuperar valores que vicejaram no Velho Sul, como, por exemplo, o humanismo cristão.¹⁷

Em 1930, mesma época em que Freyre dava início às pesquisas para *Casa Grande & Senzala*, Allen Tate, juntamente com John Crowen e Donald Davidson, inspiraram um grupo de doze intelectuais¹⁸ a publicar o manifesto *I'll Take My Stand: The South and The Agrarian Tradition*. Os trabalhos que o compunham tinham como núcleo central a crítica ao industrialismo que definia os rumos da sociedade norte-americana. Viam nos valores e costumes do velho sul, dentre eles a religião, os princípios cristãos, a tradição, os costumes e a cordialidade, os elementos que deveriam conduzir o projeto de civilização a ser seguido pela nação americana.¹⁹ A partir dessas referências, são evidentes, portanto, os pontos de contato entre o pensamento freyreano e os *Agrarians*. A título de exemplo, não raro Freyre registrou o fato de constituir-se o Brasil uma nação

se distanciariam “do ritmo tradicional da poesia inglesa”. Sobre a importância de Lowell para a definição do perfil que acabaria por influenciar seu labor intelectual, Freyre assim definiu a reviravolta desencadeada em sua formação quando conheceu a poeta e partilharam um “sentimento de afinidade intelectual”: “Eu que, menino de dezesseis anos, entusiasmado pelo exemplo romântico do doutor Livingstone, chegara a pensar gravemente em tornar-me missionário protestante na África, no Amazonas ou no Brasil central, aos 19 ou vinte, quando conheci de perto, pessoalmente, intimamente, Amy Lowell e outros poetas novos de língua inglesa – o maior de todos, a meu ver, Vachel Lindsay, depois, é claro, do irlandês genial, Willian Buter Yeats – já não era capaz de grandes entusiasmos evangélicos na propagação dessa outra espécie de boas novas: as estéticas. As literárias” (Cf. FREYRE, Gilberto. *Amy Lowell: uma revolucionária de Boston*. In: FREYRE, Gilberto. *Vida, forma e cor*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1987). Amy Lowell e a corrente Imagista marcariam, portanto, profundamente a formação de Freyre. “Bahia de todos os santos e de quase todos os pecados”, de 1926, exprimiu fortemente a nova perspectiva poética defendida por Lowell. Freyre, a partir desses contatos, voltar-se-ia para os elementos que posteriormente encontraria latentes no legado cultural ibérico, aqueles que conformaram os alicerces responsáveis pela consolidação da sociedade brasileira: o humanismo, a cordialidade, a tolerância e o catolicismo cristão. Sobre o assunto, consultar: Vide LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre: uma biografia cultural. A formação de um intelectual brasileiro (1900-1936)*. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 92 em diante.

¹⁷ C.f. CANCELLI, Elizabeth. Caminhos de um mal estar de civilização: reflexões intelectuais norte-americanas para pensar a democracia e o negro no Brasil. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 171-187, jan.-jun. 2008.

¹⁸ Integravam o grupo John Crowe Ransom, Donald Davidson, Frank Lawrence Owsley, John Gould Fletcher, Lyle H. Lanier, Allen Tate, Herman Clarence Nixon, Andrew Nelson Lytle, Robert Penn Warrens, John Donald Wade, Henry Blue Kline e Stark Young.

¹⁹ Vide MURPHY, Paul V. *The Rebuke of History: the Southern Agrarians and American Conservative Thought*. The University of Southern Carolina Press, Chapel Hill and London, 2001.

“cujas características decisivas são [...] sociologicamente cristãs”.²⁰ Fez menção ao fato de constituírem-se os brasileiros portadores de uma “civilização cristã católica”, firmando nos trópicos uma civilização de dotada de elementos “predominantemente cristãos”.²¹ Em outras palavras, reservou para o país um destino diferente daquele que vigorou entre os norte-americanos por influência da “Velha Inglaterra” e de seu “cristianismo evangélico ou protestante” de desenvolvimento do capitalismo.²²

A valorização de aspectos inscritos, por exemplo, na formação do Nordeste brasileiro (principalmente em Pernambuco), como a plasticidade, a harmonia, o sentimento cristão e a tolerância, indicam o diálogo com os renascentistas do Sul dos Estados Unidos. Centro difusor dos mais positivos valores nacionais, o Nordeste, que segundo Freyre foi marcado por um passado histórico de constantes lutas contra o “invasor”, vinha “dando ao Brasil, desde os dias coloniais, líderes políticos, líderes militares, intelectuais, religiosos, artistas; que essa capacidade de liderança, ao lado da combativa, antecipou-se em revelar-se no século XVII, quando a gente nordestina, nem sempre auxiliada, como devia ter sido, pelas metrópoles, portuguesa ou espanhola, expulsou do Brasil o invasor norte-europeu e protestante.”²³

Ainda nessa direção, o sociólogo explorou a ideia de que seria necessário atribuir uma “significação nacional” e uma “significação social” ao fato de no século XVII a região Nordeste do Brasil, “com indígenas, africanos, portugueses desde o

²⁰ FREYRE, Gilberto. *Novo mundo nos trópicos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 168

²¹ FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940, p. 21.

²² FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil. Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1947, p. 41.

²³ FREYRE, Gilberto. O nordeste brasileiro: a marca ibérica ou hispânica na sua formação. *Cultura - MEC*. Brasília, n. 8, v. 30, pp. 18-24, julho/dezembro de 1978. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife/PE.

século XVI vindos da Europa, mas principalmente pelo seu ânimo já transeuropeu, ter-se mantido hispano-tropical em face de vigorosa invasão nórdico-protestante”.²⁴

Ilustrativas a esse respeito, as palavras proferidas por Freyre no *Manifesto Regionalista* permitem, nessa mesma direção, entrever a aproximação do pensamento do sociólogo com a perspectiva defendida pelos *Agrarians* em relação ao do Sul dos Estados Unidos:

Procuramos defender esses valores e essas tradições, isto sim, do perigo de serem de todo abandonadas, tal o furor neófito de dirigentes que, entre nós, passam por adiantados e ‘progressistas’ pelo fato de imitarem cega e desbragadamente a novidade estrangeira. (...) A verdade é que não há região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter. Vários de seus valores regionais tornaram-se nacionais depois de impostos aos outros brasileiros menos pela superioridade econômica que o açúcar deu ao Nordeste durante mais de um século do que pela sedução moral pela fascinação estética dos mesmos valores (...) o Nordeste tem o direito de considerar-se uma região que já grandemente contribuiu para dar à cultura ou à civilização brasileira autenticidade e originalidade e não apenas doçura ou tempero”.²⁵

A distinção reside no uso que Freyre faz do capital cultural ibérico como grande responsável pela construção dos pilares que conferiam originalidade à sociedade brasileira, como o desenvolvimento de um padrão harmonioso de relações raciais.

É significativa a comparação empreendida entre os dois modelos de colonização: aquele estabelecido por “empreendedores calvinistas metódicos”, feito à base do “rigor

²⁴ Idem. Com mesma ênfase, Freyre estabelecerá os pontos de contato entre o Nordeste colonial brasileiro e o Velho Sul dos Estados Unidos. Em *Interpretação do Brasil*, escreveu que na região de “engenhos do Brasil, como na do sul dos Estados Unidos, a paixão pelo cavalo, embora não houvesse hipódromo, não era mero esporte: constituía quase uma instituição sagrada. A caça era outra”. Conclamará ainda que “à maneira dos Estados Unidos, na região do sul, também nas zonas de plantação do Brasil a base econômica da vida social feudal era precária e incerta. Tanto aqui como lá o estado econômico que prevaleceu, em primeiro lugar, entre os plantadores de cana de açúcar, depois entre os de café, nos tempos da escravidão, se caracterizou sempre por extrema prodigalidade, grande desaproveitamento da fertilidade do solo e ignorância de métodos agrícolas científicos, ao lado de trabalho pouco eficiente. Estado Econômico que tanto aqui como no Velho Sul culminou frequentemente no que o Professor Gaines chama ‘bancarrotas, com fracionamento da fazenda e algumas vezes emigrações para o Oeste’”.²⁴

²⁵ FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista de 1926*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura: Os Cadernos de Cultura, 1955. pp. 19-20.

protestante”, e um outro, resultado da ação de “hispano-católicos”, que soube “transeuropeizar-se” e “tropicalizar-se”.²⁶

Desse modo, numa semelhança ao programa engendrado pelos *Agrarians*, Freyre converteu grande parte de sua obra à construção de um projeto alternativo de civilização, que, distanciando-se dos preceitos que definam o puritanismo calvinista, a moral protestante e todos os princípios relativos ao liberalismo, teria no cristianismo católico e na herança cultural ibérica seu núcleo constitutivo.

Assim, conforme veremos, esses elementos referenciais manifestaram-se em algumas ocasiões pelas quais Freyre procurou avaliar a originalidade da sociedade brasileira frente a outras propostas de civilização.

Ainda nos Estados Unidos, em 1918, Freyre desenvolveria o seu diagnóstico em relação à influência que o protestantismo havia exercido no traçado da sociedade norte-americana. Essa influência resultou na promoção de uma “civilização ultraburguesa”. O desapontamento do autor foi registrado da seguinte maneira:

Eu via no Cristianismo evangélico um Cristianismo que seria um bem para o Brasil por ser antiburguês e não por ser anticatólico. Vejo que estava um tanto enganado”. Freyre também registraria seu espanto em relação aos rituais religiosos protestantes nos Estados Unidos. Sobre o assunto, escreveu: “Fiquei horrorizado um dia desses com uma reunião de crentes numa igreja rural. Gritos, desmaios, uma exibição tremenda de histeria religiosa. É esta a gente que envia missionários ao Brasil para elevar a cultura religiosa dos “Católicos supersticiosos”? Começo a pensar diferente: que esta gente é que precisa de missionários Católicos vindos do Brasil. O que vi na tal reunião não é ardor puramente religioso. O que eu vi aqui domingo passado é também histeria.”²⁷

Instalado em Nova York, no ano de 1920, como aluno de Columbia, apontaria para o fato de que Santayana, sua “grande descoberta”, estava operando sua

²⁶ Idem.

²⁷ Cf. FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos (trechos de um diário de adolescência e a primeira mocidade 1915-1930)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1975a, p. 25.

reconciliação com o Catolicismo e, conseqüentemente, com a “concepção católica da vida”. Natural de Madri, Santayana mudou-se cedo para Boston, vindo a formar-se em Filosofia pela Harvard. Manteve, mesmo durante esse período, forte ligação com o “mundo cultural católico ibérico”.²⁸

Freyre teria travado contato com a obra de Santayana, principalmente com alguns ensaios de interpretação cultural, como *The Sense of Beauty*. Em seus trabalhos, o filósofo radicado nos Estados Unidos atribuía um “vazio espiritual à civilização materialista e mecânica americana, mais preocupada com a saúde do corpo e com as invenções técnicas que com o pensamento e a emoção humana”. Nesse sentido, há a “revalorização da introspecção, da contemplação e da arte da memória em civilizações coma a hispânica e a hindu”.²⁹

A percepção de Freyre passaria, portanto, a assinalar que duas são as fontes comuns da civilização desenvolvida na América por portugueses e por hispânicos: a fonte latina e a fonte Católica.

Pretendemos mostrar em que medida as principais questões colocadas pelo pós-guerra, envolvendo principalmente os Estados Unidos e as Nações latino-americanas contribuíram para que Freyre, em diálogo com essa época, conferisse sistematicidade à tese do pertencimento brasileiro ao tanto aos princípios cristãos católicos (expondo os desdobramentos de seus contatos com os *Agrarians*, no Sul dos EUA) como, de modo particular, ao conjunto civilizacional luso-hispânico, conjunto esse que, escalonando o Brasil à categoria de líder, projetava a sociedade brasileira como cultura alternativa, representante de um outro tipo de civilização.

²⁸ Cf. LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre: uma biografia cultural. A formação de um intelectual brasileiro (1900-1936)*. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 267.

²⁹ *Ibidem*, p. 268.

Nessa perspectiva, acompanharemos a trajetória de Freyre desde a década de 1920, durante sua fase de estudos nos Estados Unidos. E buscaremos avaliar proporção da articulação entre a formulação sobre a civilização luso-tropical e a tese que vai adquirindo contorno mais nítido a partir da década de 1940. Partimos da hipótese de que suas formulações sobre a civilização luso-hispano-tropical procuram apresentá-la como projeto de civilização alternativo à bipolaridade geopolítica do pós-guerra. Freyre viu o Brasil como uma potência nos trópicos. Tal aspecto reservava ao país o papel de guia no circuito sociocultural ibero-tropical. Sinalizar o Brasil como líder da civilização tropical conferia ao mesmo tempo a Freyre o papel de porta-voz da América tropical.

Consideramos importante, portanto, averiguar, a partir da análise do acervo de Freyre (disperso em palestras, discursos, artigos, documentos pessoais, etc.), seu entendimento sobre questões que julgou fundamentais no pós-guerra. Temos como premissa o fato de que a filiação do Brasil ao grande complexo civilizacional luso-hispanotropical fundamentou os diálogos estabelecidos pelo sociólogo.³⁰ E foi com base na filiação do Brasil ao complexo civilizacional luso-hispânico que Freyre atravessou décadas criticando a ação de “forças estrangeiras” no Brasil.

A apresentação do Brasil como parte integrante da cultura e da civilização luso-hispânica estruturou-se de forma sistemática a partir da década de 1950. Compunha os trabalhos que versaram sobre essa questão a percepção do Brasil como líder de uma civilização capaz de servir de modelo na resolução pacífica dos problemas de natureza cultural, racial e política. Partindo de pressupostos históricos, afinados às constantes e

³⁰ “A grande proximidade cultural que tem o povo brasileiro com o hispânico, somos um desenvolvimento hispânico na América. Primeiro, porque ser português é ser hispânico, sem ser, é claro, espanhol ou castelhano; e sem que a condição hispânica implique em subordinação cultural à condição espanhola ou castelhana”. Cf. FREYRE, Gilberto. “Em torno do possível futuro de uma constante de cultura: a hispânica”. *Convivium*. São Paulo, a. 8, n. 5, p. 343-354, setembro/outubro de 1969. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

aos traços que definiam o modo português de colonização, Freyre pronunciou uma “civilização ideal”, cujo núcleo seria a cultura ibérica, base na qual repousava a formação histórica brasileira. Intérprete dessa civilização, o sociólogo concluiu que estava em curso o desenvolvimento de uma cultura de base luso-hispânica nos trópicos. Ao Brasil, portanto, descortinavam-se possibilidades de estreitamento de relações em frentes distintas, como, por exemplo, a afro-asiática³¹ e a latino-americana. Freyre, portanto, projetaria o país em sua originalidade, decorrência direta das vicissitudes ibéricas que foram transmitidas ao povo brasileiro em virtude da “expansão cristã” movida pelos portugueses. A presença desse legado cristão católico foi decisiva para que se consolidassem no Brasil moderno as características que faltavam aos países do pós-guerra alinhados por uma atitude “estritamente capitalista” e “estritamente burguesa”. Desse modo, a nação brasileira poderia apresentar-se ao mundo como precursora de uma proposta de civilização capaz de servir de exemplo aos demais países: tolerância, cordialidade e humanismo cristão eram as linhas sinalizadoras do tipo de civilização desenvolvida nos trópicos.

Na referência à exemplaridade da colonização portuguesa e das benesses que a mesma fez repousar sob o solo brasileiro, Freyre incursionou por uma análise pela qual o país estaria livre dos problemas que assolavam as nações cuja estrutura ancorava-se numa lógica economicista e protestante de colonização. Sua proposta de modelo de civilização funcionou como suporte a uma imagem grandiosa das nações formadas a

³¹ No plano teórico, o lusotropicalismo não esbarrava no anseio de independência dos territórios que estavam sob a chancela portuguesa. Na extensa comunidade ibero-tropical, sedimentada por uma “unidade de sentimento e de cultura”, diversas culturas e construções nacionais poderiam conviver harmoniosamente. A independência das colônias portuguesas em nada afetaria a civilização lusotropical. “Pátrias independentes e comunidade interdependente. Povos enlaçados numa federação de pátrias e de quase pátrias que se completam tanto em suas diferenças como com suas semelhanças”, registrou Freyre. Com isso, o sociólogo buscou retirar a carga nacionalista e de apoio colonialista que o governo português vinculou a sua tese. Este pronunciamento, parte integrante da conferência “O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças”, proferida no *Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*, foi elaborada em 1963, dois anos após a deflagração dos conflitos visando a libertação de Angola e da Índia.

partir do contributo cultural ibérico, espaços de amplas possibilidades que carregavam os mais altos desígnios nacionais. Guardando estreita ligação com a sociedade brasileira, a tradição ibérica constituiu os fundamentos que a estruturavam e que permitiam considerá-la um espaço no qual imperava a tolerância racial, o que poderia ser aferido mediante a observação, de acordo com Freyre, da convivência harmoniosa entre os diversos grupos no país. Essa percepção foi rigorosamente trabalhada pelo conjunto da obra de Freyre. Sua produção teórica governou-se no sentido de patentear a noção que via, de um modo geral, nas tradições ibéricas, no patriarcado e no legado cristão os elementos capazes de fazer vista aos conflitos sociais.

Na defesa do iberismo característico da sociedade brasileira, Freyre retomou, entre os anos 50 e 80, as teses que fundaram o alicerce de trabalhos publicados na década de 1930, voltadas à defesa da tradição e da especificidade cultural ibérica. O recurso ao universo hispânico e ibérico católico teriam ditado os traços específicos que reuniram as principais características da sociedade brasileira, invalidando a importação e conseqüente submissão a símbolos culturais cujos elementos formadores não dialogassem com esta tradição.

Sobre sua formação como escritor, Freyre definiu-se como escritor ligado à tradição hispânica. Em relação ao seu “método sociológico”, atrelado sobretudo ao fato de pertencer à categoria de escritor “caracteristicamente ibérico, um tipo de escritor a cuja tradição, na sua parte mais espanhola que portuguesa”, Freyre comentou que, a despeito de toda influência que recebera nos anos de sua formação – que abrangia desde o francês Roger Caillos, o inglês Julian Huxley e o anglo-americano Lewis Mumford – pesa a presença das “constantes ibéricas”, perfazendo, segundo veredito conferido por

Fernand Braudel, escritor “ mais à maneira espanhola que à portuguesa.”³² Essas referências são importantes para a análise proposta por este trabalho porque permitem avaliar a ênfase construída por Freyre à cultura hispânica como representante não apenas de sua formação intelectual³³, mas como matriz formadora da sociedade brasileira, matriz essa que cabia ao Brasil conservar a fim de manter salvaguardadas as bases que, de acordo com o sociólogo, estruturavam-no e conferiam identidade única a sua construção enquanto nação tropical. O autor insistiu na inviabilidade de modelos estrangeiros para a análise da especificidade da sociedade brasileira em face da estreita relação do país com a cultura hispânica, a qual constituía-se numa realidade “especificamente brasileira”.³⁴

³² FREYRE, Gilberto. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1968, pp. 167 e 174. De acordo com Freyre, ser hispano definiu o seu método sociológico, um método que, segundo o professor Rex Crawford, da Universidade da Pensilvânia, junta a “poesia” à “ciência”. Um estilo que não significa renunciar a sistematicidade da ciência “ou desprezo absoluto pelos métodos científicos de indagação das coisas”. Apresentou-se, portanto, como um “sociólogo”, “antropólogo”, “escritor” e um “intelectual à maneira hispânica – “pessoal e até, sendo preciso, polêmico – e não um homem de letras à moda francesa ou à maneira inglesa”. Desse modo, reconheceu, no caminho “constante de aprendiz de escritor”, as influências francesa, anglo-saxônica, russa e alemã. Contudo, compreendem apenas “influências que se juntam à decisiva que, na minha formação, tem sido sempre a ibérica.” Situando sua formação na tradição ibérica de escritor, no que ele considerou ser mais próxima “de espanhóis que mesmo de ingleses”, Freyre explicou quais as características que definiam tal perfil: “O hispano é escritor, sendo principalmente pessoa ou principalmente homem: um homem que ajusta a palavra à sua personalidade em vez de ajustar a personalidade a qualquer conjunto de convenções de arte literária tidas por essenciais à consagração de um homem especificamente de letras. É o exemplo, para todos nós, supremo, de Cervantes e de Camões, de Gil Vicente, de Fernão Mendes Pinto, depois de ter sido o de Lulio: Ramon Lulio.” Cf. FREYRE, 1968, pp. 168 a 183.

³³ Em Nova York, Freyre definiu o seu interesse em relação aos estudos sobre o Brasil, que patenteiam a predileção por uma formação versada na cultura ibérica. “Nova York ampliou sua visão do Brasil em muitos sentidos. A inevitável comparação com uma tradição diferente renovou-lhe a curiosidade pelo próprio país, acentuando seus traços singulares. Ao mesmo tempo, o Brasil reinscreveu-se no vasto horizonte da América Latina e do mundo hispânico”. Cf. LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre: uma biografia cultural. A formação de um intelectual brasileiro (1900-1936)*. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 112. Já em Recife, em 1924, o sociólogo parece disposto a mostrar a intensidade com que foram apreciados os autores hispânicos no tempo de sua formação em instituições americanas e europeias. Escreve, nessa ocasião, que o místico espanhol Angel Ganivet o “ajuda a ver o Brasil mais do que ninguém”. Ainda depois de seu regresso a Pernambuco, registra, também de Recife, que vinha cada vez mais mergulhando na literatura de seus “queridos mestres espanhóis” – em referência a Unamuno, Ganivet e Ortega. Cf. FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos (trechos de um diário de adolescência e a primeira mocidade 1915-1930)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1975a, pp. 197-200.

³⁴ FREYRE, Gilberto. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1968, p. 52.

De acordo com Freyre, sua formação como escritor obedeceu mais de perto os elementos que caracterizavam a

tradição ibérica de escritor – à qual, aliás, já me filiou o Professor Fernand Braudel, do Colégio de França, especificando tratar-se de escritor brasileiro, segundo ele, mais à maneira espanhola que à portuguesa. Não falta, a essa tradição, no meu caso como no de uns poucos outros – um Santayana ou um Cela, por exemplo – o colorido de alguma influência inglesa e um pouco da francesa e até da alemã. Mas sob a predominância das constantes ibéricas.³⁵

Em *Tierra!*, artigo publicado no *Diário de Pernambuco* de 29 de janeiro de 1926, Freyre expôs o que viria a constituir posteriormente o ponto central da presença hispânica na formação e desenvolvimento dos valores ibéricos do Brasil. Correspondeu à tentativa de Freyre de situar a importância das tradições hispânicas para a formação e definição da sociedade brasileira. Partiu então o sociólogo para a defesa de que somos uma construção tanto portuguesa quanto espanhola. A “Espanha também nos criou”³⁶, anotou. Texto incipiente sobre o assunto, traz as marcas do que em Freyre significaria a

³⁵ FREYRE, Gilberto. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1968, p. 167. Declarou ter sido, “como sociólogo, como antropólogo, como escritor, um intelectual à maneira hispânica – pessoal e até, sendo preciso, polêmico – e não um homem de letras à moda francesa ou à maneira inglesa”. Os pontos de contato entre o pensamento de Freyre e as linhas teóricas que definiram os escritores espanhóis são sintomáticos dos temas que se fizeram presentes na formação intelectual do sociólogo. Nesse sentido, ao buscar as raízes da formação cultural brasileira, Freyre expõe a tese da originalidade e especificidade que definem essa formação, “mostrando não ser o Brasil simples extensão da Europa”. Esses traços derivam do fato “Espanha e Portugal representarem uma combinação da Europa e da África. Assim, afirmar a especificidade da sociedade brasileira significa, primeiramente, afirmar o não europeísmo da sociedade ibérica”. Cf. FREYRE, 1968, pp. 55 e 75.

³⁶ Em carta a Olívio e Sylvio, com data de 9 de setembro de 1937, Freyre fala de forma elogiosa sobre a Espanha (vê na Espanha a possibilidade de fuga do moderno, da industrialização, recurso social a um possível retorno ao que fora se perdendo gradativamente no Brasil com a vinda da família real e com o processo de aburguesamento da sociedade: os valores e tradições aristocráticos): Da viagem à Espanha – dias intensos e até alguns riscos – falarei quando voltar. É o meu país – o que me completa o Brasil, superficial pela sua própria juventude histórica para quem tem, como eu, o gosto das origens, das raízes psicológicas do próprio ser. E esse gosto, é na Espanha onde eu melhor o satisfaço. Onde sinto as afinidades mais profundas. Cada vez me sinto mais hispânico. É uma luta profunda a que se trava na Espanha e que o simplismo de ‘luta de classes’ ‘esquerda’ contra ‘direita’ não explica. É mais que tudo isso porque é também o embate entre o elemento não europeu na Espanha e o europeu. *É curioso como a Espanha não se aburguesou, mas ficou cavalheiresca e fidalga, sem se deixar influenciar muito pela industrialização da Europa burguesa*. Mas estou me alongando sobre o assunto que me é mais caro e não tenho tempo. Depois da Espanha passei uns dias em Paris – dias sem interesse – e vim então para Londres, nesta Inglaterra que é outro lugar que eu amo, embora não seja um amor como o que tenho pela Espanha. Cf. RABELLO, Sylvio (org). *Gilberto Freyre: cartas do próprio punho sobre pessoas e coisas do Brasil e do estrangeiro*. Departamento de Imprensa Nacional, 1978, p. 233. Grifo nosso.

presença e influência dos autores espanhóis e portugueses que debruçaram-se sobre o hispanismo e o iberismo:

Os brasileiros são como os meninos criados em parte pela mãe e em parte pela avó; e que depois de crescidos instintivamente dividem a ternura filial entre a mãe e a avó. Porque a Espanha também nos criou; e também nos embalou com o canto dos seus romances e as suas histórias de cavalaria para o sono de menino dos nossos primeiros séculos; porque a ela também pertencemos na adolescência inquieta do povo americano; porque só à grande luz da história espanhola a nossa adquire integral sentido – olhamos, os brasileiros, com olhos de filhos para a Espanha; e com ela dividimos o amor que nos prende a Portugal.³⁷

Pensando o Brasil a partir de sua vivência no exterior³⁸, desenvolve-se em Freyre, em Oxford (1931), um “afã” “pan-ibérico”, um sentimento de proximidade intrínseca do Brasil com a comunidade hispânica:

Estava eu no começo dessa minha consciência pan-ibérica de simples candidato, mal saído da adolescência, a escritor, quando em Oxford, na Inglaterra, conheci o então mestre de literaturas ibéricas naquela universidade, o Professor de Arteaga – antecessor de Salvador de Madariaga – que um dia me sugeriu permanecesse eu no burgo oxoniano como seu assistente. Sugestão que confesso ter me seduzido, de tal modo correspondia o meu afã pan-ibérico e ao meu encanto pela vida na Oxford daqueles dias. Mais forte, porém, que esse encanto foi o meu outro empenho, também daqueles dias e que dura até hoje: o de

³⁷ FREYRE, Gilberto. *Tempo de aprendiz: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926)*. Vol. 2. São Paulo: IBRASA, 1979, p. 258. Ainda nessa obra, Portugal constitui para Freyre um país historicamente ligado a Espanha. Sendo o brasileiro resultado direto do contato português com os trópicos, carregáramos conosco, inevitavelmente, o legado cultural hispânico. Sobre esse assunto, ponderou que Portugal não constitui uma nação a ser estudada e analisada a parte de sua relação com a Espanha. “E semelhantemente a Espanha seria incompleta se do seu estudo se isolasse o de Portugal; ou apenas a esse considerasse simples país vizinho”

³⁸ Freyre, em anotações acerca do período de estudos no exterior, registrou o impacto que a cultura ibérica, luso-hispânica, exerceu sobre sua formação intelectual, apesar do fato de ter frequentado ambientes acadêmicos marcados predominantemente pela cultura norte-americana e pela cultura europeia. Revela o autor, em estudo publicado no final da década de 1960, que não foi “o primeiro brasileiro que, estudante em universidades estrangeiras, se sentisse atraído, por força, em grande parte, dessas circunstâncias, e favorecido, em grande parte, pela distância do seu próprio país – para o estudo antropológico e sociológico do Brasil”. Da lista dos que pensaram o Brasil a partir da vivência no exterior, retém alguns nomes, tais como José Bonifácio, Luís Pereira Barreto e Manoel de Oliveira Lima. In: FREYRE, Gilberto. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1968, p. 49.

reintegrar-me no trópico de que sou nativo, não como simples brasileiro, mas como brasileiro pan-ibérico.³⁹

Freyre, nessa perspectiva, sinaliza para o fato de que, como “estudante universitário no estrangeiro”, viu-se na contingência, “diante de culturas fortes” (em vigor nos Estados Unidos, na França e entre a comunidade anglo-saxônica), de resguardar-se das “culturas imperiais”. Tal processo exigiu uma revalorização dos “valores culturais brasileiros” e dos “valores ibéricos”, em geral⁴⁰. Nesse processo, firmou-se como intelectual integrado aos “valores espanhóis”, e não “apenas nos portugueses”, descobrindo que na cultura ibérica residia o núcleo da formação cultural brasileira e que o hispanismo caracterizava os brasileiros tanto quanto definia os “espanhóis” ou os “hispano-americanos do México, da Colômbia ou do Equador”. Esse processo foi decisivo para que viesse a tomar “consciência de sua condição de hispano: o que lhe permitiu falar, de igual para igual ao anglo-saxão”.⁴¹

Sobre a incontinência do fator hispânico em face do elogio europeu ao tecnicismo, Freyre escreveu certa vez que a falta de adaptação hispânica ao “ritmo europeu começou com a vitória do sentido técnico ou mecânico de vida – o sentido imperialista germânico e norte-americano, ou seja, de ‘Progresso’ sobre o sentido de

³⁹ Ibidem, p. 176.

⁴⁰ Os temas que eram do interesse de Freyre o conduziram ao Oxford Spanish Club, local de tertúlias e de debates cujo núcleo residia no atentar para os aspectos culturais formadores da tradição hispânica. Neste clube, Freyre travou contato com Don Francisco de Arteaga, professor de Literatura Espanhola e Cultura Hispânica. Sobre sua presença como membro desse clube, comentou: “Vejo-me, nesse clube, entre dois dos meus maiores amores: o amor à Inglaterra e o amor à Espanha. O seu presidente já disse que é Esme Howard Junior, de quem, desde Paris, me sinto amigo. Numerosos os hispanófilos de Oxford. Conversamos sobre autores espanhóis. *Vives* [Humanista e filósofo espanhol de expressão] é aqui muito estimado. Decerto um dos motivos dessa estima é ter estado ele em Oxford, onde lhe foi dado um título de doutor h. c. Está aqui muito em voga San Juan de La Cruz. Mais que Santa Teresa. O teatro espanhol é apreciado como o maior rival (o grego estando fora de competição) do inglês”. Cf. FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos (trechos de um diário de adolescência e a primeira mocidade 1915-1930)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1975a, p. 164.

⁴¹ Cf. ALCÂNTARA, Marco-Aurélio de. Gilberto Freyre e a cultura hispânica. In: AMADO, Gilberto (Org.). *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962, pp. 18-20.

‘Civilização’”. À exaltação do progresso e da ideia do homem como “fabricador de instrumentos” identificaram-se “triunfalmente os nórdicos”.⁴² O contraponto entre o estilo norte-americano e o hispânico de civilização constituiu-se no ponto de partida pelo qual foram matizados os aspectos simbólicos que deveriam presidir a sociedade brasileira:

Os hispanos, almas intensas demais para limitarem-se ao sentido de ‘Progresso’, deixaram-se distanciar pelo passo largo, americano, do Progresso mecânico, técnico, material – do qual entretanto tão melancolicamente cansado se está tornando o mundo. O mundo de novo sente, ou começa a sentir, ânsia daquele ritmo de intensa criação que morreu com o século XVII.⁴³

Desse modo, o Brasil precisaria ater-se a esses princípios que, para Freyre, significavam a contribuição ibérica ao desenvolvimento dos trópicos. Longe de se deixar guiar por aspectos que não encontrassem amparo direto nos preceitos da cultura hispânica o Brasil deveria ser conduzido por uma tradição que havia lhe garantido uma posição de destaque entre as nações que compunham os espaços tropicais. Esta tradição era formada, em seus traços mais significativos, pela cultura hispânica e/ou ibérica.⁴⁴

Cabe ressaltarmos, entretanto, que não compõe os objetivos desta pesquisa esmiuçar pormenorizadamente a aproximação de Freyre com seus “mestres espanhóis”, integrantes da “geração de 98”⁴⁵. Importa, no entanto, sublinhar que a indicação de tal

⁴² FREYRE, Gilberto. *Tempo de aprendiz: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926)*. Vol. 2. São Paulo: IBRASA, 1979, p. 259.

⁴³ *Ibidem*, p. 260.

⁴⁴“Para nós, hispano-americanos, existe, porém, certo sentido íntimo na glória do feito espanhol. A nossa imaginação de filhos distantes da Madre Espanha o voo de Franco alonga pelo Atlântico o vulto enormemente anguloso – e tão moderno como se o tivesse recriado Picasso – de Don Quixote de La Mancha. E traz à América a própria alma matriarcal da Espanha, a cuja larga sombra se há de animar e engrandecer o patriotismo pan-hispânico entre os países americanos de origem hispânica”. Cf. FREYRE, 1979, p. 262.

⁴⁵ A crise que se abateu sobre a sociedade espanhola logo após a derrota para os Estados Unidos na guerra de Cuba, levou intelectuais espanhóis e hispano-americanos a proporem soluções que pudessem suplantar o estado de decadência ao qual estava submetida a Espanha. A “Geração de 98”, termo que passou a

ligação se faz oportuna na medida em que permite a observação da genealogia da visão do sociólogo sobre o lugar do Brasil no complexo civilizacional ibérico, lusitano e hispânico, e como esse legado foi mobilizado em épocas que exigiram do Brasil uma demonstração de exemplo acerca dos pontos fortes de sua formação nacional.

Importa assinalar que durante a fase de estudos pela Europa (1922-1924), Freyre entrou em contato com diversas correntes ideológicas. Nesse sentido, referiu, por exemplo, em algumas ocasiões, às ideias propaladas por Charles Maurras. Dentre essas, o monarquismo e o regionalismo defendidos pelo ativista francês foram discutidos pelo sociólogo. A visão formulada por Maurras sobre o fato de que o futuro da civilização ocidental não seria encontrado na técnica ou na democracia, mas no resgate dos valores atrelados às instituições monárquicas, parece ter conduzido a breve aproximação de Freyre, nos anos 1920, com Maurras e a Action Française.

identificar o grupo de intelectuais que procurou investigar as causas dessa crise, propôs “regenerar” o país. A proposta era a de conduzir a nação à modernidade sem prejuízo para identidade ibérica que definia a região. Tal processo não deveria incorrer no abandono das “bases da *hispanidad*”. Os intelectuais que integraram a geração de 98 também eram chamados de “regeneracionistas”. Na avaliação de Capelato, o “termo regeneração, geralmente associado a condições materiais e sociais/ raciais era muito difundido no Ocidente, tanto na Europa como na América. Os “regeneradores” de 98 preocupavam-se com as condições materiais (econômicas, sociais e políticas) do país, mas estiveram, acima de tudo, empenhados na regeneração espiritual da raça hispânica; a raça, neste caso, era entendida no sentido cultural”. Movimento político e literário de cunho nacionalista, a geração de 98 aglutinou intelectuais com perspectivas distintas em relação às possíveis saídas para a crise espanhola. Nomes como Miguel Unamuno, Azorín, Maetzu, Pio Baroja, Valle Inclán, Ángel Ganivet e Rubén Darío destacaram-se como porta-vozes de um novo momento político e cultural da nação espanhola. Em um primeiro momento, buscaram inserir a Espanha nos padrões de desenvolvimento que iriam conduzi-la à modernidade. Após essa fase, decidiram pela valorização do passado hispânico, concluindo que a saída para a crise exigiria uma retomada dos valores que compunham a base da identidade espanhola. Transformar, a partir do resgate da tradição, converteu-se em palavra de ordem. Nesse processo, os intelectuais integrantes da geração de 98 seguiram um programa de crítica aos valores que operavam na cultura saxã uma verdadeira corrida em busca do progresso material. Propunham a vitória da tradição humanista presente na cultura latina de expressão ibérica. O debate suscitado a partir da oposição entre a cultura latina e a cultura anglo-saxônica engendrou o cenário para que se desenrolassem as múltiplas perspectivas e visões sobre a crise da sociedade espanhola, em particular, e dos povos ibéricos, como um todo. Embora tenham sofrido alterações, as propostas elaboradas por esses intelectuais desdobraram-se em perspectivas que acabaram por resvalar, em determinado estágio, em um mesmo ponto de apoio: o de modernizar a Espanha sem abandonar a os traços ibéricos característicos de sua formação. Cf. CAPELATO, Maria Helena Rolim. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742003000200003>. Acesso em 10 de setembro de 2013.

No entanto, as referências movidas pelo entusiasmo em relação às ideias de Maurras foram gradativamente cedendo espaço para as críticas. Em Nova York, em 1920, anotou: “Lendo Sorel e Maurras, excelentes com relação a ilusões quanto ao infinito progresso humano”. Na passagem por Paris, em 1922, relatou ter frequentado os cafés dos *felibistes*, ou seja, “da gente que em literatura segue Mistral e hoje, em política, Maurras e Léon Daudet”. Ainda em Paris, por essa mesma época, confessou:

(...) não me anima a continuar assíduo nas conferências da Sorbonne que venho procurando seguir. Por que gastar o tempo na Sorbonne? E me leva às conferências de Maurras que são, com efeito, verdadeira introdução ao estudo da Ciência Política ou de Direito Público considerados em algumas de suas relações mais significativas com a Sociologia. É claro que introdução a esse estudo do ponto de vista de um monarquista absoluto como é Maurras. Monarquista singular: enamorado de Regionalismo.⁴⁶

Soma a esses argumentos outros que procuram apontar falhas no modo como o ativista francês entendia a dinâmica política: “Maurras é muito surdo, não sei se dos dois ouvidos ou de um só. Isto parece concorrer para dar-lhe certa intolerância (...)”. De inteligência admirável, forte poder de crítica e de raciocínio, Maurras soava para Freyre como demasiado francês, “muito latino” e “pouco hispânico”.⁴⁷

Por vezes, em trabalhos futuros, Freyre se posicionaria contrariamente ao que definia a tônica do pensamento de Maurras. Desse modo, manifestou-se contrariamente ao entendimento eminentemente político que o criador da Action Française fazia das relações humanas em sociedade. Propôs, em contraposição a Maurras, que essas relações precisam ser compreendidas também sob uma perspectiva “complexamente social”⁴⁸. O autor insistiria na crítica aos princípios defendidos pelo doutrinador francês

⁴⁶ FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos (trechos de um diário de adolescência e a primeira mocidade 1915-1930)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1975a, p.85.

⁴⁷ FREYRE, 1975a, pp. 84-87.

⁴⁸ *Quase política*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1950, p. 105.

ao assinalar, em *Um brasileiro em terras portuguesas*, o seu erro de conferir “onipotência” ou demasiada “primazia” ao fator político entre os fatores sociais. Segundo o sociólogo, teria que haver o equilíbrio entre essas esferas, cada uma manifestando-se de acordo com as exigências da época, sem que isso incorresse em descrédito de uma sobre a outra.⁴⁹

Em análise sobre o assunto, Pallares-Burke anota que as “ideias monárquicas de Maurras parecem logo ter perdido seu poder de sedução para o jovem Freyre”. Valendo-se do parecer de José Lins do Rego sobre “breve flerte” do sociólogo em relação ao pensamento de Maurras, a autora, citando-o, relata que o teórico francês havia fortalecido as ideias de Freyre “contra a descentralização e contra a simples democracia política como solução dos problemas de organização humana”. Porém não fez “desse sistema estreitamente nacionalista e rígido no seu monarquismo o seu sistema messiânico”.⁵⁰

A incursão sobre o período de contato e do conseqüente abandono por parte de Freyre das ideias propostas por Maurras serviu de mote para que a autora saísse em defesa da tese segundo a qual “foram alguns britânicos que auxiliaram mais profundamente Freyre a se readaptar ao Recife”. De acordo com a autora, esses britânicos estimularam

sua imaginação e sensibilidade a elaborar ideias tradicionalistas e regionalistas pelas quais ele e seu grupo iriam arduamente trabalhar. Quer ensaístas, quer literatos, quer artistas, todos eles eram vitorianos mais ou menos descontentes com o mundo em que viviam: John Ruskin, Dante Gabriel Rossetti e os pré-rafaelitas, William Morris,

⁴⁹ Id.. *Um brasileiro em terras portuguesas: Introdução a uma possível luso-tropicologia, acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1953. p. 147.

⁵⁰ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 180.

Walter Pater, Thomas Hardy, Lafcadio Hearn, George Moore, George Gissing e William Butler Yeats.⁵¹

Continuando, reitera os laços de Freyre com os escritores vitorianos assinalando que

seguindo a sugestão de Arnold Bennett de se deixar levar tanto pela própria inclinação e capricho como pelas próprias leituras – “deixe uma coisa levar à outra” era, como vimos, um dos conselhos de Bennett –, Freyre se familiarizou com todo esse círculo de pensadores e artistas irmanados pelo desenvolvimento na crítica aos valores do moderno capitalismo industrial e unidos na ânsia de regenerar o mundo. Uma vez dirigidos por Freyre, todos eles teriam, em maior ou menor grau, reforçado suas próprias tendências e sugerido a ele o rumo a tomar para que sua ânsia de ação se concretizasse.⁵²

Como é possível entrever, a autora não menciona a contribuição que tiveram os escritores hispânicos no processo por ela descrito, principalmente no que concerne à crítica estabelecida por Freyre em trabalhos publicados a partir dos anos 1940 ao industrialismo, ao progressivismo e ao elogio da técnica que se traduziam em caracteres gerais de norte-americanos, formados no espírito cultural anglo-saxão.

Embora escritores vitorianos como William Morris Thomas Hardy, por exemplo, tenham exercido influência sobre Freyre, conforme ele mesmo registraria em suas anotações durante o período de estudo em Waco, foram, gradativamente, perdendo visibilidade quando o sociólogo decide-se por buscar compreender o Brasil em ampla dimensão, a partir de suas profundas raízes culturais. Nesse sentido, a autora deixa de lembrar que antes de travar contato com esses escritores, Freyre já havia travado contato tanto com os escritores hispânicos quanto com os *Agrarians*, no sul dos Estados Unidos,

⁵¹ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia, 2005, p. 181.

⁵² *Ibidem*, p. 181-182.

que seriam essenciais para a leitura e para a interpretação elaboradas pelo sociólogo sobre o Brasil.

Foi pela matriz cultural que unia intelectuais brasileiros a intelectuais hispânicos, a matriz ibérica católica, que Freyre vislumbrou os caminhos pelos quais seguiria o seu entendimento da sociedade brasileira, caminho esse que converteu-se no principal trajeto intelectual do sociólogo para a definição do *ethos* brasileiro. Nesse sentido, a cultura hispânica, como o comprovam um número considerável de trabalhos trazidos a lume por Freyre, seria entendida, a partir de um discurso de defesa de sua preservação, como responsável pela singularidade e originalidade brasileira, assim como o legado intelectual dos escritores hispânicos⁵³ seria avaliado como ponto crucial de suas intervenções em assuntos sobre o processo de modernização do Brasil versus manutenção das tradições e dos genuínos valores nacionais.⁵⁴

⁵³ Em Gilberto Freyre, a influência dos autores hispânicos da Geração de 98 iria acentuar-se com força em um número expressivo de publicações. O sociólogo pernambucano aproximou-se, portanto, de uma vertente teórica muito específica dessa geração: aquela que apostou na recuperação dos verdadeiros valores nacionais como forma de desenvolvimento da nação espanhola. Inspirou-se, por exemplo, nas ideias defendidas pelos regeneracionistas numa fase de maturidade do movimento. Momento em que ocorre, por exemplo, a “crise existencial” de Miguel de Unamuno (1864-1936), que o conduz, a partir de 1905, a desacreditar na europeização da Espanha como forma de solucionar os seus problemas. Passou a apostar em uma saída “espiritual”, calcada no resgate das tradições espanholas. Época que marca também uma reviravolta no pensamento de Maetzu. Este, em sua crítica à modernidade, sugeriu que fossem valorizados os elementos culturais que constituíam o pilar da Espanha. Nesse sentido, a modernização é vista como desagregadora, economicista e vulgar. Ganivet, por seu turno, identificou a Espanha à moral cristã e ao espírito de independência. Em síntese, a essa fase do movimento somaram-se propostas que sinalizavam para a recuperação do verdadeiro espírito histórico-nacional espanhol como forma de garantir a sobrevivência da nação e de fazer frente às medidas imperialistas dos Estados Unidos.

⁵⁴ Em escritos elaborados na década de 1920, Freyre formulou a ideia de que os verdadeiros valores responsáveis pela construção da sociedade brasileira – aqueles vinculados à tradição ibérica e em hibridismo com as culturas nativa e africana – inviabilizariam o transplante de instituições europeias e estrangeiras no geral. Freyre, portanto, compreendeu a especificidade da sociedade brasileira a partir dos elementos fundados pela tradição. Justificou, portanto, a “não adoção, no Brasil, de medidas sociais e políticas universais, pois as mesmas não caberiam em uma sociedade marcada pela heterogeneidade, caracterizada por uma formação não tipicamente ocidental”. Notou a especificidade da formação sociocultural brasileira como um aspecto que por si só era representativo do fato de que as respostas aos problemas nacionais apenas poderiam ser vislumbrados a partir das particularidades que fundavam o *ethos* brasileiro. O hibridismo aí assente torna inviável qualquer solução que venha de fora. Trata-se o Brasil de “uma sociedade, em face das diferenças marcantes que abriga, em que não se aplicariam, segundo o modelo europeu, princípios gerais de modo homogêneo, devendo ser consideradas as características regionais e a diversidade cultural”. A percepção da dualidade que conforma a formação

Importa sublinhar a importância da influência exercida pela obra de António Sardinha – escritor português voltado ao entendimento da cultura hispânica e defensor de uma aproximação entre os países que compõem a Península Ibérica – no que toca à análise freyreana da formação duplamente hispânica e ibérica da sociedade brasileira e da importância da união entre os povos cujas raízes culturais comungavam dos princípios assentes na cultura ibérica.

Em carta datada de 21 de agosto de 1924, o historiador português António Sardinha dizia desejar enviar a Freyre um estudo sobre o Brasil e o hispanismo. Em 22 de setembro desse mesmo ano, é Freyre quem escreve a Sardinha solicitando um estudo acerca do “Brasil-Nação Hispânica”, estudo esse que mostrou o “nosso [do Brasil] lugar na família e no movimento hispânicos”.⁵⁵

Antonio Sardinha registrara sua preocupação com a defesa dos valores hispânicos em trabalhos datados já da década de 1920. Escrevendo para a revista *Contemporânea*, na sessão de maio, junho e julho de 1922, o escritor português define o que seriam as suas premissas em face de uma aproximação mais estreita entre a cultura hispânica, Portugal e Brasil. É interessante a inserção do Brasil em meio ao legado cultural hispânico, numa demonstração de reconhecimento pelo autor do lugar de destaque ocupado pela sociedade brasileira em face das sociedades tropicais.

cultural brasileira permite o esboço da tese iberista. Segundo Rugai: “Assim, é o caráter do iberismo – um original encontro entre Oriente e o Ocidente – que não permite a adoção das ideias liberais, marcadas por um racionalismo não típico dos povos caracterizados por essa dualidade. Como já notamos, uma aproximação às afirmações de Ortega”. A reflexão freyreana apresenta, portanto, aproximações de ordem teórica com o que vinha sendo desenvolvido por intelectuais como Ganivet e Ortega y Gasset. Aliás, a tese das especificidades regionais e locais contrastando e repelindo imposições estrangeiras configura parte das propostas de estudo de Ortega. Cf. BASTOS, Elide Rugai. *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno*. Bauru, SP: Edusc, 2003, pp. 118, 132 e 151.

⁵⁵ CASTELO, Cláudia. *Leitura da correspondência de portugueses para Gilberto Freyre*. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7134.pdf>. Acesso em 02 de novembro de 2011. Em 4 de janeiro de 1925, Freyre remete missiva a Sardinha pela qual agradece a oferta do livro sobre o peninsularismo. Livro “fecundante”, de acordo com Freyre, o ajudou a clarificar algumas ideias sobre um assunto que há tempo chamava a sua atenção. Na avaliação de Castelo, as ideias do integralista português irão influenciar o pensamento freyreano, “nomeadamente a sua hispano-tropicologia”.

Assim, em artigo intitulado “O Pan-Hispanismo”, Sardinha escreveu:

É a 12 de outubro que passa a comemoração da descoberta da América pelas caravelas de Colombo. Já a Espanha consagrou esse dia como o “dia da Raça”, -- como o dia da festa da sua civilização. Evidentemente que “raça” se não toma aqui num restrito significado ético. Enche-se antes dum amplo sentido cultural e histórico em que Portugal e o Brasil cabem perfeitamente, sem ofensa aos seus velhos pergaminhos nacionalistas.⁵⁶

Note-se que o Brasil contribuiria para a exata união entre os povos peninsulares. Tese defendida por Freyre nos trabalhos que se seguiram à publicação de Casa-Grande & Senzala, a ideia de relações culturais em contraponto a noção de raça ganhou relevo no texto de Sardinha como referência aos vínculos históricos e culturais que selavam a correspondência cultural entre Portugal, Espanha e Brasil.

Continuando, o escritor português defende o que seria a correspondência de valores entre portugueses, espanhóis e brasileiros, todos enlevados por uma mesma formação de matriz ibérica:

Na verdade, desde que a Espanha, solenizando o 12 de outubro, procura restaurar a antiga lareira espiritual em que se aqueceram e tomaram o ser os semeadores de tantos povos de além do Atlântico e que do outro lado do mar a grande madre ibérica encontra eco prolongado e caloroso, eu pergunto porque motivo, brasileiros e portugueses, não hão de corresponder ao mesmo sentimento, incorporando-se com entusiasmo na caravana que de dia para dia vai engrossando?⁵⁷

Portugal e Espanha constituem-se, portanto, em nações irmãs. O Brasil, colonizado pelos povos lusitanos, traz em sua formação o híbrido contributo cultural ibérico. Não negou o autor que houve “parênteses de luto e de sangue” entre ambas.

⁵⁶ SARDINHA, António. “O Pan-Hispanismo”. In: *Contemporânea*. Vol I. Nº 1, 2 e 3. Maio, junho e julho de 1922, p. 49. Disponível em: <http://sagradahispania.blogspot.com.br/2008/12/o-pan-hispanismo-antnio-sardinha.html>. Acesso em: 19 de outubro de 2012.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 50

Contudo, prevalecera a “unidade moral duma civilização que, tendo na Península o seu berço original, é obra comum de espanhóis e portugueses”. Nessa direção, enunciadas as razões para o estreitamento de relações entre portugueses e espanhóis, caberia ao Brasil, peça-chave na montagem da força ibérica, não seria permitido “abdicar das suas justas ambições de poderio e desenvolvimento, que só na liga das nacionalidades hispânicas acharão garantia sólida e perfeita”.⁵⁸ Aos povos de derivação peninsular estava reservado um futuro que somente se manifestaria em consonância com os propósitos superiores derivados da Península.

Poeta e místico, mas “também um homem de ação”, assim Freyre viu a trajetória intelectual de António Sardinha. No *Diário de Pernambuco*, de 13 de janeiro de 1925, comentou a “notícia estúpida e cruel” que lhe chegou por telegrama anunciando a morte do escritor português. Em meio a elogios e à apreciação da importância do escritor para as letras ibéricas, Freyre explicou o que constituía a tônica de sua obra *A Aliança Peninsular*, “forte trabalho”, “primeiro estudo sério” sobre a “unidade hispânica na cultura e na ação”.⁵⁹

Em *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico. Entre Dom Quixote e Alonso El Bueno*, Elide Rugai Bastos relacionou o impacto da obra de autores espanhóis que se ocuparam da questão europeísmo/ iberismo, como Ganivet, Unamuno e Ortega y Gasset, sobre a formação das ideias do sociólogo pernambucano acerca do traço não-europeu da sociedade ibérica, bem como das marcas que tais aspectos imprimiram à sociedade brasileira e às regiões submetidas à influência portuguesa e espanhola. O Brasil, portanto, configurou-se não como uma extensão da Europa. Despontou, antes, como resultado da fusão de culturas diferentes, o que lhe valeu traços singulares não

⁵⁸ SARDINHA, 1922, p. 51.

⁵⁹ FREYRE, Gilberto. “António Sardinha”. *Diário de Pernambuco*. 13 de janeiro de 1925. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

equivalentes a outras regiões colonizadas pelos demais países europeus. Na avaliação da autora, em Gilberto Freyre

a questão das raízes ibéricas de nossa cultura o leva a refletir sobre as consequências sociais e políticas da situação não tipicamente europeia de Portugal e Espanha. Mais ainda, sobre as marcas que trazem à formação nacional brasileira (...) Na busca das raízes da formação nacional, Gilberto afirma a especificidade da sociedade brasileira, destacando o não *européismo* da sociedade ibérica (...)⁶⁰

Destaca Rugai que um dos núcleos da análise freyreana sobre a sociedade ibérica residiu no fato de assinalar a ausência, entre os povos ibéricos, de uma “racionalidade tipicamente burguesa”, característica que levou essas sociedades a resistirem ao processo de “homogeneização burguesa”, a exemplo do que ocorrera em algumas nações com maior desenvolvimento industrial. Freyre, nessa mesma direção, compreendeu a especificidade da sociedade brasileira a partir dos elementos fundados pela tradição. Justificou, portanto, a “não adoção, no Brasil, de medidas sociais e políticas universais, pois as mesmas não caberiam em uma sociedade marcada pela heterogeneidade, caracterizada por uma formação não tipicamente ocidental”.⁶¹

Publicado em 2003, o livro de Rugai constituiu um ponto importante dos estudos voltados à reflexão sobre os grandes temas presentes no conjunto da produção bibliográfica de Freyre. O enredo da obra é ditado pela tese que a sustenta, isto é, apresentar o “peso da influência dos autores espanhóis” na construção de alguns pontos-chaves da obra de Freyre, tais como o apego a tradição, à região e à ideia da cultura ibérica, fruto do contato com povos orientais. Na busca pela origem desse pensamento,

⁶⁰ BASTOS, Elide Rugai. *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno*. Bauru, SP: Edusc, 2003, pp. 99-100.

⁶¹ *Ibidem*, p. 112.

vicejam os encontros entre o pensamento do sociólogo brasileiro e alguns dos representantes da “renovação espiritual” da cultura hispânica.⁶²

Não deixando aqui de considerar o caráter de referência assumido pela obra de Rugai no que se refere aos estudos sobre a presença do hispanismo em Freyre, cumpre observar que a análise empreendida pela autora girou na órbita da avaliação dos primeiros contatos do sociólogo com os escritores e com os valores hispânicos. Nesse sentido, a análise não carrega uma apreciação sistemática acerca do modo pelo qual Freyre iria se valer, em trabalhos futuros, dessa presença cultural hispânica e da ideia de filiação do Brasil ao complexo civilizacional hispânico, principalmente nos escritos em que buscou dialogar com as grandes questões de sua época. Propomo-nos, desse modo, a empreender uma análise circunstanciada de como, em trabalhos publicados a partir da década de 1940, a tese do iberismo e da filiação do Brasil à civilização luso-hispano-tropical sustentou o diálogo de Freyre com questões cadentes à época. Sem sofrer alteração, o iberismo freyreano lhe fornece o arsenal teórico necessário para defender sua ideia de formação da sociedade brasileira e dos fundamentos que, no presente, exigiam a permanência do Brasil nos quadros culturais da cultura ibérica, luso-hispânica.

⁶² “Se considerarmos o interesse de Gilberto Freyre pelo ensaio, simultaneamente como gênero e estilo literários e como instrumento de produção científica (antropológica, sociológica e historiográfica), podemos entender a sua aproximação com autores da chamada Geração de 98 e seus seguidores. Não se pode esquecer que uma grande contribuição de Gilberto Freyre para a ampliação do panorama das ciências humanas e sociais do Brasil dos anos 20 e 30 foi romper com a hegemonia intelectual francesa, introduzindo em seu círculo intelectual o conhecimento de autores como Miguel de Unamuno (1864-1936), Azorín (1837-1967), Ángel Ganivet (1865-1898) e Pío Baroja (1872-1956), além de José Ortega y Gasset (1883-1955) e Américo Castro (1885-1972). Obras como a de Unamuno e a de Ortega y Gasset estimularam e influenciaram a sua própria produção intelectual. Obras como as de Américo Castro e as dos orteguianos Julián Marías (1914), María Zambrano (1904-1991) e Laín Entralgo (1908) funcionaram como suas interlocutoras”. CRESPO, Regina Aída. Gilberto Freyre e suas relações com o universo cultural hispânico. In: KOSMINSKY, Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda, Arêas. *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: Edusc, 2003, p. 183.

Foi como intelectual filiado à cultura ibérica que Freyre participou das principais questões de sua época. De modo semelhante ao projeto delineado por intelectuais da Geração de 98⁶³, na Espanha, Freyre procurou conciliar o inevitável trajeto em direção à modernização ao apego à tradição.

Assim, nos trabalhos de Freyre, ganhou corpo um número considerável de referências à ameaça representada pelos Estados Unidos, seja pela Política de Boa Vizinhança, entre as décadas de 1930 e 1940, seja por intermédio dos planos urdidos pela dinâmica inaugurada com a Guerra Fria.

Em síntese, projetando a imagem do Brasil associada ao elemento cultural ibérico, Freyre, postulando sobre o que deveria configurar a política de relações externas do Brasil, converteu os seus trabalhos do período em uma resposta às iniciativas que tinham como meta monitorar o percurso dos países americanos. Contrário às “invasões culturais estrangeiras”, procurou sedimentar a formação nacional brasileira nos elementos que definiam as civilizações ibéricas.

Em conferências divulgadas entre as décadas de 1950 e 1960, Freyre passou a apresentar e defender a tese que via o Brasil como “modelo de civilização”, espécie “terceira força cultural” ou “terceira solução”, representante de uma civilização capaz de ser observada e copiada por outros povos. Nesse sentido, o Brasil, funcionava como alternativa para as nações que atravessavam um momento marcado pelas disputas ideológicas, políticas e intelectuais das “grandes potências imperiais”, Estados Unidos e União Soviética. Tal tese foi exposta e trabalhada por Freyre em: A) “Internationalizing

⁶³ De acordo com Maria Helena R. Capelato, nesse ambiente, “os intelectuais tomaram para si a incumbência de regenerar o país, atitude que os colocava na posição de guardiões críticos do Estado e da sociedade espanhola. A atuação deste setor produziu na sociedade um novo poder que atuava através da imprensa e opinião pública”. Cf. CAPELATO, Maria Helena Rolim. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742003000200003>. Acesso em 11 de setembro de 2013.

Social Science”, conferência pronunciada pelo sociólogo durante a realização do “Conclave dos 8”, em Paris, reunião convocada pela UNESCO para que fossem estudadas as causas das tensões entre as nações; B) “Elimination des Conflits et Tensions entre les Races: Méthodes employées dans diverses pays notamment ceux où les conditions se rapprochent le plus de la situation dans l’Union Sud-Africaine”, relatório elaborado por Freyre, em 1954, e apresentado na Assembleia Geral da ONU destinada à análise da situação racial na União Sul-Africana; C) “Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje”, conferência proferida em julho de 1959, na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais; D) e, por último, “Uma área de civilização em desenvolvimento: a Hispanotropical”, de 1961, trabalho apresentado na X Reunion Internacional Del CEDI, em Madri.⁶⁴

O conteúdo impresso nesses documentos revela a participação intervenção de Freyre nas discussões sobre assuntos chaves do pós-guerra. Permitem constatar o fato de que fora por intermédio da associação do Brasil ao complexo civilizacional construído pela expansão luso-hispânica que o sociólogo procurou particularizar a situação brasileira, bem como da comunidade ibero-tropical, como um todo, em relação aos problemas que, de acordo com a ONU, precisavam ser corrigidos, a fim de que fossem evitadas as condições capazes de deflagrar conflitos, a exemplo da Segunda Guerra.

Nesses estudos, Freyre, atrela o futuro do Brasil aos contornos culturais que definem a civilização hispanotropical. No hispanismo, assim como no lusotropicalismo, Freyre sedimentou sua análise acerca da especificidade brasileira, de sua originalidade enquanto nação formada no seio da cultura ibérica. País líder do grande conglomerado

⁶⁴ Os originais desses documentos encontram-se depositados no Arquivo Histórico Diplomático, em Lisboa, dos quais obtivemos uma cópia.

de nações luso-hispanotropicals, o Brasil descortinava, na ótica defendida por Freyre, um modelo de civilização alternativo. A tradição ibérica, alimentada pelo processo de “simbiose” com os demais sistemas culturais aqui vigentes durante a época colonial, conferia à sociedade brasileira a missão de autoconduzir o seu destino, assim como o das demais nações tropicais, às voltas com os planos de “expansão imperial” representados por russo-soviéticos e norte-americanos.

Assim, os brasileiros, formados, de um modo geral, pela matriz cultural ibérica, expressa em valores lusitanos e hispânicos, despontavam como genuínos representantes de um modelo de civilização passível de converter-se em espelho para as nações modernas. Porta-vozes dos mais altos atributos que definiam a cultura ibérica deveriam, na defesa desses valores culturais, evitar o transplante de ideias e costumes provenientes dos “sistemas imperiais” vigentes.

O texto que se segue foi estruturado em quatro capítulos. No primeiro deles, denominado “A tradição luso-hispânica como condutora das relações raciais nos trópicos. A defesa do iberismo: diálogos com a crítica”, nosso interesse foi avaliar em que medida Freyre valeu-se da tese que aponta o papel decisivo das tradições ibéricas na formação da sociedade brasileira para responder à revisão de alguns pontos de sua obra, revisão essa que vinha sendo conduzida por um grupo de intelectuais, alguns deles vinculados a agências internacionais, como a UNESCO. No segundo, “O Brasil como líder da civilização tropical. A ação da cultura luso-hispânica no pós-guerra”, o foco investigativo convergiu para a construção de uma análise acerca de como Freyre construiu sua crítica em relação aos objetivos manifestados pelas agendas culturais construídas pelas “potências imperiais” no pós-guerra. Tratar das considerações elaboradas por Freyre acerca do papel assumido pelo Brasil no que se referia à questão

racial, uma das tônicas que impulsionou os principais debates no pós-guerra, converte-se no núcleo do terceiro capítulo, intitulado “Freyre e a questão racial no pós-guerra. As relações raciais no Brasil como resultado da presença ibérica na formação da sociedade brasileira”. Por seu turno, o quarto e último capítulo, “Legado ibérico: o Brasil como “terceira força cultural” e proposta de modelo de civilização no pós-guerra”, tem como objetivo a investigação do que consideramos constituir a agenda cultural brasileira construída por Freyre no período.

CAPÍTULO I

A tradição luso-hispânica como condutora das relações raciais nos trópicos. A defesa do iberismo: diálogos com a crítica.

Em 1948, Freyre, então deputado federal por Pernambuco, eleito no ano de 1946⁶⁵, aceitou o convite de Hadley Cantril, professor de Psicologia da Universidade de Princeton, para juntar-se ao grupo que comporia o “Projeto Tensões”⁶⁶. Idealizado pela UNESCO, o projeto buscava apresentar e discutir alternativas às “Tensões que afetam a compreensão internacional”.⁶⁷ As razões para a promoção do “Conclave dos 8”, como ficou conhecido esse evento, circularam as propostas que nortearam a criação da Unesco. Realizado em Paris, no período de 28 de junho a 09 de julho de 1948, contou

⁶⁵ Participou da Assembleia Constituinte, ocupando o cargo até 1950. Em *Quase Política*, Freyre resumiu o caminho travado até sua eleição: “Sem pedir um voto – um único voto; sem gastar com eleição outro dinheiro senão o necessário à impressão de chapas; sem negociar com eleitores ou com donos de eleitores; sem agir partidária ou sequer politicamente mas romântica e até quixotesicamente, é que o candidato da mocidade pernambucana foi eleito deputado em 1945. Eleito pelo voto espontâneo do eleitorado mais independente do Estado. Principalmente o da cidade do Recife: tão cruel para uns, tão generosa para outros.” Cf. FREYRE, Gilberto. *Quase Política*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1950, p. 19.

⁶⁶ Em 30 de abril de 1948 foi publicada uma nota pela UNESCO da autoria de Cantril. Nela o idealizador do projeto trabalhou os pontos que definiriam os objetivos envolvidos na criação do Projeto UNESCO sobre “les états de tension et la compréhension internationale”. Em uma das passagens do documento, registrou-se que as discussões e possíveis alternativas para os “estados de tensões” entre os países deveriam ser conduzidas por “pessoas qualificadas em matéria de ciências humanas”. Cf. CANTRIL, Hadley. Le Projet de l’Unesco sur “les états de tension et la compréhension internationale”. UNESCO, Paris, 30 de abril de 1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001581/158153fb.pdf>. Acesso em 03 de maio de 2013.

⁶⁷ Psicólogo social, tem sido um membro da Faculdade de Princeton desde 1986. Uma autoridade sobre a medição de opinião pública, é diretor do Instituto Princeton de Pesquisa de Opinião Pública (...) Durante a guerra, foi consultor para várias agências governamentais.” Cf. *Daily Princetonian*, Volume 72, Nº 34, 26 February 1948. Disponível em <http://libserv23.princeton.edu/princetonperiodicals/cgi-bin/princetonperiodicals?a=d&d=Princetonian19480226-01.2.7&srpos=2&e=-----194-en-20--1--txt-IN-hadley+cantril----1948>. Acesso em 19 de agosto de 2013.

com a participação de “huit savants” (“oito estudiosos”)⁶⁸, conforme descrição feita por relatório publicado pela UNESCO, em 23 de julho desse mesmo ano, no qual foram abordados os termos que seriam discutidos pelo rol de especialistas convocados por Hadley Cantril. Entre estes, o nome de Gilberto Freyre foi citado em conjunto com outros sete estudiosos de ciências humanas, a saber: Gordon W. Allport, Georges Gurvitch, Max Horkheimer, Arne Haess, John Rickman, Harry Stack Sullivan e Alexandre Szalai.

No *Daily Princetonian*, de 26 de fevereiro de 1948, a notícia referente ao projeto procurou resumir os aspectos que associavam a importância de sua criação ao fato de tratar-se de um evento de interesse e de dimensão internacionais:

o Professor Hadley Cantril partirá para a França como encarregado, durante seis meses de afastamento de suas funções no Departamento de Psicologia, da criação de um projeto voltado ao estudo da incompreensão internacional. Cantril vai trabalhar sob a égide da Organização Científica e Cultural das Nações Unidas para a Educação. O estudo, conhecido como o “Inquérito sobre as tensões que afetam o Entendimento Internacional”, vai analisar as influências resultantes do atrito entre as nações e investigar as causas do nacionalismo agressivo (...) Cantril espera convocar universidades e centros de pesquisa dos 41 estados membros da UNESCO para o desenvolvimento do projeto (...)

De acordo com Hadley Cantril, a discussão sobre os possíveis encaminhamentos capazes de impedir o agravamento das tensões entre as diferentes nações do globo deveria contar com o apoio de um seleto grupo de intelectuais. Assim, na categoria de representantes das ciências humanas, o evento reuniu oito especialistas. Com base nessa disposição, Freyre representou a Sociologia Cultural. Nas palavras de Cantril,

⁶⁸. “Huit savants se prononcent sur l'origine des conflits qui préparent les guerres”. UNESCO, Paris, 23 de julho de 1948. Disponível <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0015/001582/158269fo.pdf>. Acesso em 11 de setembro de 2013.

Diante da extraordinária quantidade de pesquisa e de reflexão que tem sido suscitada por este problema [o relativo às principais causas que concorrem para as tensões entre os povos] da influência cotidiana que modela atitudes, parece-nos que seria extremamente valioso se pudéssemos reunir, num grupo seletivo, indivíduos exponenciais de diferentes disciplinas e de diferentes nações para uma conferência extensa e, espero, descontraída, com o propósito de se obter a mais alta integração de evidências sobre este tema, apontando para os denominadores comuns de um acordo a ser alcançado por especialistas de diferentes disciplinas. Nossa ideia é a de que, no final da conferência, seja preparada, por este grupo de peritos, uma declaração relativamente curta que indique quais as condições a serem encontradas para se evitar a criação, a continuação ou o agravamento de atitudes que conduzem às agressões nacionais.⁶⁹

Na sessão que tratava de assuntos “mundiais” no *Diário de Pernambuco*, foi veiculada, na publicação datada de 04 de junho de 1948, a notícia sobre o convite feito por Cantril a Freyre. A reunião da UNESCO foi então descrita como um evento de grande “importância para o mundo inteiro”, pois aí se discutiriam “as causas que mais contribuem, individual e coletivamente, para os desentendimentos e as guerras entre as nações”. Em relação ao convite, este é apresentado como “uma das mais altas distinções já conferidas, no exterior, ao ilustre mestre pernambucano”.⁷⁰

Comentando os resultados do evento, Freyre acentuou que

a Conferência de Paris, convocada, como foi, para o fim especial de se estudarem as tensões entre os grupos humanos, em geral, e os nacionais, em particular - tensões que de ordinário resultam em conflitos armados - serviu para acentuar interessante correlação: que à

⁶⁹ CANTRIL Apud DIMAS, Antonio. Nas ruínas, o otimismo. In: DIMAS, Antonio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs). *Reinventar o Brasil. Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Editora da USP, 2006, p. 101.

⁷⁰ *Diário de Pernambuco*. “Convite ao sociólogo brasileiro para participar de importante conferência promovida pela UNESCO”. Recife, 04 de junho de 1948. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife/PE. . Em perspectiva semelhante, a matéria veiculada no *Diário de Pernambuco*, de 20 de junho de 1948, subordinada ao título “Vai a Paris participar de importante reunião internacional, a convite da UNESCO”, fora descrita a resolução da Câmara dos Deputados em conceder a licença que permitiria a Freyre aceder ao convite feito por Cantril para integrar os debates relativos ao projeto sobre as “situações que afetam o bom entendimento internacional”. A matéria observou ainda que o Itamarati interpretou a nomeação de Freyre como um reconhecimento da importância de sua intervenção no campo sociológico e pelo fato de sua obra ter alcançado projeção internacional. In: Vai a Paris participar de importante reunião internacional, a convite da UNESCO. *Diário de Pernambuco*. Recife, 20 de junho de 1948. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

tendência para a síntese ou integração entre as ciências do homem corresponde a tendência para a síntese ou a integração entre os grupos em que se apresenta fragmentada a sociedade humana.⁷¹

Sobre a época que serviu de palco para a promoção dos debates promovidos pela conferência de Paris, Freyre revelou tratar-se de um período marcado pela “Pax Americana ou Anglo-Americana”. Deixa claro, no entanto, que por referência à

Pax Americana, ou Anglo-Americana, não nos entregamos à ideia simplista de um mundo de tal modo dominado pelo poder americano ou anglo-americano que, à sombra desse domínio, cessem as diferenças de nação para nação, de grupo para grupo, de cultura para cultura; e no qual não seja preciso dar novo sentido, novos rumos, novas direções às tensões ou conflitos entre grupos e culturas diferentes. Com esse problema de ajustamento de diferenças - ajustamento e não tentativa simplista ou policial de eliminação de antagonismos - muito se preocuparam os oito cientistas sociais reunidos em Paris para o estudo, do ponto de vista de suas ciências, daquelas tensões.⁷²

Apenas quatro dias após a publicação dessa matéria, Gilberto Freyre, no mesmo *Diário de Pernambuco*, fez questão de destacar que o convite a ele dirigido fez-se unicamente pela via do reconhecimento de sua contribuição à sociologia, não configurando, portanto, missão de governo ou de tratamento de assuntos gerais ligados ao Brasil⁷³.

⁷¹ FREYRE, Gilberto. “Guerra, paz e ciência”. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 28 julho. 1948, p.7. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

⁷² *Ibidem*, p. 8.

⁷³ Após a participação de Freyre no “Conclave dos 8”, Hadley Cantril lhe faria um novo convite, agora para ocupar o cargo de Diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. O sociólogo, no entanto, recusou a oferta. “Logo após esse encontro internacional foi aventada a hipótese de Gilberto Freyre assumir a direção do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. O convite partiu do psicólogo social Hadley Cantril, coordenador do simpósio *Tensions That Cause Wars*, (...) Freyre não aceitou a proposta provavelmente porque na época estava envolvido, como deputado federal (UDN-PE), com o projeto de criação do Instituto Joaquim Nabuco em Recife. Em seu lugar ocupou o cargo, um ano depois, o médico-anropólogo Arthur Ramos”. MAIO, Marcos Chor. Tempo controverso. Gilberto Freyre e o projeto UNESCO. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v111/v11n1a06.pdf>. Acesso em 14 de fevereiro de 2013.

Os trabalhos proferidos por cada um dos oitos participantes foram reunidos por Cantril e publicados, em 1950, na obra *Tensions that Cause Wars*, que também carrega o parecer do organizador do evento.⁷⁴ Como representante da Sociologia Cultural, Freyre contribuiu para as discussões com a conferência *Internacionalização da Ciência Social*. Em sua fala, fez questão de destacar a importância do Brasil, em particular, e da América Latina, de modo geral, como regiões capazes de oferecer, numa época marcada pelos embates políticos do pós-guerra, um modelo positivo de relações sociais.⁷⁵

De acordo com Freyre, uma análise das “relações humanas” travadas entre portugueses e brasileiros tornaria patente o fato de que, caminhando ao largo de tensões, essas relações serviam de exemplo “expressivo” de que os vínculos históricos entre o “Brasil independente e sua antiga metrópole tornaram-se particularmente amigáveis, francos e cordiais”.⁷⁶ Essa aproximação, em grande parte motivada por sociólogos e historiadores brasileiros preocupados com o estudo das origens históricas e sociais da América portuguesa, seria um indicativo de que o respeito às tradições funcionava como uma forma de se evitar os conflitos e desajustes entre as nações.

Fazendo menção ao clima da época, salienta que as nações consideradas “atrasadas” não poderiam ceder à “excessiva pressão das potências imperialistas”, pois as origens das tensões “são muitas vezes conduzidas por conflitos de interesses

⁷⁴ No sumário dessa obra, são expostos os nomes dos estudos apresentados por cada um dos participantes do evento: “1 Social Tensions and Social Changes: A Marxist Analysis Alexander Szalai; 2 The Role of Expectancy Gordon W. Allport; 3 Tensions Interpersonal and International: A Psychiatrist's View Harry Stack Sullivan; 4 Internationalizing Social Science Gilberto Freyre; 5 Psychodynamic Notes John Rickman; 6 The Lessons of Fascism Max Horkheimer; 7 A Sociological Analysis of International Tensions Georges Gurvitch; 8 The Function of Ideological Convictions Arne Naess.” CANTRIL, Hadley (org.). *Tensions that cause wars*. Urbana, University of Illinois Press, 1950. Disponível em: <http://www.questia.com/read/3472245/tensions-that-cause-wars>. Acesso em 29 de abril de 2014.

⁷⁵ FREYRE, Gilberto. “Internationalizing social Science”. In: CANTRIL, Hadley (org.). *Tensions that cause wars. Common statement and individual papers by a group of social scientists brought together by UNESCO*. Urbana, University of Illinois Press, 1950, p. 149.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 1950, p. 142.

econômicos: os interesses do capitalismo industrial imperial”. Por essa razão, emenda o sociólogo, as

relações entre os países como os Estados Unidos e as repúblicas da América Latina não devem retornar ao nível dos dias do “*big stick*”, o “*Bolívia Syndicate*”, com desembarque freqüente de marines em repúblicas soberanas para satisfazer interesses privados dos americanos ou de outras expressões do imperialismo político bruto.⁷⁷

Os países latino-americanos deveriam, segundo Freyre, lutar contra ações “caudilhistas”, movidos por falsos princípios nacionalistas, assim como precisariam atentar contra o interesse de “estrangeiros”, “vizinhos europeus, ‘yankees’, ou o imperialismo japonês, ou o ‘bolchevismo vermelho’”. Ainda nessa direção, conclama o sociólogo que os estudiosos latino-americanos deveriam deixar de lado o sentimento de “inferioridade”, que conduz a “um pessimismo” e à preocupação com a suposta “inferioridade fatalmente biológico dos híbridos ou mesmo dos latinos, em comparação com os brancos, europeus e anglo-saxões”.⁷⁸

Freyre, numa outra menção à dinâmica que marcava o período, particulariza o caso brasileiro, destacando o fato de ter se constituído em uma nação livre de tensões graves. Assim, o Brasil é apresentado como capaz de contribuir para as tensões que afetavam a época. Destaca, nesse sentido, que a “composição étnica brasileira”, fruto do processo de simbiose cultural impulsionado pelos portugueses em contato com outros grupos étnicos,

⁷⁷ FREYRE apud CANTRIL, 1950, p. 154. Grifos nossos. O termo “big stick” refere-se ao programa diplomático mobilizado pelo presidente Theodore Roosevelt, que serviu de suporte à Doutrina Monroe. Um dos pontos para o qual sinalizava essa diplomacia residia na defesa da ideia de que os Estados Unidos reuniam condições que lhe facultavam o direito de exercer influência internacional no Ocidente, protegendo os interesses econômicos norte-americanos principalmente o que se referia à América Latina. Já a *Bolívia Syndicate* constituiu uma companhia anglo-americana que ficou encarregada de conduzir a colonização boliviana no território do Acre, que passou a integrar oficialmente o território brasileiro em 1903, por intermédio do Tratado de Petrópolis, firmado com a intervenção do Barão do Rio Branco.

⁷⁸ FREYRE apud CANTRIL, 1950, pp.145-149.

Estudos científicos recentes sobre o passado social e a realidade social dos povos híbridos e dos povos situados nas zonas tropicais ou quase tropicais colonizados pelos europeus ao longo das linhas de uma organização semi- feudal tiveram o efeito de reduzir quase à insignificância tal pessimismo (...) Estes são comprovados (...) não só por povos latino-americanos, mas também por grupos de híbridos asiáticos e africanos, embora o povo brasileiro permaneça como o melhor exemplo.⁷⁹

Em outra reunião, em Paris, Freyre aproveitou a ocasião para expor sua tese acerca da originalidade que acompanhavam as nações que, assim como o Brasil, haviam sido resultado dos contatos com as tradições ibéricas. No ano de 1956, o sociólogo viu a sua obra ser tema de debate em colóquio de Cerisy-La-Salle, organizado em 1956 por Roger Bastide. Sob o título “Un maître de la sociologie brésilienne : Gilberto Freyre”, o seminário girou todo em torno das “ideias, métodos e expressão literária” do sociólogo pernambucano.⁸⁰

Evento marcado por “nítido espírito internacional”, contou com a presença de Henri Gouhier, Gurvitch, Nicolau Sombart, Clara Mauraux, Trapero e o angolano Mário Pinto de Andrade. Iniciativa de Anne Hourgon-Desjardins, o colóquio foi dirigido por Roger Bastide.

Na imprensa brasileira, a notícia do evento rendeu algumas matérias para o *Diário de Pernambuco*. Integrado aos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, desde 1934, esse matutino facultava a projeção do pensamento e das investidas intelectuais de Freyre em cadeia nacional. Nesse sentido, em “Gilberto Freyre na Europa”, foi divulgada a seguinte nota sobre o evento, que surgiu mediante informações acerca das conferências proferidas por Freyre em instituições estrangeiras:

⁷⁹ FREYRE apud CANTRIL, 1950, p. 145.

⁸⁰ Cf. Centre Culturel International de Cerisy. Disponível em: <http://www.cci-cerisy.asso.fr/colloques3.html#1956>. Acesso em 29 de janeiro de 2014.

De Londres seguirá diretamente para Paris e, após, para Cerisy, onde assistirá a um “encontro” de intelectuais e sociólogos e antropólogos franceses sobre sua obra. Nesse “encontro”, considerado de excepcional importância para a cultura brasileira, serão analisadas algumas das constantes da obra de Sociologia, Antropologia Cultural e Filosofia Social do escritor Gilberto Freyre (...) ⁸¹

Em outra matéria, também publicada pelo *Diário de Pernambuco*, intitulada “Gilberto em Cerisy”, deu-se a notícia de que entre as preocupações dos integrantes do encontro residiu o esforço de avaliar o “método sociológico e sentimental utilizado com frequência pelo escritor brasileiro” ⁸² em suas análises sobre a sociedade brasileira.

A imprensa paulista também deu nota sobre o evento. No número lançado em 23 de setembro de 1956, o jornal *Folha de São Paulo*, em matéria intitulada “Escritores brasileiros em Cerisy”, informa que tal evento funcionou como mote para a comemoração da publicação da obra “Nordeste” pela editora Gallimard. Indica ainda que Gilberto Freyre, Cícero Dias e Mário Pinto de Andrade foram recepcionados por Roger Bastide, que os apresentou a Clara Malraux, Michel Simon, Alfred Bonzon, Jean Georges Rueff, Leon Bourden e Henri Gouhier ⁸³. Em outra matéria, datada de 11 de outubro de 1956, o jornal noticia o fato de ter se constituído o encontro de Cerisy em um “seminário” em torno dos “trabalhos” de Gilberto Freyre, que contou “com a presença e participação de mestres da Sorbonne”. Ainda nessa matéria, há o registro do balanço elaborado por Freyre após regressar da Europa. Na ocasião, o sociólogo

⁸¹ “Gilberto Freyre na Europa”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 1956. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

⁸² “Gilberto em Cerisy”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 1956. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

⁸³ “Escritores brasileiros em Cerisy”. In: *Acervo Folha*. Disponível em <http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=cerisy&site=&periodo=acervo&x=0&y=0>. Acesso em 03 de janeiro de 2016.

apontou para a quase ausência de interesse “nos meios universitários ou cultos da Europa” pela “América do Sul ou pelo Brasil”.⁸⁴

Em artigo publicado na revista *O Cruzeiro*, em 9 de março de 1957, Freyre realizou um balanço sobre o que veio a representar o debate promovido em Cerisy acerca de sua obra. Na avaliação esboçada pelo sociólogo, os intelectuais que se reuniram com o intuito de discutir sua obra o fizeram movidos pela necessidade de analisar as Ciências Sociais, seus métodos e suas tendências fora da França. O fato de ter sido o primeiro sul-americano a preencher as atenções do seminário de Cerisy deveu-se à apreciação geral de que suas obras apresentavam “alguma originalidade” e “validade universal”, que independia do “país ou da região de origem do autor discutido”.⁸⁵

Este tipo de diagnóstico serviria a Freyre para rebater “mistificações” em torno de sua obra. O evento foi compreendido como um ponto de “consagração”. Desse modo, agiria com força sobre “quanta afirmativa talvez leviana” que se tivesse elaborado acerca de sua obra, alvo de “incompreensão” por compatriotas, bem como sobre “quanta insinuação lhe tem sido levantada quanto à originalidade de seu pensamento e da sua metodologia”. Freyre, em suas observações sobre o evento, fez questão de acentuar que a ocasião representou a primeira vez que no Castelo de Cerisy um autor contemporâneo de nacionalidade não europeia teve sua obra distinguida e

⁸⁴ “Reduzido o interesse pelo nosso país nos meios cultos da Europa”. In: *Acervo Folha*. Disponível em <http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=cerisy&site=&periodo=acervo&x=0&y=0>. Acesso em 03 de janeiro de 2016.

⁸⁵ Do “modesto homem de estudo de província do Norte” os franceses procuraram, avalia Freyre, “enxergar originalidade renovadora dos estudos sociais”. Desse modo, os debates de Cerisy tiveram o propósito de considerar “alguma originalidade” e “alguma validade universal” das ideias propostas pelo sociólogo pernambucano. A objeção a essa proposta se fez presente entre alguns dos participantes do encontro, como Mário Pinto de Andrade e Georges Gurvitch, que, na avaliação de Freyre, forneceram parecer franco e “às vezes rude na crítica”. Cf. FREYRE, Gilberto. “Ainda sobre o seminário de Cerisy”. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 16 de março de 1957. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

discutida pelos mais variados intelectuais. Antes de Freyre, a homenagem foi apenas conferida a Heidegger e a Toynbee.⁸⁶

Ao fazer registro da ocasião, Freyre destacou a importância do reconhecimento da “sinceridade” de suas ideias por representantes da comunidade científica internacional:

Ainda em 1956, percorri a Inglaterra, a Escócia, a França, a Espanha, a Alemanha, a convite de governos e universidades; e tive a alegria de ver meus trabalhos e as ideias que os animam discutidos por um grupo de intelectuais europeus e não-europeus reunidos para esse fim no Castelo de Cerisy, na França. Muita generosidade me dispensaram esses intelectuais - franceses, alemães, espanhóis, sul-americanos, africanos, professores da Sorbonne, graduados do Museu do Homem de Paris, escritores, críticos, pensadores. Mas nunca me esquecerei das palavras com que no velho Castelo se despediu de mim o grande pensador Existencialista Gabriel Marcel: “Já vos conhecia pelo nosso bom amigo comum Moura e Sá, de Lisboa. Sei que tudo que dizeis e escreveis está impregnado de sinceridade. É a maior virtude de um escritor”. Palavras como estas, ouvidas de um Gabriel Marcel, valem mais que uma comenda de governo ou uma condecoração de Academia.⁸⁷

⁸⁶ Em conferência pronunciada na Faculdade de Direito de Caruaru, em 1971, Freyre lembrou a importância da reunião de Cerisy, à medida que significou o reconhecimento dos métodos sociológicos desenvolvidos no Brasil, e também o desinteresse brasileiro pelo evento, dada a pouca divulgação na imprensa. Comentando a iniciativa de Gurvitch de criar um seminário todo voltado as suas ideias, Freyre notou: “Foi esse terrível GURVITCH que me apresentou ao numeroso público - toda uma multidão, aos sentados juntando-se muitos de pé - que se reuniu, num dos salões da Sorbonne, para ouvir-me, em 1956. Ele que, no mesmo ano, foi o participante mais ativo do seminário europeu em torno das minhas ideias, dos meus métodos de análise e da minha interpretação do Homem situado, daquilo - enfim - que o Professor ROGER BASTIDE chamou o meu “humanismo científico”. Seminário que se realizou no Castelo de Cerisy, de Mme. HOURGON-DESJARDIN, com a presença de alguns dos maiores mestres de Filosofia, de Sociologia e de Literatura da Sorbonne; e sob a completa indiferença - como era de esperar - da Embaixada do Brasil em Paris, do Governo do Brasil, da imprensa brasileira. Embora o seminário se prolongasse durante uma semana inteira de discussões interessantíssimas, com intervenções sempre magistrais de GURVITCH sobre as ideias e os métodos sociológicos do seu colega brasileiro, a única repercussão que o acontecimento intelectual tão importante obteve no Brasil - para espanto dele, GURVITCH, e de outros mestres da Sorborne - foi a notícia, em conhecida revista ilustrada do Rio - aliás, de gente aparentemente minha amiga - de que “acontecera” no Castelo de Cerisy um “noite folclórica brasileira”. Malícia? - É possível que sim. Mas é possível que simples expressão de indiferença por acontecimentos de alguma importância intelectual para o Brasil da parte da imprensa brasileira destas últimas décadas”. Cf. FREYRE, Gilberto. “Meu amigo Gurvitch”. Disponível em: <http://bvfgf.fgf.org.br/frances/obra/opusculos/gurvitch.htm>. Acesso em: 18 de março de 2013.

⁸⁷FREYRE, Gilberto. “Valor da independência”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 10 julho de 1960. FUNDAJ/Campús Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

Ao comentar sobre os aspectos que definiram sua participação no encontro de Cerisy, Freyre deixa entrever que o mesmo serviu de canal para a divulgação da ideia de que os povos ibéricos assumiram a dianteira do processo de construção de grandes civilizações, das quais o Brasil desponta como principal exemplo. Nessa direção, o sociólogo descreve que o ponto central de Cerisy foi o de admitir que

(...) o conceito de civilização lusotropical destacava das civilizações modernas que vêm operando nos trópicos um tipo de civilização que oferece resposta diversa das de conflito ao desafio dos mesmos trópicos às civilizações europeias. Foi neste ponto que a sugestão brasileira recebeu de início, naquele conclave de sociólogos, antropólogos, economistas, geógrafos, juristas, e também de homens públicos experimentados no trato político de problemas de relações de europeus com não-europeus, o expressivo apoio de um professor de Direito, que tem se destacado, ao lado do Comodoro Sarmiento Rodrigues, como um dos orientadores principais da moderna política portuguesa de relações de europeus com não-europeus, da Europa com o trópico, da civilização europeia com as civilizações diferentes da europeia, naqueles espaços tropicais caracterizados pela presença portuguesa. Refiro-me ao Professor Marcelo Caetano.⁸⁸

Não deixa de ser interessante destacar o elogio conferido tanto à civilização tropical construída pela ação colonial dos portugueses, assim como à administração de Sarmiento Rodrigues e Marcelo Caetano. O legado histórico português e ação em regiões tropicais encontrava amparo no trabalho desenvolvido por essas personalidades junto ao governo.

A tese sustentada pelo sociólogo era a de que a especificidade da formação cultural da sociedade brasileira decorria do fato de sua colonização ter sido processada nos marcos característicos da tradição ibérica. Nesse sentido, Portugal, o agente colonizador, foi apresentado como país tradicionalmente predisposto ao convívio

⁸⁸ FREYRE, Gilberto. "Uma política transnacional para o Brasil de hoje". Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 1960, p. 49. Portugal. AHD-MNE. Ministério do Ultramar. Gabinete de Negócios Políticos- Repartição de Negócios Políticos. Gilberto Freyre, 1960.

pacífico com outras culturas e imune às manifestações de preconceito e intolerância raciais.

Ainda no que concerne aos eventos que procuraram discutir a questão racial no pós-guerra, especialmente com a explosão da questão dos negros nos Estados Unidos, foi organizado pela UNESCO, sob a chancela de seu chefe de divisão, Alfred Métraux⁸⁹, um inquérito cujo núcleo corresponderia à tentativa de realizar uma série de pesquisas que trouxessem à tona uma análise comparativa sobre as relações raciais em pontos distintos do território brasileiro. Para essa organização, o Brasil apresentava-se como uma experiência bem-sucedida no âmbito das relações de ordem racial.⁹⁰

Alfred Métraux foi convidado, em 1946, para integrar a secretaria da Organização das Nações Unidas. Nesse mesmo momento, o panorama inaugurado com o pós-guerra reclamava a tomada de atitude para que fossem evitadas as circunstâncias que constituíram o estopim do conflito findado em 1945. A truculência nazista, os conflitos étnicos na África, o *apartheid*, e os problemas de ordem racial enfrentados pelos Estados exigiram uma articulação entre governos, ciências e intelectuais na elaboração de estratégias que pudessem ir na contracorrente desses eventos, criando um clima de paz e de convivência pacífica entre as nações. Ao assumir a função de chefe do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO⁹¹, Métraux deu início a uma série de pesquisas tocadas com o objetivo de vislumbrar alternativas aos padrões até então

⁸⁹ Métraux (1902-1963) ocupava a função de chefe da *Division for the Study of Race Problems* da UNESCO.

⁹⁰ De acordo com Métraux, o raro exemplo oferecido pelo Brasil no campo das relações raciais harmoniosas ainda não havia sido objeto de análise sistemática. Constituía um dos poucos países que havia alcançado a “democracia racial”. Diferentemente de outras partes do mundo, o Brasil passava uma impressão muito favorável de seu modelo de relação racial, o que deveria ser observado de perto por agências internacionais que se viam às voltas com a necessidade de criar estratégias e propor padrões de convivência humana a partir de exemplos bem-sucedidos.

⁹¹ A ideia inicial de desenvolver uma pesquisa sobre relações de raça no Brasil foi de Arthur Ramos, antigo chefe do departamento de ciência social da UNESCO, cargo esse assumido por Métraux após a morte do antropólogo brasileiro. Métraux, por seu turno, pensou, nos marcos que definiam o pensamento freyreano, que o modelo brasileiro de relações raciais poderia servir de padrão para as demais áreas do mundo.

conflitivos de relações raciais. Nesse sentido, a pesquisa sobre convivência humana e relações raciais iniciada no Brasil na década de 1950 partiria da ideia de que este país poderia oferecer às demais nações um modelo equilibrado de convivência humana. O Brasil, até então, era visto como reduto no qual diferentes raças podiam conviver pacificamente, modelo de resolução pacífica e harmoniosa para os problemas raciais.⁹²

Sob a direção de Alfred Métraux, o projeto UNESCO de 1950 teria no Brasil um desenvolvimento a partir de diagnósticos colhidos em diferentes regiões. Na Bahia, os trabalhos foram encabeçados por Thales de Azevedo e Charles Wagley (com o qual Métraux travara relações no âmbito dos estudos etnográficos desde a década de 1940). Por seu turno, Marvin Harris, antropólogo formado na Universidade de Columbia, teve como função desenvolver pesquisa na região de Minas Velhas, também na Bahia.

Buscou-se, nessa ocasião, analisar em que medida o Brasil seria capaz de apresentar-se, tanto internamente quanto externamente, como responsável pela construção de um padrão singular no campo dos intercâmbios raciais, bem como, no

⁹² Em 1952, já em pleno andamento das pesquisas em diversos territórios brasileiros, Métraux expôs as razões que conduziram à escolha do Brasil como sede para se pensar alternativas aos problemas raciais. Nesse sentido, a indagação “pourquoi l’Unesco a-t-elle entrepris une enquête sociologique sur les relations raciales au Brésil?” foi equacionada mediante a observação de que o Brasil constituía um “raro” exemplo de “relações raciais harmoniosas”. Isso estava relacionado à herança ibérica, que definiu a especificidade brasileira no tratamento da questão racial. Na íntegra, a sua ideia era a de que “Les rares exemples de relations raciales harmonieuses n’ont pas bénéficié du même intérêt de la part des hommes de science et du public. Pourtant l’existence de pays où des races différentes vivent en harmonie constitue un fait important, susceptible d’avoir une profonde répercussion sur l’ensemble de la question raciale (...) Cependant, gardons-nous d’oublier que les attitudes raciales que nous constatons au Brésil sont le produit d’une longue tradition historique. Elles témoignent d’une conception de la personne de l’esclave dans les sociétés ibériques, très différente de celle qui a caractérisé les établissements d’autres puissances coloniales.” Cf. MÉTRAUX, Alfred. Une enquête sur les relations raciales au Brésil. *UNESCO, Le Courier*, 1951, Agosto/Setembro de 1952, p. 6 (grifo nosso). Nesse mesmo número do *Le Courier*, Freyre colaborou com o artigo “Le rôle des noirs dans la civilisation brésilienne”. Importar notar que a visão de Freyre e de Métraux sobre a configuração das relações raciais no Brasil aproximavam-se, pois indicavam o fator ibérico como responsável pelo traço harmonioso dessas relações: “Car aujourd’hui, en Amérique, la culture brésilienne (bien qu’elle reste encore principalement européenne) se distingue plutôt par ses traits *extra-européens* que par son héritage colonial. Et l’un des plus importants facteurs qui ont contribué à cette culture naissante de caractère typiquement brésilien, est le fait que le noir, grâce au traitement relativement libéral que lui ont accordé les Portugais, a pu se sentir Brésilien et n’a pas été forcé de se comporter en intrus ethnique et culturel.” Cf. FREYRE, Gilberto. Le rôle des noirs dans la civilisation brésilienne. *UNESCO, Le Courier*, 1951, Agosto/Setembro de 1952, p. 8. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000711/071135fo.pdf>. Acesso em 09 de setembro de 2012.

seguimento dessa análise, verificar o ponto exato em que a democracia racial brasileira poderia acenar para o desenvolvimento de um padrão de convivência harmoniosa entre os diferentes grupos no país.

Já no cargo de coordenador geral do projeto da Unesco no Brasil, Métraux, em artigo publicado em 1951, sob o título “Le Brésil a-t-il réalisé l’harmonie raciale?”, segue por uma linha de análise das relações raciais no Brasil num tom próximo ao apresentado por Freyre em sua obra⁹³. No esboço dessas relações, Métraux partiu do cotejo entre a colonização portuguesa e a empresa cololizadora movida pelos anglo-saxões. Suas ideias apresentaram a empreitada colonial lusitana como exemplo de criação de um padrão específico de relações raciais. Nesse sentido, o Brasil despontava como modelo explicativo dos contornos assumidos pelas regiões tropicais formadas mediante a tradição colonial ibérica. Exemplo, então, no que se referia a consolidação de um modelo de convívio social não segregacionista, o caso brasileiro possibilitava a comparação com outros modelos:

Enquanto que nos Estados Unidos e na África do Sul, as pessoas mulatas são classificadas como negras, ainda que tenham uma mínima quantidade de sangue negro, no Brasil é a posição social da pessoa a que conta muito mais do que a cor da pele. Neste aspecto, os brasileiros são autênticos herdeiros dos portugueses que nunca deram demasiada importância à raça e que se casaram livremente com todos os povos nativos que conquistaram e colonizaram.⁹⁴

⁹³ Personalidades que integraram, a convite de Métraux, o projeto Unesco de relações raciais, como, por exemplo, Donald Pierson e Charles Wagley, chegaram a sustentar a visão positiva elaborada por Freyre de que uma “tendência fraternalista” da sociedade brasileira acabou por defini-la como uma democracia social e racial. Nesse sentido, contrastando com o parecer final gerado pela pesquisa (que apontou para uma configuração social oposta àquela preconizada por Freyre que imprimia ao Brasil a façanha de resolver o problema racial de forma harmônica), Pierson (1942) viu na configuração mestiça da população baiana um traço indicativo da vigência de uma formação cultural inscrita nos parâmetros da democracia racial. Esta, por sua vez, foi entendida por Wagley (1952) como o elemento de caracterização máxima do Brasil.

⁹⁴ MÉTREAUX, Alfred. Le Brésil a-t-il réalisé l’harmonie raciale? *UNESCO, Le Courier*, Abril de 1951, p. 3. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000735/073516fo.pdf>. Acesso em 17 de outubro de 2013.

Em “Le Brésil a-t-il réalisé l’harmonie raciale?”, elaborado cinco meses após viagem feita ao Brasil, Métraux registrou, numa análise aproximada ao entendimento elaborado por Freyre acerca das relações raciais no Brasil, que o processo de miscigenação teria conduzido a sociedade brasileira a um desprendimento em relação à ideia de identidade baseada em fatores raciais. Em extensão, concluiu que a presença cultural portuguesa gerou no Brasil um tipo específico de convívio entre raças, fato esse observado, de acordo com o antropólogo, desde a época colonial. A tradição portuguesa formou um perfil mais humano de escravidão. Isso a distanciava do modelo colonial construído por grupos ingleses e franceses. No entanto, a percepção de Métraux sobre o padrão racial brasileiro oscila. Apesar de ter reconhecido um padrão diferenciado nas relações raciais vigentes no Brasil, apontou para a necessidade de se estabelecer um estudo capaz de mapear sistematicamente a conflitante relação entre racismo (o autor chegou a trabalhar inclusive com exemplos que patenteavam a existência de uma visão estereotipada do negro) e a suposta democracia racial brasileira.⁹⁵

O conhecimento da obra de Freyre por parte de Métraux pode ser verificado em carta enviada por este ao sociólogo pernambucano, em 1941. Na ocasião, Métraux comentou a impressão positiva que havia lhe causado a leitura de Casa Grande & Senzala:

Acabo de ler essa obra prima de sociologia americana que é Casa Grande & Senzala. Permittame que me congratule com o autor por um livro como esse, único na matéria e certamente uma das maiores contribuições da América Latina às ciencias sociaes. Este anno estou na Universidade do Yale, realizando conferencias sobre a ethnologia sul-americana, particularmente brasileira, e farei largo uso de seu livro. Peço-lhe informar-me si algum editor americano já cogita em

⁹⁵ Cf. MAIO, Marcos Chor. O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091999000300009&script=sci_arttext. Acesso em 15 de janeiro de 2013.

publicá-lo em inglês, pois estimaria eu próprio encarregar-me disso, certo de que o livro será aqui extremadamente bem recebido.⁹⁶

Em 1954, no prefácio que escrevera para o estudo de René Ribeiro, *Religião e relações raciais*, obra que contemplou uma análise das relações raciais em Recife (o que se deu após o deferimento por parte de Métraux da solicitação para que essa região integrasse as pesquisas que seriam levadas a cabo pela UNESCO)⁹⁷, Gilberto Freyre tornou patente o fato de que teve ciência dos estudos patrocinados pela organização internacional e dos impactos que os mesmos poderiam ocasionar.

Quando em 1950, verifiquei entre antropólogos e sociólogos, alguns talvez tendenciosos, encarregados pela UNESCO de realizar no Brasil um inquérito sobre relações entre raças, o propósito de excluir-se de participação ativa no mesmo inquérito o Recife, onde já florescia um

⁹⁶ “Um livro Brasileiro julgado por um grande cientista francês: uma carta do professor Métraux ao Sr. Gilberto Freyre”, *Diário de Pernambuco*, 15 de setembro de 1940. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN. O *Diário de Pernambuco*, em sua edição de fevereiro de 1941, não se furtaria à tarefa de divulgar o fato de *Casa Grande & Senzala* ter encontrado guarida entre o público estrangeiro. Ao publicar uma entrevista realizada com Gilberto Freyre, noticiou-se o fato dessa obra ter despertado o interesse de Métraux e que teria sido largamente elogiada por Ortega y Gasset, que solicitou permissão para publicá-la numa versão espanhola.

⁹⁷ Freyre foi convidado para encabeçar a pesquisa sobre relações raciais no Recife, que estava vinculada ao projeto UNESCO. Declinando da proposta, sugeriu a Métraux o nome de René Ribeiro, que acabaria por assumir essa tarefa. Influenciado em alguns pontos por Rober Bastide, do qual tomou de empréstimo a ideia de romanização do catolicismo brasileiro quando da obra *Religião e relações raciais no Brasil*, Ribeiro não seguiria, no desfecho de sua pesquisa, pelos caminhos que acabaram definindo o revisionismo das teses associadas ao sociólogo pernambucano, a exemplo do que viria a ser estabelecido por Florestan Fernandes. De um modo geral, Ribeiro, assim como outros intelectuais vinculados a esse projeto (Thales de Azevedo, Donald Pierson e Charles Wagley) seguiram numa análise das relações raciais no Brasil próxima as observações registradas por Freyre em suas obras. Antes de Florestan e dos demais sociólogos ligados a ELSP, que desenvolveram pesquisas em parceria com o Projeto Unesco de relações raciais, alguns intelectuais paulistas construíram uma análise da dinâmica racial brasileira que culminou na promoção de um diálogo crítico com as ideias de Freyre. A esse respeito, a posição do professor e jornalista Paulo Duarte foi a de que a mestiçagem nunca constituiu um dado observado positivamente pela elite paulista. Em artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, no ano de 1947, Duarte lançou-se contra o que considerou uma “sociologia negro-romântica”, vertente sociológica cujo palco de desenvolvimento era a região Nordeste. Nessa direção, escreveu: “Hoje, alguns romancistas que passaram a girar em torno da sociologia do sr. Gilberto Freyre, agradável pela leveza, muitas vezes real, mas em muitos pontos colorida de fantasia, pretendem impor um tipo brasileiro negro ou mulato como o único legítimo tipo brasileiro”. Prosseguindo, concluiu que “uma coisa existe e existirá com absoluta nitidez: a deliberação marcada pelo consenso unânime dos brasileiros lúcidos: o Brasil quer ser um país branco e não negro (...) O que prevalece é a decisão brasileira de ser um país branco e mais nada. E este propósito, sólido, inabalável, existe, é a realidade”. Cf. DUARTE, Paulo. Negros do Brasil. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 16/04, p.5, 1947, p. 5 Apud GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Baianos e paulistas: duas “escolas” de relações raciais?* Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701999000100004. Acesso em 30 de abril de 2013.

instituto de pesquisas sociais especializado no estudo da região - o Instituto Joaquim Nabuco [IJN] - protestei em Paris, com a maior veemência, junto ao sábio Professor Alfred Métraux, contra o absurdo: não se compreendia no Brasil um inquérito daquela espécie que prescindisse da colaboração dos novos pesquisadores do [IJN].⁹⁸

Não obstante este diagnóstico, Métraux, no momento de execução do projeto UNESCO, mostrou-se inclinado a aceitar que no Brasil havia um tipo específico de preconceito, o de classe e/ou social. No plano das relações raciais, chegou a conclamar que estas não se estabeleciam de forma tão harmoniosa, sendo patentes os reclames de alguns setores, como, por exemplo, os trazidos a lume por organizações negras. Nas palavras de Métraux,

Os primeiros levantamentos, sobretudo os trabalhos históricos de - Gilberto Freyre e as pesquisas sociológicas de Donald Pierson na Bahia, tinham já confirmado as opiniões positivas, amplamente formadas, acerca da situação racial no Brasil; porém, ainda havia dúvidas sobre o assunto. Alguns incidentes e algumas raivas reclamações feitas por organizações negras sugeriam que as relações raciais não eram tão harmoniosas quanto muitos brasileiros e estrangeiros queriam acreditar... Mas mesmo que não tivessem soado quaisquer vozes discordantes, a harmonia existente precisaria ainda ser esclarecida e explicada através de exemplos concretos.⁹⁹

Ainda sobre esse ponto, salientou, em mais uma de suas análises sobre a configuração geral do padrão de relações raciais brasileiro, que o

⁹⁸ FREYRE, Gilberto. Prefácio. In: RENÉ, Ribeiro. *Religião e relações raciais*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1956, p. 18. Em entrevista concedida a Gilberto Velho, César Benjamin e Cilene Areias, em maio/junho de 1985, Gilberto Freyre relatou os fatores que motivaram seu pedido de criação junto ao Congresso Brasileiro do Instituto Joaquim Nabuco: “Como analista social e deputado, eu sentia muita falta de centros brasileiros dedicados à pesquisa sobre o próprio país. Ocorreu-me então a ideia de aproveitar as comemorações do primeiro, centenário de nascimento de Joaquim Nabuco para propor, na Assembleia Constituinte de que eu fazia parte, a criação de um centro, deste tipo no Recife, o que poderia servir de estímulo para outras iniciativas do gênero nos demais lugares. Meu projeto, aprovado pelo Legislativo, previa que a ação da nova instituição abrangeria não só o Nordeste, mas também o Norte do país, e que seu funcionamento seria desvinculado do sistema universitário para evitar o velho mal deste sistema: a burocratização. Creio que o instituto foi o primeiro centro brasileiro de pesquisas sociais que contou com esse tipo de autonomia”. Disponível em: <http://bvfgf.fgf.org.br/portugues/vida/entrevistas/cientistas.html> Acesso em 20 de setembro de 2013.

⁹⁹ MÉTRAUX, Alfred. Une enquête sur les relations raciales au Brésil. *UNESCO, Le Courier*, Agosto/Setembro de 1952, p. 6. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000711/071135fo.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2013.

Brasil, é verdade, fornece um exemplo de um país onde as relações entre as raças são relativamente harmoniosas. Seria um exagero, no entanto, a alegação de que o preconceito racial é desconhecido. Alguns escritores brasileiros expressaram pessimismo racial em relação aos negros. No folclore brasileiro, também, encontra-se uma série de provérbios raciais com conotações depreciativas. Uma canção bem conhecida revela esse preconceito latente: Negro era o olhar de Maria/ E a barba de São José/ Só o branco não quer ser preto/ Mulato também não quer.¹⁰⁰

As impressões de Métraux sobre a configuração geral das relações raciais no Brasil foram registradas logo após reunião com os intelectuais participantes do projeto. Após encontrar-se na Bahia com Thales de Azevedo¹⁰¹, em 1951, Métraux sentenciou que, embora não ostensivo, o preconceito racial encontra-se disperso entre as “forças armadas, a marinha e as ordens religiosas, sobretudo as ordens femininas”. Em São Paulo, encontrou-se com Roger Bastide e Florestan Fernandes. Registrando alguns dos temas que anos mais tarde iriam girar na órbita dos principais trabalhos de Fernandes, Métraux fornece a tônica do que então constituía a centralidade do pensamento do sociólogo paulista:

Florestan Fernandes pensa que o problema racial é, sobretudo, uma questão de urbanização. Quando os emigrantes brancos chegaram, participaram do desprezo para com o negro, trabalhador manual. Depois, os negros avançaram e se fizeram aceitar pela sociedade brasileira. O negro que recentemente chega do campo, quer seguir esse exemplo. Encontra resistência e sofre. O que ainda permanece incerto é a maneira que ele encontrará para sair dessa situação. Será que optará, como os brancos, pela saída individualista, ou bem se organizará como um grupo diferente e formará uma “frente negra”?¹⁰²

¹⁰⁰ MÉTREAUX, Alfred. Le Brésil a-t-il réalisé l'harmonie raciale? *UNESCO, Le Courier*, Abril de 1951, p. 3. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000735/073516fo.pdf>. Acesso em 2 de maio de 2013

¹⁰¹ Data de 1949 o convite feito por Anísio Teixeira, então secretário de Educação e Saúde da Bahia, a Thales de Azevedo para que este dirigisse o projeto de pesquisas voltado às análises sociais, fruto do convênio entre a Universidade de Colúmbia e o governo da Bahia. Após a inclusão da Bahia no projeto UNESCO de relações raciais, Thales de Azevedo, como resultado das pesquisas desenvolvidas a partir desse projeto, publicou *As elites de cor: um estudo de ascensão social*, contundente análise das relações raciais entre brancos, negros mestiços na cidade de Salvador.

¹⁰² MÉTREAUX, Alfred. *Itinéraires I: Carnets de notes et journaux de voyage*. Paris: Payot, 1978, p. 330.

Gilberto Freyre em perspectiva. A obra e o pensamento freyreano revisitados pela crítica.

Em São Paulo, alguns trabalhos surgiram como resultado do projeto UNESCO de 1950. Assim, pesquisas desenvolvidas pelo grupo de intelectuais ligados a USP, sob a coordenação conjunta de Florestan Fernandes e Roger Bastide, dariam início à desmitificação da ideia de democracia racial brasileira¹⁰³, esforço no qual se inseriu o trabalho de Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* (1961), elaborado sob a orientação de Florestan Fernandes. Também sob a orientação deste, integraram tal projeto os trabalhos de Otávio Ianni, *Raça e mobilidade social em Florianópolis* (mestrado) e *O negro na sociedade de castas* (doutorado), respectivamente defendidos em 1956 e 1961. Ainda nessa relação, *Branços e negros em São Paulo*, publicado por Roger Bastide e Florestan Fernandes no ano de 1958, decorreria das pesquisas realizadas no âmbito da investigação sobre as implicações das relações raciais na configuração das relações sociais na sociedade paulista.

Antes mesmo de o projeto UNESCO ser concebido por Métraux, já havia no Brasil outros dois projetos que fundamentavam-se na pesquisa de relações sociais em determinadas regiões do país: o do *Vale do São Francisco* (1950) e o *Columbia University/Estado da Bahia* (1949). O primeiro, coordenado por Donald Pierson, contou

¹⁰³ Marcos Chor Maio, em *Projeto UNESCO: ciências sociais e o “credo racial brasileiro”*, explicou as linhas que, de um oposto a outro, acabaram por definir a pesquisa coordenada pelo órgão internacional no Brasil: “O objetivo inicial desses estudos era o de oferecer ao mundo lições de civilização à brasileira em matéria de cooperação entre raças. Na esperança de encontrar a chave para a superação das mazelas raciais vividas em diversos contextos internacionais, a agência intergovernamental teria acabado por se ver diante de um conjunto de dados sistematizados sobre a existência do preconceito e da discriminação racial no Brasil. Evidenciou-se uma forte correlação entre cor ou raça e status socioeconômico. A utopia racial brasileira foi colocada em questão. Inaugurou-se, dessa forma, no campo das ciências sociais, uma produção acadêmica que julgava como falsa consciência o mito da democracia racial brasileira” Cf. REVISTA USP, São Paulo, n.46, p. 115-128, junho/agosto 2000, p. 116.

com a colaboração da Comissão do Vale do São Francisco, do Institute of Social Anthropology/Smithsonian Institution e da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Inserido em um campo maior de pesquisas, que patrocinava os “estudos de comunidade”, buscava construir um modelo que pudesse explicar os processos de mudança “com base em múltiplas investigações empíricas, circunscritas especialmente às populações rurais”. A abordagem tinha como foco “o processo de mudança” em ambientes sociais marcados pela tradição”.¹⁰⁴

O segundo, por seu turno, foi idealizado por Anísio Teixeira e coordenado por Charles Wagley. Figuraram entre os seus integrantes Thales de Azevedo, Marvin Harris (antropólogo discípulo de Wagley), Gizella Valladares, Eduardo Galvão e Luiz de Aguiar Costa Pinto. Nessa ocasião, foram designados para desenvolver pesquisas voltadas à investigação do modo pelo qual ganhavam forma as relações raciais na Bahia. Quando da fase de elaboração do projeto UNESCO, esses mesmos intelectuais seriam convidados para dar curso ao estudo da dinâmica racial no Nordeste brasileiro. Ficaram, portanto, devido à influência das investidas realizadas durante o projeto *Columbia University/Estado da Bahia*, responsáveis pela análise de como essa dinâmica desenrolava-se na sociedade baiana.

De acordo com Métreaux, em análise realizada alguns meses antes do início efetivo do projeto, a

região da Bahia, em si mesma se presta admiravelmente para o estudo da questão racial no Brasil, devido à sua grande percentagem de negros. Porém, a pesquisa deveria focar, também, outras regiões do Brasil que, do nosso ponto de vista, mostram consideráveis diferenças. As relações entre negros e índios também não deveriam ser

¹⁰⁴ LOPES, Thiago da Costa; MAIO, Marcos Chor; OLIVEIRA, Nemuel da Silva; Donald Pierson e o Projeto do Vale do Rio São Francisco: cientistas sociais em ação na era do desenvolvimento. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582013000200001&script=sci_arttext. Acesso em 25 de janeiro de 2014.

desconsideradas, já que no passado tiveram uma importante influência no desenvolvimento da cultura brasileira (...) Finalmente, a suposta assimilação dos negros nas grandes cidades do sul do Brasil, precisa, também, ser verificada cientificamente.¹⁰⁵

Nesse ambiente de estudos relacionados à dinâmica racial na sociedade brasileira, a investigação processada na região Nordeste revelou, por intermédio de trabalhos como *Race and Class in Rural Brazil* (1952), de Charles Wagley, que as diferenças entre grupos na Bahia estruturavam-se mais na perspectiva das distinções de ordem social e econômica do que no fator racial. Nessa mesma obra, é lançada no meio acadêmico a expressão que se tornaria célebre nas análises sobre o padrão de relacionamentos raciais no Brasil. Em um dos trechos que a compõem, Wagley registrou que o “Brasil é renomado mundialmente por sua democracia racial”.¹⁰⁶

Embora tenha sugerido que as distinções raciais ocupavam um lugar secundário na ordem de conflitos, Wagley, numa perspectiva contrária a de Freyre, defendeu que, não obstante as desigualdades observadas entre os grupos no nordeste brasileiro, o

¹⁰⁵ MACAGNO, Lorenzo. Alfred Métraux: antropologia aplicada e lusotropicalismo. Disponível em: <http://etnografica.revues.org/3100?lang=en>. Acesso em 22 de fevereiro de 2014.

¹⁰⁶ Sobre o assunto, consultar: GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. “Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito”. Disponível em: http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/95/20080627_democracia_racial.pdf. Acesso em 18 de outubro de 2015. Vale destacar que ao abordar o padrão brasileiro de relacionamento racial, Freyre, até a década de 1950, utilizou os termos “democracia étnica” e “democracia social”. Em suas conferências na Universidade de Indiana, em 1944 (posteriormente reunidas na obra “Interpretação do Brasil”), mobilizou esses termos para versar sobre a especificidade brasileira na condução dos problemas raciais: “Foi notável o Império Brasileiro por sua tendência para uma verdadeira democracia social e étnica: não somente uma remota tradição brasileira mas também uma tradição portuguesa” (Vide FREYRE, 1947, p. 159). Apenas em 1962, momento de construção da tese sobre o lusotropicalismo, que Freyre iria valer-se do termo “democracia racial”. Em pronunciamento no Gabinete Português de Leitura, ao posicionar-se de modo contrário à influência sobre negros brasileiros de ideias estrangeiras, como a de “negritude”, escreveu: “Meus agradecimentos [...] pela sua presença, vindo ouvir a palavra de quem, adepto da “vária cor” camoniana, tanto se opõe à mística da “negritude” como ao mito da “branquitude”: dois extremos sectários que encontrariam a já brasileiríssima prática da democracia racial através da mestiçagem: uma prática que nos impõe deveres de particular solidariedade com outros povos mestiços. Sobretudo com os do Oriente e os das Áfricas portuguesas. Principalmente com os das Áfricas negras e mestiças marcadas pela presença lusitana”. Vide: FREYRE, Gilberto. *O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas, 1962.

Brasil poderia resolver tais problemas sanando carências de ordem econômica, com o seu ingresso nos quadros da modernização liberal.¹⁰⁷

Diagnóstico similar já havia sido oferecido em décadas anteriores. Entre os anos de 1935 e 1937, Donald Pierson, da Universidade de Chicago¹⁰⁸, desenvolveu de forma pioneira pesquisas sobre relações raciais no Brasil. Concentradas na região da Bahia, nessas pesquisas Pierson explica que essa região já apresentava uma composição populacional majoritariamente “de cor” nos idos de 1890. Os resultados dessas pesquisas foram reunidos e apresentados na obra *Branços e Pretos na Bahia* (1942). Uma das conclusões mostrou que a sociedade baiana apresentava-se como uma formação “multirracial”, sendo que as diferenças entre os grupos associavam-se antes à distinção de classe, configurando menos uma diferenciação baseada no fator racial. Valendo-se de um ditado popular, Pierson explicou sua tese a partir da ideia de que “negro rico é branco e branco pobre é negro”.¹⁰⁹

Embora a visão de Pierson sobre as relações raciais no Brasil carregasse algumas semelhanças com as ideias de Gilberto Freyre, o Professor da Escola Livre de Sociologia e Política questionou a validade científica de algumas das afirmações do sociólogo pernambucano. Resenhando a primeira edição norte-americana da obra *Casa Grande & Senzala*, Pierson destacou como pontos negativos da obra freyreana os resquícios de explicações de fundo biológico, que comprometiam uma abordagem sociologicamente sistemática da sociedade brasileira, e o apelo exacerbado ao

¹⁰⁷ Cf. WAGLEY, Charles (ed). *Race and Class in Rural Brazil*. Paris, UNESCO, 1952. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000545/054502eb.pdf>. Acesso em 07 de outubro de 2014.

¹⁰⁸ Em 1939 Pierson adentrou ao quadro de membro da Escola Livre de Sociologia Política, e, nessa ocasião, criou a Divisão de Estudos Pós-Graduados. Foi o responsável pelo contato de estudantes brasileiros com centros de estudos estrangeiros, principalmente com a Universidade de Chicago, fazendo com que se efetivassem no Brasil os métodos sociológicos característicos dessa instituição (como aqueles utilizados no estudo das relações raciais e nos estudos de comunidade). O sociólogo brasileiro Oracy Nogueira foi um dos “discípulos” de Pierson, fato que o levou a receber forte influência da Escola de Chicago.

¹⁰⁹ PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia. Estudo de contacto racial*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1945, p. 31.

regionalismo, que tendia a situar a região nordeste o carro-chefe da nação brasileira Apontou, de igual modo, para o pouco rigor conferido por Freyre a uma crítica do determinismo racial.¹¹⁰ Ainda sobre essa questão, na *American Sociological Review*, de 1948, Pierson, acompanhando as críticas feitas a *Casa Grande & Senzala*, em sua tradução inglesa, uma delas vinda de Jules Henry, para o qual esta obra ganhava um escopo racista (devido a afirmações inexatas como a de que as mulheres indígenas consideravam os portugueses uma “raça superior”), criticou as generalizações sociológicas freyreanas, como, por exemplo, a de “considerar a sociologia tudo que diz respeito ao homem” e de “exagerar a força das influências geográficas sobre a formação brasileira.”¹¹¹

Em *Town and Country in Brazil (1956)*, resultado da publicação de tese defendida em 1953 e do material recolhido durante as pesquisas no âmbito do projeto *Columbia University/Estado da Bahia*, Harris teve como foco o estudo das relações raciais na sociedade baiana. Com a publicação, em 1964, de *Patterns of Race in the Americas*, Harris voltou-se mais de perto para o ataque aos pressupostos teóricos cuja estrutura, a exemplo do que vinha sendo desenvolvido por Freyre, apontavam uma configuração diferenciada nos padrões raciais nas regiões tocadas pela colonização portuguesa, de modo particular, e, de modo geral, em sociedades cuja estrutura social compusera-se, sob o regime colonial, mediante a sistemática das relações de raça. De acordo com Harris, o Brasil sofria, de forma visível, de preconceito racial, embora este não estivesse “acompanhado de uma segregação racial sistemática”.¹¹²

¹¹⁰ PIERSON Apud Tempo controverso: Gilberto Freyre e o projeto UNESCO. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v111/v11n1a06.pdf>. Acesso em 14 de fevereiro de 2014.

¹¹¹ Cf. “O escritor Freyre acusado de ‘racista’”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 04 de abril de 1948. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

¹¹² HARRIS, Marvin. *Patterns of Race in the Americas*, Nova York: Walker and Company, 1964, pp. 60-61. Não obstante o fato de ter posicionado contrariamente a algumas das teses freyreanas, Harris

Como forma de amparar as suas visões sobre o Brasil, Harris partiria para uma pesquisa de campo em Moçambique. Dessa empreitada, somaria sua análise aos argumentos críticos em relação à tese lusotropicalista de Freyre. A avaliação feita foi que a sociedade brasileira e as regiões africanas que se encontravam sob o domínio colonial não poderiam ser representadas pelo postulado de uma relação harmoniosa entre brancos e negros. *Portugal's African Wards*, de 1958, agregou relevo às teses desenvolvidas por Harris em relação ao Brasil, isso na medida em que o autor, mediante pesquisa no território moçambicano, passou, no que se referia à esfera de relações raciais, a combater a colonização portuguesa e, conseqüentemente, o regime à época responsável pela condução desse sistema: a ditadura salazarista.

Ainda no que concerne ao projeto UNESCO no Brasil e os intelectuais vinculados à sociologia paulista, estes dariam relevo, em suas pesquisas, ao preconceito e à discriminação baseados na raça, bem como aos empecilhos daí decorrentes ao ingresso da sociedade brasileira, como um todo, no concerto geral das nações em direção ao progresso econômico. Evidenciaram, portanto, modos distintos de tratamento em relação a brancos e negros nos sistemas social e econômico, do que resultou o diagnóstico nada positivo das enormes barreiras que se colocavam ao ingresso de negros e mulatos, muitos dotados de diplomas e qualificações, aos quadros de representatividade da classe média brasileira.

A pesquisa sobre relações raciais desenvolvida em São Paulo por um grupo de intelectuais coordenados conjuntamente por Roger Bastide e Florestan Fernandes teve como espaço a Universidade de São Paulo (USP). Os estudos abrangeriam ainda regiões

fundamentou parte de suas observações acerca do modo como estruturavam-se as relações raciais no Brasil mobilizando conclusões sobre o assunto elaboradas pelo sociólogo pernambucano. Não havia o porquê, na avaliação de Harris, de associar o preconceito e a discriminação como formas integrantes das relações entre grupos no país, isso por não haver uma diferenciação clara e precisa, tal qual nos Estados Unidos, entre raças, sendo a estratificação um resultado do sistema de classes.

como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni elaboram *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional* (1960).

Produto das investigações atreladas ao projeto patrocinado pela Unesco, essa obra pressupunha, conforme palavras de Ianni, que “o preconceito racial no Brasil é um dado fundamental das relações sociais”¹¹³, contrariando os pressupostos que integravam a ideia de democracia racial brasileira. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* (1961), tese de Fernando Henrique Cardoso, orientada por Florestan Fernandes, estruturou-se de acordo com as pesquisas que buscaram expor a fragilidade de se pensar constituir o Brasil uma nação onde os conflitos raciais não tinham espaço e que toda a sua positividade residia no fato de ter sido fruto de um sistema patriarcal e escravocrata. Evidencia-se nesse trabalho a tese de que a democracia racial baseara-se numa visão fantasiosa do passado brasileiro e do modo como se deram as relações entre brancos e negros, senhores e escravos, no interior do regime de escravidão.

Em Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo (1955),¹¹⁴ Florestan Fernandes e Roger Bastide desenvolvem uma análise amparada no levantamento dos conflitos e dos problemas que perpassavam a convivência entre “brancos” e “negros” na sociedade paulista.

Do estudo empreendido foram enfatizados momentos e exemplos sinalizadores da convivência tumultuada envolvendo esses grupos, numa abordagem que seguia

¹¹³ IANNI, Otávio. Otávio Ianni: o preconceito racial no Brasil (entrevista). *Estudos Avançados*. vol. 18 nº 50. São Paulo 2004. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php. Acesso em 14 de junho de 2013.

¹¹⁴ Essa obra foi o resultado das propostas da *Revista Anhembi* de conduzir um inquérito sobre o problema do negro em São Paulo e a pesquisa sobre relações raciais da UNESCO. Vindo a público em 1950, a revista foi dirigida por Paulo Duarte, escritor, jurista, arqueólogo e jornalista paulista. Periódico com publicação mensal, contava com a colaboração de professores ligados a Universidade de São Paulo (USP). Nesse mensário foram publicados os primeiros resultados do Projeto UNESCO, cujo núcleo, em São Paulo, girou em torno da apreciação das relações raciais entre brancos e negros.

inclusive na contracorrente das análises que enunciavam um convívio pacífico, desde o período colonial, entre as diferentes culturas que resultaram na formação de São Paulo.

Escrevendo acerca da configuração assumida pelas relações de trabalho estabelecidas após a abolição, Florestan Fernandes argumentou que foi criada uma organização processada a partir da exclusão “parcial do negro do sistema de trabalho”¹¹⁵. O preconceito em relação ao tipo de trabalho desenvolvido pelos escravos, bem como o fato deste ser considerado artífice de manutenção dos altos índices de produtividade e prosperidade da economia colonial, gerou critérios de seleção que influiriam decisivamente no futuro da população negra. Conferindo relevo à “flagrante desigualdade que separa o negro do branco na estrutura profissional de São Paulo”, Fernandes anotou que a distribuição das ocupações “traduz a persistência das barreiras econômicas que sempre distinguiram socialmente os representantes das duas raças no Brasil, e de antigos critérios de seleção ocupacional associados à cor.”¹¹⁶

Portanto, a ideia de democracia racial não encontrava amparo nas formas de seleção baseadas em elementos como “cor” e “raça”, conforme descrição do sociólogo paulista. Isso porque as condições

sociais de exploração econômica da mão de obra escrava favoreceram a formação de símbolos sociais e de padrões de comportamento polarizados em torno da raça ou da cor, os quais se ligaram, como causa ou como condição operante, à determinação da dinâmica dos ajustamentos entre negros e brancos em São Paulo.¹¹⁷

Indicativa das tensões entre brancos e negros, a delimitação da cor, selecionada cultural e socialmente para diferenciá-los, erigiu as barreiras que acabariam por selar a

¹¹⁵BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. Ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo*. São Paulo: Editora Anhembi limitada, 1955, p. 48.

¹¹⁶ Ibidem, p. 56.

¹¹⁷ Ibidem, p. 67.

permanência dos negros fora dos “serviços bem remunerados”. Em outras palavras, tal quadro de relações significava que o “preconceito de cor e a discriminação racial se completavam como processos de preservação da ordem social escravocrata”, assegurando uma continuidade com o antigo sistema de castas, o mesmo que conferia uma estrutura problemática às relações raciais observadas em São Paulo.

A classificação da cor como símbolo e índice de posição social também foi alvo de Roger Bastide. “Manifestações do preconceito de cor”, “Efeito do preconceito de cor” e “A luta contra o preconceito de cor”, ensaios presentes *Em Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*, respondem pelo esforço movido pelo autor para traduzir, a partir de uma análise das relações raciais, o modo pelo qual era conduzida a convivência entre os grupos no município paulista.

De acordo com Bastide, o ideal de democracia racial “impede as manifestações demasiado brutais” e “disfarça a raça sob a classe”, limitando as implicações resultantes de “um conflito aberto”.¹¹⁸ No entanto, o tabu e o preconceito de cor foram conservados como herança do período colonial, o que por si só atestava que diferentemente do argumento que defendia o contrário, a colonização europeia na América, sem exceção, resultou em modelos rígidos de demarcação social baseados em diferenças raciais. Mobilizando um número significativos de relatos de época que permitiam “discernir um preconceito de cor independente do de classe”¹¹⁹, Bastide analisou situações que evidenciaram barreiras raciais presentes desde a ascensão do “homem de cor” no âmbito profissional à sua inserção completa nos mais diversos segmentos sociais (escolas, carreiras, relações conjugais, etc).

¹¹⁸ BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan, 1955, p. 124.

¹¹⁹ Ibidem, p. 133.

O preconceito de cor em São Paulo sinalizava para a urgência de se repensar as teorias que até então optaram por uma análise das relações raciais sob a ótica de um quadro de convivência humanizada e pacífica. Longe de expressar a dinâmica vigente nessas relações, a ideia de democracia racial funcionava como anteparo à discriminação, na medida em que postergava a criação de medidas capazes de suplantar os problemas decorrentes dos conflitos encobertos por uma falsa noção de “bondade natural” do brasileiro e de que este teria certa propensão a equilibrar os contrários.

Com o projeto UNESCO, foram criadas possibilidades mais concretas para mapear a existência do preconceito racial e seus desdobramentos. As críticas desferidas à democracia racial brasileira, que se seguiram aos resultados obtidos com as pesquisas ligadas ao projeto UNESCO, atacavam, de um modo ou de outro, pressupostos trabalhados por Freyre em sua obra. Nesta, o legado cultural ibérico, respaldado na tolerância, nos valores cristãos e no humanismo, foi visto como responsável pelo equilíbrio que se acreditava ter conferido à sociedade brasileira um perfil distinto no que se referia às relações raciais. A verificação de preconceito racial no interior da sociedade brasileira representava uma inversão na ideia segundo a qual o Brasil poderia ser visto como exemplo na resolução harmoniosa da questão racial e de problemas de convivência humana, noções que se articulavam à tese de Freyre sobre a especificidade de um país formado pela interpenetração de culturas.

A confluência entre os resultados obtidos a partir das pesquisas direcionadas a observação dos padrões de convivência humana e de relações raciais no Brasil, com os diagnósticos a que chegaram as análises desenvolvidas através dos trabalhos financiados por agências ligadas ao governo norte-americano, marcariam o que seria o início de uma crítica mais rigorosa aos pressupostos da democracia racial brasileira. Pode-se ainda associar a esses acontecimentos a aprovação pelo Congresso, em 1951, um ano após o

incidente envolvendo a famosa dançarina afro-americana Katherine Dunham e o Hotel Esplanada de São Paulo¹²⁰, da Lei Afonso Arinos (1951), que funcionou como o primeiro estatuto antidiscriminação. Entendidos como um dos principais instrumentos de sustentação de uma noção que associava à sociedade brasileira a imagem de uma nação a qual a segregação racial, o preconceito e a discriminação não passavam de exotismos, a obra e o pensamento freyreanos seriam atacados justamente nos aspectos que até então eram apresentados como pontos centrais do desenvolvimento social brasileiro: o patriarcalismo, a herança escravocrata e, de um modo geral, todo o repertório simbólico proveniente da herança colonial.

Mas, na visão de Freyre, manifestações de preconceito como a que atingiu Dunham em São Paulo indicavam a concentração de um pensamento estrangeiro nessa região, resultado da vinda de imigrantes do norte europeu. Com estes desembarcavam noções raciais que não se coadunavam à realidade da sociedade brasileira. Porém, em regiões como São Paulo, estimularam o desenvolvimento de uma espécie de

¹²⁰ Em 1950, durante uma excursão de sua Companhia pelo Brasil, Katherine Dunham fora impedida de ocupar os aposentos do Hotel Esplanada de São Paulo, fato este alardeado tanto na imprensa local como na imprensa internacional, dado o renome dessa dançarina e das denúncias por ela feitas em relação ao incidente. Acerca deste, Freyre registrou uma nota de repúdio em seu discurso *Contra o preconceito de raça no Brasil*, lido na Câmara em 1950. No texto foram abordados os elementos que davam exemplos de ter se constituído a sociedade brasileira em um plano de relações que conferia a tal episódio um fato como quase que isolado. Reafirmando a tese da “democracia social”, Freyre observou: “este é um momento – o ultraje à artista admirável cuja presença honra o Brasil – em que o silêncio cômodo seria uma traição aos nossos deveres de representantes de uma nação que faz do ideal, se não sempre da prática, da democracia social, inclusive a étnica, um dos seus motivos de vida, uma das suas condições de desenvolvimento”. Ainda nesse discurso, Freyre identificou casos de preconceito em relação a cor como sendo um dado característico dos Estados Unidos, e que, portanto, não caberia a algumas regiões brasileiras reproduzir tais manifestações exóticas ao povo brasileiro. Segundo o sociólogo, país “incharacterístico, na verdade, seria o nosso, terra de gente sem vontade própria, sem tradição própria, sem espírito próprio seria o Brasil em que num grande Estado como o de São Paulo, orgulho da Nação inteira, a tal ponto se levasse a imitação de Chicago, que de Chicago, se assimilassem não só os grandes exemplos de trabalho e eficiência com os maus e mesquinhos de preconceito de cor, de rivalidade entre raças, de ódio entre grupos humanos quase que só diferentes nas formas do corpo. O que o Brasil tem de mais cristão, de mais democrático, de mais brasileiro nos seus estilos de convivência humana seria abandonado para que em lugar desses estilos se instituíssem aqueles que são precisamente o desdouro, o vitupério, a vergonha de civilizações tènicamente mais adiantadas do que a nossa”. Cf. FREYRE, Gilberto. *Contra o preconceito de raça no Brasil*. Discurso proferido na Câmara dos Deputados, Federal, Rio de Janeiro, 17 jul. 1950. Disponível em http://bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/discursos_palestras/contra.htm. Acesso em 19 de setembro de 2013.

“nacionalismo paulistano-brasileiro”. A discriminação sofrida pela dançarina afro-americana refletia, portanto, a afeição de certos grupos paulistas a um conjunto de ideias que na Europa tinham a sua razão de ser no estímulo à segregação.

A Lei Afonso Arinos, surgida em resposta ao fato que se consumou no Hotel Esplanada em 1950, constituía para Freyre uma medida que não apresentava consistência, isso porque partia da generalização de um fato isolado e atípico e prescrevia sanções que não encontravam apoio na forma pela qual as relações raciais no Brasil eram comumente estabelecidas. Em outras palavras, a lei perdia-se justamente por atacar algo que não estava associado aos valores presentes na cultura brasileira. Ao comentar o conteúdo expresso por essa lei, Freyre destacou o seu “caráter ditatorial e marcial”, questionando-se sobre o alcance satisfatório dos métodos policiais para o equacionamento de problemas sociais. De acordo com o sociólogo havia grande possibilidade de a lei não corresponder adequadamente aos seus objetivos. O caso Dunham fez, ainda segundo o sociólogo, um fato “incharacterístico”, motivado pela imitação por parte de São Paulo de alguns dos grandes exemplos fornecidos por Chicago, que constitui exemplo de “trabalho e eficiência”, mas também de “ódio entre grupos humanos” e de “preconceito de cor.” São Paulo, não obstante o “comercialismo”, o “mercantilismo” o “negocismo”, o “dolarismo”, o “imediatismo”, não poderia abdicar dos vigorosos valores que o tornam um Estado irredutivelmente “brasileiro e cristão.”¹²¹

Datam dessa época¹²² as críticas dirigidas mais diretamente à doutrina lusotropical. Servindo como veículo difusor da ideia de que os portugueses constituíram

¹²¹ FREYRE, Gilberto. *Quase Política*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1950, pp. 195-196.

¹²² Muito antes, porém, que viessem a ganhar relevo as críticas diretamente enviesadas ao lusotropicalismo, elaborou-se, em África, um movimento literário que encontrou na defesa da formação de uma base literária nacional formas de expressar o descontentamento em relação ao estado de coisas mantido pelo domínio colonial. Contornos mais significativos desse movimento ganharam projeção a

um grupo definitivamente impar no estabelecimento de contatos com outros povos, representantes da única civilização capaz de estabelecer relações amistosas com outras civilizações, o lusotropicalismo passou a ser compreendido como instrumento de manutenção da hegemonia portuguesa na África. Algumas dentre as críticas mais consistentes surgiram de intelectuais que falavam diretamente de regiões africanas que,

partir da experiência angolana. No início do século XX, intelectuais e escritores angolanos transformaram sua escrita em um ponto de encontro com as principais questões para as quais fazia-se necessário destinar uma exploração articulada com os anseios da população angolana. Defesa da educação, da justiça e da liberdade são alguns dos temas que compunham o enredo dos trabalhos surgidos a partir da eclosão de uma literatura de “expressão africana”. É nesse momento que Silvério Ferreira, numa antevisão do mundo sobre a bandeira da liberdade, denuncia as formas de julgo de uma população sobre outra: “(...) A humanidade desagrilhoada pode já caminhar para o progresso sem preconceitos de raça, sem dogmas de religião; vendo a atitude do espírito do homem nas arrojadas empresas do gênio, e curvando-se submissa à memória dos Hugos e à personalidade dos Junqueiros. Terá um credo: o saber; sobre os altares pôr-se á a efígie dos grandes lutadores pelo desenvolvimento intelectual; os filósofos serão mais humanos, os pensadores mais consentâneos com os princípios de bondade. Desaparecerão as tabernas e abrir-se-ão oficinas; as cadeias cederão o lugar às escolas, e por toda a parte ver-se-á um novo estandarte com um só lema: “Ciência e Paz”. Paz na aldeia e na cidade, nos países como no mundo e, sobretudo, nas consciências”. O diretor da revista *Luz e Crença*, Pedro da Paixão Franco, figura de maior destaque de sua geração, por essa mesma época, exortava os homens a seguirem por valores críticos em relação às formas de domínios, e aponta o abandono dessas práticas como caminho para se chegar à formação do cidadão angolano: “Não sejamos indignos do século das luzes em que nascemos. Que aprenda cada um a sua custa e mostre o que sabe, para que os homens das emboscadas na noite da ignorância se convençam uma vez para sempre que o rebanho de carneiros vai desaparecendo. Ou cidadãos ou capachos. *Luz e Crença* foi um órgão cultural que, como registrado por seu diretor, buscou projetar luz à sociedade angolana, “luz para trilhar a larga estrada que rompe para o Futuro”. O segundo e último número desse periódico foi norteado por princípios “A Ordem pela Liberdade” e a “Liberdade pela Justiça”. Esse segundo número focou de forma mais enfática na ideia de independência política da sociedade angolana em relação ao jugo colonial. Voltando-se contra os “espíritos parasitas”, Paixão Franco apostou fortemente que as condições da época exigiam tal postura. Foi nesse sentido que definiu a tônica imprensa no derradeiro número de *Luz e Crença*: o apelo à “autonomia”. Eugênio Ferreira, em 1947, deu mostras de que a literatura angolana produzida nesse período carecia de expressão nacional. Nesse sentido, valendo-se de uma análise crítica, definiu o panorama literário angolano nos seguintes termos: “Sem pretensões, modestamente, duma modéstia resultante das suas próprias condições sociológicas, o meio literário de Luanda afirmar-se sobretudo por reais possibilidades de desenvolvimento e valorização. “Há, individualmente, valores apreciáveis, mas falta o ambiente propício às criações que simbolizam e afirmam uma específica forma de vida coletiva, um pensamento e um sentimento coletivos, quer dizer, o ambiente propício à criação literária”. Ainda nesse aspecto, temos a produção literária de um dos maiores expoentes desse cenário literário: o escritor moçambicano Castro Soromenho. Através do romance *Terra Morta*, publicado no Brasil em 1949, Soromenho pintou um quadro pelo qual revelou-se o quadro nada amistoso das relações travadas entre os colonos portugueses e os africanos. Em 1960, Castro Soromenho concedeu um depoimento para publicação no jornal *Cultura*, no qual faz esse apontamento: “Nenhum homem de cultura progressiva aceita a superioridade desta ou daquela civilização e sabe que os seus valores morais essenciais têm uma base comum. Daí a universalidade do homem para além das coordenadas definidas pelos padrões culturais que caracterizam as várias civilizações. Fora, ou à margem desta verdade, o homem toma posição racista, seja ele branco, amarelo ou negro. Uma posição anticultura”. Cf. FERREIRA Apud EVERDOSA, Carlos. *Roteiro da literatura angolana*. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 1979.

no constructo teórico formulado pela tese lusotropical acerca das colônias portuguesas, eram escalonadas como partes integrantes da civilização ibero-tropical.

A particularidade portuguesa nas formas de estabelecer contatos com outras regiões foi apresentada com mais ênfase por Freyre nas obras *Aventura e Rotina* e *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, editados no Brasil no ano de 1953, e surgidas após a viagem de Freyre pelas províncias ultramarinas portuguesas a convite do Ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, em 1951. Nelas, o sociólogo encerrou as máximas que caracterizavam a empresa colonial ibérica, em geral, e portuguesa, em particular, baseada no hibridismo cultural, na tolerância e em princípios católicos.

Nessas obras a tese lusotropical recebeu nítidos contornos. As regiões que juntas formavam as possessões coloniais portuguesas no ultramar são apresentadas como sociedades de integração multirracial, nas quais os portugueses estabeleciam relações marcadas pela tolerância e pela miscibilidade. O lusotropicalismo aparece, portanto, como teoria capaz de explicar o modo por meio do qual os colonizadores portugueses estruturaram um projeto de colonização totalmente ímpar. Ao distinguir o povo português e assinalar a positividade de sua empresa colonial, serviria ao projeto salazarista de projetar utopicamente a benignidade da presença portuguesa na Ásia e na África.

A partir dos anos 1950 verifica-se a ênfase conferida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros em propagandear os fundamentos do lusotropicalismo, tanto na metrópole quanto no ultramar. O objetivo dessa ação era reduzir os alicerces sob os quais se estruturavam os movimentos de libertação e consolidar definitivamente o retrato da colonização portuguesa como colonialismo cordial, interracial, mestiço e não racista. Em conjunto, esses princípios buscavam afirmar e justificar a colonização lusa

frente às pressões em prol da autodeterminação das colônias e da aceleração do processo de descolonização.¹²³

Assim, após a publicação de *Integração portuguesa nos trópicos* (1958), o Ministério dos Negócios Estrangeiros encarregou-se da tarefa de divulgá-la entre as embaixadas e os consulados portugueses em outros países. Na ocasião em que foi solicitado o pedido de divulgação da obra, correu a seguinte nota:

Tenho a honra de enviar a V. Exa., em separado, exemplares duma publicação do Ministério do ultramar sobre o tema *Integração Portuguesa nos Trópicos*. Como essa missão verificará tratar-se de um valioso estudo, em língua portuguesa e inglesa, do eminente professor, académico e historiador brasileiro Gilberto Freyre, que põe em relevo alguns dos aspectos mais notáveis da expansão portuguesa nas suas relações com povos e raças diferentes. Parece vantajosa a utilização do referido estudo e por isso conviria que essa Missão não deixasse de o remeter às entidades que possam interessar.¹²⁴

Com a deflagração da luta armada em prol da independência de Angola, em 1961, a tese lusotropical foi mobilizada pelo regime salazarista como instrumento de propaganda que, buscando amenizar as razões para o desejo de separação movido por Angola e Moçambique, passou a apresentar essas regiões como que destinadas a se constituírem, a exemplo do Brasil, em sociedades multirraciais, supostamente isentas de discriminação e preche de possibilidades futuras. Para tanto, fazia-se necessário, de acordo com o discurso salazarista, conceder uma margem de tempo hábil para que a

¹²³ Com o propósito de divulgar a tese lusotropical, que sinalizava para o perfil positivo dos contatos estabelecidos entre os portugueses e as “províncias ultramarinas”, o MNE incita os diplomatas portugueses a acompanhar e divulgar a produção bibliográfica do sociólogo pernambucano. Por essa razão, o Arquivo Histórico-Diplomático do MNE abriga uma ampla documentação que nos permite identificar o esforço movido pelo governo português em reunir a produção teórica de Freyre que mais de perto possibilitasse justificar a continuidade da missão e da expansão portuguesa. A esse respeito, consultar: Portugal. Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD-MNE). PAA 308; e P. 2, A. 59, M. 351.

¹²⁴ Cf. Portugal. Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD-MNE). “Circular n. 3 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, enviada às embaixadas, legações, consulados e delegações de Portugal”. PAA 308. Para mais detalhes, consultar CASTELO, Cláudia. O lusotropicalismo e o colonialismo português tardio. Disponível em: http://www.buala.org/pt/a-ler/o-lusotropicalismo-e-o-colonialismo-portugues-tardio#footnoteref4_hkgxqlo. Acesso em 08 de abril de 2016.

ação colonizadora portuguesa nos territórios tropicais se transformasse por completo ¹²⁵. Essa, portanto, foi a tônica da entrevista concedida por Salazar à revista norte-americana *Life*, em 1962, na qual o presidente do Ministério forneceu a seguinte nota sobre as relações estabelecidas entre brancos e nativos nas províncias africanas. Da análise do texto, é possível identificar a presença de ideias inspiradas no lusotropicalismo, que agiam como justificativa a permanência de Portugal na África:

Estes contatos jamais envolveram a menor ideia de superioridade racial ou discriminação.... Creio poder dizer que a característica principal da África portuguesa – apesar dos esforços conjugados em muitos setores para atacá-la com palavras e ações – é a primazia que sempre demos e continuaremos a dar à intensificação do valor e da dignidade do homem, sem distinção de cor ou credo, à luz de princípios da civilização que nós levamos às populações que em todos os sentidos estavam aquém de nós.¹²⁶

Salazar acentuaria ainda as diferenças que marcaram o modo português de estar no mundo e o programa colonial de outras nações europeias.

(...) diferimos fundamentalmente dos restantes, porque procurámos sempre unir-nos aos povos com quem entrámos em contato não apenas por laços políticos e económicos mas essencialmente por um intercâmbio cultural e humano no qual lhes demos um pouco da nossa alma e deles absorvemos o que podiam dar-nos.¹²⁷

O decreto-Lei nº 43893, de 6 de setembro de 1961, acenou, em termos semelhantes, para os aspectos que compunham o esforço colonizador português e que diferenciavam-no de outros modelos:

¹²⁵ Desde a década de 1950, a imagem do Brasil era comumente associada à benignidade da colonização portuguesa. Em conferências e exposições destinadas à propaganda do Império avultava a imagem de uma ex-colônia cuja grandeza seria a promessa da ação colonial lusitana para o conjunto das colônias africanas e orientais.

¹²⁶ SALAZAR, António de Oliveira. *Entrevistas: 1960-1966*. Coimbra: Coimbra Editora, 1967, p. 84.

¹²⁷ Idem.

a composição heterogênea do povo português, a sua estrutura tradicional comunitária e patriarcal, e o ideal cristão de fraternidade, que sempre esteve na obra de expansão, cedo definiram a nossa ação perante outras sociedades e culturas e impregnaram-se, desde logo, e um acentuado respeito pelos usos e costumes das populações que se nos depararam.¹²⁸

Pensando acerca da funcionalidade do lusotropicalismo em Angola, o ensaísta Mário Pinto de Andrade, um dos primeiros intelectuais africanos a desferir crítica consistente a essa ideia, fez da revista francesa *Présence Africaine* um canal para escoar o que considerou a frouxidão de se pensar a presença portuguesa na África e as relações entre africanos e portugueses no âmbito do sistema colonial a partir do lusotropicalismo projetado por Freyre. Publicado no 9º volume desse periódico, datado de outubro de 1955, o artigo “*Qu’est-ce que ‘le tropicalismo’?*” assim entendeu o processo colonizador impetrado por Portugal no território africano:

Segregação e assimilação são formas políticas através das quais a colonização garante os seus privilégios contra a legítima vitalidade dos povos colonizados. Trata-se de manter uma barreira entre os níveis de vida das duas populações e de evitar que a direção político-econômica seja disputada contra o europeu. Contudo, a assimilação e a segregação assumem formas diversas segundo características históricas, demográficas e econômicas do complexo colonial (...) Portugal é demasiado pobre pela sua demografia e recursos metropolitanos para que a segregação possa obter resultados nas suas colônias da África a não ser pela limitação sistemática da ascensão social dos autóctones e pelo sacrifício de uma parte do branco. Os compromissos são difíceis de evitar nos meios pobres. No Brasil e nas colônias africanas via-se por vezes o português aceitar cumprir tarefas que os outros europeus consideravam indignas de branco.¹²⁹

¹²⁸ BOXER, Charles R. *Relações raciais no império colonial português (1415-1825)*. Porto: Afrontamento, 1963, pp. 7-8.

¹²⁹ ANDRADE, Mário Pinto. “Qu’est-ce que le luso tropicalismo?”, p. 24. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04330.008.006>. Acesso em 16 de setembro de 2013.

Ao abordar os referenciais teóricos que na obra freyreana indicavam o processo de “mistura racial” como uma faceta específica que distinguia a colonização impetrada pelos portugueses, Andrade, de modo contrário a essa perspectiva, acentuou que o sociólogo pernambucano

se recusa em ver o funcionamento do aparelho colonial como sendo antes de tudo uma empreitada econômica dirigida por um poder político. Essa recusa é a maior fraqueza da sua sociologia (...). No fundo, a mestiçagem foi largamente praticada no Brasil não em virtude de considerações morais ou visão política, mas por uma simples circunstância o número extremamente reduzido de mulheres.¹³⁰

A colonização da África por portugueses é então percebida em sua aproximação com as ações colonizadoras impetradas pelas demais nações europeias. Andrade, portanto, observou no ganho econômico e na exploração as verdadeiras marcas do colonialismo português, numa postura muito distinta daquela defendida por Freyre, segundo a qual a expansão cristocêntrica teria sido a base desse sistema. O processo colonizador praticado principalmente depois da década de 1920 inviabilizavam pensar a experiência colonial portuguesa na África a partir do filtro criado pelo programa teórico lusotropicalista. Indo mais longe em sua análise, Andrade considerou o lusotropicalismo como teoria inválida até mesmo “para explicar a formação do Brasil”.¹³¹

Desse modo, na interpretação estabelecida por Andrade sobre o lusotropicalismo, o corolário ideal para essa ideia residia em considerá-la como “um movimento de integração de valores tropicais na cultura lusitana ou de circulação de

¹³⁰ ANDRADE, Mário Pinto, Op. cit, pp. 27-28.

¹³¹ Ibidem, p. 12.

produtos em áreas de influência portuguesa; nunca como uma harmonização de valores europeus (lusos) com os africanos ou orientais”.¹³²

Seguindo esses direcionamentos, em 1961 foi publicado o livro *A ilha de São Tomé*, do poeta e figura intelectual de destaque no cenário cultural são-tomense, Francisco José Tenreiro. A obra estabelece um diálogo com algumas das ideias presentes nas obras de Gilberto Freyre. Já no prefácio, Tenreiro defendeu a especificidade e originalidade da sociedade que fora erigida em São Tomé a partir do processo de “colonização e aculturação”. O quarto capítulo, intitulado “A ilha e os homens”, inicia-se com uma epígrafe que, dentre outros aspectos, cita a articulação com o pensamento freyreano. Na obra *Aventura e Rotina* (1953), o sociólogo, logo após visitar a ilha são-tomense, registrou que: “De volta ao Rio de Janeiro, contarei ao poeta Manuel Bandeira que descobri a Pasárgada com que ele sonha: é em São Tomé. Sob os

¹³² ANDRADE, Mário Pinto de. *Antologia da Poesia Negra de expressão Portuguesa*. Paris: Pierre Jean Oswald, 1958, p. 10-11. Em as *Origens do nacionalismo africano* (1997), Andrade realizou um recorte das ações movidas pela intelectualidade africana em busca da emancipação do continente. Reunindo um número significativo de pistas que evidenciavam a luta movida por esses intelectuais e divulgada por instrumentos midiáticos tais como a *Gazeta do Sul*, *Clamor Africano* e *O Negro*, Andrade reconstruiu toda uma trajetória que apontava para um passado e um presente de luta contra o jugo colonial português. Assim, como exemplo, citou O jornal *O Negro*, no qual, em seu primeiro número (21 de Março de 1911), na manchete intitulada Reflitamos, são ponderados os aspectos negativos advindos com a colonização: “Cremos ter chegado para todos nós, velhos ou crianças, adultos ou novos, o momento azado para refletirmos: não queremos continuar a ser enganados, porque estamos fartos de pagar, estamos fartos de tutores, de Salvadores e Senhores e tudo o que aspiramos é aprender a orientar as nossas ideias e a libertarmo-nos de todas as formas de tirania e exploração com que nos têm escravizado, esmagando em nós todas as energias de inteligência e todas as manifestações de vida social.” (*O Negro*. Órgão dos Estudantes Negros. Diretor: J. Cunha Lisboa; Redator Principal: Arthur Monteiro; Editor: Ayres Menezes; Propriedade da Liga Acadêmica Internacional dos Negros e empresa O Negro). Segundo Andrade, os “editorialistas desta efêmera mas significativa publicação expõem as linhas de força de um pensamento destinado a enraizar-se nas mentes das comunidades negras das colônias portuguesas. No cerne da temática está a auto-emancipação da *raça*”. Valendo-se de uma visão materialista do processo histórico, *O Negro* imprimiu aos seus números um conteúdo combativo: “Para modificar e engrandecer as ideias do homem é preciso, antes de tudo, modificar e engrandecer as condições de toda a natureza do maio sociológico em que ele vive; e para a modificação eficaz d’este, é necessário modificar as condições materiais da sua existência. É que as ideias são a representação cerebral do ambiente cósmico e social que o cerca. A única transformação a conseguir é a transformação do modo da posse da propriedade pela expropriação dos que as conquistam e gozam, em detrimento dos seus legítimos donos, qualquer que seja o ponto de vista sob que é encarado – moral, político ou econômico”. Num tom mais incisivo, conclamam “as vozes” de *O Negro*: “Queremos a África propriedade social dos africanos e não retalhada em proveito das nações que a conquistaram e dos indivíduos que a colonizam roubando e escravizando os seus indígenas”. Cf. ANDRADE, Mário Pinto de. *Origens do nacionalismo africano*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997, pp. 79-80.

coqueiros de São Tomé”. Já Tenreiro, dizia que a presença portuguesa na ilha fez-se sob o amparo do domínio e da subjugação. O alicerce colonial que serviu de cenário para essa relação conformou a marginalização. Sua conclusão foi a de que o colonialismo português, a forma como o mesmo estruturou-se (calcado em ciclos produtivos, na exploração da terra e no sistema de trabalho forçado), não seria um dado inteligível à luz da tese lusotropicalista. Por essa razão, Freyre teria se enganado ao considerar a ilha de São Tomé e Príncipe a “*Pasárgada* com que Manuel Bandeira sonhara”.¹³³

O lusotropicalismo, chave com a qual Freyre realizou uma síntese histórica da origem cultural da sociedade brasileira, se constituiria no alvo de um leque expressivo de críticas. Amílcar Cabral, no prefácio escrito para a obra de Basil Davidson, *Révolution en Afrique. La Libération de la Guinée Portugaise*, redigiu, em 1968, uma aguda crítica ao que considerou o “mito do lusotropicalismo”:

Introduzindo à pressa alterações na Constituição portuguesa com o fim de escapar à obrigação das Nações Unidas, o colonialismo fascista de Portugal conseguiu, além disso, cortar todas as possibilidades de informação não-oficial acerca das suas ‘províncias ultramarinas’. Uma importante máquina de propaganda foi posta a funcionar com o fim de convencer a opinião internacional de que os nossos povos viviam no melhor dos mundos, que éramos portugueses felicíssimos e cujo único sofrimento seria a nostalgia da branca mãe-pátria separada pela fatalidade geográfica. Todo um mito foi construído. E, como em todos os mitos, sobretudo quando se referem ao domínio e exploração dos povos, não faltam ‘homens de ciência’ entre os quais um sociólogo conhecido, para lhe dar uma base teórica: o lusotropicalismo. Gilberto Freyre, confundindo, talvez involuntariamente, realidades (ou necessidades) biológicas e realidades socio-econômicas (históricas), fizera de todos nós, povos das colônias províncias portuguesas, os felizes habitantes do paraíso lusotropical.¹³⁴

¹³³ TENREIRO, Francisco. *A ilha de São Tomé*. Lisboa: Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, 1961, p. 212.

¹³⁴ CABRAL, Amílcar. “Prefácio.” In DAVIDSON, Basil. *A libertação da Guiné: Aspectos de uma revolução africana*. Lisboa: Sá da Costa, 1975, p. 25.

De acordo com Cabral, Freyre, por intermédio de uma construção teórica que tomou o português como exemplo positivo no que respeitava a condução da empresa colonial, converteu as populações integrantes das “províncias-colónias de Portugal, em felizes habitantes de um paraíso luso-tropical”.¹³⁵

Fora do circuito africano, o lusotropicalismo seria interpelado por Charles Boxer a luz das relações interétnicas instituídas no império colonial português entre os séculos XV e XIX, tema trabalhado pelo autor na obra *Relações raciais no império colonial português (1415-1825)*, publicada em 1963. Ao avaliar a abrangência do lusotropicalismo em sua capacidade de se tornar um canal de entendimento do modo como essas relações estruturavam-se no sistema colonial montado pelos portugueses na África, Boxer chegara à conclusão de que essa ideia seria imprópria para a compreensão da dinâmica assumida pelos contatos entre africanos e portugueses. Os fatos históricos e os interesses envoltos na trama colonial portuguesa contradiziam a tese lusotropical.

No entendimento de Boxer, a evocação do português como povo tolerante, plástico e inclinado ao estabelecimento de relações harmoniosas com as populações coloniais constituiu-se numa crença por muito tempo mantida “sincera e profundamente”. Porém, não se “segue daí que estejam sempre bem fundamentadas nos fatos históricos”.¹³⁶ É precisamente neste aspecto, isto é, no levantamento de fatos que definiram o corpo maior das relações entre portugueses e africanos no âmbito do sistema colonial que residiu o trabalho do historiador inglês.

De acordo com Boxer, as “relações raciais no velho império colonial português não apresentaram, invariavelmente, um tal quadro de integração harmoniosa”, como propagandeado por Salazar e conseqüentemente pelo pilar teórico incorporado pelo

¹³⁵ CABRAL, Amílcar, 1975, p. 26.

¹³⁶ BOXER, Charles R. *Relações raciais no império colonial português (1415-1825)*. Porto: Afrontamento, 1963, p. 8.

regime para validação e justificativa da empresa colonial: o lusotropicalismo desenvolvido por Freyre e sistematizado logo após o retorno de suas viagens pelas “províncias ultramarinas”.¹³⁷

Boxer descreveu um cenário colonial cuja estrutura lexical que o caracterizou em sua obra partiu de palavras como “guerra”, “pilhagens”, “incursões”, “cercos”, “represálias”, “domínios”, “poder” e “força”. Exemplo desse ambiente de relações conflituosas, o contato entre portugueses e mouros representara, de acordo com o historiador, perdas irreparáveis para estes. “A sorte dos ‘mouros de pazes’, ou mouros que se submetiam aos portugueses, era normalmente muito dura. As suas mesquitas e lugares santos eram profanados, as suas preces interrompidas por assobios, escárnios e pedradas e, às vezes, também as suas mulheres eram violadas”¹³⁸, anotou Boxer. Se havia, nesse sentido, uma “espécie de relação amor-ódio entre os portugueses e os mouros, certamente era o ódio que predominava”¹³⁹. Tal diagnóstico contrastava em muitos pontos com o que até então vinha sendo escrito e divulgado por Freyre em relação à especificidade da colonização portuguesa, cujo aspecto distintivo residia justamente na condução, por parte dos colonizadores, de contatos harmoniosos com a população nativa.

Boxer passou ao largo de considerar como pacífica a fusão racial envolvendo portugueses e africanos. Nas ilhas, essa mistura “resultou no domínio dos traços

¹³⁷ Não compete aos limites deste trabalho abordar pormenorizadamente da recepção das ideias de Freyre em Portugal. Mas, importa dizer que mesmo tendo se aproximado do salazarismo, havia consideráveis diferenças de registo ideológico e de perspectiva do olhar entre o sociólogo pernambucano e os ideólogos do regime. Sobre o assunto, consultar ALMEIDA, Miguel Vale de. *Um mar cor da terra: "raça", cultura e política de identidade*. Oeiras/Portugal: Celta, 2000 e CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1999.

¹³⁸ BOXER, Charles, Op. cit., p. 10.

¹³⁹ Ibidem, p. 11.

culturais europeus”.¹⁴⁰ “O resultado da concentração portuguesa no tráfico de escravos foi a convicção enraizada”, acrescentou, de que o negro podia ser legitimamente escravizado e, portanto, que era indubitavelmente inferior relativamente ao branco.”¹⁴¹ Até mesmo a ideia justaposta à expansão colonial, aquela que apontava que esta fora tocada pelo objetivo de expandir a fé cristã, encontrou um revés analítico em *Relações raciais no império português (1415-1825)*. Nesta são expostos relatos de padres para os quais o cristianismo deveria ser “imposto pela força”. Vale ressaltar que a obra foi acolhida criticamente em Portugal. Armando Cortesão (1891-1977) foi um dos intelectuais portugueses que voltou-se contrariamente à perspectiva delineada por Boxer sobre o Império colonial português. Em *Realidades e desvarios africanos* (1962), Cortesão, numa aproximação com as ideias freyreanas, defende o que considerou constituir a positividade da presença portuguesa na África. Em seu entendimento, os portugueses fundaram uma empresa colonial “fundamentalmente diferente”, que contrastou com aquela erguida por outros europeus. Moveram-se os lusitanos com o objetivo de “civilizar” e “cristianizar” as mais distintas populações.¹⁴²

Ainda nessa direção, José Antonio Gonsalves de Mello, mesmo sem tomar partido na contenta envolvendo o estudo de Boxer e as ideias apresentadas na obra de Freyre sobre a expansão portuguesa, apontou para o fato de que o “que Gilberto Freyre afirmou não é que não haja entre portugueses e brasileiros preconceito de raça sob nenhuma forma, mas que esse preconceito foi sempre, e continua a ser, mínimo, quando

¹⁴⁰ BOXER, 1963, p. 18.

¹⁴¹ Ibidem, p. 43.

¹⁴² CORTESÃO Apud SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Charles Boxer (contra Gilberto Freyre): raça e racismo no Império Português ou a erudição histórica contra o regime salazarista*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862013000200001#_ednref3. Acesso em 06 de janeiro de 2016.

comparado com as formas como se apresentava entre povos europeus e da América do Norte”.¹⁴³

Mesmo com a publicação e divulgação de ideias como as defendidas por Boxer, o discurso de Freyre em relação a “pax lusitana” não passou a assumir outros contornos. Em *Brasil, nação hispânica*, o sociólogo, ao contrapor os métodos dos colonizadores portugueses com aqueles movidos pelas nações europeias, afirmou constituírem os primeiros um grupo alheio aos preconceitos de raça, o que, por extensão, acarretaria, nas sociedades formadas do contato com a cultura ibérica, o desenvolvimento dessas mesmas qualidades. Na avaliação de Freyre, embora reconhecesse um número significativo de portugueses que, incitados por exemplos belgas, holandeses e ingleses, caminhava na contramão da atitude lusitana, em particular, e ibérica, em geral, de relacionar-se com povos “não-europeus” alheios às manifestações de preconceitos raciais, constituía essa “pax” um elemento regulador das relações entre portugueses e as áreas colonizadas.

Utilizando como indicador de seus estudos sobre o processo colonial africano a ação colonizadora estabelecida em Angola, o historiador norte-americano Gerald Bender indicou uma nova via de acesso à compreensão do que inevitavelmente teria conferido contorno à empresa colonial movida pelos portugueses nessa região. Em *Angola sob o domínio português. Mito e realidade*, livro editado em 1978, fruto dos resultados de sua tese de Doutorado, Bender, no capítulo “Lusotropicalismo: teoria e prática racial”, em direção oposta às sugestões elaboradas por Freyre, afirmou ter constituído a presença portuguesa em regiões africanas um exercício próximo aos objetivos manifestados por outras nações europeias. No plano das relações dos

¹⁴³ MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 de maio de 1988. FUNDAJ/Campús Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

portugueses com os africanos, tais manifestações passavam ao largo do que aparecia inscrito o postulado teórico da doutrina lusotropical. Universalizado, conforme Bender, por obras como *O mundo que o português criou* e *Um brasileiro em terras portuguesas*, o lusotropicalismo prescrevia que, criadores de sociedades multirraciais, os portugueses não foram acompanhados por nenhum outro grupo europeu na criação de uma “civilização singular capaz de existir em termos amistosos com todas as outras civilizações”. Nesses trabalhos, os portugueses apareciam como responsáveis pela miscigenação, cuja expansão por outras terras deu-se na ordem de uma associação contrária aos objetivos manifestados por seus pares europeus. Seriam, conforme crença estimulada pela tese-tropicalista, os “inventores do mulato”, acepção que para Bender não pressupunha o verdadeiro fundamento qualificador da empresa colonial lusitana.

Considerando “exageradas” as asserções de Freyre, Bender afirmou que as mesmas perdiam sentido a partir da análise das evidências deixadas pela colonização. Uma pesquisa cuidadosa “a luz das realidades contemporâneas” possibilitava a exposição de um novo modelo de entendimento acerca do que foi promovido pelos portugueses em Angola. De uma densa pesquisa, cujo alicerce formara-se do estudo de documentação numerosa, de inquéritos e de entrevistas, Bender concluía que o “lusotropicalismo não passou de uma justificação para a tentativa de Portugal manter a hegemonia em África”. “Terá sido a formação da nação portuguesa tão específica que criou um tipo de colonizador diferente do resto da Europa?”. “Seria o tratamento dos negros, nas colônias portuguesas, conforme as doutrinas não raciais da ideologia lusotropical?”¹⁴⁴. São essas as perguntas organizadas por Bender. O que se segue de sua exposição surgiu do que o autor considerou a reunião de evidências que permitiam a

¹⁴⁴ BENDER, Gerald J. *Angola sob o domínio português. Mito e realidade*. Lisboa: Sá da Costa, 1980, p. 29.

configuração de um vasto campo de observação das arbitrariedades portuguesas e dos exemplos de intolerância racial em relação aos povos colonizados. Nesse sentido, a experiência histórica colonial de Portugal é inserida em quadro mais amplo, que ajustava a sua plataforma de ação e de organização às demais investidas coloniais europeias na África.

Embora fosse possível apontar para um tom mais “igualitário” nas declarações e nos estatutos de Lisboa acerca dos africanos quando comparados aos que eram promulgados em Londres, Amsterdã, Paris ou Bruxelas, o mesmo não soava como indicativo, de acordo com Bender, do “comportamento dos nacionais portugueses em contato direto com os africanos”. Tal contato não era “notoriamente melhor e por vezes era mesmo pior, do que os dos elementos de outras nações colonizadoras europeias”.

O aproveitamento da teoria luso-tropicalista pelo governo salazarista a partir da década de 1950 foi atribuído por Bender à necessidade manifesta dos portugueses de, na ausência de provas substanciais de harmonia inter-racial na Ásia e na África, procurar “validar suas pretensões luso-topicais de não-racismo por meio do exemplo do Brasil”.¹⁴⁵ O próprio Freyre, no retorno de sua viagem pelas possessões ultramarinas portuguesas, consagraria a visão de uma extensão nas regiões africanas administradas por Portugal das mesmas qualidades positivas provenientes do resultado da colonização do Brasil pelo fator ibérico. O Brasil, explicou Bender, foi “amplamente aclamado como um paradigma de assimilação racial e como o mais perfeito exemplo de democracia racial no mundo contemporâneo”. Para tanto, contribuíram enormemente as obras e o pensamento freyreanos. Nesse sentido, o Brasil foi tomado como a “razão de estar de Portugal em África”.

¹⁴⁵ BENDER, 1980, p. 44.

Contudo, longe da fórmula prescrita pelo lusotropicalismo, o que se viu da presença portuguesa na região angolana fora um misto de intolerância e de apego a uma ação colonial com fins de manutenção de uma hegemonia que já mostrava as marcas dos solavancos causados por constantes conflitos envolvendo colonos e africanos. Partindo desse referente, Bender desqualificou a correlação sugerida por Freyre da “dinâmica da miscigenação” entre Brasil e Angola sob a colonização portuguesa. Mesmo no Brasil, seria infundado pensar, como definido pelo lusotropicalismo, que o “fator chave da equação racial brasileira tinha sido a presença da cultura portuguesa”. Em extensão, seria infundado pensar, a semelhança de Freyre, na extensão inevitável da suposta exemplaridade brasileira para Angola pelo simples fato de que o Brasil apresentava problemas suscitados pela “desigualdade econômica, social e política entre os brancos e os não-brancos, herança direta do período colonial. Essa constatação leva o autor a considerar se seria realmente “desejável que os angolanos tentem rivalizar com o modelo brasileiro das relações de raça”. Admitindo a distância entre o padrão de assimilação negra verificado no Brasil e a realidade do programa colonial operado por portugueses em Angola, Bender cita um trecho do artigo de Agostinho Neto publicado na revista *Notícia*, no ano de 1974, no qual o ativista angolano registrou seu desconforto com as teses que acenavam para o sucesso da história dos portugueses em terras brasileiras e a conseqüente adaptação desse modelo ao futuro da sociedade angolana. No texto reproduzido por Bender, lê-se: “Nós não queremos ser um Brasil, como alguns dizem. Até porque nós não acreditamos muito nas soluções do problema social que se tem implantado no Brasil. No Brasil o negro é negro e o branco é branco. Nós não temos provas nenhuma de que no Brasil haja uma ascensão dos negros que foram de Angola, que estão na Baía e continuam lá a vender o seu doce de ginguba e outras

especialidades da cozinha angolana, mas que não conseguem sair da favela. Isso não é solução. Temos que ter uma solução melhor”.¹⁴⁶

As tradições ibéricas como condutoras das relações raciais na sociedade brasileira.

Apesar das críticas que apontavam a inconsistência de pensar o Brasil e as relações raciais a partir do postulado da democracia racial¹⁴⁷, Freyre tomou a civilização ibérica, de expressão luso-hispânica, como modelo, por apresentar-se livre dos “preconceitos de raça nas suas formas mais cruas”. A essas formas “mais cruas” o autor associou as relações, ou melhor, “desajustamentos” entre “bancos e pretos” evidentes nas regiões colonizadas pelas demais nações europeias. Entre essas regiões, a África do Sul, o Congo Belga, e as “Áfricas Inglesas”.¹⁴⁸

Dialogando com as ideias que sinalizavam para outra perspectiva de análise que não aquela voltada à exaltação da colonização portuguesa nas regiões africanas, Freyre avaliou de forma negativa principalmente o modo pelo qual os ingleses montaram as

¹⁴⁶ Ibidem, p. 90. Em agosto de 2004, quando do lançamento da obra de Bender em Angola, vários intelectuais angolanos reunidos no evento avaliaram-na como “obra de consumo obrigatório”. Conferiram destaque ao fato de ter o autor mobilizado uma ampla documentação e dados secretos da administração colonial. José Patrício, um dos presentes no lançamento, avaliou a leitura do trabalho de Bender como igualmente válida “para as pessoas que viveram esse período, visto que muitas situações importantes foram ocultadas pelos colonialistas portugueses e outras passaram despercebidas das populações, mas que o livro retrata de forma direta e clara”. As informações são da página eletrônica “Angop”, disponível no endereço http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/lazer-e-cultura/2004/7/34/Intelectuais-aconselham-leitura-obra-Angola-sob-dominio-portugues-mito-realidade,29f0ac71-45bc-481c-a517-8bdf5e2b431a.html. Acesso em 11 de fevereiro de 2014.

¹⁴⁷ Lawrence Nevins, em “Brazil and Africa”, artigo publicado no *Journal of Inter-American Studies*, em 1964, realizou diagnóstico sobre o quadro de relações raciais no Brasil de modo a situar como “exagerada” as ideias que viam o país como isento de “qualquer forma de discriminação”. O Brasil, de acordo com o autor, havia produzido uma “auto-imagem nacional”, pela qual se subscrevia à nação um quadro de “harmonia inter-racial” e “tolerância”, imagem essa espalhada para o mundo “nas obras de Gilberto Freyre”. Cf. NEVINS, Lawrence. “Brazil and Africa”. In: *Journal of Inter-American Studies*, Vol. 6, No. 1 (Jan., 1964), pp. 121-123. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/164935>. Acesso em 07 de fevereiro de 2014.

¹⁴⁸ Cf. FREYRE, Gilberto. “Brasil, nação hispânica: novas sugestões em torno de um tema já versado pelo autor”. Salvador: Universidade Federal da Bahia, nº 114-115, mai./jun. 1966, p. 21. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

bases de seus contatos com as populações africanas. “O que se verifica”, anotou Freyre, no que constituiu um argumento que abordou, em um tom irônico, a “democrática” sociedade inglesa,

é que os mestiços das Áfricas portuguesas, embora sua condição não seja idilicamente perfeita - longe disto, em alguns casos - gozam de regalias que lhe são negadas nas inglesas e, sobretudo, na União Sul-Africana. Podem mestiços e até negros casar nas Áfricas portuguesas com brancas, sem que isto constitua o escândalo que foi, há alguns anos, no democrático mundo anglo-saxônico, o casamento de uma filha de Sir Stafford Cripps - grande inglês moderno de quem cheguei a receber, estando ele já mortalmente enfermo, uma das cartas mais compreensivas que já recebi, dentre as que me têm sido dirigidas em línguas inglesa - com um negro retintamente africano.¹⁴⁹

O “prolongamento” do patriarcalismo influenciara o tratamento dispensado por alguns portugueses às populações africanas. Embora assim tenha se estruturado parte da compreensão sobre a presença portuguesa na África, Freyre, contudo, não associou a essa atitude os atributos que estiveram intrincados aos demais sistemas coloniais europeus. De acordo com o sociólogo, os portugueses podem vir prolongando “demasiadamente seu patriarcalismo”. Não obstante, “não humilham populações de cor”. Essa prática, no esquema interpretativo freyreano, expressava mais de perto o “rigor sistemático com que ingleses, holandeses, belgas e mesmo franceses – mais “modernos” que os portugueses – vinham praticando nos trópicos sua política”. As regiões tocadas pela cultura ibérica não sofriam, portanto, dos problemas decorrentes de uma classificação populacional fundada na diferenciação entre “superiores” e “inferiores”. Exemplos desse quadro poderiam ser observados na segregação de negros realizada em “Estados do Sul dos Estados Unidos como até na Rússia Soviética”.

Convém apreciar ainda a defesa efetivada pelo sociólogo sobre o fato das

¹⁴⁹ FREYRE, 1966, p. 22.

sociedades ibéricas totalizarem um modelo social no qual inexistiam demarcações e classificações rígidas com base no critério racial. A cultura ibérica luso-hispânica respondia, nessas sociedades, pela ausência de distúrbios relacionados aos conflitos raciais. O mesmo, no entanto, não poderia ser associado ao caso de regiões cuja formação repousava no prevalecimento de rigorosos padrões de diferenciação.

A verdade, porém, é que o hispano, em geral, o português, em particular, projetaram sobre as terras tropicais que marcaram com sua presença ibérica e hispano-cristã uma imagem diferente das dos outros colonizadores europeus. Menos etnocêntricos. Daí situações hispano-tropicais, em geral, luso-africanas, em particular, que não são exatamente idênticas às criadas na África por outros tipos de colonização europeia, sob vários aspectos tecnológicos, econômicos e até educacionais, superiores à espanhola ou à portuguesa. Estas colonizações hispânicas, entretanto, conseguiram desenvolver nos trópicos, como a de nenhum outro europeu, formas simbióticas, euro-tropicais, de cultura; e tipos dinamicamente atuantes de mestiços também euro-tropicais. O caso do cubano, do filipino, do venezuelano, do goês, do brasileiro.¹⁵⁰

As leituras de Freyre sobre as apreciações que estavam sendo elaboradas sobre os padrões de convivência humana e de relações raciais, foco das pesquisas então desenvolvidas pela UNESCO, assumiram contornos variados. Em alguns casos, o sociólogo de Apipucos estabeleceu referências diretas àqueles que, a exemplo dos sociólogos ligados a USP, iniciaram o trabalho de ataque a alguns dos pontos que atravessavam sua obra. Em outros, as observações em relação ao clima cultural da época, que envolviam considerações acerca do ambiente de disputas e enfrentamento ideológico inaugurados com a Guerra Fria, ganham um traçado mais indireto, eivado de amplas observações. Tal percepção não corresponde aqui a uma tentativa de conferir grau a esta ou àquela intervenção de Freyre. Buscamos avaliar em que medida e quais os elementos que estruturaram o diálogo com os programas e críticas iniciados com a

¹⁵⁰ FREYRE, Gilberto. “Sobrevivências patriarcais na Angola”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 de novembro de 1952, p. 4. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

criação de pesquisas tocadas pelo objetivo de desenvolver soluções para os conflitos de ordem racial.

Em textos que vieram a público durante a década de 1960, Freyre propôs-se a inventariar de forma enfática os aspectos que não conferiam ao Brasil e às regiões formadas a partir da matriz cultural ibérica os pontos negativos que assolavam comunidades formadas sob os traços da intolerância racial. Parte desses textos voltara-se, como que atendendo as balizas que guiavam os principais debates da época, ao cotejo entre a forma ibérica de colonização e a que fora resultado de belgas, franceses, holandeses e ingleses. Esta, de modo contrário ao perfil que vigorou, por exemplo, na ação colonizadora portuguesa, fora guiada exclusivamente pelo que Freyre considerou “incapacidade de confraternizar com povos de cor”. Isso correspondia, no presente das sociedades formadas pela empresa colonizadora desse grupo europeu, a problemas no convívio e no trato entre as “raças”.

Em uma de suas incursões por essa questão, Freyre abordou os pontos que distinguiam a configuração social brasileira daquelas tocadas de perto por essa ordem de conflitos. Situando os “hispanos” como responsáveis pelo desenvolvimento de um ramo moderno da Antropologia pelo qual tornaram-se vagas e inconclusas as distinções entre “raças superiores” e “raças inferiores” (afirmando inclusive que foi acompanhado de perto em tal parecer por Alfred Métraux), o sociólogo conferiu lugar de destaque aos povos ibéricos no que se referia ao desenvolvimento de relações harmoniosas com “os povos de cor”. Nesse assunto, em que “o português mais castiçamente têm sido, ou são, mestres”, os brasileiros, “também castiços, seus melhores continuadores” mais “completos que quaisquer outros europeus ou descendentes de europeus”, poderiam oferecer soluções às demais nações. “O que não significa ser o Brasil perfeito neste

particular: democracia racial”,¹⁵¹ completou Freyre. Esse, ao que tudo indica, parece consistir num argumento revelador do fato de Freyre, ciente das críticas que estavam sendo desferidas a essa perspectiva, buscar alternativas, por meio de sua atividade intelectual, que fossem capazes de manter salvaguardadas as premissas que em seu esquema interpretativo da sociedade brasileira conferiam especificidade à civilização ao qual o Brasil apresentava-se como líder.

Iremos assinalar, por ora, algumas considerações elaboradas por Freyre que acenam para o diálogo com os debates que de forma direta ou transversal colocavam em relevo aspectos presentes em sua obra.

Em “Atualidade de uma ideia brasileira”, matéria publicada no *O Cruzeiro*, de 20 de outubro de 1962, Freyre discutiu os aspectos que conduziram à boa recepção do lusotropicalismo inclusive em regiões do território africano. “É surpreendente como vem crescendo o número de estudos e de comentários em torno do chamado lusotropicalismo - teoria de origem brasileira”¹⁵², ponderou o sociólogo, cômico das abordagens que vinham sendo elaboradas acerca dessa tese.

O sociólogo comentou a projeção e a aceitação do lusotropicalismo por diversos institutos e intelectuais, conferindo especial destaque para o fato de pensadores sociais “considerarem com o máximo interesse a matéria em seus cursos, em seus livros e em seus pronunciamentos em torno de problemas de convivência humana e de relações internacionais.”¹⁵³

A validade da teoria lusotropical na perspectiva luso-angolana foi trabalhada e exposta por Freyre mediante o destaque dos pontos assinalados no artigo de Salvador de

¹⁵¹ FREYRE, 1952, loc. cit.

¹⁵² FREYRE, Gilberto. “Atualidade de uma ideia brasileira”. *O Cruzeiro*, 20 out. 1962, 6. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 8.

Mendonça, publicado, na ocasião, em um “jornal moderno de Luanda”. De acordo com Freyre, o autor resumiu, em “termos do melhor jornalismo”, a positividade dessa teoria na explicação da configuração social e cultural de Angola, dado significativo no exemplo de que o critério lusotropical possibilitava a visão em conjunto da configuração assumida pela presença ibérica no mundo. O contato dos portugueses com as regiões africanas, a exemplo de Angola, encontrou no lusotropicalismo o seu ponto máximo de entendimento. O mesmo permitiria, em uma extensão de análise, o discernimento entre as principais empresas coloniais europeias e àquela movida pela expansão luso-hispânica. De acordo com Freyre,

O colaborador de A Província de Angola destaca, da teoria ou da sistemática lusotropical, o ter ela fixado o fato de vir o português se estabelecer, de ordinário, nessas áreas tropicais como residente, e não como transeunte; e com um profundo sentido de integração. É esse sentido e aquela tendência que explicam ser Angola diferente, como é, do Congo Belga, das Rodésias, da União Sul-Africana.¹⁵⁴

Tendo por norte tal compreensão, isto é, de que a “integração” acomodara o alicerce da presença portuguesa – e ibérica, em geral – no território africano, não seria impróprio a Freyre imprimir ao seu argumento um tom de denúncia às críticas que vinham apontando a existência em Angola, como nas demais regiões africanas por Portugal colonizadas, de problemas semelhantes aos de ordem racial, que opunham em planos culturais opostos “brancos” e “negros”, enfrentados por regiões colonizadas pelos demais povos europeus. Nesse sentido, rebatendo os “demagogos” responsáveis pela agitação de uma noção contrária àquela que percebia a obra colonizadora ibérica como a projeção de um conjunto de valores que enriqueceriam as regiões por eles tocadas, Freyre registrou a sua crítica nos termos a seguir:

¹⁵⁴ FREYRE, 1962, p. 9.

O que, porém, irrita a quantos tenham um conhecimento tranquilamente objetivo da matéria é ver que simples agitadores, puros demagogos e - o que é pior - agentes a serviço de interesses políticos ou econômicos estrangeiros venham conseguindo impressionar inocentes úteis - nos Estados Unidos e até no Brasil - com alegações que deformam de todo a realidade. E apresentando Angola como cru exemplo de exploração de negros por brancos.¹⁵⁵

Algum tempo depois dessa crítica ter sido sistematizada, o discurso de Freyre não modificaria. Manteve-se o apelo para que as nações tropicais seguissem por uma proposta de civilização delineada nos marcos da cultura ibérica. Essa sugestão, porém, passou a ser redimensionada na análise dos problemas por Freyre apontados como “da época”. Passaram, então, as análises e os estudos de desenvolvidos pelo sociólogo por um entendimento do futuro dos povos tropicais em meio ao conflito entre “culturas imperiais”. Assim, interesses que não estivessem correlacionados a essa sistemática tropical poderiam reclamar o direito de se constituírem em guias para as sociedades que compunham o complexo civilizacional luso-hispano-tropical.

De acordo com Freyre, a ação atual de dois “super-impérios” reclamava dos povos tropicais uma organização que fosse capaz de realizar a defesa e promoção de “seus direitos”. Nessa constatação, caberia ainda às regiões tropicais a criação de uma política internacional integrada, que propalasse uma ação diplomática correspondente ao esforço de resguardar os interesses que, em um plano maior, cabiam apenas a essas regiões.¹⁵⁶

Numa análise mais aprofundada sobre esse assunto, Freyre assinalou que os povos tropicais

Precisam também de ser realistas. Evidentemente a situação internacional exige das populações tropicais constituídas em Estados-

¹⁵⁵ FREYRE, 1962, pp. 9-10.

¹⁵⁶ FREYRE, Gilberto. “Política internacional e trópico”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de novembro de 1969, p. 6. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

Nações governos, que seus governos desempenhem a função executiva de governos em correspondência com as tradições, os característicos, os valores, as perspectivas de futuro nacional, dos povos e de suas ecologias, em face de interesses de povos não-tropicais talvez ainda animados de propósitos de dominação sobre os tropicais e de exploração de recursos tropicais em benefício de economias ou políticas não-tropicais. Talvez ainda haja poderes não-tropicais influenciados pela ideia de que, encontrando fraqueza ou passividade ou bisantinice da parte de povos tropicais, cabe-lhes o direito de mantê-los em dependências mais ou menos dissimulados. Daí, a alguns analistas dessa atualíssima situação, não parecer o momento exato dos povos tropicais pretenderem requintar-se em bisantinices de organizações estatais que tornarem difícil a defesa ou a promoção de seus interesses ecológicos, de seus propósitos nacionais, dos próprios fundamentos, podem as sociedades e culturas tropicais diluir-se em simples caricaturas ou arremedos das sociedades e de culturas atualmente imperiais.¹⁵⁷

As observações trazidas a efeito por Freyre partiam da inserção do Brasil em um modelo de civilização muito particular. Formado no seio da tradição ibérica, nas expressões de natureza luso-hispânica, o Brasil era tomado como ponto de equilíbrio no que se referia aos principais problemas que afetavam a época. Em relação a esse equilíbrio, Freyre procurou matizar as observações que apresentavam o Brasil como um país não integralmente isento de problemas raciais e que, por extensão, reagrupavam a ação colonizadora portuguesa às demais empresas coloniais europeias. Tais constatações seguiam numa direção oposta a tese de exemplaridade da colonização portuguesa e, conseqüentemente, da ideia de constituir o Brasil uma nação cuja singularidade residia na construção de uma organização social cuja identidade, formada sob a base da miscigenação, poderia servir de exemplo aos demais países.

A sugestão movida por Freyre para que o Brasil tomasse a dianteira no processo de integração das regiões tropicais foi apreciada e analisada favoravelmente por alguns dentre aqueles que compunham a *intelligentsia* da época. Em *Gilberto Freyre e a integração atlântica do Brasil*, o diretor dos *Diários Associados*, Assis Chateaubriand,

¹⁵⁷ FREYRE, 1969, p. 7.

forneceu o registro de uma conversa que travou com o sociólogo durante viagem deste pelos Estados Unidos, no ano de 1964.

Chateaubriand situou Freyre como o representante brasileiro apto a projetar no exterior a relevância da colaboração do Brasil para “o mundo livre que dele carece”. O sociólogo “sabe na ponta da língua o que nos cumpre dizer em trocos miúdos”¹⁵⁸, completou o autor, sobre o que deveria compor as mensagens de brasileiros junto à comunidade internacional.

Cumpriria ao Brasil, no entanto, zelar para que as relações com o estrangeiro respeitasse algumas premissas e que fossem conduzidas sem prejuízo às tradições. Após realizar o balanço da projeção intelectual do autor de *Casa Grande & Senzala* nos Estados Unidos, Chateaubriand concluiu que nossa “presença na grande política internacional constitui para Gilberto Freyre, mais que uma exigência da honra nacional, um imperativo da nossa inteligência para selecionar os caminhos certos e seguros.”

A missão à qual estava associada a liderança do Brasil em relação a civilização tropical exigia que fossem salientados os elementos de distinção entre sua cultura, de matriz ibérica, e outras realidades culturais, que iam desde uma consideração acerca das diferentes noções em relação ao conceito de “tempo” a uma apreciação mais geral das diferenças presentes nos processos de formação nacional. Discorrendo sobre a ideia de tempo ibérico (temática sugerida por Freyre como capaz de vasculhar toda a especificidade inscrita na construção cultural ibérica do Brasil e das demais nações tropicais), o sociólogo explicou que até mesmo o “sentido de tempo varia no Brasil, sem criar desarmonias violentas aos brasileiros”. Confessou, em contrapartida, que existiam

¹⁵⁸ CHATEAUBRIAND, Assis. “Gilberto Freyre e a integração atlântica do Brasil”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 30 de dezembro de 1964, p. 4. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/NDM/ FJN.

brasileiros “ianquisados para os quais ‘time is money’ como para qualquer ianque”. Contudo, a maioria dos brasileiros vivia sob o influxo de um tempo ibérico, mais afeito, conforme o sociólogo, à “vida lenta”, saboreada através de um “bom charuto”, “modinha de violão” e atribuindo-se ao amanhã os afazeres de hoje. Por essa e outras circunstâncias, o Brasil, antes de aderir à lógica vigente em civilizações como os Estados Unidos e a Rússia soviética, deveria concentrar esforços e fazer valer sua posição de destaque entre as nações que compunham a civilização íbero-tropical. Para tanto, não poderia ficar à mercê de estratégias estrangeiras. Sua posição lhe reservava condições para que sobressaísse um plano de direção dessas nações. De acordo com Freyre,

a cultura brasileira tem em si elementos que podem fazer que ela contribua, mais que a cultura ianque ou soviética, demasiadamente obcecadas pela mística do trabalho e excessivamente sob a tirania do relógio, para uma civilização, como tende a ser a civilização dos povos modernos, sob a automação, mais de lazer que do trabalho. E harmonizando, tanto quanto possível, dentro de um novo tipo de civilização moderna no trópico, contrastes de sentido de tempo, de época histórica, de situação regional, de condição étnica, de herança cultural, que o Brasil quase todo estendido em espaço tropical, vem realizando o que parece ser a sua dupla missão: a de civilizar uma boa parte do trópico e a de *tropicalizar* o que na sua civilização é de origem europeia. Uma grande missão.¹⁵⁹

A abordagem dessa questão passava pela consideração da singularidade da ação colonial movida pelos portugueses. Assim, o contraponto com análises que buscavam reavaliar o êxito português na conformação de sociedades livres de conflitos de ordem racial atendeu à proposta maior de pensar o sucesso da formação social brasileira, e das demais sociedades tropicais, no complexo ibérico, de expressão luso-hispânica.

Manifestando-se a esse respeito, em *Brasil, nação hispânica*, texto de 1966,

¹⁵⁹ FREYRE, Gilberto. “A missão brasileira”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 22 de agosto de 1965, p. 4. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

Freyre, ao comentar as críticas elaboradas por Charles Boxer à sistemática lusotropicalista, registrou que “através de séculos, tem havido preconceitos de raça ou de cor de parte de portugueses para com não-europeus”. Embora admitisse a existência de problemas nas relações entre os portugueses e os habitantes das regiões coloniais, esse aspecto era entendido como um dado secundário da presença portuguesa na África e no Oriente. Isso o levaria à constatação de que o “Professor Boxer”

não descobriu propriamente a pólvora, ao proclamar tal fato, em livro recente. Sua originalidade esteve em deixar que sua reputação de *scholar* servisse, ao dar ele ênfase a um aspecto secundário e não característico do comportamento da gente portuguesa, na África e no Oriente, a causa dos grupos ideológicos atualmente empenhados em combater o chamado “totalitarismo salazarista”, procurando denegrir Portugal e os portugueses como cultura e como nação. Que tal fizessem uns tantos americanos nos Estados Unidos, imaturos e desorientados, embora professores de universidade, compreende-se. Mas é atitude surpreendente num *scholar* inglês.¹⁶⁰

De acordo com Freyre, o que o professor ou *scholar* inglês viu como uma constante da colonização portuguesa não poderia ser compreendido senão como uma manifestação isolada mantida por uns poucos portugueses “snobs” dominados por preconceitos de raça e de cor, no que se aproximavam dos métodos coloniais de outros grupos europeus. No entanto, segundo a análise empreendida pelo sociólogo, fazia-se importante destacar que de modo algum

pode-se hoje dizer desses *snobs* - minorias de *snobs* – que representam Portugal na África. No que eles, como minorias, se requintam é num ridículo macaquear de “métodos colônias” - ou “colonialistas” - de belgas, holandeses e ingleses: métodos que os mais esclarecidos desses europeus consideram e proclamam desastrosos, reconhecendo a superioridade não só étnica como sociológica dos métodos

¹⁶⁰ FREYRE, Gilberto. “Brasil, nação hispânica: novas sugestões em torno de um tema já versado pelo autor”. Salvador: Universidade Federal da Bahia, nº 114-115, mai./jun. 1966, p. 12. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

portugueses.¹⁶¹

No combate a essas ações que entravam em desacordo com objetivo associado à expansão portuguesa, encontravam-se, inclusive no Brasil, aqueles que vinham se empenhando na tarefa de fazer valer os verdadeiros princípios motivadores dessa expansão. O trabalho consistiria, assim, em

opor a “racistas” do tipo de leigos e até de alguns religiosos portugueses que atuam, em certas áreas, a favor de uma segregação de pretos dos brancos que se estenda às próprias Igrejas Católicas, a política tradicionalmente lusitana ou luso-cristã: *a de interpenetração de raças e de culturas*. Um dos orientadores do movimento é o Padre A S. Pereira de quem acaba de aparecer sugestivo livro - *Pátria Morena* - que, a pedido desse sacerdote-sociólogo, tive o prazer de prefaciar.¹⁶²

Prevalecia da colonização portuguesa o que Freyre considerou, ainda durante a década de 1960, a “harmonização de contrários”. O Brasil, por seu turno, herdeiro do legado cultural ibérico, seria o grande baluarte para a resolução de alguns dos principais problemas modernos. Entre estes, destacavam-se os confrontos “entre contrários”, que, na análise de Freyre, ganhavam solo fértil nas regiões formadas à revelia da perspectiva conciliadora que acabou transformando-se na base da expansão ibérica pelos trópicos. Para o sociólogo, poder-se-ia

considerar característica brasileira a tendência para soluções mistas de crises que vêm decorrendo do embate entre contrários; a tendência para harmonização desses contrários; a tendência para expressões de cultura, quer pré nacional, que a nacional - cultural no sentido antropológico ou sociológico - nos mais diversos setores, que podem ser definidas, como expressões psicoculturais, como combinações de diferenças e até de antagonismo.¹⁶³

¹⁶¹ FREYRE, 1966, p. 13.

¹⁶² Ibidem, p. 14.

¹⁶³ Idem. Diagnóstico semelhante já havia sido realizado por Freyre décadas antes. Em 1950, em seu

Nessa direção, embora viesse sendo alvo de um leque expressivo de ataques, o sistema ibérico de “adaptação de homens”, de “valores e técnicas europeus e ambientes tropicais e quase tropicais” despontava como “o mais eficaz”, mesmo com todas “as suas imperfeições e deficiências”.¹⁶⁴

Resultado positivo da expansão ibérica, o Brasil, nos traços predominantes de sua organização cultural, apresentava-se como um “reduto já consolidado de civilização lusotropical”. A defesa dessa posição motivou a réplica de Freyre às críticas formuladas por Hélio Viana ao lusotropicalismo, quando da publicação por este de um parecer sobre o livro *O Luso e o Trópico*. Publicado no *Jornal do Comércio*, do Rio, o registro elaborado por Viana frisou, dentre outros aspectos, a inconsistência da tese lusotropical no que se referia ao entendimento do atual cenário de conflitos motivados pela guerra de independência em Angola. Sugeriu que os conflitos observados no território angolano podiam ser vistos como um exemplo que expunha os limites dessa tese em refletir acerca da real situação das regiões mantidas sob o posto colonial. “Passada a presente crise, permanecerão vários na África os traços lusitanos ainda vigentes no Brasil, apesar

famoso discurso *Contra o preconceito de raça no Brasil*, alertou para a capacidade deste país de reunir os mais altos valores que, dada as circunstâncias do momento, possibilitavam a sua indicação como nação modelo e referência na resolução de problemas associados ao preconceito racial. Nessa ocasião, após fazer registro de que ideia do Brasil como exemplo às demais nações, longe de constituir uma ideia isolada, era uma premissa aceita e defendida por vários outros cientistas sociais, Freyre concluiu que à civilização à qual pertencia a sociedade brasileira caberia o papel de difusão dos elementos que nela respondiam pela eficácia ibérica na colonização das áreas tropicais, como, por exemplo, o sentido de tolerância, o espírito cristão e a capacidade de conciliar contrários numa síntese transformadora. Nesse sentido, no “momento em que homens de ciência de quase todo o mundo, certos de que não há raças superiores ou inferiores e despertados por estudos brasileiros, voltam-se para o Brasil, para a cultura brasileira, para a arte brasileira como exemplo de solução pacífica das lutas entre grupos humanos provocadas pelos preconceitos de raça, seria na verdade triste e até vergonhosos para todos nós, brasileiros, que justamente uma artista, uma antropologista, uma mulher da inteligência e da sensibilidade de Katherine Dunham, cujas danças revelam, em sínteses dramáticas, que combinações novas de beleza e de vigor humano vem trazendo ao mundo a mistura dos sangues ou das diferentes formas de corpo e de cultura, fosse grosseiramente impedida de hospedar-se num hotel de São Paulo. In: FREYRE, Gilberto. *Contra o preconceito de raça no Brasil*. Discurso proferido na Câmara dos Deputados, Federal, Rio de Janeiro, 17 jul. 1950. Disponível em http://bvfg.fgf.org.br/portugues/obra/discursos_palestras/contra.htm. Acesso em 19 de setembro de 2013.

¹⁶⁴ FREYRE, Gilberto. “Brasil, nação hispânica: novas sugestões em torno de um tema já versado pelo autor”. Salvador: Universidade Federal da Bahia, n° 114-115, mai./jun. 1966, p. 12. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

de mais de um século e de um terço de imigração e independência?”, questionou-se Viana. Logo em seguida, concluiu: “Somente o tempo responderá a essa pergunta, dando ou não razão às características do lusotropicalismo criado pelo sociólogo patricio”.¹⁶⁵

Na avaliação feita por Freyre sobre os comentários de Viana, houve, por parte deste, erro ao confundir predominâncias culturais com fatores políticos. Na análise da situação angolana construída pelo sociólogo, “de modo algum pretende a ‘tese freyreana’ subordinar a condição lusotropical de uma cultura ou de uma população ao seu simples status político”. Crítica construída sobretudo de modo jornalístico, a apresentação de Viana sobre a situação das colônias africanas, segundo Freyre, esquece-se de avaliar, em um sentido mais amplo, as inúmeras regiões que, a exemplo do Brasil, carregavam como valores culturais aqueles de origem lusotropical e hispanotropical.

Ainda hoje há grupos de população mestiça no Oriente que podem ser caracterizados como lusotropicais em sua etnia e em sua cultura, após séculos - isto mesmo: séculos - de domínio, sobre eles, de outros poderes europeus, que não o português: de ingleses e de holandeses. E esta permanecerá, provavelmente, a condição da população indo-portuguesa de Goa, Diu e Damão, sob o jugo da União Indiana: a de uma população ou a de uma cultura à parte das demais populações e culturas que constituem o atual e ainda precário sistema nacional definido pela expressão “União Indiana”. É também - se passarmos do critério lusotropical para o hispanotropical, de caracterização sociológica - a situação de Pôrto Rico e das Filipinas, por exemplo, depois de longo período do domínio dos Estados Unidos e da sua cultura anglo-saxônica ou ianque, sobre essas populações irredutivelmente hispanotropicais no essencial de sua cultura. Cultura, é claro, no sentido sociológico.¹⁶⁶

Em “O Brasil, mediador entre a Europa e o trópico”, publicado em 1961 no jornal *O Cruzeiro*, foram trabalhadas algumas das nuances que dialogavam diretamente

¹⁶⁵ VIANA, Hélio Apud FREYRE, Gilberto. “A propósito da “tese lusotropical”. *Jornal do Comércio*, 15 de dezembro de 1968. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

¹⁶⁶ Idem.

com a perspectiva analítica que via no Brasil o líder da civilização tropical. Nesse texto, Freyre apontou para a necessidade de os brasileiros se solidarizarem com os povos pertencentes a essa civilização, pois tanto no caso destas, como de outras sociedades fora desse complexo, o Brasil seria o grande responsável pela “solução mais adequada aos problemas de encontro de europeus com não-europeus em regiões tropicais e quase tropicais.” Tocaria, portanto, ao povo brasileiro a função de responder “pelo destino de outros povos, separados de nós por grandes distâncias físicas porém próximos de nós pelas formas de cultura; e cujo futuro, como cultura em desenvolvimento, talvez seja inseparável do futuro brasileiro”.

Buscando tornar patente a viabilidade desse argumento, Freyre o ancorou na sugestiva análise que sobre o tema desenvolveu o professor Roger Bastide. Na ocasião, o sociólogo francês reconheceu “ter o Brasil se tornado potência demasiado grande para limitar seu destino à América do Sul”. Assim, sua importância residiria em “desempenhar no Mundo de hoje” um papel de destaque no que se referia a projeção de valores adequados à construção de um clima de paz. Esse processo apenas poderia ser conduzido por uma “civilização dinamicamente luso-tropical”, e, nesse aspecto, o Brasil, nação desenvolvida no seio da civilização ibérica, teria como unicamente sua a missão de contrapor “um mundo latino”, nas palavras de Bastide reproduzidas por Freyre, ao “mundo anglo-saxônico e o mundo eslavo, para salvar valores hoje ameaçados”. De acordo com Freyre, Bastide observou que a “civilização latina” não deveria “imobilizar-se em formas arcaicas”. O Brasil, ciente da responsabilidade de projeção dos valores que formavam a estrutura básica dessa civilização, “poderia concorrer para o seu revigoramento”. Ao desempenhar esse papel, “seria a grande nação

mediadora entre a América, a África e a Europa.”¹⁶⁷

Para cumprir essa missão, precisaria o Brasil unir-se aos demais povos hispano-tropicais, em geral, e luso-tropicais, em particular. Esses já não seriam “particularmente latinos, porém vêm juntando a uma herança multieuropeia valores de culturas tropicais, ameríndias, africanas e asianas, através de métodos especificamente hispânicos de interpenetração.” Freyre considerou ser possível a formação de uma comunidade federada entre o Brasil e as nações tropicais tocadas pelos valores ibéricos.¹⁶⁸

O esforço brasileiro despendido no sentido de liderar a civilização tropical conduziria à reunião de um conjunto expressivo de experiências “da parte de portadores de uma cultura da mesma origem europeia” – portuguesa e hispânica. Desse agrupamento, a experiência brasileira apontaria como a “mais arrojada”. O ponto importante destacado por Freyre em relação a todo esse processo expressou os ganhos e os benefícios que o mesmo representaria ao engendrar um novo palco de relações entre a Europa, a América e a África, isso devido à projeção de modo plástico de convivência, fruto da cultura ibérica e, por essa razão, latente nos trópicos. Nos comentários elaborados no regresso de uma viagem que fizera a Portugal, em 1967, Freyre, versando sobre a importância dessa expressão cultural para a definição dos rumos brasileiros, elogiou a civilização ibérica, destacando, entre outros aspectos, a grandeza dessa civilização. Comentou ainda que na cerimônia de recebimento do Prêmio Aspen¹⁶⁹,

¹⁶⁷ Os comentários de Freyre referem-se à obra *Brasil, terra de contrastes*, lançada em 1957.

¹⁶⁸ Cf. FREYRE, Gilberto. “O Brasil, mediador entre a Europa e o trópico”. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 22 julho de 1961. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

¹⁶⁹ Grande prêmio cultural dos Estados Unidos, o Prêmio Aspen (1967) foi conferido a Freyre em reconhecimento da importância de sua abordagem pluralista de interpretação do Homem, em uma projeção psicológica, sociológica e antropológica, conforme nota expressa pelo *The New York Times*, reproduzida no *Diário de Pernambuco*, de 04 de junho de 1967. Ainda de acordo com o jornal de Nova York, o nome de Freyre fora escolhido dentre um “vasto número de poetas, artistas, escritores, filósofos, estadistas de todas as partes do mundo”. Com grande repercussão na imprensa mundial, o Prêmio Aspen laureou Freyre com uma quantia de 30.000 mil dólares. Sobre o recebimento dessa quantia e de sua indicação, Freyre assim manifestou-se: “Um surpresa que me deixou, é claro, eufórico. Eufórico tanto

conferido por sua distinção e importância no campo da “cultura humanística”, fez valer o rigor com que há muito vinha buscando expandir os contornos do complexo ibérico de nações, convertendo suas palavras de agradecimento em um programa de ovação a difusão dos valores assentes nesse complexo. Definiu-se, portanto, como intelectual ibérico. “Cada dia me sinto mais ibérico e isto mesmo salientei no meu discurso ao receber o Prêmio Aspen”.¹⁷⁰

No balanço dos principais temas que seriam abordados ao longo das sessões do Seminário de Tropicologia, a ideia do Brasil como potência tropical, capaz de oferecer soluções às demais nações, conformou um dos pontos altos. A atitude brasileira frente às questões de ordem racial e a especificidade com que conduziu os problemas dessa natureza seriam, de acordo com Freyre, o “baluarte [d]este Seminário”. Mesmo com tal plataforma, seguia “há sete anos nem sempre bem compreendido ou devidamente prestigiado pelas autoridades de que depende.”¹⁷¹

É interessante observarmos que o discurso sobre o fato de o Brasil constituir uma comunidade formada por uma configuração cultural marcada pela ausência de problemas originados da miscigenação, assim como pelo acolhimento pacífico de grupos étnicos distintos, atravessou décadas e chegou, em algumas ocasiões, a desafiar os diagnósticos desfavoráveis à imagem por tempos sustentada da sociedade brasileira como uma democracia social e racial, imagem essa que encontrou lugar de repouso na obra de Freyre.

pelos 30.000 dólares que não poderiam deixar de ser apreciados por um brasileiro que vem vivendo quase heroicamente de seu trabalho de intelectual independente, por amor do qual já tem recusado embaixadas, ministérios e presidências de institutos, como pela alta procedência e pela importância mundial do prêmio e, ainda, pelos termos que foi conferido ao laureado de 1967.” In: *Diário de Pernambuco*, Recife, 04 de junho de 1967, p. 10. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

¹⁷⁰ Prêmio Aspen homenageou a cultura humanística. *Diário de Pernambuco*, Recife, 30 de julho de 1967, p. 01. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

¹⁷¹ FREYRE, Gilberto. “Novo prestígio do Brasil tropical entre agentes não-tropicais”. *Jornal do Comércio*. Recife, 11 abr. 1976, p. 11. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

As afirmações nacionais brasileiras passavam necessariamente pela consideração do Brasil como uma formação tropical. Sua criatividade e o seu futuro dependiam da aceitação e da preservação dessa máxima. A grande presença de “mestiços” e o estabelecimento de um padrão saudável de convívio social entre raças invalidavam argumentos como os de Gustave Le Bon. Para o sociólogo, talvez “nenhuma nação, dentre as modernas, venha concorrendo tanto para a desmoralização desses mitos, do que o Brasil”.

A proposta de civilização da qual o Brasil apresentava-se como o mais célebre representante, isto é, uma formação cultural alicerçada sob os pilares da tradição ibérica, representada nos trópicos pelos valores lusitanos e hispânicos, ainda apresentava-se para Freyre como capaz de indicar ao mundo o rumo certo na resolução e alguns dos problemas, inclusive os de ordem racial, que, no Brasil, auferiam um perfil de natureza social. Nessa perspectiva, registrou:

Hoje se sabe que nações como a brasileira têm soluções, através de outras engenharias que não a apenas física, que povos não-tropicais já desenvolvem modelos de possíveis adaptações a seus específicos meios sociais ou étnico-sociais. A solução brasileira de problemas chamados raciais, mas na verdade sociais, é uma dessas soluções, partidas de gentes tropicais, de problemas de convivência humana susceptíveis de ser orientados e resolvidos por meio de engenharias sociais. Só este fato dá ao Brasil tropical nova situação e novo prestígio entre gentes não-tropicais.¹⁷²

Freyre por vezes fez referência aos que, assim como ele, consideraram a tendência brasileira para a interpenetração cultural um elemento positivo da civilização tropical de matriz ibérica. Da viagem que fizera ao Brasil, Arnold Toynbee, de acordo com os pontos destacados pelo sociólogo em *Novo prestígio do Brasil tropical entre agentes não-tropicais*, saiu convicto de que aqui “se elaborava, através da

¹⁷² FREYRE, 1976, p. 11.

miscigenação, solução para conflitos interraciais capaz de ser adaptada a outras gentes”. Tal constatação, que ganhou reforço e prestígio através de “um grande nome de europeu”, apenas viria confirmar a pertinência de se cogitar a suscetibilidade de expansão das características brasileiras para outras regiões e situações. Antes do veredito fornecido por Toynbee, Aldoux Huxley, também versando sobre esse tema, registrou que caberia ao Brasil transmitir os seus mais altos valores por meio de uma mensagem sociológica e antropológica que sintetizasse a conveniência “mistura de sangues, da “interpenetração de culturas”, da “tropicalização de valores importados ou recebidos da Europa ou da América não-tropical”.¹⁷³

O Brasil, de acordo com Freyre, mesmo com todo o quadro de revisão que insistia na sondagem dos problemas raciais brasileiros, apresentava-se, em diagnóstico elaborado pelo sociólogo no simpósio Democracia e Política Social¹⁷⁴, realizado em outubro de 1977, como uma nação livre de conflitos raciais. Em suas palavras, existia no Brasil uma “democracia social e racial”.

Essa constatação não se coadunava com o que então estava sendo acentuado por Florestan Fernandes, que privilegiou incursionar por uma análise capaz de expor tanto os problemas decorrentes do quadro conflituoso que caracterizava as relações raciais no Brasil como o efeito negativo do legado patriarcal na configuração do perfil social e econômico da sociedade brasileira. Na década de 1970, a crítica que vinha sendo desenvolvida por Florestan Fernandes ao modelo interpretativo da sociedade brasileira proposto por Freyre veio à tona por intermédio dos ataques realizados pelo sociólogo

¹⁷³ FREYRE, Gilberto. “Novo prestígio do Brasil tropical entre agentes não-tropicais”. *Jornal do Comércio*, Recife, 11 abr. 1976. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

¹⁷⁴ O simpósio Democracia e Política Social foi promovido pela Fundação Milton Campos para Pesquisas e Estudos Políticos, em 1977. Com sede em Brasília essa fundação foi instituída em setembro de 1975 com o objetivo de promover estudos e reflexões que tivessem como foco a realidade brasileira. Entre suas atividades, desenvolveu pesquisas, cursos, seminários, debates e simpósios. Dispondo de autonomia tanto administrativa quanto financeira, a fundação vinculou-se ao Partido Progressista.

pernambucano ao que considerou ideias de “sociólogos arcaicos-marxistas”, referindo-se à escola sociológica paulista¹⁷⁵. Respondendo a essa classificação, Florestan afirmou que no Brasil “não existe sequer democracia para brancos poderosos, imagine-se para negros e mulatos”. “Ficaria muito alarmado se ele me elogiasse ou elogiasse o trabalho que se faz em São Paulo¹⁷⁶; quando ele nos critica nos homenageia”, concluiu.

¹⁷⁵ A relação de Freyre com os sociólogos paulistas, principalmente os ligados a USP, estabeleceu-se, quase se exceção, de forma tensa. Estudiosos ligados a esta universidade estigmatizaram a imagem de Freyre como impulsor da política colonial portuguesa. Viam na obra do sociólogo pernambucano não como um exemplo de trabalho de cientista social, mas antes como um trabalho de romancista. O certo é que houve por parte dos sociólogos paulistas uma tentativa de fazer com que Freyre participasse de um diálogo sociológico mais aberto, ocasião que pode ser representada pelo convite feito por Florestan Fernandes para que compusesse a banca de examinadora das teses de doutorado de Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Porém, prevalecendo os desacordos, o grupo da USP, numa ampliação de análise dos pontos que caracterizavam a obra de Freyre, chegou mesmo a questionar a validade do método sociológico do qual o autor de *CG&S* teria se valido para elaborar a síntese da sociedade brasileira. De acordo com Cardoso, Fernandes e Ianni, Freyre conferiu demasiada ênfase ao consenso e fraternidade em sua sondagem da sociedade brasileira. Tal posição acabou por criar um “mito”, uma imagem ideologizada do Brasil. Seria preciso um estudo sociológico crítico para mitigar as bases que sustentavam essa falsa visão harmoniosa do Brasil. Esse, portanto, foi o tom que definiu as pesquisas que na USP foram desenvolvidas em parceria com o projeto Unesco de relações raciais. Apesar da importância da escola sociológica paulista para a pesquisa sobre relações de raça no Brasil Freyre não deixou de destacar a proeminência de Recife na condução dos estudos sociológicos brasileiros. Em *O brasileiro entre outros hispanos*, utilizou-se de parecer elaborado por Métraux sobre o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil para destacar a produção sociológica recifense: “(...) um dos mais ilustres participantes do último conclave do Instituto Internacional de Civilizações Diferentes, o antropólogo suíço Alfred Métraux, falando pela Unesco, destacou, no seu informe, o fato de a pesquisa sobre relações de raça empreendida pela mesma Unesco, no Brasil, ter se realizado à base de estudos já efetuados por antropólogos e sociólogos brasileiros; e por estrangeiros como o sociólogo anglo-americano Donald Pierson e o francês Roger Bastide, sob o impulso ou o estímulo daqueles estudos brasileiros, cujo centro reconheceu, em a sua alta autoridade, vir sendo o Recife.” Cf. FREYRE, Gilberto. *O brasileiro entre os outros hispanos: afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975b, p. 40.

¹⁷⁶ Florestan referiu-se nesse ponto provavelmente aos estudos que, vinculados ao projeto UNESCO sobre relações raciais, vinham sedimentando uma nova perspectiva sociológica, contrária às análises até então desenvolvidas – aquelas que, a exemplo da construída por Freyre, viam na herança patriarcal um modelo de organização que deveria ser seguido pela sociedade brasileira, assim como apontavam ausência de discriminação, preconceito, enfim, de conflitos nas relações raciais travadas entre grupos no Brasil. Sobre a participação de Florestan nesse projeto, Antonio Candido a definiu como um acontecimento que marcaria profundamente a trajetória do sociólogo paulista: “Em 1950 Roger Bastide aceitou o encargo de dirigir uma pesquisa sobre as relações raciais em São Paulo, a pedido da Unesco, via Métraux, mas com a condição de Florestan Fernandes partilhar a responsabilidade da direção. Como tenho dito e escrito, esse momento me parece corresponder à grande virada de sua carreira e de sua atuação sociológica. Ele tinha 30 anos e estava sendo considerado como igual por um sociólogo eminente, que fora seu professor. Ao aceitar a tarefa, pode-se dizer que assumiu simbolicamente a consagração que o destacava como o sociólogo mais completo de sua geração (...) A partir da pesquisa da Unesco, o cientista e o revolucionário começaram a se fundir numa fórmula pessoal de grande alcance, que faria a originalidade singular de Florestan Fernandes. A partir daquele momento a carreira dele foi uma ascensão constante do ponto de vista científico e uma participação crescente na militância socialista, pois passaria a privilegiar cada vez mais o marxismo nas suas concepções teóricas e se tornaria um marxista enriquecido pelas experiências de outras teorias. Estava, portanto, traçado o perfil definitivo que o caracterizaria como um

Ao assinalar que a democracia racial não constituía um terreno sob o qual se articulavam as relações entre “brancos”, “negros” e “mulatos”, os argumentos construídos por Florestan esbarrariam em alguns dentre os postulados inscritos na obra freyreana sobre o contorno assumido pelo convívio entre grupos no Brasil.

A resposta de Freyre surgiu em uma exposição durante a realização do simpósio Democracia Política Social. Esmerou-se, portanto, em atacar a tese defendida por Florestan Fernandes de que o Brasil constituía uma sociedade de “brancos para brancos”, o que configurava um aspecto sintomático do modo pelo qual as relações de trabalho foram estruturadas no interior da colonização portuguesa e, nessa mesma perspectiva, das chagas da escravidão que se faziam presentes no Brasil moderno. Na avaliação de Freyre, “talvez desvairado até mais marxista militante do que paulista conhecedor do Brasil todo”, Florestan, assim como os “sociólogos paulistas em geral”, elaboravam análises fundadas em um falso conhecimento da realidade brasileira. “Um paradoxo que justamente em São Paulo floresçam sociólogos arcaico-marxistas”, completou. Ao tomar conhecimento sobre esses ataques, Florestan apenas pontuou que as “críticas dele são um elogio para o nosso trabalho. Criticar é um direito dele e não nos preocupa”. No remate das considerações elaboradas acerca das afirmações do sociólogo paulista¹⁷⁷, Freyre não deixaria de assinalar, em plena década de 1970 – época

dos maiores intelectuais brasileiros que neste século estudaram a sociedade, da mesma importância que Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda”. Cf. CANDIDO, Antonio. O jovem Florestan (“Palestra feita pelo autor no Ato *Presença de Florestan Fernandes*, organizado pelo Instituto de Estudos Avançados na Sala do Conselho Universitário da USP em 5 de outubro de 1995”). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100003. Acesso em 29 de abril de 2014.

¹⁷⁷ Um tempo depois, Freyre estenderia o enredo dessas considerações a outros personagens. Escrevendo para o *Estado de São Paulo*, em março de 1979, em artigo que teve como objetivo denunciar uma campanha movida no sentido de “silenciar” as suas obras, Freyre comentou: “ao mesmo tempo em que marxistas como Darcy Ribeiro e Fernando Henrique Cardoso são admiradores do que escrevo, embora não concordem com alguns dos meus pontos de vista, comunistas filiados à linha russo-soviética (que não são comunistas, são totalitários), são fanaticamente contrários a mim, e estes são muito prestigiados em grande parte na imprensa brasileira de hoje”. In: Freyre denuncia campanha de silêncio contra os seus livros. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 31 mar. 1979. Disponível em:

na qual já havia se consolidado um número expressivo de análises críticas sobre teses que ditaram o enredo de grande parte de sua obra¹⁷⁸ –, o fato de “existir no Brasil uma democracia social e racial”, resultado da ação dos valores ibéricos na formação desse país.¹⁷⁹

http://bvgf.fgf.org.br/portugues/critica/artigos_imprensa/freyre_denuncia.htm. Acesso em 19 de setembro de 2013.

¹⁷⁸ Já na década de 1950, no prefácio escrito para a obra de René Ribeiro, *Religião e relações raciais*, de 1956 (que apresentou os resultados obtidos a partir da pesquisa sobre relações raciais desenvolvida em Pernambuco), Gilberto Freyre realizaria uma leitura crítica do que até então vinha sendo desenvolvido em termos de pesquisa sociológica por um novo grupo de cientistas sociais, especialmente àqueles ligados à Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), de São Paulo, que atacavam alguns dos pontos centrais de sua obra. Na ótica formulada pelo sociólogo, não havia sustentação nas observações e questionamentos que rebatiam a ideia do ineditismo das interpretações que ganharam forma a partir da década de 1930. Rebatendo as críticas feitas por Pierson (registradas no prefácio da edição norte americana de *Casa Grande & Senzala*), Freyre o considerou um “sociólogo didático”, insistindo que, embora sua obra não se perfilasse a certos sistemas e metodologias, carregava um rigor analítico específico, fundado na liberdade e na “imaginação sociológica”. Cf. MAIO, Marcos Chor. Tempo controverso: Gilberto Freyre e o projeto Unesco. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/sociologia/tempo-social/site/images/stories/edicoes/v111/v11n1a06.pdf>. Acesso em 14 de fevereiro de 2014.

¹⁷⁹ Cf. Florestan: não há democracia nem para branco. *O Globo*. Rio de Janeiro, 29 out. 1977. Disponível em: http://bvgf.fgf.org.br/portugues/critica/artigos_imprensa/florestan.htm. Acesso em 19 de setembro de 2013.

CAPÍTULO II

O Brasil como líder da civilização tropical.

A ação da cultura luso-hispânica no pós-guerra

Ideia presente já em trabalhos como *Um brasileiro em terras portuguesas*, a tese da exemplaridade portuguesa na colonização de áreas tropicais foi redimensionada para um plano maior, pelo qual se associou o Brasil também à cultura hispânica de base ibérica. O tema granjeou projeção em diversos meios. Foram inúmeras as conferências e as palestras pelos mais variados institutos que tiveram como temática principal a questão do Brasil como nação hispânica, o que reforçava a aproximação do Brasil com suas raízes ibéricas. A mensagem que se objetivou transmitir era a de que somente à tradição ibérica o Brasil poderia confiar o seu rumo como nação independente. Qualquer outra tentativa nesse sentido, por parte de nações estrangeiras cujas raízes histórico-culturais divergiam enormemente em relação ao Brasil (como Rússia e Estados Unidos, constantemente citados por Freyre, que moviam, após o final da Segunda Guerra, ações culturais no sentido de angariar alinhamento ideológico), soaria como invasão e retrocesso do processo brasileiro de desenvolvimento independente animado pela cultura ibérica. Assim, pensar a relação Brasil/Espanha/Portugal seria, antes de tudo, manter o Brasil sempre perto de seus verdadeiros valores, aqueles mais de perto ligados à tradição formadora das bases fortes da colonização ibérica.

Sobre essa questão, Freyre, em publicação para o *Diário de Pernambuco*, de 07 de outubro de 1953, aludiu ao papel decisivo exercido pela cultura luso-hispânica no reforço à permanência da sociedade brasileira nos quadros da cultura ibérica. Ainda nessa ocasião, salientou a política de influências, tendência que se acentuara com os

enfrentamentos ideológicos da Guerra Fria. Nesse sentido, a saída brasileira consistiria na formação com portugueses, hispânicos e com luso-descendentes de “um bloco de cultura transnacional, um reduto contra absorventes imperialismos de nossa época”.¹⁸⁰

Essa aproximação teria, para além de seus contornos culturais imediatos, nítidos desdobramentos políticos, o que em grande parte seria uma resposta, de acordo com Freyre, ao “momento” em que se encontrava o mundo.¹⁸¹

Nas balizas teóricas propostas por Freyre, que acentuavam os traços positivos da colonização ibérica nos trópicos, o Brasil foi identificado como eixo central do verdadeiro sucesso da presença portuguesa no mundo. De acordo com o sociólogo pernambucano, o Brasil, grande nação, “começa a ser a primeira potência principalmente tropical sem sentir a necessidade de deixar de ser lusitana nas suas principais formas de convivência e de cultura”. A lusitanidade presente na formação brasileira não comprometia sua “condição de povo criador e ativamente extra-europeu; e não passivamente laçoi de Paris ou de Londres; de Lisboa ou de Madri”.¹⁸²

Visto como líder da civilização tropical, o Brasil garantiu essa posição por ser uma “nação não só mais populosa que Portugal, mas estratégica e economicamente complementar aos Estados Unidos, dentro de um complexo americano; a de nação americana, numa época em que o centro da economia e, talvez, da política internacional, é antes a América do que a Europa”. Freyre destacou ainda o fato de constituir o Brasil uma nação “politicamente mais importante, no plano internacional, do que qualquer dos grupos quase nacionais de língua ou de cultura portuguesa”, o que lhe conferiu o papel

¹⁸⁰ FREYRE, Gilberto. “Contribuição portuguesa para uma nova cultura transnacional e lusotropical”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 de outubro de 1953. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/NDM/ FJN.

¹⁸¹ FREYRE, Gilberto. “Brasil, nação hispânica: novas sugestões em torno de um tema já versado pelo autor”. Salvador: Universidade Federal da Bahia, nº 114 - 115, mai./jun. 1966, p. 18. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

¹⁸² *Ibidem*, p. 130.

de orientador no processo de “expansão” e de “desenvolvimento extra-europeu” da cultura e da língua portuguesa.¹⁸³

Gilberto Freyre: diálogos com os Estados Unidos na Guerra Fria

Dos antecedentes da crítica. Sobre a ressalva freyreana à aproximação dos “trópicos” com os Estados Unidos.

Em artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 1940, Freyre, em resposta a matéria divulgada pelo geógrafo alemão Reinhard Maack, proclama a cultura luso-brasileira como sendo a ‘base, a essência, o nervo, da organização nacional – ou social – brasileira, no Sul como no Norte’. Em “The Quarterly Journal of Inter-American Relations”, Maack, segundo Freyre, criticou as leis instituídas pelo governo brasileiro “contra as tentativas de colonização política” do país “por alemães”. O geógrafo alemão incorreu no erro, avaliou o sociólogo pernambucano, de valer-se da teoria da inferioridade cultural luso-brasileira em face da germânica, buscando uma razão para referendar a presença nazista no território brasileiro. Segundo Freyre, cabia a sociedade brasileira, com o apoio das forças governamentais, defender-se das tentativas de “penetração nazista no Sul do Brasil”. Indo mais longe em sua argumentação, declara constituir o Brasil uma “expressão política da cultura luso-brasileira”. Portanto, fazia-se necessária a defesa das tradições ibéricas que resultaram na formação brasileira, como forma de agir contra essas e outras investidas que procurassem ameaçá-la em suas bases nacionais.

¹⁸³ FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas: introdução a uma possível luso-tropicologia, acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1953, pp. 149-150.

Pronunciada, em 1940, no Gabinete Português de Leitura de Recife em comemoração aos centenários da fundação de Portugal e da restauração de 1640, a conferência *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira* retrata as ameaças que se apresentavam ao Brasil em vista de atitudes movidas por “imperialismos” ávidos em conduzir, sob a imposição de uma estrutura cultural estranha à ibérica, os rumos da sociedade brasileira. Sobre o fato de ter sido escolhido para o pronunciamento, Freyre disse que o governo português e a Academia de História de Lisboa foram impelidos pelo reconhecimento da “modesta mas conscienciosamente” contribuição que desde os “primeiros estudos de adolescente” vinha desenvolvendo em relação à reabilitação da “figura do colonizador português no Brasil”. De acordo com Freyre, tal esforço de reabilitação da cultura luso-brasileira era de extrema importância, isso em virtude das constantes ameaças impostas por “agentes culturais de imperialismos etnocêntricos, interessados em nos desprestigiar como raça”, que qualificam como “mestiça”, “inepta” e como cultura vista como desdenhosamente “inferior a sua.”¹⁸⁴

Para Freyre, a época convidava à ação. “O tempo”, alertou o sociólogo, “é dos que não nos deixam falar bizantinamente do passado alheios a quanta ameaça possa vir a comprometer esse passado e obrigar-nos a novos esforços de independência ou de restauração”. O brasileiro, nessa direção, não poderia acanhar-se frente a forças que se moviam no sentido de “esmagar” seus “valores mais intensos”. A organização social brasileira, no que Freyre considerou o “sinistro meado de 1940”, deveria pautar-se na cultura luso-brasileira, que havia legado ao país “solução largamente humana” aos problemas de toda ordem.

¹⁸⁴ FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942, p. 16.

Aos que acusavam a colonização portuguesa, Freyre salientou que o “imperialismo do português” foi um “imperialismo como que antropológico”, não afeito às bases que definiriam o “etnocêntrico imperialismo inglês” e o moderno “imperialismo norte-americano”.¹⁸⁵ Na guerra de culturas que caracterizava o período, Freyre entendeu que o “estudo do passado lusitano” concorreria para a criação do ânimo necessário para o combate aos elementos externos que agiam contra “nossa cultura”. Portanto, seria voltando-se para a sua cultura que o Brasil encontraria os recursos que possibilitariam sua defesa em relação às ações imperialistas animadas pelo “ideal de reduzir os homens” considerados “física e culturalmente inferiores” em seus “vassallos” e “servos”. Tal esforço de luta contra imperialismo não constituía algo novo na história brasileira, pois de acordo com Freyre “já estamos há muito tempo em guerra (...) contra imperialismo dessa ordem”. A defesa de valores de cultura essenciais à soberania brasileira já havia sido manifestada. Por essa razão, explanou Freyre, não poderia o Brasil submeter-se “à uniformidade continental de regime político desejada por certos americanistas (...) ou a qualquer espécie de tutela dentro do Continente”.¹⁸⁶

Nessas circunstâncias, as tradições ibéricas, expressas no Brasil simultaneamente pelas culturas portuguesa e hispânica, funcionam como valores “fundamentais e gerais (...) necessários ao seu amplo desenvolvimento não só em nação, como em democracia social” e “civilização cristã”. No Brasil dos idos de 1940 apresentavam-se condições que reclamavam a mobilização dos recursos “dessa cultura tradicional, vital, humana, socialmente democrática” que assegurava a “unidade”, a “coesão” e que conferia desenvolvimento harmonioso à democracia social brasileira. Essa ação deveria combater “propagandas já em plena ação no sentido de desprestigiar

¹⁸⁵ FREYRE, 1942, p. 43.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 60.

valores essenciais à vida brasileira e à continuação da nossa existência como América portuguesa, livremente americana e integralmente portuguesa”. Fundamento da cultura brasileira, as tradições ibéricas nela presentes funcionavam como garantia de “nossa independência não apenas política, de Estado, mas social, de povo democraticamente mestiço”.¹⁸⁷ À América portuguesa, portanto, caberia o esforço de resguardar suas raízes ibéricas de “imperialismos etnocêntricos” como forma de “continuação da vasta experiência de democratização étnica e social” que concorre para a demarcação da especificidade brasileira em relação a outras nações. Nestes termos, “qualquer espécie de intromissão imperialista” que ameaçasse as estruturas culturais da sociedade brasileira deveria ser contida a partir resgate de suas mais genuínas expressões culturais. Foi, portanto, munido dessas ideias que Freyre processou sua crítica ao pan-americanismo, representado pela Política de Boa Vizinhança de Roosevelt.

Em “A propósito da política cultural do Brasil na América”, conferência pronunciada por Freyre a pedido do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, por ocasião de uma viagem por Montevideú, no ano de 1941, o sociólogo incursiona por um tema caro à política de relações travadas pelo Brasil no período. Em sua avaliação de como os valores intimamente associados à cultura brasileira deveriam agir quando se fazia premente resistir a ações de matiz colonialista, com laivos de política imperialista, o sociólogo pernambucano conclamou a importância da conservação das individualidades culturais e psicológicas que marcavam, de um modo geral, os latino-americanos, e, em particular, os brasileiros. Em seu discurso, os Estados Unidos não ingressam no rol de

¹⁸⁷ FREYRE, 1942, pp. 66-74.

atributos que permitiriam associá-lo aos traços potenciais que deveriam servir de elementos condutores dos povos americanos.¹⁸⁸

Ao versar sobre os aspectos que distinguiam a sociedade brasileira, Freyre registrou a ideia de que a reunião de valores operada no Brasil a partir da ação portuguesa, em seu esforço de colonização, resultou na formação, nos trópicos, de uma nação constituída sobre sólidos pilares democráticos. Nesse sentido, o que diferenciava o Brasil, a linha cultural que conformava os seus mais altos valores, articulava-se ao fato de ter sido colonizado por um povo de expressão ibérica. Desse modo,

A contemporização do português com os valores indígenas e com os dos africanos já familiarizados com os trópicos é que tornou possível o fato de levantar-se hoje no Brasil a maior civilização moderna e, socialmente, a mais democrática nos trópicos. Civilização que é um dos exemplos mais fortes que a América pode apresentar de uma cultura em que valores de várias procedências se combinam e se afirmam numa nova expressão caracteristicamente americana e socialmente democrática e num vasto esforço, a princípio empírico,

¹⁸⁸ Gilberto Freyre foi precedido por outros escritores brasileiros no que se refere a formulação de um pensamento crítico sobre os Estados Unidos. No século XIX, pensadores como Eduardo Prado (1860-1901), José Veríssimo (1857-1916), Manoel de Oliveira Lima (1867-1928) e Manuel Bomfim (1868-1932) registraram intensa participação nos debates travados à época em torno da relação Brasil/ América Latina com os Estados Unidos. Situavam-se, portanto, na categoria de opositores ao pan-americanismo. O paulista Eduardo Prado, em *A Ilusão Americana*, obra de 1893, procurou salientar as diferenças que impediam uma aproximação entre o Brasil e os Estado Unidos. Essas diferenças davam-se na ordem histórico-cultural. Seu objetivo era o de inabilitar o projeto pan-americanista em relação às sociedades que formavam a América Latina, isso devido às incompatibilidades culturais entre essas regiões e os Estados Unidos. Manoel de Oliveira Lima, com que Freyre construiria uma intensa amizade, patenteada por contatos que se iniciam quando o sociólogo ainda era estudante colegial e que se estendem ao período de seus estudos nos Estados Unidos, constitui-se em um dos mais ferrenhos críticos das estratégias norte-americanas em relação aos povos latino-americanos. Em *Impressões da América Espanhola, Pan-Americanismo* (no qual discute a Doutrina Monroe) e *América Latina e América Inglesa: a evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana*, o autor deixaria sua contribuição no debate acerca das relações entre a América Latina e os Estados Unidos. Em sua avaliação, a Doutrina Monroe na América Latina servia apenas como justificativa para a intervenção e para as constantes agressões norte-americanas no continente, sendo vista . como um programa de cunho imperialista. José Veríssimo, por seu turno, na obra *A Educação Nacional* (1890), no capítulo Brasil e Estados Unidos”, expôs suas reservas em relação o transplante de ideias e de instituições norte-americanas para a sociedade brasileira. Na obra *A América Latina: males de origem* (1903), Manuel Bomfim chama a atenção para a dimensão imperialista dos planos arquitetados pelos Estados Unidos para o continente. A doutrina Monroe é atacada, portanto, por surgir sem a aquiescência das demais “potências americanas”, o que representava antes uma ameaça do que uma garantia à soberania dos países latino-americanos.

hoje científico, de harmonização do europeu com a natureza tropical e semitropical e com o ameríndio e o africano, e da assimilação, pelo americano do Brasil, mesmo quando puramente nórdica sua procedência, de valores desenvolvidos pelos nativos dos trópicos.¹⁸⁹

Freyre, ainda no trato com a questão de como poderiam estabelecer-se as relações do Brasil com os demais países americanos, considerou que a política cultural brasileira não poderia ser enviesada por um trajeto que resultasse na formação de um “bloco cuja unidade” se realizasse à “custa de diferenças que são uma expressão de vitalidade cultural e de saúde social americana”. Segundo o autor, não constituía um bom exemplo para o Brasil a “uniformização de vida e de cultura que, nos Estados Unidos, se seguiu à vitória do Norte sobre as províncias do Sul na Guerra Civil”.¹⁹⁰ Freyre, portanto, entendia os Estados Unidos como nação que se apresentava como resultado de uma construção cultural alicerçada sobre bases fundamentalmente opostas à formação cultural híbrida que caracterizava e projetava a imagem do Brasil. Tal formação, longe de representar danos ao sistema social, permitiria, de acordo com Freyre, a difusão da ideia do Brasil como exemplo único na América de população formada no esteio de etnias e de culturas variadas.

Contra a tendência verificada nos Estados Unidos, aos países americanos de formação ibérica caberia seguirem o “destino natural” de tornarem-se “plurais e diversos nas suas expressões regionais de cultura”. Nessa direção, Freyre considerou o fato de que às nações americanas fazia-se imprescindível tomar consciência da base comum ameríndia e hispânica que respondia pela formação cultural de “grande maioria dos povos americanos”. Esta base havia conduzido à construção de uma intensa americanidade, “essencialmente anticolonial”, que “resulta do maior aproveitamento,

¹⁸⁹ FREYRE, Gilberto. *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003, p. 40.

¹⁹⁰ *Ibidem*, pp. 40-41.

voluntário ou involuntário, de elementos indígenas de natureza, de cultura e de raça, pelos colonizadores hispânicos – espanhóis e portugueses”.¹⁹¹ Todo esse processo concorreu para a formulação de categorias de diferenciação entre os povos hispânicos em relação aos demais sistemas coloniais, aqueles estruturados por franceses, ingleses e holandeses. Ainda expondo os pontos que conferiam especificidade aos povos hispânicos, Freyre atestou que, de um modo geral, as populações de origem “hispânica são, ao mesmo tempo, os mais penetrados pelo sangue, pela cultura e pela natureza da América”.¹⁹²

Descarta-se, pois, a possibilidade do Brasil aderir a programas culturais que não partilhassem da união dos elementos culturais presentes nas expressões ameríndias e

¹⁹¹ FREYRE, 2003, p. 42.

¹⁹² Ibidem, p. 43. Freyre concluiu tratar-se da América que “Mr. Waldo Frank chamaria talvez de ‘América virgem’”. Waldo Frank (1889-1967), foi considerado como um dos artífices da ponte cultural entre os Estados Unidos e a América Latina. Freyre talvez o tenha recordado por integrar uma corrente de intelectuais norte-americanos que, na corrida marcada pela busca de um estreitamento de relações com a América Latina, passou a “questionar o caráter segregacionista e materialista-consumista da sociedade americana”, procurando dirimir as visões, cunhadas no seio da sociedade norte-americana, que apontavam para o lado “selvagem” da “outra” América. Nesse sentido, desferiram críticas ao que fora escalonado como pilar representativo dos Estados Unidos: a cultura materialista. Em proximidade com alguns dos pontos defendidos por Freyre em relação ao modo como deveriam ser operados os modernos contatos dos povos latinos, em geral, e do Brasil, em particular, com as demais nações, Waldo Frank considerou que a América “não deveria seguir os passos do desenvolvimento histórico norte-americano, que havia produzido uma sociedade excessivamente materialista”. Outro ponto aproxima em muito as ideias construídas pelos autores sobre o assunto: o fato de Waldo Frank, assim como Freyre, trabalhar com a ideia de que a América Latina poderia vir a servir de exemplo para as demais sociedades. No caso específico dos Estados Unidos, os intelectuais latino-americanos deveriam agir no sentido de aprofundar a “sensibilidade mística” dos norte-americanos, ajudando-os a “recuperar a espiritualidade perdida.” Em viagem pelo Brasil em 1942, Frank procurou disseminar a sua concepção de como as relações entre as Américas poderiam ser conduzidas. Sua proposta, no entanto, esbarrou com o projeto maior que viu na América Latina um potencial mercado consumidor, capaz de receber tanto produtos industriais como, em mais ampla perspectiva, o padrão cultural articulado ao American way of life (consultar: TOTA, Antonio Pedro, op. cit., p. 33-35). Em conferência lida em novembro de 1943 na Faculdade de Medicina da Bahia, reunida posteriormente na obra *Na Bahia em 1943*, de 1944, Freyre lembraria o encontro que teve com Frank quando das viagens realizadas por este pelo Brasil. Em suas anotações, destacou o contato entre suas ideias e os pontos de vista defendidos pelo escritor norte-americano sobre a dinâmica racial brasileira. “Quando há ano e meio”, anotou o sociólogo, “o escritor norte-americano Waldo Frank esteve no Brasil, sua maior impressão foi a da Bahia. Lembro-me de que me falou deslumbrado desta parte do Brasil. Confirmando o já observado por estudiosos brasileiros dos problemas de formação da nossa gente e de integração da nossa cultura, e, ultimamente, por um metódico pesquisador norte-americano de problemas sociais de classes em relação com os de raças, o Professor Donald Pierson, Frank encontrara aqui os resultados social e esteticamente mais sedutores do cruzamento de raças e da interpenetração de culturas e de tipos que caracterizam o Brasil.” Cf. FREYRE, Gilberto. *Na Bahia em 1943*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1944, p. 30.

hispânicas. De forma semelhante, não caberia a adoção de padrões de desenvolvimento cujo enredo fosse ditado pela imposição da uniformidade.

O destino natural dos países americanos de formação ibérica, nascidos e desenvolvidos sobre o maior ou menor aproveitamento do elemento indígena, é tornarem-se plurais e diversos nas suas expressões regionais de cultura, conforme circunstância ou fatos peculiares à origem e ao desenvolvimento de cada um. Pluralidade de cultura sobre a base comum, ameríndia e hispânica. Do que precisamos nos tornar plenamente conscientes é dessa base comum, ameríndia e hispânica, na formação social e de cultura da grande maioria dos povos americanos; dessa americanidade intensa como nenhuma e essencialmente anticolonial que resulta do maior aproveitamento, voluntário ou involuntário, de elementos indígenas de natureza, de cultura e de raça, pelos colonizadores hispânicos – espanhóis e portugueses – de terras americanas em que o ameríndio, pelo prestígio do número ou da qualidade de cultura, mais se impôs aos adventícios ou à sua cultura.¹⁹³

A cultura hispânica deveria resistir à “europeização pura e simples” e à imposição cultural proveniente dos Estados Unidos. Nessa menção, Freyre expôs a face assumida pelos programas culturais arquitetados por sistemas políticos movidos por uma atitude imperialista. Este texto ganhou um tom de alerta em relação à criação de projetos culturais para a América e que teriam como porta-voz o modelo cultural e de civilização norte-americano:

Favorável ao que neles resistiu, no século XIX e nos princípios do atual, à absorção de seus característicos pelo imperialismo dos Estados Unidos: os Estados Unidos de uma época em que os cabeças desse povo vigoroso e tecnicamente superior aos vizinhos fizeram da Doutrina Monroe instrumento do domínio econômico e às vezes político das Repúblicas mais fracas do continente.¹⁹⁴

¹⁹³ FREYRE, Gilberto. *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003, p. 42.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 44.

Freyre não excluiu as afinidades entre a América Latina e a América Inglesa. No entanto, à primeira poder-se-ia acrescentar alguns pontos que a distinguiam considerável e expressivamente em relação à segunda. Ser, em essencial, “menos” colonial e não afeita à lógica “burguesa” e “carbonífera” da Europa moderna seriam um dos pontos relevantes a serem destacados, de acordo com a concepção formulada pelo sociólogo pernambucano. As afinidades entre ambas as Américas requeriam uma política cultural “interamericana” afeita à “defesa de interesses amplamente continentais”. Porém, os pontos que diferenciavam uma e outra América precisariam ser constantemente assinalados. Com isso seria evita o implante de ideias que seguiriam na contramão do passado histórico e cultural da América Latina. Esta, na avaliação de Freyre, constituía uma cultura

(..) diferente da europeia, moderna e carbonífera, quer por sua formação hispânica (a Europa moderna e carbonífera nunca chegou a considerar autenticamente europeu o fenômeno cultural de uma Espanha e de um Portugal em muita coisa separados do Ocidente), quer pelo maior ou menor aproveitamento do elemento indígena e do africano em sua formação. Principalmente trechos tropicais e semitropicais de colonização hispânica do continente. Essa situação é que permitiu que se desenvolvessem, na América indo-hispânica, valores pouco estimados e até subestimados e mesmo negados durante os dias de estabilidade triunfal da civilização capitalista e econômica e politicamente liberal nas suas formas ortodoxas, hoje em crise; talvez em franca dissolução”.¹⁹⁵

A crise moderna, ainda de acordo com Freyre, que se abatera sobre a “civilização capitalista e econômica” projetava luz ao modo de vida e à estrutura cultural e de valores característicos da América Latina. Os valores da civilização hispânica até então “subestimados” poderiam agir no sentido de resistir ao processo de

¹⁹⁵ FREYRE, Gilberto. *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003, p. 43.

“europeização pura e simples”. Tal esforço já havia sido trazido a lume pelos povos americanos quando, no século XIX, operou-se um projeto de “absorção de seus característicos pelo imperialismo dos Estados Unidos”. Dialogando com a realidade que marcava as propostas movidas pelos Estados Unidos nos anos 1940 no sentido de estreitarem relações com a América Latina, Freyre, referindo-se à Doutrina Monroe, expõe as verdadeiras razões que haviam orientado, no passado, as ações movidas pelos norte-americanos em relação às populações latino-americanos. O plano que previa a consolidação da ideia de “América para os americanos” constituiu, portanto, uma estratégia encabeçada por um “povo vigoroso e tecnicamente superior aos vizinhos” americanos que fez “da Doutrina Monroe instrumento do domínio econômico e às vezes político das Repúblicas mais fracas do continente”.¹⁹⁶ Assim, em pleno curso da Política de Boa Vizinhança, Freyre pôs em destaque que as políticas dos EUA para com a América Latina sempre se fizeram sob os auspícios de um plano de dominação política e econômica.

Escrito em 1941, conforme orientação expressa em linhas anteriores, “A propósito da política cultural do Brasil na América” articula-se ao clima da época em que foi elaborado, clima esse caracterizado pelo cenário político descortinado com a Segunda Guerra e, em decorrência desse evento, pela promoção, por parte dos Estados Unidos, de uma ampla política de aproximação com o Brasil, numa articulação movida por representantes do governo norte-americano e pelo governo de Getúlio Vargas. Desse modo, ao dialogar com a realidade que se impunha com força à sociedade brasileira, Freyre chamou a atenção para o fato de que os brasileiros precisavam atentar contar formas de expansionismo econômico e político que pudessem resultar em danos à cultura nacional. Advertiu o sociólogo, portanto, que influências tanto de ordem

¹⁹⁶ FREYRE, 2003, p. 44.

“democrática” quanto de natureza “totalitária” (numa referência às forças que se digladiavam durante a Segunda Guerra Mundial) seriam um risco que conduziriam o país a perda de suas raízes hispânicas. Concatenando referências que estabeleciam o diálogo com os acontecimentos da época, Freyre refere-se a uma das faces atreladas à dinâmica imposta pelo conflito mundial – a da busca por áreas de influência – e dos problemas resultantes da adesão a programas que visam a “rígida uniformidade cultural”. Aos povos americanos de expressão ibérica caberia reserva em relação aos planos entabulados pelas forças que pelejavam na “guerra atual”. Resumindo suas impressões sobre as implicações que a guerra poderia trazer para a América, Freyre ponderou:

Não me parece que o capitalismo à maneira do século XIX e o industrialismo carbonífero e petrolífero, ansioso de mercados passivamente coloniais, voltem, passada a guerra atual, às suas formas ativamente ortodoxas. Mas precisamos, os povos americanos de formação indo-europeia, de estar aptos a enfrentar novas formas de expansionismo que resultem de vitória militar e principalmente econômica na guerra atual. Formas de expansionismo que, vitoriosas, tendam pelo seu próprio caráter – politicamente “democrático” ou “totalitário” – a um ingênuo ou brutal simplismo: o da rígida uniformidade cultural de continentes inteiros sob o domínio da política ou da economia do povo triunfador.¹⁹⁷

O sociólogo lançou, em virtude do que poderia corresponder a vitória tanto de um programa político “totalitário” quanto de um programa político de perfil “democrático”, um apelo aos povos que compunham a América hispânica: o de que se unissem para frear políticas que procurassem impor à região um tipo de cultura alheia às

¹⁹⁷ FREYRE, Gilberto. *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003, pp. 44.45.

bases culturais e aos valores típicos dos povos formados a partir do contributo cultural ibérico. À tendência que previa a uniformidade cultural,

(...) nós, da América indo-hispânica, poderemos opor alguma resistência, unidos e conscientes da necessidade de defender valores comuns; e contaremos, por certo, com a simpatia e o apoio das próprias elites intelectuais, ou dos restos de elites que, entre “totalitários” ou “democráticos”, se sobreponham ao simplismo ou ao misticismo do grosso público ou dos grupos dirigentes, sincera ou interessadamente convencidos de que suas formas políticas, em particular, e sua cultura etnocêntrica – nacional ou imperial – em geral, são as que devem prevalecer sobre a rígida exclusividade sobre o mundo inteiro ou sobre continentes uniformes.¹⁹⁸

Diante dos fatos que se apresentavam à sociedade brasileira, Freyre descreveu, em tom sugestivo, o modo pelo qual Getúlio Vargas poderia conduzir a política de relação com outras nações. “O Brasil de hoje”, ponderou o sociólogo,

(...) com um presidente, o Sr. Getúlio Vargas (..) bem pode tornar-se o animador de uma política de cultura interamericana que seja ao mesmo tempo um movimento unionista e pluralista, ecologista e universalista, continentalista e regionalista; uma combinação, em suma, das vantagens da unidade e da integração do homem no meio com as vantagens da diversidade e da variedade.¹⁹⁹

A política cultural do Brasil com os demais povos americanos teria de obedecer ao princípio que possibilitaria a manutenção da unidade dentro da diversidade. Contra a uniformidade, essa política deveria necessariamente atender ao objetivo de conservação dos valores característicos da sociedade brasileira, fundados na cultura hispano-americana. Tal proposta resultaria inclusive na correção de deficiências que se apresentavam como desafio às elites intelectuais anglo-americanas. Segundo o sociólogo, seria o projeto cultural movido pelo Brasil um movimento que encontraria “a

¹⁹⁸ FREYRE, 2003, p.45.

¹⁹⁹ Ibidem, pp. 45-46.

simpatia não só das elites dos demais países hispano-americanos como dos anglo-americanos, desencantados dos ideais de uniformidade de vida e de cultura com sacrifício das variações de expressão, criação e tradição regional”.²⁰⁰ Desse modo, um “amplo americanismo cultural” não poderia prescindir de criar novos valores, mas, com igual esmero, precisaria respeitar tradições e agir de acordo com tendências humanistas.

Situando-se em uma posição contrária à ideia em voga de que América deveria seguir um programa pan-americanista, Freyre sugeriu uma aproximação entre as Américas a partir dos fundamentos que definiam o “inter-americanismo”, proposta cujo fundamento residia no fato de não excluir a possibilidade de conservação da variedade na unidade. Esta capacidade de combinar unidade e variedade estaria presente na sociedade brasileira desde a época colonial, resultado direto particularismo embutido no colonialismo português. Nesse sentido, Freyre propôs a noção e o consequente emprego de um novo critério americanista, que fosse capaz de conciliar-se à matriz cultural formadora do Brasil: de formação híbrida, a partir do equilíbrio de contrários. Nesse critério, portanto, repousaria o alicerce do verdadeiro projeto de união americana.

Em “Interamericanismo”, artigo publicado no jornal *La Nación*, de Buenos Aires, no ano de 1942, Freyre daria continuidade ao tema das relações do Brasil com as demais nações americanas. Substituindo a ideia de “pan-americanismo” por uma noção que combinava a “unidade com a variedade”, e promove o interamericanismo como o grande baluarte da política de colaboração entre os povos americanos. Isso porque, segundo o sociólogo,

²⁰⁰ FREYRE, Gilberto. *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003, p. 45.

A palavra pan-americanismo se desenvolveu como uma espécie de glorificação da ideia de massa ou totalidade americana, que é sem dúvida alguma uma força que deve ser aproveitada pelos estadistas americanos, mas pela qual não devemos nos deixar dominar como um gigante apenas forte. É um americanismo de quantidade. Nas ilhas, nas províncias, nas regiões se esquece o que tem de bom do ponto de vista da qualidade.²⁰¹

Um dos pontos negativos do pan-americanismo residia no fato de não promover uma política cultural calcada na preservação da variedade. Partia-se de antes da defesa da uniformidade, o que, em outras palavras, se daria por meio de um processo que privilegiaria determinadas expressões culturais em detrimento de outras. Por essa razão, Freyre sugeriu que

A uma Pan-América indistinta, pomposamente maciça, filipicamente uma, me parece preferível uma combinação interamericana de energias regionais e qualidades provinciais: energias criadoras, suscetíveis de ser utilizadas em vasto plano continental, não só de economia ou de política, mas também de cultura. Utilizadas sem violência suas peculiaridades. Utilizadas interamericanamente.²⁰²

A conservação da unidade dentro da variedade, contra um “ideal simplista de cosmopolitismo ou do unitarismo em bloco” deveria constituir o fundamento da política interamericana. Isso corresponderia ao objetivo de se instituir uma política de harmonização e de união continental que não se desdobrasse em prejuízos para as nações americanas. Existia a possibilidade, ponderou Freyre, de que a solução de problemas relacionados ao continente pudesse vir a ser conduzida por um interamericanismo que abrisse “perspectivas mais amplas a qualquer forma de americanismo simplesmente político, diplomático ou militar”.

²⁰¹ FREYRE, 2003, p. 49.

²⁰² Ibidem, pp. 49-50.

Em “Americanismo e Hispanismo”, publicado no Diário de Pernambuco, de 28 de abril de 1942, Freyre deu continuidade a sua tese sobre o modo pelo qual poderia ser estabelecida a política interamericana. Nesse ensaio, Freyre lembrou a ocasião em que fora alvo de críticas elaboradas por “devotos” e “fervorosos” defensores do pan-americanismo “ortodoxo”, quando do pronunciamento de uma conferência na Universidade de Western Reserve, em 1939. As críticas foram dirigidas à defesa feita pelo sociólogo da ideia de que cada povo da América teria o “direito” de “ter sua própria forma de governo contanto que daí não resultasse perturbação violenta para a vida do continente”. Um americanismo que soubesse, na devida proporção, ditar uma política cultural que buscasse a conciliação entre “os arcaísmos com os modernismos”. Sobre ocorrido, Freyre escreveu:

Lembro-me de que a conferência lida na Universidade de Western Reserve teve a impugná-la a palavra de pessoa muito ligada ao que supunha fosse o ponto de vista oficial ou oficioso do governo dos Estados Unidos. E quanto ao artigo na ilustre revista de cultura universitária [artigo publicado na revista *The American Scholar*, de Nova York, em 1939], provocou verdadeiros protestos de pan-americanistas ortodoxos e de democratas universalistas.²⁰³

Prosseguindo com os comentários acerca do episódio em que fora alvejado por representantes do pan-americanismo norte-americano, explicou que o novo critério americanista ao qual saiu em defesa partia da importância da preservação dos elementos singulares que caracterizavam as nações latino-americanas, desde “condições de formação social, de desenvolvimento histórico e de ecologia humana peculiares a cada povo ou região de cultura”. Ciente de que estas condições variavam de uma região para outra, no caso brasileiro, por exemplo, quando tomado comparativamente aos Estados Unidos, havia um divisor que o separava consideravelmente da nação de formação

²⁰³ FREYRE, 2003, pp. 91-92.

anglo-saxônica: o fato de constituir-se em uma nação predisposta, por suas tradições, ao ajustamento democrático das relações raciais. O destino americano do Brasil se faria com base na apreciação positiva de suas tradições. Nenhuma plataforma de caráter uniforme agiria em conformidade com esse princípio. Por esse motivo, ao país não caberia filiar-se a um americanismo que concorresse para o esgotamento da sua individualidade. Dissolver-se-ia tal singularidade pela ação de uma política cultural que procurasse “desenvolver no continente um imperialismo ansioso de uniformização social e política”.²⁰⁴ Tampouco o povo americano deveria entrar em situação de dependência em relação a “qualquer dos blocos de onde nos vieram os elementos principais de formação de cultura”, pois tal dependência seria “colonialismo” de “sabor político”.

A união interamericana atuaria, se conduzida de acordo com a premissa de conservação dos traços culturais específicos aos povos americanos de origem hispânica, no sentido de propiciar condições favoráveis ao avigoramento da individualidade, das tradições e da cultura de formação especificamente portuguesa e espanhola. Seria, portanto, por intermédio de um americanismo afeito aos elementos portugueses e espanhóis que a América Latina ingressaria em um verdadeiro processo de desenvolvimento. Avigorar a “tradição hispânica” constituiria a marca do autêntico americanismo, oposto ao que parecia representar uma tentativa de “recolonização política” movida por um “pan-americanismo simplista”. A ampliação de valores hispânicos, particularmente portugueses, conviria ao Brasil para que não dispensasse de seu desenvolvimento expressões culturais que respondiam por sua especificidade dentro do continente americano. A verdadeira articulação entre os povos americanos deveria afeiçoar-se não de um “puro americanismo horizontal ou de superfície, voltado só para

²⁰⁴ FREYRE, 2003, pp. 92-93.

o progresso em extensão dos povos do continente”, mas, sim, de uma ampliação de valores herdados da Europa, da África e da Ásia”, num processo de ampliação sem “sacrifício da profundidade”.

Completando a análise que apontava para a essencialidade da preservação das tradições ibéricas para o futuro da América Latina, em geral, e para do Brasil, em particular, no artigo “Um argentino escreve sobre o Brasil”, publicado no *Jornal do Comércio*, em 1943, Freyre, tratando particularmente do caso brasileiro, considerou constituir um exercício importante lembrar que o Brasil genuíno seria “aquele marcado para sempre pelo português, pelo índio, pelo negro”, embora isso não equivalesse a um “ideal de exclusividade de raça ou de cultura.” Representaria uma resposta aos planos de uniformidade cultural do continente. Ricardo Sáenz Hayes, escritor argentino que registrou suas impressões sobre o Brasil, esqueceu-se, em suas anotações, de observar, do ponto de vista de Freyre, o

aspecto de modificação recente na vida e na cultura brasileira – a volta às origens lusitanas, o orgulho ativamente protetor e não passivamente colonial dessas origens, a consciência dos valores tradicionais, portugueses ou ibéricos.²⁰⁵

Análises destinadas ao estudo das origens brasileiras em seu conjunto devem necessariamente assinalar, na amostragem dos valores que compõem o perfil cultural do Brasil, a “figura especialíssima do colonizador português predisposto pelo seu contato íntimo com os mouros, pela sua oceanidade, pela sua heterogeneidade étnica, à mais larga confraternização de sangue e de cultura com ameríndios e africanos”. Povo que fez com que se operasse no Brasil colonial um processo inverso ao de outras regiões

²⁰⁵ FREYRE, Gilberto. *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003, p. 111.

coloniais no que concerne ao processo de relação racial: pela ação dos portugueses originou-se um sentido “democrático da miscigenação, da mistura de raças, de confraternização de culturas”. Esse sentido seria o pilar da “grande tradição social brasileira”.

Nesse sentido, aderir a uma proposta americanista tal qual a que vinha sendo trabalhada pelos Estados Unidos na América Latina e principalmente no Brasil, isto é, a convivência com o modelo norte-americano de civilização, embasado em uma proposta de uniformização da América mediante o plano consistente de inserção do continente na lógica progressivista e nos traços que definiam a modernidade²⁰⁶, constituiria um processo que se faria à custa das genuínas tradições luso-tropicais e hispânicas que caracterizavam e conferiam singularidade à América Latina de expressão ibérica, sendo o Brasil o ilustre representante dessa formação cultural.

Na esteira dessas elucubrações, compete aqui fazer um balanço das principais ideias trabalhadas por Freyre em *Interpretação do Brasil*, obra na qual ganha contorno e sistematicidade a tese que aponta para o fato de que a especificidade brasileira deve-se sobremaneira às tradições hispânicas, razão que por si só justificaria a não adesão do Brasil a propostas estrangeiras que sinalizassem para uma formação cultural distinta. As conferências que compõem a obra foram pronunciadas a pedido da Fundação Patten na Universidade do Estado de Indiana, em 1944²⁰⁷. Teve como público alvo escritores e intelectuais anglo-americanos.

²⁰⁶ Tocqueville já previra que o americanismo “(...) mais do que significar simples preponderância política, militar e econômica sobre a América do Sul, apontaria para um processo em que o atraso ibérico, sob o impacto das diferentes influências exercidas pelo seu vizinho anglo-saxão, se converteria ‘às luzes’ e se modernizaria, rompendo com os fundamentos de sua própria história”. TOCQUEVILLE apud VIANNA, Luiz W. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj, 1997, p. 23.

²⁰⁷ A edição brasileira de *Interpretação do Brasil* vem a público no Rio de Janeiro em 1947, ao passo que

Nas conferências, como a que se intitula “Antecedentes Europeus da História Brasileira”, Freyre procurou condensar a ideia de que os brasileiros pertenciam a um tronco cultural rico em valores que poderiam ser tomados como exemplos pelas demais nações. Dentre esses valores, são destacados os de origem ibérica. Nas palavras do autor,

Ao Brasil, país descoberto e colonizado pelos portugueses, dá-se às vezes o nome de América Portuguesa. E com esse nome de América Portuguesa é geralmente considerado extensão da Europa, tão português permanece ele nos seus principais característicos. *Português ou hispânico, para não dizer ibérico*. Também católico, e como tal um ramo ou variante da forma latina de cristianismo ou de civilização.²⁰⁸

Por outro lado, Freyre destacou que as origens “nitidamente portuguesas ou hispânicas”, tampouco suas raízes católico-latinas fizeram do Brasil “simples e pura extensão da Europa”, a exemplo do que poderia ser observado em relação aos Estados Unidos, que, convertendo-se em “Nova Inglaterra”, apresenta-se como extensão de valores eminentemente europeus. Caracteriza esse ponto o “cristianismo evangélico ou protestante que veio a predominar na América do Norte”.²⁰⁹ Ainda nessa questão, o Brasil não poderia ser entendido como uma dilatação de valores especificamente atrelados à cultura europeia pelo simples fato “universalmente conhecido de que Espanha e Portugal, embora convencionalmente estados europeus, não foram nunca

nesse mesmo ano em Nova Iorque o público norte-americano assistiria o lançamento da a segunda impressão de *Brazil: an interpretation*.

²⁰⁸ FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil. Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1947, p. 41. Grifo nosso. Perceba-se que portugueses, hispânicos e ibéricos constituem categorias que por vezes se misturam no discurso freyreano. Funcionam, via de regra, para expressar a especificidade de uma composição cultural que legou ao Brasil os seus traços mais genuínos.

²⁰⁹ FREYRE, 1947, loc. cit.

ortodoxos em todas as suas qualidades, experiências e condições de vida europeias e cristãs”.²¹⁰

Espanha e Portugal representariam um complexo cultural misto de Europa e África, de “cristianismo e maometismo”. A “península hispânica” ou “ibérica” conformaria, portanto, uma zona de transição. Utilizando-se dos argumentos construídos por Ganivet sobre o assunto, salientou, ancorado nas análises do escritor espanhol, que a despeito da proposta movida por alguns autores espanhóis e portugueses que desejam a europeização de Portugal e Espanha prefere, assim como Ganivet, sustentar a tese de que “é procurando o Sul da África, que Portugal e Espanha encontraram a chave do seu futuro e a explicação do seu ethos”. Os problemas hispânicos, caso os houvessem, deveriam ser entendidos e solucionados à luz de perspectivas explicativas encontradas no esteio das tradições que caracterizavam a península hispânica.

Expondo as características que compunham a cultura hispânica, que tinha no Brasil um genuíno representante, Freyre sinalizou para a capacidade do hispano de conciliar diferenças e harmonizar contrastes. Tal legado transferiu-se para a sociedade brasileira. E, conformado culturalmente pelas expressões culturais hispânicas, o Brasil desenvolveria, por exemplo, um perfil de relações entre raças diametralmente oposto ao que se verificou em outras realidades coloniais²¹¹. Através do processo de integração ou

²¹⁰ FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil. Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1947, p. 42.

²¹¹ Freyre escora a sua visão sobre a escravidão no Brasil colonial numa vasta literatura produzida por viajantes estrangeiros que de passagem estiveram pela região. Chega a construir uma imagem idílica do sistema escravocrata montado por portugueses: “Quanto aos escravos do nordeste do Império, A. R. Wallace, o famoso cientista e abolicionista inglês do século XIX, achou-os geralmente bem tratados ‘ e tão felizes como crianças’. E Mme. Ida Pfeiffer, que visitou o Brasil por volta de 1840, e escreveu páginas notáveis pela sua agudeza de observação, deixou-nos este depoimento sobre o Império, em geral: ‘Estou quase convencida de que, vista em conjunto, a sorte desses escravos é menos miserável do que a dos camponeses da Rússia, da Polônia, do Egito e que são chamados escravos’. Mas é um sacerdote

equilíbrio de elementos antagônicos, o africano assumiu o papel de civilizador na sociedade brasileira. Esse fato tem as suas origens articuladas ao próprio modo pelo qual fora configurada culturalmente a Península Ibérica a partir da presença moura na região. O resultado geral dos contatos entre espanhóis e portugueses com árabes, os mouros e os judeus resultou em “equilíbrio” e integração” de elementos antagônicos, o que agiu com força contra o estabelecimento de “choques violentos”, “segregação” e “diferenciação”.

Nesse prisma, formado sobre as bases do hibridismo cultural, da reunião de “valores místicos ou populares dos índios e dos negros” que foram assimilados por portugueses na América, que resultou na criação de uma nova cultura nos trópicos, ao Brasil não caberia uma uniformidade que desdobrasse em choque com suas várias raízes culturais. Nas “Américas hispânicas, a portuguesa e a espanhola” poderiam apresentar-se ao mundo como uma obra de colonização cujos traços diferiam em muito de outras sociedades, aquelas formadas no seio de valores europeus não especificamente vinculados à tradição ibérica.

O apontamento das particularidades que definiam a formação cultural brasileira, fruto de um sistema colonial conduzido de forma ímpar pelo colonizador português, reclamava a comparação com outras empresas coloniais. Isso era feito com o objetivo

inglês, o revdo. Hamlet Clark, que, a esse respeito, exprime-se com acento mais radica: ‘Não é preciso – diz ele – ir-se muito longe para encontrar na livre Inglaterra a verdadeira imagem da escravidão: London Labour and the London Poor, de Manighe, Oliver Twist, de Dickens, Song of the Shirt, de Hood e outras muitas obras, refletem um despotismo sórdido de corações de pedra que em nada dão a lembrar o bem mais humano coração dos proprietários de escravos brasileiros’. E outro viajante que conheceu o Brasil durante a maturidade mesmo do seu sistema de escravidão, isto é, na primeira metade do século XIX, W. H. Webster, achou os escravos do Brasil mais felizes do que poderia representar a imaginação de muito filantropo”. Estabelecendo um cotejo entre os escravos do Brasil e os operários europeus, Freyre conclui: “A vista de todas essas opiniões não há como duvidar de quanto o escravo nos engenhos do Brasil era, de modo geral, bem tratado; e sua sorte realmente menos miserável do que a dos trabalhadores europeus que não tinham o nome de escravos.” Cf. FREYRE, 1947, pp. 109-110.

de patentear, por intermédio de uma análise histórica, a comparação com o sistema colonial anglo-saxônico.²¹²

Quem quer que estude o sistema social brasileiro baseado na monocultura latifundiária e escravocrata é tentado a compará-lo com sistemas semelhantes de outras regiões da América; e mais particularmente com o sul dos Estados Unidos. Este sistema na América anglo-saxônica teve provavelmente uma estrutura aristocrática mais rígida, do ponto de vista da ‘superioridade’ e ‘interioridade’ de raça, do que no Brasil, onde tais preconceitos nunca foram tão fortes.²¹³

Os Estados Unidos enfrentariam problemas no âmbito das relações raciais por constituir um povo formado pela ordem aristocrática anglo-saxônica, afeita à pureza racial e prenhe da lógica da superioridade da raça branca. Tal constatação não descarta, no esquema interpretativo montado pelo sociólogo, a possibilidade de que pudesse ter havido “preconceito de raça nas áreas de monocultura latifundiária do Brasil” ou “distância social entre o senhor e o escravo, entre o branco e o preto, mas como existe entre o velho e o moço, o homem e a mulher”. No entanto, “poucos aristocratas

²¹² Em 1946, o historiador Frank Tannenbaum publicou *Slave and Citizen: the Negro in the Americas*. As ideias até então desenvolvidas por Freyre e apresentadas em sua obra capital, *Casa Grande & Senzala*, foram apreciadas de modo bastante positivo por Tannenbaum. *Slave and Citizen*, no entanto, inova ao propor uma análise da escravidão a partir de uma perspectiva comparativa. Nesse sentido, a obra incursiona por uma análise pela qual são expostas e trabalhadas as diferenças entre os sistemas anglo-saxônico e ibérico de colonização. De natureza histórico-comparativa, o ensaio de Tannenbaum destaca, na comparação entre esses sistemas, que o maior número de alforrias no sistema escravista montado pelos povos ibéricos na América Latina constituía um traço que o distinguiu do sistema britânico de colonização estruturado nos Estados Unidos, caracterizado pela imposição de empecilhos legais à manumissão. De acordo com o historiador americano, “nenhum obstáculo era criado para sua incorporação à comunidade, desde que possuísse conhecimento e habilidade que tornassem tal incorporação possível. Os negros livres possuíam os mesmos direitos (que os brancos) perante a lei, podiam possuir propriedades e tomar parte (...) na vida pública” (Cf.: TANNENBAUM, Frank. *Slave and citizen*. Boston: Beacon Press, 1992, pp. 91-93). De modo semelhante a Freyre, Tannenbaum explica a particularidade assumida pela escravidão no Brasil com base em sua articulação com os valores culturais do colonizador português. Enfatizou, portanto, as tradições e as crenças dos portugueses, além dos contatos e trocas culturais por eles estabelecidos com os mouros, como responsáveis pela construção de um padrão diferenciado de relações raciais quando em comparação com outros sistemas escravocratas na América. Todavia, diferentemente de Freyre, Tannenbaum não viu na miscigenação um fator distintivo da colonização portuguesa nos trópicos. Em sua perspectiva, essa prática foi uma constante nas demais empresas coloniais que se valeram da mão de obra escrava.

²¹³ FREYRE, 1947, p. 118.

brasileiros foram jamais tão rigorosos em matéria de pureza racial como a maioria dos aristocratas do Velho Sul dos Estados Unidos”.

Na análise freyreana sobre a escravidão avultaram comparações entre o regime agrário-patriarcal da região Nordeste do Brasil e do Sul dos Estados Unidos dos tempos coloniais. As aproximações entre essas regiões, entre outros aspectos, poderiam ser aventadas a partir de uma análise do estado econômico nelas prevalente. Grande “desaproveitamento da fertilidade do solo e ignorância de métodos agrícolas científicos, ao lado de trabalho pouco eficiente”. Porém, avaliando a situação e as transformações que marcavam o cenário da região Nordeste, Freyre alertou que a mesma vinha “perdendo a consciência dos valores da sua história” em decorrência “das influências e das uniformidades” atreladas à “conquista industrial do mundo”.

Prevalece no discurso freyreano a mensagem que filia a descaracterização de regiões formadas pela cultura ibérica, tal qual o Nordeste brasileiro, em decorrência de influências externas, bem como de projetos que têm na busca pela uniformidade sua razão de ser. Conforme se vê, a influência do industrialismo, principalmente aquele desenvolvido pelos Estados Unidos, concorria para que se acentuasse o processo de perda da verdadeira tradição dos povos americanos. Assim, segundo Freyre, o “perigo da monotonia cultural” ou da “excessiva unificação” cultural no continente americano provinha “da influência do industrialismo capitalista norte-americano”, que partia da premissa de que o que “bom para o norte-americano deve ser bom para todos os outros povos da América”.²¹⁴

Associando a política de influência norte-americana ao plano maior de conduzir o continente a um emparelhamento cultural com o modelo de civilização vigente nos

²¹⁴ FREYRE, 1947, p. 145.

Estados Unidos, Freyre confere rigor à crítica dirigida à tentativa conduzida por “alguns dos industriais norte-americanos” de “uniformização do mundo”.²¹⁵

Para Freyre, o problema que se apresentava ao Brasil era o de, na categoria de “nação culturalmente criadora” e formada em um regime de diversidade cultural, resistir às “tendências imperialistas exteriores para reduzir ao estado de colônias culturais, regiões como as da América Latina”. Desse modo, o pan-americanismo é descartado pelo sociólogo como política cultural a ser seguida pela América. A unificação prevista pela proposta pan-americana constituiu uma medida “usada algumas vezes no benefício exclusivo dos Estados Unidos”.

Um mínimo de uniformidade seria viável ao Brasil, de acordo com o sociólogo. Esta parcela de unidade cultural correspondia ao que tradicionalmente compunha a especificidade da sociedade brasileira, isto é, um “composto de valores básicos lusos ou hispânicos e de meios culturais de comunicação inter-regional e inter-humana igualmente hispânicos ou lusitanos”. Seriam esses os valores que reagiriam à tentativa movida pelos Estados Unidos de uniformizar o continente. A inteira “subordinação de diferenças históricas e geográficas”, escreve o sociólogo, a um “rígido ideal de uniformidade levaria a uma forma de unidade estreita demais para um ‘continente’ cultural tão complexo como o Brasil”.²¹⁶

A tendência brasileira para a “verdadeira democracia social e étnica” somente seria mantida com a preservação da herança cultural ibérica. Essa tendência, frisou o sociólogo, não constitui “somente uma remota tradição brasileira, mas também uma tradição portuguesa”. À herança hispânica e lusitana devia o Brasil suas principais características, assim como seu desenvolvimento social e cultural. A cópia de

²¹⁵ FREYRE, 1947, pp. 145-146.

²¹⁶ Ibidem, pp. 153-154.

instituições norte-americanas por parte do Brasil já havia, no passado, de acordo com Freyre, apresentado indícios de que não seria por intermédio desse procedimento que o país apresentaria respostas positivas aos seus problemas.²¹⁷

Problemas decorrentes da absorção da lógica industrial foram examinados tendo por base a cidade de São Paulo. Ancorando-se analiticamente em Waldo Frank²¹⁸, para o qual as nações latino-americanas deveriam seguir por um viés cultural, econômico e social diverso do que vinha sendo exposto pelos Estados Unidos, concluiu que os paulistas “são hoje burgueses sob um ‘industrialismo sem plano’; burgueses ‘que foram antes trabalhadores, mas no momento, pobres e sem espírito, e também sem direção’”. Freyre, diante do quadro que, segundo sua análise, se apresentava a São Paulo, sinaliza para a preservação das tradições ou das “energias regionais” como forma de se fazer frente a planos que representam “simples coerção política ou mero capricho ideológico de poderosos do dia”.²¹⁹

Freyre não raro apostou na ideia segundo a qual a complexidade étnica e cultural dos portugueses representou um estímulo para a diferenciação do Brasil em face à Europa e aos norte-americanos. Nesse sentido, a formação brasileira, a partir de traços culturais que definiam hispânicos e lusitanos, resultou em um tipo muito particular de sociedade. A comparação com outros sistemas coloniais e sociedades modernas

²¹⁷ Para exemplificar esse tópico, Freyre trabalhou com o que considerou o erro do regime republicano: a imitação da constituição dos Estados Unidos. “Em vez de procurar”, escreveu, “combinar unidade com diversidade regional tomaram emprestado dos Estados Unidos o princípio dos ‘diretos’ ou de ‘autonomia de Estado’, e deram uma tal ênfase a essa autonomia política de Estado derivada de condições meramente materiais e quantitativas e de vantagens puramente técnicas que um Estado pudesse ter sobre outros, que muitos abusos tornaram-se possíveis sob esse mal entendido federalismo ou estadualismo”. Cf. FREYRE, 1947, p. 160.

²¹⁸ Sobre a proximidade de suas ideias com as apresentadas por Waldo Frank, Freyre registrou: “Alegrame a coincidência das observações de Waldo Frank com as minhas, desde que considero o autor de *South American Journey* um dos poucos americanos que têm escrito páginas de verdadeira e aguda penetração sobre o Brasil: proveitosas tanto para estrangeiros como para os brasileiros eles mesmos. Cf. FREYRE, 1947, p. 173.

²¹⁹ FREYRE, 1947, p. 165 e 175.

construídas pela dinâmica colonial europeia se fazia necessária na medida em que permitia o vislumbre da especificidade que caracterizava a sociedade brasileira.

Vendo nos Estados Unidos um exemplo bastante expressivo dos princípios que nortearam a colonização europeia, neste particular a anglo-saxônica, Freyre, valendo-se de relatos de intelectuais que se debruçaram sobre o estudo das relações raciais no Brasil, reproduziu relatos que apontavam para a ausência de distinção racial entre brancos e negros na sociedade brasileira. Respaldando-se em Richard Burton, projeta luz à ideia de que no Brasil imperial, por exemplo, “todos os homens, especialmente os que são livres, quando não são negros são brancos; e muitas vezes um homem é oficialmente branco, mas na verdade quase negro”. Situação distinta, prosseguiu Freyre, do sistema dos Estados Unidos, onde “brancos e negros não se misturam”.²²⁰ De acordo com o sociólogo pernambucano, o objetivo envolto na exposição de análises comparativas entre realidades coloniais diferentes em alguns aspectos obedecia à premissa de destacar, na “solução brasileira dos problemas resultantes do contato de raças”, seu grau de distanciamento em relação a “outras soluções”. A solução brasileira, portanto, se explicaria sob a “luz da experiência, quer social, quer cultural, peculiar aos portugueses, como povo de transição ente a Europa e a África”.²²¹

Por constituir-se em uma nação moderna cuja solução conferida ao passado o relacionamento entre grupos distintos deu-se na ordem da resolução pacífica, da harmonização de contrários, em um exemplo de tolerância e de democratização das relações étnicas, Freyre escalonou o Brasil à categoria de condutor dos destinos de

²²⁰ Ibidem, p. 188. Freyre ainda exploraria com mais vagar essa questão, salientando que a colonização anglo-saxônica falhou, no que concerne ao estabelecimento de um perfil harmonioso de relações raciais, inclusive no Brasil, quando da tentativa de colonos do sul, agora já de origem anglo-americana, de se estabelecerem no Brasil. Fracassaram porque o Brasil era um país de escravos, e os colonizadores do Sul estavam habituados a “ser senhores de negros e a dominá-los”, imbuídos do sentimento de superioridade racial, ausente, de acordo com o sociólogo, entre os colonos portugueses.

²²¹ FREYRE, 1947, p. 189.

outras nações. Nessa direção, em 1944, ano que marca as conferências lidas por Freyre na Universidade do Estado de Indiana, o sociólogo sugeriu que o exemplo brasileiro poderia nortear positivamente o destino de outras regiões, afirmando que, a despeito de “todas as suas imperfeições” econômicas, políticas e de “convivência democrática”, o Brasil “impõe-se hoje como uma comunidade cuja experiência social pode servir de exemplo ou estímulo a outras comunidades modernas”.²²²

Essa função é reservada ao Brasil pelo fato de ter apresentado, desde o passado, condições favoráveis a uma dinâmica harmoniosa no plano das relações raciais:

Decerto não existe nenhuma outra comunidade moderna da complexidade étnica da brasileira onde os problemas de relações sociais entre homens de origens étnicas diversas estejam recebendo solução mais democrática ou mais cristã que na América Portuguesa. E a experiência brasileira não indica que a miscigenação conduza à degeneração.²²³

De acordo com Freyre, ao Brasil caberia uma notável “contribuição em relação ao desenvolvimento da personalidade humana no mundo moderno”. Esse papel só poderia ser executado por uma nação de “tipo extra-europeu”. Os brasileiros haviam dado ao mundo provas de sua “capacidade para construir uma nova e original civilização na América”, isso ao deixar de ser subeuropeu “nas suas opiniões e tornaram-se americanos no melhor sentido da palavra”.²²⁴

Por intermédio de uma política étnica e socialmente democrática, o Brasil “viria a ser país o ideal para aqueles europeus cansados tanto de estreitos preconceitos de raça como de arcaicos nacionalismos intransigentes e de duros sectarismos religiosos”. A consideração sobre o fato de constituir o Brasil um reduto pelo qual poderiam ser

²²² FREYRE, 1947, p. 190.

²²³ Ibidem, pp. 190-191.

²²⁴ Ibidem, pp. 275-278.

vislumbradas as soluções para os problemas que assolavam algumas das nações modernas, reclamava, portanto, a demonstração de que a singularidade brasileira devia sua razão de ser aos valores cultivados pelos portugueses. Os “valores culturais luso-brasileiros”, como “nação e como comunidade largamente cristã”, deveriam, nessa perspectiva, ser “considerados valores gerais, fundamentais, irredutíveis”.

Contudo, a especificidade demonstrada pelo Brasil no que concerne ao âmbito das relações raciais não constituía um aspecto centrado apenas em exemplos do passado. Forças brasileiras moviam-se na contemporaneidade munidas do dever de opor-se a todas as formas assumidas pelo preconceito racial ou de cor, que pudessem “impedir o Brasil e a população daquelas regiões de fala portuguesa de que o Brasil é hoje o líder intelectual, de levarem para a frente sua vasta experiência no campo da democratização étnica e social”.²²⁵

Da articulação do Brasil à ideia de modelo de civilização que poderia vir a servir de modelo cultural – dada a reunião de um conjunto específico de tradições que apontavam para a tolerância racial e para o convívio pacífico de grupos distintos, assim como para a propensão natural ao estabelecimento de trocas culturais – decorre a defesa da ideia de que as realizações nacionais do país não “parecem confirmar a inferioridade do mestiço do Brasil comparado com seus vizinhos mais ‘arianos’”. Na visão do sociólogo, contrapondo-se àqueles que viam como negativa a mistura racial operada no Brasil, conclamou que nada é “honestamente ou sinceramente brasileiro que negue ou esconda a influência, direta ou indireta, próxima ou remota, do ameríndio e do negro.” Os resultados de uma política de igualdade racial aos moldes da que vinha sendo praticada no Brasil, não pareciam confirmar, segundo Freyre,

²²⁵ FREYRE, 1947, p. 275.

os temores dos que, nos Estados Unidos e noutros países, falam ou escrevem da mestiçagem como de uma catástrofe biológica. Pelo contrário: todas as provas parecem antes a favor dos que descrevem os resultados da miscigenação como, mesmo do ponto de vista estético, aceitáveis ou interessantes. Os teóricos da ‘integridade racial’ precisam remoçar os seus argumentos contra a mistura de raças ou inventar novos.²²⁶

Diante dessas constatações, Freyre asseverou que o “status nacional” do Brasil não compõe uma expressão de “consciência de raça”, isso porque “nenhuma raça única, pura ou quase pura, formou a gente brasileira”. Condição associada aos traços que diferenciavam o português em relação aos demais povos colonizadores. O que se estabeleceu na América portuguesa constituiu um exemplo de como a colonização montada pelos povos ibéricos nos trópicos resultou em um amplo complexo civilizacional. Por essa razão, não cabia a adesão aos modelos estrangeiros de civilização. Esses entrariam em confronto, caso viessem a ser copiados, com os genuínos valores que conduziram e que vinham conduzindo, no presente, o destino das nações americanas formadas pela matriz cultural ibérica. Neste particular, acentuou o sociólogo que “o Brasil, como comunidade nacional, tem que ser interpretado em termos de uma comunidade cada vez mais consciente do seu status ou do seu destino de democracia social. Social e étnica”. Freyre, embora tenha realizado esse diagnóstico, percebeu os limites de uma análise cujo mote residisse na defesa da perfeição do sistema de relações raciais no Brasil. Este não poderia ser visto como uma democracia étnica perfeita. “Não atingiu”, concluiu o sociólogo, “de modo algum a perfeição”. Porém, mesmo não se compondo em uma nação “inteiramente livre do preconceito de raça”, a sociedade brasileira compõe uma região “quase livre” de “preconceito de raça ou de conflitos ou discriminação racial”.²²⁷

²²⁶ FREYRE, 1947, p. 243.

²²⁷ Ibidem, p. 230-235.

Citando o especialista em assuntos latino-americanos, o historiador norte-americano Carleton Beals, Freyre apontou, uma vez mais, para as diferenças que separavam em planos distintos o Brasil e os Estados Unidos. As análises por vezes recaem sobre o perfil assumido pelas relações raciais neste último país. De acordo com Freyre, Beals certa vez ouviu de um alto funcionário mexicano das Relações Exteriores, admirador incontestado dos Estados Unidos, que em decorrência da discriminação norte-americana de raças

tão grandemente temida na América Latina, e por causa do nosso [referindo-se aos Estados Unidos] apoio às ditaduras, estávamos em via de perder a nossa direção moral e política nos países situados ao Sul do nosso; que os povos e os governos voltar-se-iam cada vez mais para a União Soviética.²²⁸

Freyre corrobora as ideias expostas pelo entusiasta mexicano dos Estados Unidos afirmando que realmente o país era marcado por uma “atitude antidemocrática (...) em face do problema da igualdade de raças”. Novamente insistiu na ideia de que o Brasil vivia sob uma situação de quase ausência de conflitos raciais sistêmicos devido à persistência de valores “fundamentalmente hispânicos” em sua configuração cultural. Contrapondo os métodos russos no que dizia respeito ao problema das raças aos desenvolvidos pelos Estados Unidos, Freyre assinalou que a atitude da União Soviética vinha “fascinando os brasileiros de espírito democrático”.²²⁹ Já os Estados Unidos, por

²²⁸ FREYRE, 1947, p. 238.

²²⁹ Ao verificar o fato de o Brasil da década de 1940 compor uma comunidade cujo traço distintivo era constituir-se numa democracia social e étnica, Freyre alertou para o fato de neste “particular só lhe fica acima a Rússia moderna, a União Soviética, única que vem em lugar mais destacado que o Brasil como comunidade quase oficialmente, senão oficialmente, comprometida a desenvolver uma política abertamente igualitária em relação a raças.” Nesse sentido, a União Soviética seria a “única grande região do mundo que, habitada por muitas raças, não dá sinal, no que respeita pelo menos às relações oficiais, de nenhum preconceito de raça, sob qualquer forma.” Brasil e Rússia, portanto, apresentavam-se como “regiões quase livres, ou cada vez mais livres, de preconceito de raça ou de conflito ou discriminação racial.” Pensando o futuro da relação entre essas duas comunidades, o sociólogo escreveu que a “União

sua vez, pautavam-se em um sistema de preconceito contra a mestiçagem e em uma “filosofia racial” afeita ao “purismo”, o que contribuiu em demasia para que se desenvolvesse um plano de “relações realmente amistosas” entre brasileiros e norte-americanos.

Tratando do que sobre o assunto expôs o professor da Universidade de Yale, Hiram Bingham, Freyre retomou a ideia defendida pelo catedrático de que a “diferença fundamental de atitude entre um americano anglo-saxão e um latino americano em face do problema de raças tornava difícil, por parte dos americanos anglo-saxões, tratar ‘com imparcialidade’ os seus vizinhos do Sul”.

Segundo Freyre, a partir dos comentários realizados por Bingham, o cenário de desconfiança por parte de latino-americanos em relação aos Estados Unidos não sofreu alterações com a estratégia montada pela Política de Boa Vizinhança. Na avaliação do sociólogo, a “dificuldade” de uma aproximação maior entre norte-americanos e América Latina “não desapareceu inteiramente com a política de ‘boa vizinhança’”²³⁰. Para Freyre, o problema relativo às tensões raciais que caracterizavam a convivência entre diferentes etnias nos Estados Unidos não encontraria uma solução imediata, o que agravava ainda mais o estabelecimento de laços mais estreitos entre essas duas porções da América. Nem mesmo com a montagem de uma política de aproximação foi possível, de acordo com Freyre, dissipar as reservas em relação à imersão da América

Soviética e o Brasil, ainda que fundamentalmente diferentes no modo de conceberem ou entenderem o que seja democracia de organização social, se unirão provavelmente, em futuro próximo, como pioneiros de um movimento no sentido de fazer da igualdade social das raças problema internacional a ser enfrentado que sob aspecto político quer sob aspecto econômico.” Cf. FREYRE, 1947, pp. 230-235.

²³⁰ Agentes ligados diretamente ao governo dos Estados Unidos e às agências montadas com o objetivo de materializar uma política cultural na América Latina perceberam os limites e os entraves que se apresentavam à consecução do projeto de difundir a influência norte-americana no continente. John M. Coffee reconheceu as falhas da Política de Boa Vizinhança. Uma delas residia na repercussão negativa do racismo norte-americano entre as comunidades latino-americanas, alvo da política estratégica dos Estados Unidos. Argumentou o agente que a presença de atitudes discriminatórias na sociedade norte-americana negava a bandeira hasteada pelos Estados Unidos em favor da liberdade e da democracia.

Latina no quadro cultural norte-americano e, conseqüentemente, em sua má condução dos problemas raciais. Na análise elaborada pelo sociólogo, o predicativo “boa vizinhança” que qualificou a estratégia política elaborada no sentido de promover a integração entre as Américas não deu conta de traduzir, em sua plenitude, a real dinâmica e o verdadeiro objetivo do programa montado pelos Estados Unidos para o continente. Diante dessa questão, ensaia o que poderia vir a constituir a política externa brasileira: uma associação com países “cuja tendência” concorreria “para continuar a enriquecer a América Portuguesa com o seu sangue, os seus valores humanos”, agindo contra o que constituía uma ação movida por um “imperialismo burguês britânico ou anglo-americano”.

Sobre as relações do Brasil e do conjunto maior das populações latino-americanas com os Estados Unidos, que à época estavam sendo arquitetadas com base nos princípios que definiam a Política de Boa Vizinhança, Freyre, ao enfatizar os pontos que careciam de um maior entendimento por parte dos envolvidos no programa de aproximação entre as Américas, sugeriu que deveria haver primeiramente uma mudança no modo pelo qual a população branca norte-americana conduzia suas relações com os negros. Após sofrer uma transformação nessas bases, os Estados Unidos poderiam ensaiar formas harmoniosas e antidiscriminatórias de se relacionarem com as demais nações americanas. Além desse aspecto, caberia o estabelecimento de respeito “mútuo” entre as nações americanas, partindo-se da consideração de que existia “uma tradição democrática comum a todos os americanos”, de origem latina ou anglo-saxônica.

A relação entre as Américas apenas seria estabelecida em comunhão de interesses se fossem respeitadas e observadas as características que situavam latinos e anglo-saxões em patamares distintos. A apreciação do desenvolvimento de uma

democracia étnica entre os povos latino-americanos precisaria necessariamente ser levada em conta pelos Estados Unidos. Não competiria, portanto, a imposição de outros métodos de relacionamento entre grupos étnicos distintos. O imperialismo, seja cultural ou de ordem econômica, agiria contrariamente ao objetivo de união democrática. Segundo o sociólogo,

Desde que se tornem realmente bons vizinhos e cada vez mais democráticos na sua organização – inclusive na sua economia – e na sua cultura, naturalmente que uns e outros se enriquecerão com os melhores resultados dos seus respectivos progressos nesta ou naquela especialidade.²³¹

A contribuição brasileira para o mundo moderno, a partir da ideia por Freyre defendida de que competiria ao Brasil servir de exemplo para outras nações por carregar em sua formação elementos culturais caros, por exemplo, ao aprimoramento das relações entre raças, apenas seria possível com a preservação de suas tradições e tendências culturais derivadas da matriz cultural ibérica. Sua inclinação natural para métodos democráticos de interpenetração cultural e de amalgamento de raças resultou na configuração de um tipo específico de sociedade. O contato democrático instituído com diferentes raças e culturas acentuou-se na definição do *ethos* brasileiro, que pagava tributo às tradições hispânicas e portuguesas, essências constitutivas da alma nacional brasileira e que deveriam, portanto, fazer frente aos valores que determinariam o processo de descaracterização do Brasil.²³²

²³¹ FREYRE, 1947, p. 266.

²³² Mesmo enredo de argumentação já havia sido exposto por Freyre em 1940, em *O mundo que o português criou*. Dedicou a obra à análise do sentido impresso por portugueses ao processo de colonização das áreas tropicais. Conferiu especial ênfase a miscibilidade do colonizador lusitano, que estabeleceu-se de modo mais intenso do que nos demais povos colonizadores, o que resultou em uma formação cultural específica, da qual o Brasil é o melhor expoente. A pluralidade de cultura e a miscigenação são marcas que expressam o compromisso da expansão lusitana. Na avaliação feita pelo autor em relação aos perigos advindos da incorporação de elementos estrangeiros, cumpria destacar que

Parte mais importante do mundo criado pelo português, formada com base em elementos europeus e cristãos, o Brasil conservava-se como predominantemente ibérico em seus traços mais profundos e característicos. Isso o conduziu à negação do purismo étnico e à aceitação da ideia de democratização de sociedades humanas mediante a mistura racial. Desse aspecto adivinha sua especificidade em relação às nações que, a semelhança dos Estados Unidos, não lograram perscrutar uma solução pacífica para os problemas que giravam em torno do relacionamento entre raças.

Ao formar com Portugal, Espanha e luso-descendentes da África e da Ásia uma unidade cultural preta de possibilidades futuras, o Brasil reunia condições que lhe permitiam sugerir a aproximação da democracia social e étnica à democracia “simplesmente política”²³³ de nações mais avançadas economicamente, dominadas por uma filosofia ativista que reduz o homem apenas à categoria de “homo faber”.

A falha por Freyre apontada no que dizia respeito às tentativas de aproximação até então viabilizadas entre os Estados Unidos e América Latina relacionava-se ao não

“seria ridículo pretender que o Brasil exista independentemente da sua formação portuguesa; ou que seja um país onde outra cultura – outra língua inclusive – possa instalar-se com os mesmos direitos da de Portugal, quando colonizou certa parte da América e firmou nos trópicos uma civilização com elementos predominantemente europeus e cristãos”. Nessa direção, ao ser inquirido por um jornalista paulista se o Brasil deveria fechar-se “na nossa cultura luso-brasileira”, Freyre respondeu que não lhe parecia que a sociedade brasileira pudesse “fechar-se na sua cultura tradicional luso-brasileira”. A questão, antes de tudo, residia em defendê-la, “pois ela é nossa principal condição de vida e de nação.” Procurou explicar que seria preciso defender a cultura luso-brasileira de atitudes imperialistas. Nas palavras do sociólogo, ao “sugerir a defesa da cultura luso-brasileira como essencial ao nosso desenvolvimento autônomo em face de qualquer imperialismo de cultura – o imperialismo econômico seria, por inclusão, um imperialismo de cultura – que possa ameaçar-nos em futuro próximo (seja esse imperialismo europeu, asiático ou americano), não é nenhum nacionalismo estreito ou jacobinismo ranzinza que advogo. FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940, pp. 21-22.

²³³ Ibidem, p. 33. Freyre retomaria a ideia da proeminência da democracia social e ética em relação à democracia política que marcava algumas das principais nações modernas do período. Em pronunciamento realizado na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1943, o sociólogo diria sobre a Bahia que nela se concentravam os atributos que possibilitavam considerar o Brasil um reduto de democracia étnica e social. Para o autor, “sem democracia social, sem democracia étnica, sem democracia econômica, sem democracia sócio-psicológica (...) que pode ser senão um artifício a simples democracia política?” Cf. FREYRE, Gilberto. *Na Bahia em 1943*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1944, p. 30.

reconhecimento da premissa de que todos os homens e sociedades necessitam gozar de oportunidades iguais e que as relações entre comunidades devem alicerçar-se no enriquecimento de todo o bloco de cultura envolvido, e não apenas de uma parte deste. Havia, em síntese, diferenças na ordem dos elementos que se fizeram presentes na formação da América de expressão latina e na América de origem anglo-saxônica. Formada por meio da comunhão dos princípios oriundos do catolicismo cristão e por um princípio democrático no modo de conduzir relações com outros povos (o que resultou na ímpar promoção de um perfil de democracia étnica e social nos trópicos, da qual o Brasil é expressão mais viva), a América Ibérica, e o Brasil, em particular, entravam em confronto com os princípios advogados pela cultura anglo-saxônica, gestada no seio da lógica protestante e que servia de base para a sociedade erigida pelos norte-americanos.

A abordagem da relação entre o Brasil e a cultura ibérica se faz igualmente presente durante o pós-guerra. Porém, a mesma é agora apresentada de forma ampliada e sistemática. Nesse período, as teses e estudos sobre o tema parecem sugerir tanto o diálogo quanto uma leitura das propostas que, ensaiadas alhures, visavam criar estratégias de intervenção cultural no Brasil. Podemos citar os projetos que à época eram ensaiados no seio das agendas culturais vinculadas ao governo norte-americano.

Em trabalhos publicados a partir da década de 1950, Freyre dedicou especial atenção à ideia do Brasil como nação hispânica. Neles a América ibérica de expressão luso-hispânica desponta como agente responsável pelo processo de preservação dos valores culturais apropriados à condução do futuro das sociedades formadas a partir da contribuição cultural portuguesa ou hispânica, únicas expressões culturais que moveram sob uma ação cristocêntrica do que etnocêntrica.

Por essa época, conforme salientou o sociólogo, era iminente o “perigo” de que essas sociedades pudessem desvincular-se de suas verdadeiras tradições em função da adoção de elementos atrelados à lógica do “progresso” e da “técnica”. Nesse sentido, apontar a grandeza de uma nação como o Brasil, cujo destino extra-europeu foi traçado pelo processo de hibridização com a cultura e com a civilização lusítada, responsáveis por uma expansão ditada “menos sob formas imperiais que fraternais”, seria responder a, em síntese, à “ideia europeia de ser o clima tropical impróprio à civilização moderna ou desfavorável a qualquer civilização digna de respeito ou de apreço europeu”.²³⁴

Pensar a relação da cultura lusitana e hispânica em sua articulação com a formação da sociedade brasileira seria pensar e agir a favor e pelo Brasil. Em outras palavras, constituiria um exercício de defesa do seu espaço, bem como dos seus interesses mais genuínos frente ao jogo de influências e de modelos de civilizações que se impunha a partir da dinâmica inaugurada pela Guerra Fria, que dá início ao período de disputas políticas entre Estados Unidos e União Soviética na busca por áreas de influência ideológica. Tal consciência inclui uma crítica ao que Freyre denominou de “expansão imperial” de países orientados por “intenções imperialistas”. Ao país, fazia-se necessário obliterar interesses estrangeiros e ditar os seus próprios rumos. Seguir por uma projeção que permitisse a preservação de seus valores em um panorama mundial dominado pelo “progressivismo” e pelo “tecnicismo”. Diante de tal cenário, seria preciso assegurar o vigor e a “unidade dessa civilização” luso-hispano-tropical, liderada

²³⁴ FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953, pp. 132-136. Ainda nessa direção, Freyre advogaria: “Devemos crescer juntos, todos os luso-tropicais: juntos uns dos outros e próximos das fontes não sei se diga europeias da nossa cultura, que são principalmente as portuguesas. E quem diz cultura portuguesa diz uma cultura que nunca se contentou em ser apenas europeia, tendo como que nascido com a vocação de ser mais tropical que europeia: de harmonizar a Europa com os trópicos sem imperialismo nem violência.” Cf. FREYRE, 1953, p. 136.

nos trópicos pelo Brasil. Este, em face dos problemas contemporâneos, deveria “agir, e não apenas “pensar” e “sentir”, “luso-tropicalmente”.²³⁵

A aproximação da sociedade brasileira com a cultura lusitana e hispânica despontou como uma forma de demarcar um lugar para o Brasil em meio às demais nações. Pensar a relação do Brasil com a civilização hispânica funcionou como um canal pelo qual o sociólogo difundiu toda a positividade assente na formação brasileira. Assim, pensando o país em sua relação com a cultura ibérica, lusitana, em particular, e hispânica, em geral, Freyre anotou que a

(...) vitória de formas e de processos portugueses de constituição e desenvolvimento de sociedades e culturas – formas predominantemente europeias e cristãs, mas, a seu modo, plurais, isto é, com considerável aproveitamento de valores nativos e considerável tolerância de credos e etiquetas e substâncias acatólicas – veio contribuir para o novo conceito de tropicalismo entre os europeus, no meio dos quais tanto se generalizara o preconceito de serem os trópicos de todo inadequados à aclimação ou sobrevivência dos valores um tanto arbitrariamente considerados “civilizados”, em oposição aos “primitivos” ou “bárbaros” que seriam todos os não-europeus. Principalmente a maioria dos tropicais.²³⁶

O Brasil representava a obra máxima da colonização luso-hispânica de base cristã. Grande nação da América desde o fim da Primeira Grande Guerra, “começa a ser a primeira potência principalmente tropical sem sentir a necessidade de deixar de ser lusitana nas suas principais formas de convivência e de cultura”.²³⁷ O reforço à ideia de positividade da construção brasileira a partir de sua conjunção com a cultura luso-

²³⁵ FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953, pp. 131.

²³⁶ FREYRE, 1953, p 176. De acordo com Freyre, o imaginário europeu teria conduzido uma leitura do Brasil como “a expressão mais ostensiva da imagem da América Latina – em grande parte, tropical – como selva”, visão essa motivada pelo impacto causado “pela sua quase escandalosa extensão territorial”. Tal aspecto poderia ser considerado como justificativa para a investida de nações estrangeiras no Brasil. Essa atitude não significou para Freyre algo incomum. Desde o início, o europeu nórdico e Protestante mostrou-se apático ao entendimento da cultura e do homem tropical, conservando-se em uma atitude de superioridade em face da “gente primitiva”.

²³⁷ FREYRE, 1953, p. 130.

hispânica foi desenvolvido por Freyre no regresso de sua viagem pelas terras que formavam o ultramar português, em 1952. Nessa ocasião, o sociólogo forneceu contornos positivos à colonização tropical realizada por portugueses e por espanhóis. Essas formas culturais haviam se expandido tendo como base a projeção de seus “melhores valores”, de modo cristão e democraticamente, rejeitando o modo imperial europeu de relacionar-se com o mundo. Haveria, portanto, uma vantagem “prática ou política”, dada a dinâmica do período, de uma articulação do Brasil com a civilização luso-tropical, em particular, e com a civilização hispano-tropical, em geral.

Freyre, a partir dessas considerações, procura engendrar uma nova acepção de “tropicalismo”, visto que este conceito, segundo ele, desde o século XIX, teria sido julgado de forma pejorativa pelos europeus quando da observação do futuro e da perspectiva reservados às regiões tropicais. Fez, então, um balanço sobre o entendimento que se fazia desse conceito, apresentando o tom negativo com o qual o mesmo era analisado e os tropos que o designavam desfavoravelmente:

Na segunda metade do século XIX, usou-se e abusou-se na Europa da expressão ‘tropicalismo’ como expressão pejorativa ou depreciativa. A má eloquência era ‘tropicalismo’. ‘Tropicalismo’ a má literatura. ‘Tropicalismo’ a música, a pintura, a arquitetura menos conformadas com as ideias francesas de medida, com os padrões Vitorianos de colorido, com os estilos italianos e vienenses de graça ou elegância de expressão ou composição musical.²³⁸

Freyre foi acompanhado de perto por outros intelectuais nessa nova percepção do lusotropicalismo. Em análise pela qual foram observados os pontos distintivos da colonização portuguesa, Manuel Diégues Júnior assinalou a difusão do espírito cristão e a formação de uma cultura tropical como elementos que definiam as características

²³⁸ FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953, pp. 177.

essenciais da expansão lusitana. De acordo com o autor, o lusotropicalismo teve em Freyre um de seus principais renovadores. O sentido e o significado que animavam

o conteúdo cultural da expansão portuguesa, o cristianismo traduz; sua área espacial, o tropicalismo a ambiental. Mas não o tropicalismo em seu mau sentido de antes do século XIX, agora em outro sentido, que traduz mais, como o fez Gilberto Freyre, numa conceituação sociológica, sólida, alicerçada, representativa mesmo do espírito, da alma, da obra, em síntese, da expansão lusitana.²³⁹

Fazendo reagir esse novo conceito de “tropicalismo” contra o antigo, Freyre construiu uma análise pela qual permitiu a compreensão de que os elementos constitutivos da nacionalidade brasileira – em suas mais distintas formas de expressão – fizeram-se, em uma boa parte, à revelia dos modelos lançados por nações como a francesa, a inglesa e a italiana. O que não foi sugerido pelo autor sem que antes se tivesse em mira os elementos que conferiam legitimidade e foro nacional à cultura brasileira, isto é, aqueles mais diretamente atrelados ao universo cultural ibérico.

Ainda na esteira da crítica às visões negativistas acerca do “tropicalismo” e do futuro das nações tropicais, Freyre aludiu à capacidade da civilização tropical de difundir-se, numa expansão que contribuiria para o processo de reanimação dos valores – ainda latentes nas culturas ibéricas – que fariam frente à “crise” que, de acordo com o sociólogo, atravessava a civilização europeia, bem como as nações formadas a partir de seus valores culturais:²⁴⁰

²³⁹ JUNIOR, Manuel Diégues. “O luso-tropicalismo”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 28 de março de 1954. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

²⁴⁰ Outros pensadores de origem ibérica comungaram da ideia de união entre os povos ibéricos para fazer frente ao mundo que se apresentava à época. Outros chamaram a atenção por situar Freyre entre os que trabalhavam em benefício da paz entre os povos, paz essa que não poderia ser promovida à revelia da união entre Brasil e Portugal, cujos sentimentos, por ambos cultivados durante séculos, concorreriam para facilitar, servindo de exemplo, para a “grande obra de Paz Mundial”. Nessa direção, de acordo com o discurso do presidente da comunidade chinesa de Sofala e Manica, o sr. Shung Chin, Freyre, a partir da viagem pelo ultramar, “colherá preciosos elementos para mais e mais se elevar na sua distintíssima missão de eminente sociólogo. Por isso, esperamos que S. Excia. empregará todo o seu saber e experiência em divulgar os benefícios da civilização, estreitando os laços de bem-estar entre os povos da

Tropicalismo. Luso-tropicalismo. Velha antecipação portuguesa da ideia que hoje se aviva entre nórdicos, homens de estudo e homens de ação, quer na Europa, quer nos Estados Unidos, de que o trópico é espaço fisicamente adequado ao desenvolvimento de civilizações predominantemente europeias em suas formas ou equivalentes das europeias, em sua capacidade de desenvolvimento técnico e intelectual. De que do trópico pode a civilização europeia, hoje em crise, assimilar valores de cultura e de raça que a revigorem para, em novas combinações de formas – tanto formas de homens como de convivência humana – e através de novos portadores dessas combinações, continuar a ser civilização hibridamente vigorosa, viva e criadora; e não curiosidade de museu.²⁴¹

Distante das coordenadas culturais que à época balizavam o rumo das nações europeias, bem como dos Estados Unidos – que, de acordo com Freyre, de todos os povos da América, apresentava-se, em termos de organização política, em seu “status civil” e na estilização política de vida, um prolongamento da civilização inglesa no continente americano –, ao Brasil caberia a tarefa de difusão dos aspectos que em sua formação sociocultural traduziam-se no estímulo à tolerância e ao bom relacionamento entre diferentes etnias:

O Brasil é a América Portuguesa, como a Índia é parte da Ásia Portuguesa. Formamos todos um Mundo verdadeiramente só, o “Mundo Português”, exemplo de paz social para os que vivem sob o espírito mesquinho dos preconceitos de raça e dos exageros nacionalistas.²⁴²

Aceitar a cultura lusitana e hispânica seria, na preservação da tradição, frear “formas invasoras”. Se o Brasil “já pouco precisa, é certo, do Portugal da Europa, de tal

Terra, fomentando o mútuo respeito e a amizade franca, de modo que o mundo dê um passo em frente no gozo da igualdade de direitos e da tão desejada liberdade, coisas estas que constituem a base da felicidade do gênero humano. Cremos firmemente que S. Excia. tudo fará para apressar a vitória desta nobre causa! Esta fé vem-nos do fato de que S. Excia., o Sr. Gilberto Freyre, elogia e propaga os métodos de civilizar baseados no amor fraternal.” Ainda nessa perspectiva, João Dias dos Santos, presidente da associação africana de Moçambique, escreveu: “Está V. Excia. percorrendo ‘o Mundo que o Português criou’ e nestas viagens vai uma preciosa parte da sua vida para que, com o seu muito saber, como grande pensador e insigne cientista, possa erguer mais profundamente a sua voz para continuar dizendo ao Mundo, e justa análise e sem lisonja, do gênio e faculdade colonizadores dos portugueses.” Cf.: FREYRE, 1953, pp. 336-342.

²⁴¹ FREYRE, 1953, p. 183.

²⁴² Ibidem, p. 238.

modo o Portugal de sempre está no coração dos brasileiros”, escreveu Freyre. Essa ligação do Brasil com a tradição ibérica o conduziria à manutenção dos traços fortes de sua formação nacional, aqueles que preservariam o seu “caráter”, os “motivos essenciais da sua vida, no principal da sua cultura”.²⁴³ Desse modo, as expressões culturais que no Brasil indicavam a positividade da colonização ibérica das áreas tropicais seriam convertidas em apoio ao combate às “ameaças” contra a tradição.

Assunto já versado por Freyre em trabalhos publicados na década de 1940, a ideia da singularidade da sociedade brasileira mediante sua formação ibérica expôs a visão crítica do autor em relação aos planos de uniformização cultural. Compondo um modelo formado a partir da mistura cultural, as nações de origem ibérica precisariam seguir na contramão desse processo.

Nessa direção, em “Pluralismo e convivência democrática”, matéria publicada no *Diário de Pernambuco*, em 1948, o sociólogo trabalhou com alguns dos temas que agitavam as agendas culturais da época. No texto, ganha destaque a abordagem sobre relacionamentos interétnicos, a qual desdobra-se em comentários que abrangeram desde o pluralismo político ao pluralismo religioso.

Nessa ocasião, ao tratar da política cultural que deveria ser seguida pelo Brasil, conclamou que a mesma precisaria circular numa proposta que observasse de perto uma de suas marcas, o pluralismo de culturas. Pois este, sempre na contramão da ideia de uniformidade, “admite a coexistência de várias tradições de cultura dentro da mesma sociedade”. Aludiu, ainda sob essa direção, que tal época caracterizava-se pela incidência de “intolerâncias de diferenças sociais, culturais, étnicas”, e, agravante das

²⁴³ FREYRE, 1953, pp. 253-254.

tensões que mereciam atenção redobrada nas nações, “ódios de raça”, acompanhados de conflitos entre países e classes.²⁴⁴

Em entrevista concedida a Medeiros Lima, divulgada pelo *Diário de Pernambuco*, em 1948, que seguiu com o título “O Brasil capaz de oferecer soluções sociais e éticas a outros povos”, Freyre tratou dos temas que se fariam presentes em sua participação no “Conclave dos oito”, que seria promovido pela UNESCO.

Abordando nessa entrevista os “problemas de raça” que continuavam criando obstáculos em algumas nações ao estabelecimento de um programa de convivência pacífica entre grupos étnicos, Freyre registrou que este seria o tema que presidiria sua intervenção no evento, dado que o mesmo encontrava-se articulado “com todos os modernos problemas de desajustamento entre grupos, regiões e nações”. Nessa direção, isentou o Brasil de uma participação mais tensa em relação aos problemas dessa natureza, conclamando inclusive o fato do país configurar-se em uma nação apta, mediante exemplos sedimentados em sua formação histórica, a “oferecer a outros povos sugestão social e étnica valiosa, tal o grau de democratização já atingido pelos brasileiros nas relações entre indivíduos e grupos de origens étnicas diversas”. Diagnóstico contrário foi sugerido em relação à atuação dos Estados Unidos. Na avaliação feita por Freyre, não se “concebe verdadeira compreensão internacional sem que indivíduos e grupos de origens étnicas diversas saibam respeitar-se e estimar-se.” Tal cenário de conflitos envolvendo etnias distintas foi associado à sociedade norte-americana. “A segregação de raças é, sem dúvida, uma das grandes deficiências da democracia norte-americana”, sentenciou o sociólogo no desfecho de suas palavras.²⁴⁵

²⁴⁴ FREYRE, Gilberto. “Pluralismo e convivência democrática”. *Diário de Pernambuco*, 10 de outubro de 1948. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

²⁴⁵ FREYRE, Gilberto. “O Brasil capaz de oferecer soluções sociais e éticas a outros povos”. *Diário de Pernambuco*, 1948. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

Sobre a Guerra Fria e o enfrentamento de forças dela característico iria o sociólogo referir-se constantemente em seus discursos como deputado federal, discursos esses reunidos e publicados na obra *Quase Política*, de 1950. Em um de seus pronunciamentos, o sociólogo aludiu ao embate de forças característico da bipolaridade do pós-guerra, que opôs, em eixos distintos, Estados Unidos e União Soviética:

Dois são os poderes nitidamente imperiais que hoje se defrontam ao lado da renovação que se processa revolucionária mas democrática e até tranquilamente, diante de nós, da energia britânica. Um desses poderes inclinado a manter valores outrora fecundos, mas quase todos superados: os do capitalismo apoiado sobre o absoluto liberalismo econômico, repudiado, aliás, pelos próprios homens de governo mais esclarecidos dos Estados Unidos. O outro inclinado a dominar de qualquer modo a vida total de nações e indivíduos, visando o bem estar de futuras gerações.”²⁴⁶

Sobre os “imperialismos”, Freyre concluiu que os mesmos “tendem ao entrechoque, ao conflito, à guerra dos povos imperiais com os povos vizinhos ou rivais, pela supremacia.” Porém, mais cedo ou mais tarde, “esses imperialismos de desfazem”.²⁴⁷

Ao Brasil não seria viável aderir passivamente a esses modelos. Representando danos à manutenção das verdadeiras tradições, a inclinação passiva a modelos de civilização estrangeiros conduziu o país a perda de suas raízes, aquelas que mais de perto tocavam na cultura ibérica:

²⁴⁶ FREYRE, Gilberto. *Quase Política*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1950, p. 104. Sobre a Rússia, após a exposição do clima da época, Freyre comentou: “Do segundo, do seu programa e dos seus métodos, quase tudo nos afasta. Tudo, talvez, menos a tendência para a democracia étnica que coincide com uma das mais velhas tendências brasileiras e contrasta com o nordicismo intolerante ainda escandalosamente vivo em áreas da Comunidade Britânica e dos Estados Unidos. Destes são muitos os interesses e as afinidades, que nos aproximam, além da condição de membros do mesmo sistema continental ou transnacional de defesa militar e de ação ou organização política”. Cf. FREYRE, 1950, p. 103.

²⁴⁷ FREYRE, Gilberto. *Quase Política*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1950, p. 104.

Entretanto, tradições e aspirações de povo, social e não apenas politicamente democrático, parecem indicar que a posição internacional do Brasil não deve nunca reduzir-se à de nação simplesmente passiva ou apenas ancilar, que em face do conflito mundial entre aqueles dois poderes – no qual nosso posto é nítida e definidamente o de nação democrática americana, atlântica, cristã, mas de modo algum semicolonial –, quer dentro do sistema interamericano, no qual o singular passado político e cultural do Brasil, a sua tradição opulenta, como nenhuma outra da América é mais, de estabilidade e de criatividade, dá ao povo brasileiro, ao mesmo tempo o direito e o dever de antecipar-se em atitudes que, parecendo utópicas aos olhos dos realistas de superfície, correspondam à verdadeira realidade humana, superior a mitos efêmeros, por mais estáveis que se apresentem. Um desses mitos, a da soberania nacional absoluta que nos leva ao “nossismo” doentio de ver em cada povo problemas evidentemente transnacionais pelo exclusivo critério nacionalista.²⁴⁸

Sobre o perigo de incursão da sociedade brasileira nos quadros de representação construídos pelos sistemas estrangeiros, Freyre assinalou que

No dia em que o Brasil para se mascarar de branco de neve como nas histórias de carochinha, para se fantasiar de nórdico, para se cair de ariano, renegasse suas origens mestiças ou a composição mestiça do grosso, do forte, do substancial de sua população e de sua cultura, o Brasil deixaria de ser nação para amesquinhar-se em subnação.²⁴⁹

Tal defesa dos princípios que caracterizavam e zelavam pela especificidade brasileira face às demais nações seria acentuado com base na associação do Brasil à cultura luso-hispânica. As análises de Freyre sobre a contribuição lusitana e hispânica para a construção das bases fortes que estruturavam o Brasil no período são aqui entendidas como uma forma de se pensar o lugar do Brasil, manobra para destacar os verdadeiros atributos que deveriam ser seguidos pela sociedade brasileira. O que pode ser depreendido pelas constantes referências estabelecidas por Freyre à importância do Brasil conservar-se culturalmente como devedor das tradições ibéricas (luso-hispânicas).

²⁴⁸ FREYRE, 1950, p. 105.

²⁴⁹ Ibidem, p. 196.

Portanto, os estudos elaborados por Freyre que se dedicaram a essa questão indicam o diálogo com o panorama que se descortinou com o fim da Segunda Guerra, que marcou o cenário conhecido como pós-guerra. Em suas ideias, há o esforço de projetar a imagem do Brasil como um tipo específico de civilização, que, devendo as suas raízes à cultura ibérica, luso-hispânica, seria capaz de apresentar uma proposta de modelo de civilização alternativo.

Definindo-se como intelectual hispânico, a tese hispanotropical foi desenvolvida de forma mais sistemática por Freyre nos anos que se seguiram à publicação dos trabalhos encomendados pelo regime português (*Um brasileiro em terras portuguesas e Aventura e Rotina*). Entendido aqui como um desdobramento necessário à defesa dos valores que deveriam presidir a sociedade brasileira, o hispanismo, o catolicismo e o antiprotestantismo presente já na formação intelectual de Freyre quando da época em que fora estudante nos Estados Unidos e na Europa, ganharam considerável relevo no estudo da presença do Brasil no concerto geral das nações. O sociólogo, portanto, chamou para si a tarefa de projetar a imagem dessa civilização, tendo como ponto de partida a promoção da imagem brasileira, isto é, do lugar de onde falava. Os objetivos dessas análises podem ser entendidos como uma tentativa de livrar a sociedade brasileira dos planos sustentados pelas agendas internacionais soviética e norte-americana, que tinham no alinhamento ideológico e nas disputas culturais sua razão de ser. Em suma, o Brasil deveria privilegiar o tronco ibérico de civilização.

Desse modo, entendemos que o sociólogo buscou sustentar, no elogio às nações luso-hispanotropicals, uma imagem do Brasil capaz de situá-lo com originalidade no panorama político inaugurado pelo pós-guerra. Nas análises em que buscou acenar para a participação da sociedade brasileira nessa dinâmica, sustentou que o Brasil reunia condições que facultavam a sua apresentação como uma “terceira força”, que, a partir

da projeção de valores luso-hispânicos, faria frente aos dois grandes “sistemas imperiais” da época.

Nesse trajeto, despontaram as críticas aos modelos de civilização propostos pela Europa e pelos Estados Unidos. As próprias redes de sociabilidades estabelecidas no período sugerem a predileção de Freyre pelos temas que aproximavam o Brasil da civilização tropical, de expressão luso-hispânica. Ao ensaiar o lugar e o papel de destaque do Brasil na contribuição para a difusão de valores positivos às demais nações, Freyre optou pela indicação dos valores culturais que permitiam a essa nação apresentar-se como resultado de uma formação específica, a qual não caberia o transplante de modelos estrangeiros de civilização. Desse modo, a solução brasileira para os problemas raciais foi constantemente lembrada por Freyre como aspecto que reservaria ao Brasil um lugar de destaque em relação as duas grandes forças imperiais do período. Como uma espécie de “terceira cultura”, o país, a partir de sua tendência para o estabelecimento de relações étnicas democráticas, herança das tradições ibéricas aqui vigentes, surgia como exemplo positivo de política de relacionamento com outros povos.

O Brasil como representante da proposta de civilização hispanotropical no pós-guerra. O confronto com agendas internacionais.

O tipo específico de civilização representado pelo Brasil contribuiria para a construção de um projeto capaz de servir de modelo para outras nações. Nessas análises, as sociedades que integravam essa civilização não resultavam de uma simples projeção

da cultura europeia²⁵⁰. Integravam, na verdade, um espaço cultural estruturado simbioticamente, que resultou na configuração de uma civilização tropical dotada de aspectos próprios:

Está hoje o Brasil em situação de pioneiro e, sob vários aspectos, de líder de um tipo de civilização moderna cuja especificação, tendo escapado à argúcia inglesa do Professor Arnold Toynbee, não deixa por esse lapso de classificação da parte de tão insigne historiador-filósofo, de constituir uma nítida diferenciação das civilizações europeias e euro-cristãs que em áreas como boreal e a temperada do continente americano ou mesmo a tropical, australiana, não passam de projeções europeias e etnocentricamente cristãs em espaços não europeus. Nessas projeções, ao contrário de simbiose, o que se encontra é o triunfo quase absoluto de outro processo Sociológico: o de sucessão de uma população por outra e de uma cultura por outra, aproveitando-se da população e da cultura substituídas tão pouco que esse pouco tem assumido, e ainda hoje assume, o aspecto paradoxal de exotismo nas suas próprias terras de origem. População e cultura sucessoras venceram as resistências das nativas por meios radicais de extermínio daí resultando sua atual situação, em áreas tropicais, de intrusos que, em grande parte, vivem vida de estufa ou de artificios: vida de eternos domadores de eternas feras insubmissas a um domínio puramente europeu sobre os trópicos: mesmo quando, esse domínio se torna de nações independentes política e economicamente da Europa.²⁵¹

Freyre reforçou, então, a ideia de criação de um projeto de articulação entre as várias nações cujas bases formadoras estivessem integradas à constante “hispanotropical”:

Se somos, na realidade - como se sugere dentro dessa definição - parte de um complexo ou de uma constelação cultural que se projeta - em várias partes do mundo de hoje - um mundo em que as nações parecem cada dia valer menos como simples nações ou puros Estados nacionais e mais como conjuntos trans ou plurinacionais de cultura, em geral, e de economia, de política, de defesa militar, em particular -

²⁵⁰ Segundo Freyre, os Estados Unidos apresentavam-se, nesse aspecto, como projeção da Inglaterra na América.

²⁵¹ FREYRE, Gilberto. *Brasil, nação hispânica: novas sugestões em torno de um tema já versado pelo autor*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, nº 114 - 115, mai./jun. 1966, p. 23. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

essa nossa situação abre à política exterior do Brasil perspectivas que, sem nos afastarem dos deveres já tradicionais de solidariedade com os Estados americanos, de origem não hispânica, levam-nos a considerar sob um critério, também de particular solidariedade, nossas relações com outros povos, afins do nosso por um conjunto especial de formas de cultura adaptadas a condições de espaço - o espaço tropical - semelhantes às brasileiras. Esses povos são os hispanos - os de procedência espanhola tanto quanto os de origem portuguesa - em geral, situados nos trópicos; e particularmente, dentro dessa constelação ao mesmo tempo ecológica e cultural, os povos de cultura predominantemente lusitana, estabelecidos no mesmo tipo de espaço e aí em parte integrados como que simbioticamente com outros povos, dado o caráter de intimidade e de permanência já atingido pelas suas relações com ambientes tropicais e com populações e culturas nativas dos trópicos: com seus sangues e com suas culturas. Este o conceito em traços longos. Aceito, a nova solidariedade, além da vagamente sentimental, que se cria para o Brasil, com relação a povos, uns vizinhos, outros distantes de nós, no espaço físico, mas semelhantes a nós, pelos processos hispânicos de sua integração em terras quentes, é evidente que os brasileiros precisam de se tornar mais perceptivos com relação a tais afinidades: as hispânicas. As hispanotropicals.²⁵²

Percebe-se, portanto, que sobressaiu do discurso construído por Freyre um tipo de civilização que se caracterizaria por uma formação não tipicamente europeia. Os particularismos que a encerravam impossibilitavam a adesão do Brasil, e das demais nações que compunham esse complexo cultural, aos valores e aos símbolos culturais provenientes de “culturas estrangeiras”.

A apresentação do Brasil como um dos mais proeminentes representantes de uma civilização tropical, fundada no seio da cultura ibérica, reservaria um lugar próprio ao país:

Sendo especificamente brasileiro, esse novo tipo de civilização é, nas suas características mais amplas, vigorosamente hispanotropical pelo que inclui de valores tanto portugueses como espanhóis integrado em ambiente tropical e misturado a valores mouros, ameríndios, africanos, sírios, e não apenas ingleses, franceses, italianos, alemães, poloneses, semitas, angloamericanos, também presentes em civilização tão complexa. Paradoxalmente quase se poderá dizer: tão singularmente plural, além de complexa. Pois a formação do Brasil - singularidade brasileira - foi duplamente hispânica: portuguesa e

²⁵² FREYRE, 1966, p. 24.

também espanhola.²⁵³

Sem desfazer-se, contudo, do contributo europeu, a civilização tropical adaptaria valores capazes de tornar elástico o projeto de construção de uma sociedade de base ibérica. Tal processo alcançaria as regiões tropicais que, após a Segunda Guerra, saíram em defesa de sua independência. De acordo com Freyre,

Com essas adaptações de valores, europeus e de técnicas europeias a condições tropicais e a valores e técnicas próprias de povos e de culturas tropicais, os hispanos e seus continuadores, no plano cultural, desenvolveram nos trópicos começos de civilização simbióticas que, já relativamente bem sucedidas na América, veem orientando desenvolvimentos semelhantes aos íberos-americanos em outras áreas tropicais, onde hoje emergem, com a descolonização, novas nações que tendem talvez, realizar combinações do mesmo tipo, sempre que admitem presenças europeias.²⁵⁴

Herdeiro das tradições ibéricas, o Brasil, para não diluir-se “em simples caricaturas ou arremedos das sociedades e de culturas atualmente imperiais”²⁵⁵, deveria assumir a dianteira do processo de formação de uma civilização tropical e, a partir disso, ensaiar seus próprios rumos numa perspectiva a qual Freyre denominou “brasileirizante”. Comentando essa questão, o sociólogo assinalou constituir um dado evidente a “responsabilidade do Brasil, além de tropical, neo-hispânico ou neo-ibérico, como um dos líderes de povos e de modernas civilizações situados em áreas tropicais”. Principalmente de “civilizações hispano-tropicais: grupo de que a civilização luso-

²⁵³ FREYRE, Gilberto. *Brasil, nação hispânica: novas sugestões em torno de um tema já versado pelo autor*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, nº 114 - 115, mai./jun. 1966, p. 25. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

²⁵⁴ FREYRE, Gilberto. *Brasil, nação hispânica: novas sugestões em torno de um tema já versado pelo autor*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, nº 114 - 115, mai./jun. 1966, p. 26. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

²⁵⁵ FREYRE, Gilberto. “Política internacional e trópico”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de novembro de 1969. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

tropical, desenvolvida principalmente pelo Brasil, é expressão cada dia mais visível”.²⁵⁶

A partir disso, as propostas brasileiras para os problemas nacionais passariam a integrar o centro do processo de construção de um complexo social nos trópicos. Na avaliação de Freyre, alguns obstáculos poderiam interferir na liderança brasileira da civilização tropical, como, por exemplo, a importação de modelos de outras sociedades, cujas matrizes culturais não resultassem do contato com os valores ibéricos, à semelhança dos Estados Unidos:

Foram os trópicos uma parte do mundo em processo e uma modernização que será vã e precária se significa *caracterização em sub-Europa ou em sub-Estados Unidos*, ou em subclima, ao contrário do que vem sucedendo naquelas áreas de formação hispânica em que das relações simbióticas entre hispanos e tropicais, entre europeus e o trópico, vem resultando um novo tipo de civilização com diferenças regionais de substâncias ética e de base econômica, é certo, de um país para outro, mais com semelhanças preponderantes de forma cultural sobre aquelas diferenças de substâncias: semelhanças nas quais se manifesta o que a de geral ou de supranacional no processo de encontro da gente hispânica com a condição tropical. Processo que vem incluído, ao lado da interpenetração sociologia de culturas, a biológica, de raças: a branca e as de cor.²⁵⁷

Assumiria o Brasil, então, a função de condutor das nações tropicais formadas a partir da cultura ibérica. Zelar pelo desenvolvimento destas nações para que conduzissem sua marcha nos limites de uma tradição de raiz portuguesa e espanhola conduziria a sociedade brasileira ao status de líder de uma civilização cujos traços

²⁵⁶ FREYRE, Gilberto. *Brasil, nação hispânica*: novas sugestões em torno de um tema já versado pelo autor. Salvador: Universidade Federal da Bahia, nº 114-115, maio/junho de 1966, p. 27. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF. Ainda sobre esse assunto, Freyre, em 1975, postulou o seguinte: “Somos uma nação de configuração neo-ibérica, ou neo-hispânica, que, desenvolvendo em espaço tropical, uma civilização em grande parte europeia, nos seus fundamentos, vem recriando essa civilização e criando um novo e vigoroso tipo não só de sociedades já agora ou no seu próximo futuro, metarracial, como de civilização neo-cultural, a um tempo, eurotropical e biotropical desenvolvida em trópico úmido e em trópico árido, dentro de suas constantes ibéricas, ou hispânicas, das quais avulta não só a permanência como o avigoreamento da latiníssima, na sua origem, mas já muito tropicalizada, língua portuguesa - cheia de indianismos e de africanismos.” Cf. FREYRE, Gilberto. O Brasil como nação hispanotropical: suas constantes e suas projeções transnacionais. São Paulo, 10 de outubro de 1975. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

²⁵⁷ FREYRE, Gilberto. “O Brasil, líder da civilização tropical”. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 1 julho de 1961, p. 6. Pessoas, Coisas & Animais. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF. Grifo nosso.

constitutivos reclamavam um programa cultural específico, escudado nos símbolos culturais ibéricos. Neste sentido, descortinavam-se ao Brasil

oportunidades de povo condutor de povos tropicais, acompanhadas de responsabilidades que se não forem assumidas pelos brasileiros terão de ser assumidas - e assumidas exclusivamente - pelos indianos ou pelos árabes unificados, pela Venezuela ou pelo México, ficando os brasileiros reduzidos a uma situação politicamente inerte entre esses povos quando, sob outros aspectos, sua civilização simbioticamente luso-tropical ou hispano-tropical talvez seja a mais criadora e a mais dinâmica das modernas civilizações que se desenvolvem nos trópicos; e uma das raras em que esse desenvolvimento se verifica não sob a forma de um esforço antieuropeu ou sob o aspecto de uma atividade apenas subeuropeia mas sob esta configuração: a de uma civilização predominantemente cristã, senão nos seus motivos, nas suas formas de vida, que se integra no trópico sem renunciar ou repudiar o que no seu passado europeu é susceptível de tropicalização.²⁵⁸

Até mesmo as iniciativas visando o desenvolvimento econômico das sociedades tropicais deveriam obedecer aos aspectos que, nessas regiões, marcavam o seu pertencimento à cultura ibérica:

Aqui tocamos em ponto de extrema importância: o de não convir às populações tropicais que se encontrem em situação de inferioridade econômica ou de atraso tecnológico, superarem tais diferenças, importando maciçamente, passivamente, parasitariamente, de regiões frias ou temperadas, receitas de recuperação econômica ou de modernização tecnológica. Pois o que lhes convém, para que seu desenvolvimento não se processe em desarmonia com suas condições, quer ecológicas, quer étnico-culturais, é que sua pobreza seja retificada por meios, quer econômicos, quer tecnológicos, que correspondam a condições diferentes das europeias e das americanas dos Estados Unidos. Que correspondam, inclusive, a um sentido de valores, segundo o qual a relativa pobreza não é desgraça social nem a extrema riqueza, garantia de felicidade individual ou nacional.²⁵⁹

Nesse ponto, Freyre oferece um entendimento muito particular de como o Brasil poderia avançar economicamente sem que para isso fosse preciso aderir às medidas

²⁵⁸ FREYRE, 1961, p. 7.

²⁵⁹ FREYRE, Gilberto. "Interação eurotropical: aspectos de alguns dos seus vários processos, inclusive o lusotropical". *Diário de Pernambuco*. Recife, 10 de Janeiro de 1966. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

apresentadas por outras nações. Ideia apresentada na década de 1960, mais especificamente em 1966, no texto *Interação eurotropical: aspectos de alguns dos seus vários processos, inclusive o lusotropical*, publicado no *Journal of Inter-American Studies*, há uma análise das estratégias brasileiras para os problemas econômicos que atingiam o país. Nesse texto, Freyre observou que uma saída para os problemas enfrentados pelas nações que tivesse como base um intenso processo de industrialização deveria ser avaliada com cuidado. No entanto, as populações tropicais estariam, de acordo com o autor, aptas para enfrentar os problemas decorrentes da formação de uma economia superindustrializada. Em sua avaliação,

(...) a automação, quando trouxer, a populações lusotropicals, o grande excesso de tempo livre sobre o de trabalho que já constitui problema psicossocial extremamente difícil entre populações de áreas temperadas e frias superindustrializadas, contará provavelmente com a capacidade, de parte dessas populações lusotropicals, ainda cheias, em sua cultura, de seiva folclórica de várias origens - europeia, ameríndia, oriental, africana, quase sempre misturadas - para encher, de início, saudavelmente, o tempo livre, o ócio, o lazer. É uma capacidade, a desse tipo, já muito débil entre populações norte-europeias e dos Estados Unidos, quase sem essa seiva ou sem essa vitalidade na sua cultura bíblico-burguesa. Neste caso, a interação eurotropical será, possivelmente, no sentido da Europa - e dos Estados Unidos - se beneficiarem do que continua elemento vigoroso nas culturas de populações tropicais, em geral, e lusotropicals, em particular: sua vitalidade folclórica.

Essa tendência se verificava em virtude da diferença do sentido de tempo mantido entre, de um lado, europeus e norte-americanos, e, de outro, os povos tropicais.

A verdade é que a tendência, entre norte-europeus e americanos dos Estados Unidos, é para associarem ao ethos das populações tropicais, em geral, e das hispanotropicals ou lusotropicals, em particular, excessivo gosto pelo ócio e pelo lazer; e pelo vagar no trabalho. Neste ponto, o que principalmente se verifica é um contraste entre dois sentidos de tempo, um, desde o Calvinismo e da Revolução Industrial, excessivamente dominado pela mística não só do trabalho como do dinheiro como compensação do trabalho ou da indústria; outro, em

grande parte pré-industrial, quer através da cultura trazida da Europa pelos Iberos Católicos, quer através das influências de cultura recebidas, nos trópicos, por hispanos e seus descendentes, ai integrados, de diferentes povos nativos de áreas tropicais. Povos menos inclinados à valorização tanto do trabalho como do dinheiro compensador do trabalho e da associação de um e de outro com o tempo, com considerável sacrifício do tempo livre ou desocupado; ou do ócio; ou do lazer.

Nessa direção, Freyre indicaria que as estratégias para os impasses econômicos enfrentados pelo Brasil deveriam ancorar-se em preceitos herdados da tradição ibérica. Ainda nessa direção, converteria parte considerável dos textos escritos nesse período em uma plataforma pela qual é possível vislumbrar que o Brasil, parte integrante do complexo hispanotropical, assim como da civilização cristã católica, poderia passar ao largo de agendas culturais e projetos estrangeiros de civilização²⁶⁰. Isso se devia ao fato do país pertencer a um complexo cultural dotado de traços e de caracteres próprios, que definiam o *ethos* brasileiro. Esse complexo cultural, formado por Portugal, Espanha e as nações americanas, de língua portuguesa ou espanhola, formaria a civilização tropical. Para tanto, o brasileiro, acentuou o sociólogo, “precisa de adquirir uma mais viva

²⁶⁰ Não constitui objetivo desta pesquisa conferir relevo e avaliar pormenorizadamente o diálogo de Freyre com agências do governo norte-americano criadas com o sentido de avaliar o impacto da questão racial para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Apenas a título de ilustração, podemos assinalar as ações da Fundação Ford, cujos planos residiram em “problematizar quais eram as relações entre o ‘antagonismo racial’ e o progresso econômico, bem como determinar quais eram as razões para os grupos, ou povos pesquisados, demonstrarem resistências ou dificuldades de inclusão a estes processos.” O Brasil foi objeto de estudo da Ford mediante um projeto de ampliação das análises comparadas entre questão racial e desenvolvimento econômico, que resultou na cobertura das despesas do Institute of Race Relations (IRR), organização que durante a década de 1960, ao assumir a função de expandir os trabalhos da Ford sobre “relações entre raça e desenvolvimento” (inicialmente concentrados na África para as demais regiões subdesenvolvidas), converteu-se no principal órgão da Ford no que respeitava à “investigação internacional e multidisciplinar das relações raciais comparadas” (CHAVES, 2011, p. 79). O desenvolvimento das pesquisas arroladas sob as ações conjuntas da Ford e da IRR reforçaram a ideia de que o desenvolvimento econômico poderia transformar o Brasil numa das nações mais representativas, pois seria um processo conjugado à solução democrática dos problemas de ordem racial. De modo contrário a Freyre, os idealizadores das propostas que enfeixaram essas pesquisas, como, por exemplo, Philip Mason, diretor do IRR, apostavam na ideia segundo a qual as tensões raciais poderiam ser corrigidas e amenizadas por intermédio da “modernização liberal”, recurso ao desenvolvimento capaz de gerar a convivência pacífica entre os povos e a harmonização social. Sobre o assunto, consultar CHAVES, Wanderson da Silva. *O Brasil e a recriação da questão racial no pós-guerra: um percurso através da história da Fundação Ford*. Tese Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)-USP, 2011, p. 79 em diante.

consciência de sua condição de hispano para que acentue sua posição única, singular – de gente duplamente hispânica – no mundo pan-hispânico”.²⁶¹

Em *O Brasil como nação hispanotropical: suas constantes e suas projeções transnacionais* (1975a), Freyre realizou uma avaliação pela qual sugeriu que os problemas “emocionais” e “políticos” característicos da época, referindo aos anos que marcavam o pós-guerra, justificavam uma maior aproximação do Brasil com nações hispanotropicals.

Formado em suas bases pela cultura ibérica ou hispânica, conforme salientou Freyre neste estudo, o Brasil, como Estado nação, deveria amparar seu desenvolvimento nos elementos que definiam esse complexo cultural. Isso não significaria um abandono aos “arrojos modernos”. Mas a estrutura precisaria constituir-se quase toda da “cultura tropical”.

No texto, também ganhou relevo um tratamento político da relação entre o Brasil e os países tropicais de origem hispânica²⁶². Há, portanto, a indicação da ideia segundo a qual caberia à sociedade brasileira assumir a dianteira do processo de união das nações

²⁶¹ Freyre, Gilberto. *O brasileiro entre os outros hispanos: afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975b, p. 42.

²⁶² Freyre já havia destacado os traços hispânicos da sociedade brasileira em obras como *A propósito de frades*, de 1959: “Já tenho destacado mais de uma vez, e aqui repito, que o caráter integralmente hispânico das bases da civilização, hoje brasileira, é um dos característicos dessa civilização que lhe dão originalidade, além de contribuírem para sua pluralidade. Foi uma formação, a brasileira, evidentemente facilitada pelo cristianismo Católico que, em sua expressão sociológica, pode ser hoje, ou vir sendo há séculos, na península ibérica, sob vários aspectos, dois – um espanhol, outro português; mas com o bastante de unidade em seu modo peninsular de ser ou vir sendo cristianismo, para tornar, como tem tornado, transferíveis, do setor espanhol, valores e procedimentos que são valores e procedimentos ao mesmo tempo universais e ibéricos”. Nessa mesma direção, situou a atitude burguesa dos países nórdicos como uma projeção do “calvinismo”: “São dos nossos dias estudos no sentido da reabilitação do esforço hispânico nas Américas e noutras áreas, aos quais homem nenhum do nosso tempo deve conservar-se estranho. Pois eles importam – já o disse em conferência proferida na Bahia – na desmoralização de uma ‘lenda negra’, que tendo sido expressão maliciosa de um vasto movimento da parte da burguesia nórdica contra os povos hispânicos, ainda imaturamente burgueses, parece ter representado também uma espécie de conspiração sutilmente astuciosa da parte dela e do calvinismo contra o catolicismo, guia e ânimo principal do esforço dos povos hispânicos”. Cf. FREYRE, Gilberto. *A propósito de frades*. Bahia: Universidade da Bahia, 1959, pp. 90-91.

tropicais, o que se configurava uma “nova e imediata responsabilidade política para o nosso País”.²⁶³

Em *O brasileiro entre os outros hispanos: afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações* (1975b), Freyre confere tons mais nítidos à tese dos valores hispânicos como fundamento da sociedade brasileira. Destacando a relevância da cultura hispânica, nota-se a ênfase à análise da formação do Brasil como parte mais importante de um imenso complexo hispânico de civilização. A inserção do Brasil nesta comunidade iria expor os traços que definiam a sua grandeza, bem como se fazer perceber a sua importância em meio às demais comunidades, como, por exemplo, a “comunidade anglo-saxônica”.²⁶⁴

Nessa obra o autor ensaiou, portanto, o que poderíamos considerar como sendo um possível caminho a ser seguido pela política externa brasileira²⁶⁵: sua aproximação com a comunidade hispânica. A união entre os povos que integram essa comunidade, tanto os de língua portuguesa como os de língua espanhola, foi recomendada por Freyre. O desconhecimento dos verdadeiros valores indicativos dos pontos fortes de cada uma das culturas hispânicas não seria feito sem prejuízo:

(...) parece que nenhum outro, português ou brasileiro, tem repercussão forte na Espanha e na América Espanhola. O que está significando uma perda, tanto para os hispanos de língua portuguesa – para o seu prestígio nos países da América Espanhola – como para os povos de língua espanhola: para aqueles, nesses povos que

²⁶³ FREYRE, Gilberto. “O Brasil como nação hispanotropical: suas constantes e suas projeções transnacionais.” Conferência proferida no auditório do Club Atlético Paulistano. São Paulo, 10 out. 1975a. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife/PE. *Grifo nosso*.

²⁶⁴ FREYRE, Gilberto. *O brasileiro entre os outros hispanos: afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975b, p. 54 (introdução).

²⁶⁵ Em *Interpretação do Brasil*, Freyre sugeriu que portugueses e espanhóis deveriam ter prioridade na política de imigração brasileira. Em sua avaliação: “Mas que do ponto de vista político, quer do econômico e cultural, o mais acertado para o Brasil é admitir o maior número possível de imigrantes agrícolas procedentes de Portugal; estes e os espanhóis são o tipo de imigrantes que o país necessita para a base ou lastro de uma nova camada de imigração europeia”. Cf. FREYRE, Gilberto. FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil. Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1947, pp. 260-261.

permanecem desconhecedores de valores portugueses e brasileiros de várias espécies – e não apenas literários e artísticos – capazes de enriquecê-los na sua cultura em geral e na hispânica, em particular. Capazes de aproximá-los para constituírem até política e economicamente uma comunidade vigorosa na sua unidade, sem sacrifício da sua saudável diversidade.²⁶⁶

Propôs, portanto, que a união inter-hispânica se estabelecesse de forma “mais extensa possível”. Não descartou o sociólogo os contornos políticos que tal aproximação pudesse vir a desatar, fazendo entender, no entanto, que não deveria a “defesa de direitos e interesses pan-hispânicos” partir de uma ação movida apenas por “entendimentos políticos”. Esta reclamava um maior intercâmbio “nos setores literário, científico, tecnológico, filosófico, artístico, arquitetônico”.²⁶⁷ Freyre adensou, assim, ainda mais a presença hispânica na formação brasileira – da qual proviam os verdadeiros valores e desígnios desta nação – afirmando que o “brasileiro é uma gente hispânica. Sua cultura é hispânica”. Na avaliação formulada, considerou o fato de que o Brasil representava “um desenvolvimento hispânico na América. Primeiro, porque ser português é ser hispânico, sem ser, é claro, espanhol ou castelhana; e sem que a condição hispânica implique subordinação cultural à condição espanhola ou castelhano”²⁶⁸. Segundo, “porque a própria Espanha castelhana, juntamente com outras Espanhas não-portuguesas, participou, e vem participando, da formação brasileira, que se conserva, em seus traços essenciais, hispânica”.

²⁶⁶ FREYRE, 1975b, p.55.

²⁶⁷ Ibidem, pp. 55-56 (introdução).

²⁶⁸ FREYRE, 1975b, pp. 31-32 (introdução). A razão pela qual Freyre Freyre situou o hispânico, o ibérico e o luso em um só conjunto expressivo foi exposta nos seguintes termos: “Junte a favor do fato de ser impossível separar de todo uma cultura lusotropical da mais compreensiva, hispanotropical, a circunstância de, em época decisiva da colonização dos trópicos, Portugal ter estado sob a Coroa espanhola: união política que teve projeções culturais de alguma importância tanto no Oriente português como na América e nas Áfricas lusitanas. Especialmente no Brasil. Sub-regiões, todas essas, tropicais ou quase-tropicais”. Cf. FREYRE, 1975b, p. 76.

Freyre apresentou os pormenores que distinguíam a formação cultural ibérica de outras nações e regiões europeias. Valeu-se da noção de tempo social para diferenciá-las:

Inclusive na noção de tempo social. É uma noção de tempo social que contrasta com a anglo-saxônica, a germânica, a francesa, de maneira tal que é como se não fosse uma noção europeia mas extra-europeia, que tivesse concorrido para criar no hispano a predisposição psicológica a acomodar-se melhor que outros europeus a noções extra-europeias, extramecânicas, extra-industriais até, de tempo, que contrastam sobretudo com a chamada “hora inglesa”.²⁶⁹

Ainda nessa perspectiva, reservou à civilização ibérica um lugar diferente em relação ao que atribuiu como sendo um traço constante da cultura anglo-saxônica: a valorização do trabalho, da “ação e do tempo econômico”, para o que concorre a atitude “burguesa e calvinisticamente capitalista” da cultura nórdica. Em *Como e porque sou e não sou sociólogo*, obra lançada em 1968, na qual o hispanismo é assinalado como a única “realidade brasileira”, Freyre, no seu projeto de apresentação do complexo civilizacional hispano-tropical, defendeu a noção dos trópicos como civilização, o que resulta no confronto com os juízos negativos acerca do futuro de países de formação tropical, como o Brasil. Além disso, inscreveu a tendência para os estudos relacionados à cultura hispânica como algo presente desde à época de juventude, quando era estudante no estrangeiro:

Do mesmo modo, juntei, quando jovem, tais tendências e as especificamente sociológicas, a estudo do passado social brasileiro, em particular, e das gentes hispanotropicals em geral; as fixadas naquelas áreas onde vêm se desenvolvendo populações e culturas marcadas por um vigor híbrido que nos faz acreditar em significativas possibilidades, senão eugênicas, eutênicas, do seu futuro. Significativas principalmente nesse ponto: em se constituírem em desmentido evidente a dois grandes mitos. Um, o de ser o trópico

²⁶⁹ FREYRE, Gilberto. *O brasileiro entre os outros hispanos: afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975, p. 32 (introdução)

espaço inadequado às formas mais altas de civilização – as equivalentes da civilização europeia ou da civilização chinesa. O outro, de ser o mestiço de europeu com não-europeu – o caso de parte considerável da população brasileira – incapaz de preservar o essencial das formas mais altas de civilização recebidas de europeus e de orientais e de desenvolver dinâmica e criadoramente o essencial dessas formas, fazendo-as desabrochar em novas expressões de cultura híbrida, avigoradas pelo que há de vitalidade rústica e até de virgindade verde e jovem em energias ameríndias e africanas aqui unidas às europeias e orientais.²⁷⁰

O que se pode entrever dessas passagens é um Freyre voltado, sobretudo, contra a ideia de que os trópicos representavam um retrocesso no plano geral das civilizações. Buscou, portanto, conforme já salientado, transfigurar o critério evidentemente “imperialista de burguês protestante, segundo o qual a missão da Europa seria impor às populações tropicais sua civilização burguesa, europeia e protestante”, isso mesmo após a conclusão do processo colonizador da América pelas nações ibéricas, pois para os colonizadores e observadores nórdicos a América tropical teria sido colonizada por uma gente “analfabeta” ou quase analfabeta”.²⁷¹

Marcada pelo movimento econômico incitado pelo liberalismo, a expansão europeia fez-se antes por motivações políticas e econômicas. Nesse sentido, a intolerância no plano espiritual foi intensamente verificada entre esses colonizadores. No que diz respeito aos colonos hispânicos e ibéricos, houve o esforço de conjugar, num só plano, os propósitos econômicos, políticos e espirituais. Nesta premissa teria se sustentado a colonização ibérica, sobressaindo, no entanto, o desejo de “transmitir” os “valores de espírito”.

²⁷⁰ FREYRE, Gilberto. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1968, p. 50.

²⁷¹ FREYRE, Gilberto. *O brasileiro entre os outros hispanos: afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975b, p. 32. Freyre aludiu ao que considerava uma tradição que tem em Henry Walter Bates, naturalista inglês conhecido por sua viagem a Amazônia entre os anos de 1848-1859, um de seus precursores. Essa tradição, por Freyre considerada latente em plena modernidade, viu nos colonizadores espanhóis uma porção inferior da verdadeira força colonizadora europeia. Contribuiu para isso a mistura, principalmente impulsionada por portugueses, entre a cultura europeia e as formas primitivas dos costumes indígenas, o que teria levado, de acordo com Bates, à “fraqueza” da colonização ibérica.

Semelhante liberalismo não caracterizou o esforço hispânico nos trópicos que foi um esforço orientado, em grande parte, por uma economia ainda pré-industrial em suas raízes europeias e, em grande parte, animado de objetivos de colonização agrária e servido por métodos adequados a esses objetivos. Um desses métodos foi o que no Brasil e noutras áreas reviveu característicos feudais de relações entre grupos humanos; mas sob novas formas associadas a uma organização patriarcal da família à qual não faltou a preocupação com os valores espirituais, ao lado do empenho econômico, de exploração agrária de riqueza e do político, de dominação de populações: dominação levada por vezes a extremos comprometedores da autoridade monárquica ou do poder d'El-Rei.²⁷²

Ainda em *O brasileiro entre os outros hispanos*, a referência ao sucesso do modelo cultural brasileiro ganhou relevo através do cotejo maior entre a civilização hispânica e aos modelos de civilização cultivados pelos Estados Unidos, União Soviética e parte da Europa, numa referência aos enfrentamentos ideológicos decorrentes da Guerra Fria:

Houve tempo em que se disse com excessiva ênfase: a Espanha – ou Portugal – representa o problema, a Europa -- os Estados Unidos – ou a União Soviética – a solução. Hoje já não é despropositado dizer-se: Europa, Estados Unidos, União Soviética representam problemas para os quais a solução pode estar, em grande parte, em tradições ou valores, dos chamados de espírito, guardados pelo mundo ibérico ou hispânico, no seu *ethos* e na sua cultura. Valores esses, capazes de ser atualizados e adaptados, com o fracasso dos apenas ativistas, a novas condições de vida e de convivência humanas que a automação começa a criar.²⁷³

Freyre sinalizou para o mundo formado pelo português e pelo hispano – mundo do qual o Brasil conservou valores culturais que projetaram as raízes mais profundas de sua formação – como um lugar de retiro face à lógica tecnicista que em sua avaliação marcava o período, e, ademais, como um espaço preche dos valores que, no caso brasileiro, definiam sua grandeza e originalidade no concerto geral das nações. Em

²⁷² FREYRE, 1975b, p. 57.

²⁷³ Ibidem, p. 36 (introdução).

outras palavras, ancorado “em tradições ou valores” do “espírito” luso-hispânico, o Brasil fugiria às coordenadas de civilizações como a de origem anglo-saxônica, em referência aos Estados Unidos, e à soviética, não sendo necessário recorrer aos modelos de civilização em voga. A positividade brasileira advinha fundamentalmente do fato de sua formação ter sido desenvolvida no seio da matriz cultural ibérica.

Numa outra menção à Guerra Fria, Freyre contrastou o universo formado a partir da expansão luso-hispânica, isto é, ibérica – modelo que guiaria os rumos do Brasil –, à civilização representada pelos Estados Unidos, expressão da cultura anglo-saxônica:

Do atual conflito entre o chamado capitalismo ianque e o chamado comunismo russo-soviético parece que nenhum dos dois sairá vencedor: as semelhanças entre os dois cada dia se acentuam mais deixando os seus ideólogos a ver navios. O triunfo caberá à automação que está sendo desenvolvida tanto pelos russo-soviéticos como pelos americanos dos Estados Unidos. Ela é que criará condições tecnológicas para novos tipos de economia e de convivência humana, num tempo que será antes o ibérico que o anglo-saxônico – este, nos últimos anos, adotado pelos russos por motivos de competição econômica: a competição em que estão empenhados alguns dos seus líderes mais ortodoxos, com os Estados Unidos, no plano da produtividade.²⁷⁴

No mundo marcado pelo “tempo saxão”, o tempo da automação, que privilegiava o trabalho em ritmo acelerado, Freyre interpõe a vitória do tempo e hispânico:

Num mundo, como o atual, ainda de hoje e já de amanhã, o hispano já começa a surgir como possível mestre, de norte-europeus, daquela arte de lazer, suscetível de se tornar esplendidamente criador. Também daquela ciência de viver-se a vida devagar, saboreando-se o dia de hoje, adiando-se por vezes para amanhã, cuidados e preocupações adiáveis, prolongando-se pela saudade experiências já vividas, vivendo-se pela esperança futuros tornados pelos esperar quase presentes, que são uma arte e uma ciência de que o homem civilizado, em transição rápida de moderno para pós-moderno, já sente hoje a

²⁷⁴ FREYRE, 1975b, p. 39 (introdução).

necessidade. À proporção que se automatiza o mundo em que vivemos – processo já em rápido desenvolvimento – maior será a consciência dessa necessidade. E maior a reatualização do sentido hispânico de vida e de tempo.²⁷⁵

Freyre, a partir da análise desse excerto, contrapôs o que constituía, à sua época, a automatização da vida, processo em voga nos países de avançada economia, ao sentido hispânico de tempo e vida, mais afeito ao respeito à tradição e aos valores históricos que constroem as sociedades, os quais não devem ser perdidos em detrimento do “progresso”. Ancorado em John Courtney Murray, Freyre não viu o “progresso” como inevitável. Acreditou, assim como o autor, que já não é possível pensar na “inevitabilidade do progresso” e na ideia de “harmonia automática”. Os valores hispânicos, presentes na sociedade brasileira, foram apontados por Freyre como corretivo aos excessos de sociedades marcadas pelo elogio à “automação e à cibernética”.²⁷⁶

A reabilitação dos valores hispânicos e ibéricos – aqueles que formaram a sociedade colonial brasileira e que por longos anos configuraram as bases da estrutura social, política e econômica do Brasil, cuja decadência e substituição pelos valores burgueses foram descritos pelo autor em *Sobrados e Mucambos* e *Ordem e Progresso* – fazia-se premente em um ambiente caracterizado pelo desapego à tradição. O Brasil, para não se deixar levar por esses ventos e acentuar marcas que o levassem a ostentar valores que não aqueles inscritos em sua formação, deveria zelar pela manutenção dos valores presentes na cultura hispânica. A aceitação desses valores conduziria a nação brasileira a apresentar-se ao mundo como líder de uma civilização desenvolvida nos trópicos a partir do contributo ibérico, projetando uma imagem positiva do *ethos* brasileiro frente aos programas de redefinição cultural amparados no que Freyre

²⁷⁵ FREYRE, 1975b, pp. 38-39 (introdução).

²⁷⁶ Ibidem, p. 37 (introdução).

chamou de conflito entre o “capitalismo ianque” e o “comunismo russo-soviético”, conflito esse conduzido por uma dinâmica orquestrada pelo império da “automação” e pelo conflito entre o “Comunismo ateu” e o “capitalismo calvinista”.²⁷⁷

Sobre a premência da reabilitação das tendências culturais ibéricas e hispânicas no momento em que havia o esforço por parte dos Estados Unidos em desenvolver estratégias que criassem uma “identidade cultural hegemônica no Ocidente”²⁷⁸, Freyre comentou:

Precisamente tais tendências é que estão hoje em processo de reabilitação: uma reabilitação que, atingindo vários dos valores mais característicos do *ethos* e da cultura ibéricos, atinge, no Brasil, a vocação, de parte considerável de sua gente, para vir encarnando, mais que quaisquer outras gentes, aquela tradição em sentido contrário à fácil ou rápida adoção, por brasileiros do tipo mais ativista, de modernices importadas da Europa ou trazidas dos Estados Unidos. De onde, no momento, podemos considerar os brasileiros menos ativistas, o principal reduto de resistência brasileira a modernices já arcaicas; por outro lado, os principais agentes de pós-modernização de supostos arcaísmos que a cultura ibérica preservou durante os séculos em que resistiu um tanto quixotesicamente à absorção dos seus motivos e dos seus estilos de vida pela *Europa Protestante, racionalista e pan-economicista*.²⁷⁹

Freyre, como que definindo as diretrizes de um programa que deveria ser seguido à risca pelas nações que compreendiam a civilização tropical, conclamou que caberia aos países integrantes dessa civilização difundir os seus valores num momento no qual prevalecia a imposição de “modernices”:

O momento não é de regresso a tais valores mas de projeção da parte deles, por vários hispanos nunca repudiados, sobre um futuro que necessita do que neles é mais que moderno, sendo também elaboração

²⁷⁷ FREYRE, 1975b, p. 35 (introdução).

²⁷⁸ CACELLI, Elizabeth. “Intelectualidade e poder: inconformidade na Guerra Fria”. In: *ArtCultura*. Uberlândia-MG, n.º 9, jul.-dez. de 2004, p. 113. Disponível em: http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF%209/ArtCultura%209_cacelli.pdf. Acesso em: 19 de agosto de 2012, p. 113.

²⁷⁹ FREYRE, 1975b, p. 42. Grifo nosso.

de uma experiência posta, por algum tempo, quase de lado, sob a alegação de não corresponder às necessidades de um futuro hoje já transformado em passado. O que mostra ser sempre necessário ao homem distinguir no passado o que é efêmero do que pode transformar-se em futuro, quase à revelia do presente.²⁸⁰

Assim, definiu a importância do universo cultural hispânico na amostra de sua contribuição para o “futuro humano”:

Nenhum futurólogo idôneo pode conservar-se alheio ou indiferente a esse provável avigoreamento de importância de uma cultura que, quer pelo crescente número das populações conservadoras ou portadoras dos seus valores, quer pela qualidade e dinamicidade de vários desses valores, é uma cultura projetada gigantescamente sobre o futuro humano. Não parou nas suas famosas glórias históricas²⁸¹. Projeta-se sobre o mundo em perspectiva e em prospectiva como uma força capaz de contribuir para que a esse mundo não falem virtudes que, sendo irredutivelmente hispânicas, se adaptarão, decerto, a novas circunstâncias de convivência humana e, ao mesmo tempo, influirão sobre elas. Pois o chamado ‘vento da História’ – ou da Evolução – não é uma absoluta fatalidade: o Homem e suas culturas são dinâmicos e podem resistir a esse e a outros ventos, fazendo-os antes mover os seus engenhos que dominar tiranicamente suas vontades e dirigir despoticamente seus futuros.²⁸²

Nesse excerto, o sociólogo teceu aguda crítica à forma como as culturas não hispânicas apresentavam-se aos demais povos. A projeção da cultura hispânica influiria

²⁸⁰ FREYRE, 1975b, p. 42.

²⁸¹ É preciso observar que o discurso de Freyre muda completamente em relação ao que, na década de 1930, apontou sobre uma das civilizações que integram o complexo civilizacional hispânico: Portugal. Fazendo uma análise das mudanças de perspectiva de Freyre em relação ao português, Peter Burke e Pallares-Burke destacaram que “em 1933, Freyre havia afirmado que os portugueses haviam perdido a sua plasticidade”. Ao final de *Casa-Grande & Senzala*, registrou o seu descontentamento em relação a atitude moderna do povo português, que, numa atitude de parasitismo, simulou “qualidades europeias e imperiais”, fazendo de conta que era “poderoso e importante”, “supercivilizado à europeia”, uma grande potência colonial. Chamou a atenção desses autores o fato dessas críticas terem sido ignoradas “no momento em que é feito o convite para visitar as possessões ultramarinas, em 1951”. Tais oscilações de opiniões por parte de Freyre suscitaram as seguintes questões: “O Freyre de 1953 parece ser, então, uma pessoa diferente do Freyre que viveu em Portugal em 1930 e descreveu os portugueses em 1933. Ele havia realmente mudado de opinião? Ou havia decidido interpretar outro papel? É impossível responder a essa questão, o que aumenta a complexidade desse intelectual. Quanto aos estudos modernos, é no mínimo intrigante que essas passagens tenham sido, aparentemente, ignoradas, tendo resultado – mais uma vez – na simplificação das atitudes bastante complexas de Freyre”. Cf. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia; BURKE, Peter. *Repensando os trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 287.

²⁸² FREYRE, 1975b, pp. 45-46 (introdução).

de maneira positiva e mudaria os rumos do que Freyre chamou de “vento da História”. Essa cultura – e nesse ponto o sociólogo reclamou a dinamicidade do elemento cultural – seria o contraponto necessário às formas de imposição cultural que se apresentavam de maneira a “dominar tiranicamente”, numa forma de condução despótica dos futuros das nações as quais desejavam influir.

Pode-se perceber, portanto, que a análise de Freyre sobre a cultura ibérica e hispânica ganhou matiz de denúncia do modo pelo qual outras nações e culturas propunham a construção de um projeto de integração cultural. Quando considerou a ausência de virtudes que caracterizava o mundo, Freyre canalizou as qualidades assentes na composição da cultura hispânica como um manancial capaz de ombrear com este mundo um tanto “desdenhoso” dos verdadeiros valores que devem conduzir as nações.

Com o mundo a caminhar, pela automatização cada dia mais rápida, para uma civilização antes de lazer organizado, ou coordenado, mas não dirigido, do que de trabalho arregimentado, o sentido hispânico de tempo ou o ritmo hispânico de vida pode vir a ser um sentido de tempo ou um ritmo de vida que os homens de outras civilizações precisem aprender do hispano. O hispano pode vir a ser o mestre de uma sabedoria tida, durante séculos, no Ocidente, por hediondo vício: o vício da soberania do homem sobre o tempo, no gozo da vida e na apreciação dos seus valores, com as suas inevitáveis decorrências de impontualidade e de lentidão.²⁸³

A defesa do hispano (contra a automatização do mundo, aspecto que coordenava as ações de regiões como União Soviética²⁸⁴ e Estados Unidos) compôs, na verdade, a reafirmação de Freyre de aspectos como a tradição, a região, da Casa-Grande, da sociedade patriarcal e dos da cultura formadora das bases sob as quais se formou o

²⁸³ FREYRE, 1975b, p. 48 (introdução)

²⁸⁴ Sobre esse aspecto, Freyre trouxe a público o seguinte alerta: “(...) não nos esqueçamos de virem se revelando os principais dirigentes da União Soviética por vezes standardizadores e intolerantes de diferenças de caráter étnico-cultural -- parecem indicar afinidades sociológicas entre pluralistas de países tão radicalmente diferentes nas ideologias políticas neles dominantes como a União Soviética e o Brasil.” Cf. FREYRE, 1975b, p. 42.

Brasil colonial. Em geral, da cultura ibérica que resultou na formação de uma sociedade com traços específicos, que, na visão do sociólogo, não poderiam ser deixados de lado sem que fossem avaliados os prejuízos que tal atitude acarretaria à sociedade brasileira.

Valendo-se da noção de tempo, trabalhada no contraponto entre as culturas hispânicas e ibéricas, de um lado, e europeia e norte-americana, de outro, Freyre se lançou à crítica do “tempo frenético”, ditado pela lógica da automação, que caracterizava a União Soviética e os Estados Unidos – numa referência à tensão característica da relação entre as duas nações durante a Guerra Fria:

Desataque-se do sentido hispânico ou ibérico de tempo – quem pode esquecer-lo falando de saber ou de sabedoria? – que talvez seja, como sentido de tempo suscetível de transnacionalizar-se, sob o favor da crescente automação, o principal corretivo a ser oposto àquele sentido de tempo soviético, estudado por outro agudo pensador espanhol dos nossos dias, Emilio Garrigues, no seu *Los Tiempos em lucha*; e por ele caracterizado como ‘tempo frenético’: o ‘tempo frenético’ com que a Rússia Soviética, procurando superar entre russos o tempo, como o hispânico, semi-oriental, da Rússia pré-soviética, vem competindo com o tempo ianque, igualmente frenético em seus extremos de ativismo ou de produtivismo.²⁸⁵

Buscou, assim, durante esse período, na defesa dos princípios que sinalizavam a importância da cultura hispânica para o desenvolvimento do Brasil, expor a forma negativa com a qual países como os Estados Unidos mantinham uma política de influência cultural. Os valores hispânicos também assumiriam traços cujo “destino provavelmente” seria “muito diferente daquele que o determinismo das ideias marxistas, ou quase-marxistas, vinha prescrevendo no futuro humano”. Ensaiou o autor estratégias específicas que, ancoradas nos pressupostos que configuravam a cultura ibérica e hispânica, seriam tomadas como saídas nacionais ao enfrentamento de forças característico do período e ao plano construído por essas nações dominadas pelo tempo

²⁸⁵ FREYRE, 1975b, pp. 100-101.

progressivo em expandir as suas áreas de influência para os países que formavam a ibero-américa.

Integrava a cultura hispânica, de acordo com Freyre, um conjunto de valores associados à “sabedoria humana”, um saber do qual a “superioridade sobre o puro saber científico ou técnico precisaria ser assegurada num mundo em cuja ordem social a esfera cultural vem sendo invadida pelo imperialismo político e, sobretudo, econômico”.²⁸⁶

Nessa perspectiva, são intensos os laços que, de acordo com Freyre, uniam o Brasil não só a Portugal, mas, de igual modo, à Espanha. Projetar os valores culturais que caracterizavam o Brasil²⁸⁷ e que permitiam definir a sua identidade frente às demais civilizações passaria pela afirmação da noção de tratar-se o Brasil de uma nação “duplamente hispânica”, a única – aspecto veementemente reiterado pelo sociólogo – a apresentar-se por meio dessa “singularidade” que atua como reforço de sua condição de herdeira “direta tanto de valores espanhóis como de valores portugueses”.²⁸⁸

Longe de perfazer um elemento estranho a comunidade hispânica (que compreendia tanto Portugal quanto a Espanha, de acordo com Freyre) o Brasil era considerado como nação americana apta a projetar valores e formas de comportamento cujos valores residiam no sistema cultural ibérico.

²⁸⁶ Ibidem, p. 50 (introdução) “Também se explique pelo mesmo fato e por desenvolvimentos psicossociais correlacionados com a Revolução Protestante, que separou tão profundamente a Europa desde o século XVI mais industrialmente progressiva do que a Península Ibérica, que se conservou refratária a essa e outras formas de progresso, o caráter, nuns pontos aristocrático, noutros democrático, da colonização ibérica ou hispânica de terras não-europeias, em contraste com o feitio quase sempre burguês do esforço colonizador de outros europeus” Cf. FREYRE, 1975b, p. 55.

²⁸⁷ De acordo com Moysés Vellinho: “Se hoje constituímos a parte mais importante do mundo lusotropical, cuja vitalidade veio modificar o conceito de tropicalismo entre os europeus, o que Gilberto Freyre reclama com insistência é que o Brasil se encarne ciosa e corajosamente na consciência do que é: povo híbrido e extra-europeu, portador de novas formas de vida, de um novo tipo de civilização. ‘Somos um povo criador e ativamente extra-europeu – afirma o sociólogo – porque o português soube em tempo extra-europeizar-se e tropicalizar-se ele próprio”. VELLINHO, Moysés. A valorização do português na obra de Gilberto Freyre. Cf. AMADO, Gilberto. (Org.). *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962, p. 531.

²⁸⁸ FREYRE, 1975, 49-50 (introdução)

Da razão de considerar a nação brasileira um modelo de civilização a ser seguido sobressaem referências que permitem a avaliação de ser essa grandeza proveniente do modo particular pelo qual os povos ibéricos colonizaram a América. Numa referência direta ao perfil colonizador dos europeus nórdicos, Freyre sobrepôs os objetivos envolvidos em um e em outro estilo de colonização:

Que viam os ingleses, os holandeses, os franceses, numa população de ameríndios nus como aquela que os europeus encontraram no Brasil? Nada, a não ser gente inferior, que não despertava maior interesse em progressivos europeus. E que viram os hispanos nessa gente? Um povo que, quando, no Brasil, a Primeira Missa foi rezada na sua presença, em plena floresta, deu aos portugueses a impressão de seguir com o mais vivo interesse essa manifestação cristã de religião e de cultura.²⁸⁹

Desse modo, o *ethos* hispânico ou ibérico agiria como uma espécie de atitude reprovadora de noções e questionamentos como os construídos por europeus acerca das civilizações extra-europeias.

Não será um perigo para a civilização cristã permitir a mistura de raças entre brancos e pretos?” Eis uma pergunta que a si mesmos fizeram os holandeses na África do Sul e os ingleses na Rodésia, desde os seus primeiros contatos com a África. Foi receosos das novas cores e das novas formas de homens e de culturas, que resultassem dos livres intercursos humanos desse tipo, que desenvolveram uma política sistemática de segregação, à que se assemelha aquela que, desde a Guerra Civil, tem sido também política sistemática dos brancos dos Estados Unidos com relação a gentes de cor.²⁹⁰

Note-se que mais uma vez Freyre mencionou os aspectos que impediam o ingresso no Brasil de valores culturais que não fossem aqueles fundados na tradição ibérica. A segregação racial é apontada como um adendo à colonização europeia e um sinônimo da política social que vigorava nos Estados Unidos.

²⁸⁹, FREYRE, 1975b, p. 4.

²⁹⁰ Ibidem, p. 7.

Freyre elencou os motivos pelos quais as nações hispânicas não poderiam se deixar levar pela influência “transitória” de outras civilizações. Há, portanto, uma “ideologia” hispânica: é a que prevê a união e o compartilhamento de uma identidade cultural ibérica entre os povos integrados culturalmente aos valores inscritos nessa civilização. De acordo com o sociólogo:

Aqui tocamos em ponto essencial e é o de na ideologia político-social hispânica encontrarmos frequentes vezes o interesse nacional considerado sempre (...) oposto ao interesse transitório, fugaz, de momento, representado por movimentos no sentido de reformas ou progressos em são sacrificados valores consagrados pelo passado ou pela experiência hispânica a fim de que se introduzissem no sistema político ou no social ou no econômico novidades apresentada pelos seus apologistas como imposições do progresso às vezes sob a forma de uma como solidariedade, que estivesse tardando e fosse essencial, do tempo hispânico com o tempo europeu: ou europeu e anglo-americano.²⁹¹

Essa posição de Freyre dialogava fortemente com o que em sua obra representava a tradição do pensamento ibérico. Voltar-se contra a transposição de ideias e instituições estrangeiras surgiu como um reforço a mais na defesa do hibridismo característico da sociedade brasileira. Assim, a retomada desse assunto, presente na obra freyreana desde os anos 20, respondeu à tentativa de expor as especificidades que caracterizavam as formações nacionais de origem ibérica. Falando do e pelo Brasil, Freyre saiu em defesa de suas raízes luso-hispânicas, o que resultaria no entendimento de que estas perfaziam estruturas

inócuas a quaisquer soluções externas, elaboradas em patamares diferentes, onde os arranjos sociais se fundam em outros valores que não os nossos. Assim, é o caráter do iberismo - um original encontro entre o Oriente e o Ocidente - que não permite a adoção das ideias liberais, marcadas por um racionalismo não típico dos povos

²⁹¹ FREYRE, 1975b, p. 70.

caracterizados por essa dualidade. Como se nota, uma inspiração orteguiana.²⁹²

A presença de uma cultura estrangeira voltada a ditar os rumos das nações hispânicas pela imposição de um modelo social apoiado no elogio ao progresso confrontaria com os valores “consagrados pelo passado” dessas nações. A julgar pelo passado das nações tropicais, esses valores fundaram um sistema completamente original de civilização, cujas principais características não correspondiam ao que na cultura europeia como na cultura anglo-americana era cingido com maior estima: a valorização do progresso, do abandono das tradições em virtude da aceitação do novo – atitude, segundo Freyre, dos chamados “povos progressivos” e liberais da Europa e da América do Norte.²⁹³

Houve, assim, por parte de Freyre, o esforço de reunir as sociedades tropicais em uma grande civilização ibérica. Esta, ao fornecer uma saída positiva para o convívio entre etnias e culturas diferentes por meio da “miscigenação” e da “interpenetração de culturas”, contrapôs-se diretamente às respostas formuladas em torno dessas questões por países como, por exemplo, os Estados Unidos. O iberismo apresentava-se, portanto, como teoria capaz de justificar toda a positividade resultante do não europeísmo dos países ibéricos, apresentando-os como nações responsáveis por seus próprios atos, por seus próprios direcionamentos políticos e culturais.

Nessa perspectiva, o Brasil encabeçaria um projeto de construção nos trópicos de uma civilização caracterizada em suas bases por uma forma cultural ibérica ou hispânica, o que se devia, em grande parte, ao fato do Brasil constituir-se, em sua

²⁹² BASTOS, Elide Rugai. Os autores brasileiros e o pensamento hispânico. Disponível em <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fbiblioteca.clacso.edu.ar%2Far%2Flibros%2Fanpocs%2Frugai.rtf&ei=EFPUUaWLI6q3yQHEzoCYCA&usg=AFQjCNG1UN3mHaHW8ILtTaP7zgD9WU9wLA&sig2=R8I0iSv9NjY2ksgnQOOTxg&bvm=bv.48705608,d.aWc>. Acesso em 03 de julho de 2013.

²⁹³ FREYRE, 1975b, p. 68.

grande maioria, por um povo mestiço. Isso possibilitou ao Brasil a capacidade de “compreender a sensibilidade europeia e também em situação de interpretar os desejos, as angústias e as aspirações dos povos não-europeus. Daí estar, mais do que qualquer outro povo, em condição de ser um mediador ideal entre ocidentais e orientais, entre povos brancos e povos de cor, entre europeus e não-europeus”.²⁹⁴ Assim, no arranjo de forças em direção à afirmação de uma proposta de civilização tropical, era, de acordo com Freyre, evidente a “responsabilidade do Brasil, além de tropical, neo-hispânico ou neo-ibérico, como um dos líderes de povos e de modernas civilizações situados em áreas tropicais. Especialmente de civilizações hispano-tropicais: grupo de que a civilização luso-tropical, desenvolvida principalmente pelo Brasil, é expressão cada dia mais visível.”²⁹⁵ Líder de uma civilização tropical de origem ibérica, seria sua função difundir esse que constituía o único modelo composto por uma fórmula cultural capaz de oferecer soluções e saídas aos dilemas que vinham se convertendo em um entrave ao convívio pacífico entre nações e entre grupos em um mesmo país.

Por não apresentar, na avaliação feita pelo sociólogo, problemas como aqueles responsáveis, por exemplo, pelos conflitos entre raças observados nos Estados Unidos e nas regiões colonizadas por europeus, o Brasil, não carecendo de importar ou aderir às agendas que tinham como corolário expressões culturais não ibéricas, seria o pivô de um processo de expansão que funcionaria como uma espécie de bálsamo a um conjunto maior de nações. Isso se verificaria pela consubstanciação de valores tradicionais que, a partir dessa expansão, se chocariam com as tendências modernizadoras, com os “imperialismos” políticos e culturais, com o tecnicismo, com a modernização política

²⁹⁴ FREYRE, 1975b, p. 68-69.

²⁹⁵ FREYRE, Gilberto. Brasil, nação hispânica: novas sugestões em torno de um tema já versado pelo autor. Salvador: Universidade Federal da Bahia, nº 114 - 115, maio/junho de 1966, p. 27. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

do Estado, com a moral vitoriana, elementos nos quais poderiam ser encontrados os agravantes, ainda segundo Freyre, dos distúrbios que afetavam inúmeras sociedades.

No período que abrange as décadas de 1960 a 1980, as atenções de Freyre não assumiram um perfil diferente do que até então vinha se constituindo no centro de suas análises sobre o Brasil e a civilização hispanotropical. Há uma continuidade com a tese que estabelecia um lugar de destaque ao país. Nesse sentido, ganham forma as comparações do Brasil com os países formados a partir da cultura anglo-saxã, com destaque para os Estados Unidos. Aviva-se, portanto, a importância da raiz ibérica/hispânica na conformação cultural brasileira.

Por intermédio de conferências, artigos de jornais, reuniões acadêmicas, congressos ou de participações em eventos de natureza variada, Freyre expôs o que seria a saída brasileira para questões que envolviam o mundo contemporâneo. Assim, compõe o escopo da análise proposta no próximo capítulo mapear os círculos nos quais Freyre divulgou suas ideias, atentando para as redes de sociabilidades e as teias de conexões do sociólogo no período coberto por este estudo. Tal percurso nos permitirá definir em que medida os conceitos de iberismo e de hispanismo agiram na definição da trajetória intelectual de Freyre, bem como apreciar a proporção precisa do diálogo travado entre esses conceitos e os temas que compunham as agendas surgidas com a nova ordem inaugurada no pós-guerra.

CAPÍTULO III

Freyre e a questão racial no pós-guerra. As relações raciais no Brasil como resultado da presença ibérica na formação da sociedade brasileira.

Em artigo intitulado “Mestre Métraux confirma” (1952), Freyre chama a atenção para os “reparos” elaborados por Métraux sobre as relações raciais no Brasil, em boletim publicado para a UNESCO. Aponta para a aproximação das observações do antropólogo suíço com “ideias antigas” que já havia levantado sobre o assunto. O fato, para Freyre, deveria ser encarado com euforia, pois, em sua avaliação, “quando um simples escritor brasileiro descobre que um mestre europeu da autoridade e do renome de Alfred Métraux pensa igual a ele sobre assunto ainda controverso, esse escritor tem o direito de vangloriar-se.” Expondo, portanto, o ponto de aproximação entre ambos, Freyre escreveu:

Que reconhece o Mestre Métraux? Que no Brasil quase não existe hoje problema de raças. Que o preconceito de cor não chega a criar aqui os dramas, as crises, as agitações que cria noutros países. Que existe entre nós uma democracia social baseada na quase ausência daquele preconceito. Que isso se deve a uma formação histórica diferente da norte-americana ou da sul-africana.²⁹⁶

“São pontos em que venho tocando há anos”, desde os “ensaios sobre assuntos de formação brasileira”, ressaltou o sociólogo. A confirmação por parte do cientista europeu de “antecipações nem sempre bem recebidas por alguns dos meus

²⁹⁶ FREYRE, Gilberto. “Mestre Métraux confirma”. *O Cruzeiro*, 5 de abril de 1952. Arquivo Fundação Gilberto Freyre. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

conterrâneos” representaria um salto na projeção da ideia de que a miscigenação “vem sendo para o Brasil uma solução feliz”, não perfazendo, portanto, uma “mística”, conforme defendem alguns críticos.

A tese que articulava a imagem brasileira a uma configuração cultural constituída por valores que possibilitavam a sua caracterização como democracia étnica²⁹⁷ seria constantemente reiterada por Freyre, inclusive em conferências no exterior.

Entre as décadas de 1950 e 1960, Freyre excursionou pelos Estados Unidos proferindo palestras em diversas instituições acadêmicas. Harvard, Columbia, Georgetown e Rutgers foram alguns dos espaços nos quais o sociólogo expôs suas principais ideias desenvolvidas no período. O enfoque geral das conferências girou na órbita da exposição dos elementos que definiam a civilização tropical. De modo invariável, o Brasil assume o papel de líder do complexo cultural de origem luso-hispânica, devendo, por meio de uma “política transnacional”, criar estratégias que resultassem na expansão de seu modelo de civilização para outras nações, inclusive para as duas grandes potências do período: União Soviética e Estados Unidos. O “homem-ibérico” desponta como peça-chave para a montagem dessa civilização. Define-se pela oposição ao “homem-industrial”, ente da “moribunda civilização industrial do ‘time is money’”.

Nesse período, entre os nomes que compõem a rede de sociabilidade de Freyre no período, temos: Alfredo Sanches Bella: Diretor do instituto de cultura hispânica de

²⁹⁷ Em suas conferências na Universidade do Estado de Indiana, em 1944 – posteriormente reunidas na obra *Interpretação do Brasil* (1947) –, Freyre valeu-se da expressão “democracia étnica” para tratar do modo como se estabeleceram os contatos entre os jesuítas e a população indígena. Sobre a catequese, anotou: “o seu sistema excessivamente paternalista e mesmo autocrático de educar os índios desenvolveu-se às vezes em oposição às primeiras tendências esboçadas no Brasil no sentido de uma democracia étnica e social”. Cf. FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947, p. 78.

Madri, destinado a fomentar a aproximação entre os povos latinos; Angel Rama: Diretor do Departamento de literatura hispano-americana na Universidade de La República; J.L. Salcedo-Bastardo, escritor cujas obras voltam-se à defesa de uma solidariedade entre as comunidades latino-americanas; Fidelino de Figueiredo, escritor português que procurou fomentar em suas obras a aproximação de Portugal e Espanha com as nações americanas; Lewis Hanke, Diretor da Divisão Hispânica da Biblioteca do Congresso, em Washington.

Assim, entre os temas abordados em suas conferências, Freyre privilegiou pelo apontamento da singularidade brasileira no que concernia às relações raciais. Ganhou relevo a associação do Brasil a um projeto que, definindo-se pelas tradições luso-hispânicas e, de um modo geral, pelo humanismo cristão, permitia apresentar o país como representante de uma civilização que serviria de exemplo às demais nações.

Nessa perspectiva, em “Raça, Preconceito e Política” (1953), ao discutir o que considerava a ineficiência das medidas legislativas quando aplicadas a problemas de ordem social (referindo-se a criação da Lei Afonso Arinos, criada logo após o incidente envolvendo a dançarina Katherine Dunham e um hoteleiro de um hotel paulista que, na ocasião, a proibiu de adentrar ao estabelecimento “por ser pessoa de cor”), Freyre diz que o problema de “relações entre raças é um desses problemas complexos”, que “simplistas leis” policiais não podem resolver. Entendendo o caso como uma manifestação isolada, exorta o fato de o Brasil constituir-se em uma “democracia étnica”.

Nesse sentido, concluiu que se “o Brasil é, com todas as deficiências, uma democracia étnica que contrasta, neste particular, com o Sul dos Estados Unidos e, principalmente, com a União Sul-Africana”, podendo o seu exemplo ser partilhado por

“povos que caminham para crises terríveis de desajustamento social”, tal feito não se deve a “leis severas que os portugueses e seus descendentes tenham feito vigorar aqui contra o preconceito de cor.” Resulta, antes, de “toda uma tendência, de toda uma inclinação, de todo um gênio nacional – o lusitano – aguçado e desenvolvido nesta parte da América por circunstâncias poderosas de meio e de situação social.”²⁹⁸

Disposto a sinalizar para o fato de constituir-se o Brasil em uma democracia étnica, Freyre empreende análise com o mesmo enfoque, agora em novo artigo, publicado para a revista *O Cruzeiro*. Em “O Brasil, democracia étnica”, lançado em 6 de junho de 1953, o sociólogo dialoga com um editorial que aponta para a correção em curso por pesquisadores norte-americanos a serviço da UNESCO de “exageros” ou “excessos” presentes em suas ideias sobre o Brasil. Dentre os pontos revisados por esses pesquisadores, estava a noção atribuída a Freyre de que o Brasil seria “uma perfeita democracia étnica”. Em sua defesa, Freyre salientou constituir um argumento “injusto com o brasileiro” que precedeu aos estudiosos americanos na caracterização do que “existe no Brasil de democracia étnica”. Continuando, observou que nunca afirmou constituir essa democracia algo “puro”, de natureza “perfeita” ou “absoluta”. Insistiu, portanto, que ao falar

em democracia étnica no Brasil – democracia étnica na verdade superior a quantas existem hoje neste mundo de Deus ainda tão perturbado pelo Demônio – é admitindo preconceitos de raça entre nós. Sempre os admite.²⁹⁹

²⁹⁸ FREYRE, Gilberto. “Raça, Preconceito e Política”. *O Cruzeiro*, 25 de abril de 1953. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

²⁹⁹ FREYRE, Gilberto. “O Brasil, democracia étnica”. *O Cruzeiro*, 6 de junho de 1953. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF. Sobre essa questão, vale lembrar que Freyre, em *Interpretação do Brasil*, já havia apontado para o fato de não ser possível concluir tratar-se o Brasil de “uma democracia étnica perfeita”, pois nesse quesito o Brasil “não atingiu de modo nenhum a perfeição”. Ainda nessa obra, admitiu não estar o Brasil “inteiramente livre do preconceito de raça”. Cf. FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil. Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1947, p 231-232.

Para Freyre, os problemas raciais no Brasil expressavam-se mais no âmbito do “preconceito de classe”. Sobre o Brasil, seria possível falar de uma democracia étnica como “se fala de uma democracia social na Suíça ou de uma democracia política norte-americana ou de uma civilização cristã na Europa. Existem, embora com imperfeições íntimas que só os ingênuos ou líricos são capazes de negar”. Referindo-se aos Estados Unidos, Freyre prossegue a análise destacando que “todos os que conhecem de perto a grande República sabem que a democracia política é ali comprometida, prejudicada e às vezes anulada”. Como exemplo, menciona as desigualdades de “caráter especificamente étnico (...) que ainda dividem os norte-americanos dos Estados Unidos”. Nesse sentido, os Estados Unidos constituíam uma democracia política “com todas as suas imperfeições”.

Não obstante o fato de apresentar “imperfeições” no âmbito das relações entre grupos, no Brasil as relações entre raças não se conduziam por intermédio de “ódios insanáveis”. Desse modo, a sociedade brasileira, como democracia étnica, “chega a ser um exemplo” também “para os Estados Unidos”, assim como “talvez para a própria União Soviética”.³⁰⁰

Ainda sobre as “imperfeições da democracia étnica no Brasil”, Freyre dedicaria atenção ao assunto em matéria intitulada “Ainda sobre democracia étnica no Brasil” (1953). Considerando “leviandade” a indicação de que “só agora pesquisadores norte-americanos auxiliados por eruditos brasileiros, estariam descobrindo no nosso País preconceitos de raça e de cor como que negados por sociólogos e antropólogos nacionais”, Freyre aponta para o desenvolvimento de um estudo no qual recolheu inúmeros depoimentos de brasileiros, que após serem inquiridos com a pergunta “Tem

³⁰⁰ Nação que, de acordo com Freyre, caminhava no sentido da construção de uma política de igualdade racial.

preconceito de raça ou de cor”, responderam não possuir preconceito em relação às “pessoas de cor”. “E sob o estímulo dessa interrogação”, continuou o sociólogo,

(...) é que tenho colhido depoimentos interessantíssimos para a análise e interpretação de um preconceito que, entre nós, parece ser mais condicionado por motivos de classe, de situação e de cultura do indivíduo ou da família, do que de raça. Mas que não deixa de ser de raça ou de cor.³⁰¹

Percebe-se, nestes termos, que Freyre buscou intervir no debate à época conduzido por pesquisadores atrelados ao projeto UNESCO sobre as relações raciais no Brasil. Dialogando com estudos veiculados a partir desse projeto Freyre reitera a tese da “inexistência de preconceitos e discriminações raciais no Brasil”.³⁰²

Em “Racismo e Lusismo” (1955), Freyre daria continuidade à discussão cujo núcleo baseava-se na apreciação do modo pelo qual se estabeleceram as relações raciais no Brasil. Na avaliação esboçada pelo sociólogo, constituiria “inexatidão dizer-se da moderna gente portuguesa – ou da moderna gente brasileira – que não abriga racistas em seu seio”. E embora houvesse aqueles que se moviam por tal sanha, Portugal e Brasil “são hoje exemplos de democracia étnica”. Nesse sentido, condenou as ações isoladas de um Conde d’Aurora, que, em visita ao Brasil, espantou-se com o “número de mulatas ainda visíveis” no Rio de Janeiro e em São Paulo. “Felizmente”, redarguiu o sociólogo, “nem todos os portugueses são Fradiques, do mesmo modo que nem todos os brasileiros são Oliveiras Vianas”. Ao Brasil, portanto, competiria manter-se na órbita dos elementos que definiram a expansão do português pelo mundo. Em outras palavras,

³⁰¹ FREYRE, Gilberto. “Ainda sobre democracia étnica no Brasil”. *O Cruzeiro*, 13 de junho de 1953. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

³⁰² GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. Disponível em: http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/95/20080627_democracia_racial.pdf. Acesso em 28 de dezembro de 2015.

seguir o exemplo derivado da colonização portuguesa, que foi conduzida à revelia da “discriminação racial”, considerando como “natural e universal” o fenômeno da mestiçagem.³⁰³

Nessa direção, provido dos mais altos atributos que lhe foram legados pela tradição ibérica, o Brasil deveria atuar no sentido de remodelar o perfil de relações raciais adotado por algumas nações. Em resposta às afirmações elaboradas pelo embaixador Maurício Nabuco, para o qual a diplomacia brasileira não possuía meios de escapar dos limites territoriais brasileiros, o que reduzia sua atuação ao “interior, a fronteiras adentro, fronteiras continentais, quando muito”. Posicionando-se contrariamente a tal veredito, Freyre, em matéria intitulada “O Brasil: suas atuais responsabilidades fora da América”, de 1956, foi em defesa do que deveria constituir a função brasileira: concorrer, como líder do “conjunto lusitano” de civilização, para o processo de união das democracias étnicas instaladas nos trópicos e fazer frente contra “os antigos imperialismo nórdicos.”³⁰⁴ Precisaria, de igual modo, preocupar-se o Brasil em direcionar sua política internacional inclusive para regiões “extra-continentais”, isto é, para regiões tropicais onde a presença lusitana cria de algum modo responsabilidades para a sociedade brasileira. Ainda de acordo com Freyre, numa análise que vincula brasileiros e portugueses em um único complexo cultural, “formamos com os portugueses e luso-descendentes um único bloco de cultura transnacional, um reduto contra absorventes imperialismos de nossa época”³⁰⁵. Percebe-se, portanto, o esforço do

³⁰³ FREYRE, Gilberto. “Racismo e Lusismo”. *O Cruzeiro*, 31 de dezembro de 1955. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

³⁰⁴ FREYRE, Gilberto. “O Brasil: suas atuais responsabilidades fora da América”. *O Cruzeiro*, 7 de julho de 1956. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

³⁰⁵ FREYRE, Gilberto. “Contribuição portuguesa para uma nova cultura transnacional e lusotropical”. In: *Diário de Pernambuco*. 1955. No *Diário de Pernambuco*, em publicação datada de 1956, Freyre reafirmaria a formação ibérica brasileira. Em sua avaliação, “somos uma extensão da civilização europeia em sua forma ibérica ou hispânica ou lusíada”. Cf. FREYRE, Gilberto. “Métodos convergentes em

sociólogo, a partir da leitura do clima da época, em propor a sedimentação dos contatos culturais entre portugueses e brasileiros como uma forma de combater manifestações de “culturas imperialistas”.

Nessa perspectiva, Freyre considerou as estratégias ensaiadas pelos países europeus e pelo Estado norte-americano em relação ao futuro das civilizações tropicais como uma atitude de “imperialismo cultural”. Em sua avaliação, esses critérios deveriam ser repelidos pelos povos americanos, “cabendo-lhes o direito de escolher dos valores europeus de cultura os que lhes parecerem convenientes ou adaptáveis às suas tradições e aos seus motivos mais profundos de vida”.³⁰⁶

O Brasil representava um novo tipo de civilização. Portador de um conjunto expressivo de valores, sua responsabilidade seria transmiti-los às demais nações. De formação luso-tropical ou hispano-tropical, de base eminentemente cristã católica, a sociedade brasileira teria, sob um aspecto político, de conduzir o rumo das modernas nações espalhadas pelos trópicos. Em “O Brasil, líder da civilização tropical” (1961), Freyre salienta que “as circunstâncias atuais” reclamavam do Brasil um “comportamento político”, dada a sua condição de líder da civilização luso-hispano-tropical, de “reunir as populações de formação lusitana, em particular, e as de formação hispânica, em geral, situadas em espaços tropicais”, de modo que esta união se desdobrasse em “atos de solidariedade” com “vários e fortes interesses em comum”. Em parecer que lança apelo para que a reunião entre as populações tropicais de origem ibérica fosse estabelecida, Freyre conclui que “foram “os trópicos uma parte do mundo em processo de uma modernização que será vã e precária se significar descaracterização

estudos sociais brasileiros”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 1956. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

³⁰⁶ FREYRE, Gilberto. “Em torno das relações de europeus com não-europeus no oriente médio”. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1960. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

em sub-Europa ou em sub-Estados Unidos”.³⁰⁷ A relação entre “hispanos e tropicais” deveria compor e orientar a política de relações do Brasil com as comunidades americanas.

Na avaliação de Freyre, expressa no artigo “Uma responsabilidade brasileira” (1961), os povos hispano-tropicais, que se estendiam pela América, pela África e pelo Oriente, e dos quais o Brasil apresentava-se como líder, deveriam formar um complexo cultural que os conduzissem à missão de oferecer uma “terceira solução” para os problemas contemporâneos na ordem das relações entre nações.

Freyre, portanto, buscou dialogar com a dinâmica político-cultural animada pela Guerra Fria. A ideia do Brasil como líder da civilização tropical de expressão luso-hispânica é redimensionada a partir da consideração de que a ele caberia o objetivo de ombrear com as visões de mundo conflitantes à época. Duas vias, ou melhor, duas soluções digladiavam entre si no sentido de estabelecer o perfil ideal de civilização a ser seguido pelas nações ocidentais: aquelas capitaneadas por Estados Unidos e União Soviética. Freyre, por seu turno, aposta na potencialidade presente na formação cultural brasileira, em particular, e dos povos luso-hispânicos, em geral, como alternativa às forças imperiais vigentes no período.

Tratando especificamente da “missão” brasileira, deveria haver a iniciativa de uma articulação maior com as demais comunidades tropicais no sentido de concorrer para que tal ação integradora criasse condições capazes de impedir “influências contrárias ao tipo luso-tropical de civilização”. Em outras palavras, Freyre referia-se às “filosofias modernas” que procuravam “resolver os problemas de conflito entre os

³⁰⁷ FREYRE, Gilberto “O Brasil, líder da civilização tropical”. *O Cruzeiro*, 01 de julho de 1961. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

homens”, exemplificadas pelo “imperialismo russo-soviético” e pelo “imperialismo dos Estados Unidos”, em “competição com o russo-soviético em torno de áreas tropicais”.³⁰⁸

Em “Outra responsabilidade do Brasil” (1961), o sociólogo voltaria novamente para o tema da missão brasileira numa época de ameaças às comunidades tropicais. No texto Freyre relata que um “beneditino dos Estados Unidos”, em visita ao Brasil, chegou à conclusão de que o país não apresentava uma “democracia étnica perfeita”. No revide a essa assertiva, recorreu o sociólogo a ideia de que a Suíça, mesmo sendo exemplo de democracia política, não deixava de viver às voltas com “preconceitos maurasianos contra o sistema eleitoral-democrático-republicano”. Nessa mesma percepção da questão, embora apresentasse “formas sutis” de “preconceitos de raça ou de cor”, o Brasil poderia ter sua grandeza justaposta ao fato de constituir “um exemplo ou uma expressão de democracia étnica”. Realidade que diferia o país, por exemplo, da União Sul-Africana, na qual o apartheid afetava as relações entre brancos e negros. De tal realidade, compreendia a função brasileira de suscitar a “democratização do Mundo nas suas bases, que é a étnica”. Sobre esse ponto, comentou o sociólogo:

A importância do exemplo do Brasil como democracia étnica tende a crescer num mundo em que existe ainda, na União Sul-Africana, todo um sistema racista – o chamado apartheid – que chega ao extremo de identificar a sua causa com a defesa da civilização cristã e europeia em terras bárbaras. Contra o fato de ser ainda possível semelhante sistematização de preconceito arianista, em nome do Cristianismo – posto, assim, a serviço da pior espécie de ódio entre os homens – é

³⁰⁸ FREYRE, Gilberto. “Uma responsabilidade brasileira”. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1961. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

que as modernas forças cristãs devem levantar-se com todo o seu furor.³⁰⁹

Conscientes de suas “responsabilidades de cristãos”, os brasileiros teriam que agir dentro das perspectivas do complexo de civilização tropical e difundir as benesses expressas em sua formação cultural a um conjunto maior de nações. Seria, portanto, como “líder de uma humanidade mestiça e de civilização dinamicamente tropical que o Brasil” deveria “aparecer, cada vez mais, aos olhos do Mundo”. Em conclusão, enfatizou que nenhuma “nação moderna” estaria “mais apta que o Brasil a destruir, pelo seu empenho, estes dois mitos: o da inferioridade biológica do mestiço e o da incompatibilidade entre civilização e trópico”.³¹⁰ O mesmo poderia ser dito em relação às demais comunidades tropicais. Por essa razão, para que fosse preservada a possibilidade de um desenvolvimento promissor das nações situadas nos trópicos, a vitalidade dos traços culturais lusitanos e hispânicos que as definiam culturalmente precisaria necessariamente estar na ordem do dia.

As sociedades tropicais, ao compreenderem um tronco civilizacional distinto em sua formação, deveriam, na construção dos seus caminhos políticos, econômicos, sociais e culturais, seguir critérios hispânicos e lusotropicals. Em “Atualidade de uma ideia brasileira”, publicado na revista *O Cruzeiro*, em 1962, Freyre considerou que o futuro das sociedades tropicais apenas poderia ser conduzido com base na preservação de suas raízes culturais. Em uma das passagens que compõe o texto, embora verse sobre o caso específico de Angola, os argumentos desenvolvidos pelo sociólogo indicam a tônica do perfil assumido por suas ideias nos anos que marcaram o pós-guerra. De acordo com Freyre,

³⁰⁹ FREYRE, Gilberto. “Outra responsabilidade do Brasil”. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 29 de julho de 1961. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

³¹⁰ Idem.

Não se negue a luso-angolanos de hoje o direito de serem autonomistas. Em que número são estes autonomistas, não sei. O que sei é que lhes toca o direito de pretenderem constituir-se em comunidade de tal modo independente do Portugal europeu que chegue ao status, ou quase ao status, de nação. É esse um problema especificamente político para ser decidido pelos lusotropicais da Angola e pelos portugueses da Europa: *e não pela União Soviética ou pelos Estados Unidos da América*. Nem tampouco pela Sibéria.³¹¹

Continuando, assinalou as formas de relação racial no território tropical angolano, o que serviu de mote para delimitar as especificidades que acompanhavam as sociedades de matriz ibérica quando comparadas, por exemplo, às sociedades europeia e norte-americana:

Casos de exploração de negros por brancos ocorrem decerto na Angola - embora não chegue nunca, naquela terra, o tratamento de gente de cor por descendentes de europeus aos extremos de crueldade a que chegam, ainda hoje, em certas áreas dos Estados Unidos. Mas esses casos não definem a predominância de estilo de convivência que ali vem caracterizando o conjunto de relações de europeus com não-europeus; ou de brancos puros com mestiços. Esse estilo é, em sua predominância, o lusotropical. E sendo assim, tal situação torna Angola um problema diferente do Congo Belga ou do das Rodésias. Pelas predominâncias do seu estilo de convivência - o lusotropical - os lusotropicais da Angola - que são o elemento decisivo da sua população - *como os lusotropicais do Brasil podem dar lições de democracia étnica tanto aos democratas apenas políticos dos Estados Unidos como aos democratas apenas econômicos da União Soviética*.³¹²

De modo contrário a apreciação feita em relação às tensões raciais que tomavam conta da convivência entre grupos nos Estados Unidos – nação que aparece de forma recorrente nos escritos de Freyre sobre problemas raciais –, Freyre registrou que Angola e Brasil, assim como o conjunto de nações formadas a partir do “estilo” lusotropical,

³¹¹ FREYRE, Gilberto. “Atualidade de uma ideia brasileira”. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1962. Pessoas, Coisas & Animais. Fundação Gilberto Freyre. Grifo nosso. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

³¹² Idem.

vinham servindo de modelo ao apaziguamento de conflitos dessa natureza a regiões da África Portuguesa, das ilhas do Cabo Verde e dos Açores.³¹³

Diante disso, o Brasil, em particular, deveria estreitar relações com países cujos valores apontassem para o perfil cultural luso-hispânico. Em artigo de 1963, publicado originalmente na revista parisiense *Diogenes*, editada pela UNESCO, em número introdutório dedicado a “Problemas da América Latina”, Gilberto Freyre tece argumentos sobre o modo pelo qual o Brasil deveria conduzir suas relações com os demais povos americanos. “Americanidade e latinidade da América Latina: crescente interpenetração e decrescente segregação”, foi o título conferido por Freyre à análise empreendida acerca da importância de união dos povos latinos em um cenário de constantes transformações.

Em um primeiro momento, aproxima o Brasil dos demais povos de origem hispânica, para com isso justificar o hispanismo da cultura brasileira, o que definiria o escopo de nações com as quais o país poderia, sem prejuízo de suas tradições culturais, estabelecer estreitos e edificantes contatos. Estabelece, portanto, a aproximação entre diferentes sociedades latinas. Nações surgidas a partir do contato com portugueses e espanhóis são equiparadas culturalmente, como grandes formações latinas de expressão ibérica. Estabelecendo um contraponto com a cultura anglo-saxônica, em sua avaliação, existem

(...) inconfundíveis semelhanças sociológicas de comportamento e de cultura entre um caboclo brasileiro assimilado à cultura luso-católica e um mexicano assimilado à cultura espanhola-católica: semelhanças que podem ser consideradas de latinidade pelo muito que nelas provém de uma interpretação latina – portuguesa ou espanhola – do

³¹³ Esse diagnóstico seguia na contramão dos resultados tanto das pesquisas realizadas pela UNESCO sobre relações raciais no Brasil no início dos anos 1950 (que deu origem a investida crítica por parte de pesquisadores paulistas ao legado do escravismo e do mito da democracia racial brasileira), quanto ao parecer de fundações norte-americanas, como a Ford, que financiou pesquisas sobre a dinâmica racial em diversas regiões do território brasileiro entre as décadas de 1960 e 1970.

cristianismo aplicado a todo o conjunto de atitudes do homem em face da natureza e da sociedade; adaptado, dentro dessa interpretação, tão mais plástica que a anglo-saxônica, a situações americanas sob vários aspectos quase as mesmas nas diferentes áreas americanas marcadas pela presença latina, representada por franceses e, principalmente, por espanhóis e portugueses.³¹⁴

Não deixa de ser sintomática a observação do sociólogo em relação à plasticidade característica de portugueses e espanhóis em seus contatos com outras sociedades e o fato dessa expressão ter sido um elemento ausente da atitude anglo-saxônica frente aos demais povos.

Tratando das tradições culturais que conferem especificidade à América Latina, chama a atenção para o perigo representado pela absorção de “elementos” estranhos às tradições latinas. Nesse sentido, o conflito entre tradição e modernização entra em cena. No caso dos povos de origem latina, suas expressões culturais, que conservavam os mais caros atributos, poderiam servir de escudo às investidas técnicas e modernizadoras que poriam em risco as manifestações genuinamente latinas.

A América Latina tem conhecido de modo às vezes dramático os conflitos, experimentados por populações de outras partes do mundo, entre tradição e modernização. Desses conflitos alguns têm resultado da presença de elementos neo-europeus ou da intrusão de técnicas violentamente novas, em meios latino-americanos apegados quase religiosamente a tradições de vida e de cultura vindas da época colonial e conservadas em estado de pureza. São grupos, os conservados nesses estados de pureza cultural e até certo ponto étnica, que se têm revelado, e se revelam atualmente, capazes, por sua vez, de, sob circunstâncias favoráveis à sua erupção, revigorarem, insurgindo-se contra elementos, técnica e até socialmente modernizados, das populações nacionais ou regionais a que

³¹⁴ FREYRE, Gilberto. *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003, p. 21.

pertencem, traços essenciais à sua latinidade e à sua independência em face de influências imperiais e desnacionalizantes.³¹⁵

A defesa das tradições como forma de frear a incursão de aspectos culturais alheios ao estado de “pureza” característico de formações culturais latinas estava, na avaliação do sociólogo, sendo conduzida de modo positivo pelo México. Desse exemplo, portanto, ficaria um recado à nação brasileira. Ao Brasil, tal qual o exemplo mexicano, caberia, a fim de manter suas tradições, seguir por um caminho que conservasse os traços genuinamente hispânicos de sua formação.

Nesse campo de argumentação, o hispanismo é entendido como verdadeira expressão da cultura latina. Diferente do modo “rígido” e “sistemático” dos anglosaxões, os hispanos, em contato com povos de outras localidades, agiram como portadores e transmissores dos valores provenientes da “civilização latina”, civilização essa representada “principalmente pelo catolicismo romano – ou latino – interpretado pelos hispanos à sua maneira: mais dramaticamente pelos espanhóis, mas liricamente, pelos portugueses”.³¹⁶

A América de expressão latina definia-se, de acordo com Freyre, não por uma projeção econômica e política, tendência associada à América de formação anglosaxônica, mas, antes, em termos culturais e sociológicos. Competiria à América, portanto, dentro dessa dinâmica, definir-se tendo por base aspectos culturais, os quais deveriam ser postos à frente de uma definição do continente em função de “resultados econômicos” e de “comportamento político”. A verdadeira “americanidade” e o verdadeiro ethos dos povos americanos estariam, nessa perspectiva, intrinsecamente

³¹⁵ FREYRE, 2003, p. 23.

³¹⁶ Ibidem, p. 27.

atrelados aos princípios que marcavam a especificidade da América Latina e dos espaços tropicais colonizados pela civilização ibérica, hispanos, em geral, e portugueses, em particular.

Em “Temas de conferências nos Estados Unidos” (1965), o sociólogo realiza um balanço das ideias apresentadas nos Estados Unidos. Salientou que ocupou-se principalmente do que vinha constituindo “do provável rumo transnacional que a civilização brasileira, a seu modo ibérica nas suas bases, tomará, como líder, sob vários aspectos, do conjunto de civilização luso-tropical”. Definindo o Brasil como civilização caracterizada por uma intensa “interpenetração de sangues e de culturas”, Freyre uma vez mais saiu em defesa da ideia de que tal civilização constituiria uma espécie de “terceira solução”, um “terceiro tipo de cultura transnacional” a impor-se como exemplo para as demais civilizações “nos dias decisivos que estamos atravessando”.³¹⁷ Tal missão não seria conduzida de modo positivo caso o Brasil se deixasse conduzir pela ação de “intrusões antinacionais”, como, por exemplo, a “mística” da negritude.³¹⁸

³¹⁷ FREYRE, Gilberto. “Temas de conferências nos Estados Unidos”. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 13 de março de 1965. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

³¹⁸ Freyre, em “Cuidado, brasileiros”, texto publicado no *Diário de Pernambuco* de 1968, alerta para as manobras que estavam sendo montadas no sentido de “criar-se entre nós um sentimento de ‘negro brasileiro’, em oposição ao de brasileiro em geral, ao de brasileiro procedente de etnias diversas e já racialmente transcendente”. O que se verificou, segundo o sociólogo, foi um plano para que no Brasil a adjetivação de “negro brasileiro” fosse semelhante ao de “negro brasileiro”, dos Estados Unidos, ou semelhante a do “negro sul-africano”, da união Sul-Africana. Cf. FREYRE, Gilberto. “Cuidado, brasileiros”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 1968. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN. Responsável pela difusão do conceito de negritude no Brasil, Abdias Nascimento, em um primeiro momento de construção de suas ideias referentes ao modo pelo qual estruturavam-se as relações raciais na sociedade brasileira, aproximou-se teoricamente de alguns dos pressupostos presentes na obra do sociólogo pernambucano, chegando ao ponto de considerar que no país havia se estabelecido uma “bem-delineada doutrina de *democracia racial*”. No entanto, na década de 1960, Abdias formula novo entendimento acerca do modo como operavam-se as relações raciais na sociedade brasileira. Em depoimento formulado no ano de 1968, chegou à conclusão de que o “*status* de raça, manipulado pelos brancos, impede que o negro tome consciência do logro que no Brasil chamam de *democracia racial* e de cor”. Abdias, portanto, sinaliza para o fim da *democracia racial*. Propõe, nessa direção, o termo “negritude” como proposta que representaria um novo compromisso político do Brasil em relação ao negro. Cf. NASCIMENTO, Abdias do. “Depoimento”. *Cadernos Brasileiros*, nº 47, 1968, p. 23.

Em artigo publicado no *Diário de Pernambuco*, em 1950, Freyre revela o tom que seria seguido por suas análises no período, análises essas difundidas principalmente em instituições estrangeiras. Deixa entrever, portanto, que a comparação entre a civilização brasileira, entendida como modelo de relações raciais, com a comunidade sul-africana e os Estados Unidos constituiria uma constante em suas análises sobre o Brasil e sua relação com a dinâmica anunciada com o fim da Segunda Guerra. Intitulada “Preconceitos de cor no Brasil”, a matéria comenta o projeto encabeçado pela UNESCO que tinha como propósito o estudo do modelo racial brasileiro. Freyre aproveita a ocasião para matizar o fato de que tal pesquisa partiu da consideração de que o Brasil poderia contribuir com as demais nações no campo dos relacionamentos entre grupos diferentes. Nas palavras do sociólogo,

Chegaram da Europa notícias de que a Unesco vai promover um estudo das relações entre raças no Brasil: relações geralmente consideradas exemplares para povos, como o norte-americano ou o sul-africano que vivem sob constante perturbações causadas à sua vida, à sua organização nacional, à sua política, pro ódios e desentendimentos entre grupos de raças diferentes.³¹⁹

A essa constatação, Freyre emenda a ideia de que a exemplaridade brasileira no que dizia respeito às relações raciais não significava que “essas relações sejam entre nós idílicas ou perfeitas. Apenas se aproximam, como talvez em nenhum outro país, tanto do ideal democrático como do ideal cristão de convivência humana.” Continuando, escreve o sociólogo que uma “vez por outra explode de modo mais cru, entre nós, o preconceito de raça”. Isso seria “sinal de que existe”, completa. “Mas a verdade é que provoca sempre a repulsa de quase toda a gente. Inclusive da mais esclarecida”,

³¹⁹ FREYRE, Gilberto. “Preconceito de cor no Brasil.” *Diário de Pernambuco*. 27 de agosto de 1950. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

arremata Freyre. Isso em virtude de aqui ter se desenvolvido uma “grande experiência” no sentido de “resolver-se cristã e democraticamente o problema de raças pela miscigenação”.

A contribuição da civilização brasileira “para a paz e o bem estar entre os homens” estaria, de acordo com Freyre, no estilo nacional de “convivência humana, quase liberto de preconceito de raça e de cor.” Mas caberia um reparo à ideia de constituir-se o Brasil em modelo de relações raciais. O sociólogo explica que o crescente interesse cultural e político despertado pelo país em agências internacionais como a UNESCO apenas foi possível pelo fato de ter a sociedade brasileira herdado a cordialidade e a plasticidade portuguesas. Tal processo fora encontrado apenas na colonização da América levada a cabo por povos ibéricos. Nos espaços colonizados por outros europeus preponderou a mística da “superioridade europeia”. O Brasil, portanto, com base em sua formação ibérica, reunia elementos que acenavam para a sua capacidade de servir de padrão no que se referia à construção de um novo perfil de relacionamento entre culturas e etnias diferentes, aspecto tão em voga no âmbito das grandes disputas políticas e intelectuais do período.

A “missão” brasileira reclamada pela época exigiria um plano de ação cujas vigas mestras estivessem nas “tradições luso-hispânicas”. Dentro do ambiente composto pelo conjunto maior das sociedades ibero-tropicais, ambiente esse marcado pela predisposição do

(...) português para ver os povos, portadores de cultura às vezes superior a sua – como, dentro de Portugal, em fase ainda plástica de sua formação, os mouros – é que se vem desenvolvendo no Brasil uma sociedade e uma cultura caracteristicamente mestiças. Sociedades e culturas das quais descendentes de africanos – estes às vezes

idealizados “nos verdadeiros brasileiros” – cedo se tornaram participantes, com oportunidades de expressão e de ação talvez mais amplas do que em qualquer outra sociedade ou cultura predominantemente europeia.

Convidado pelo Instituto Iberoamericano da Universidade de Hamburgo, em 1960, Freyre foi considerado “o grande sociólogo e interprete dos fenômenos culturais do mundo português”. Na ocasião, ao expor sua tese, demonstrou que um

(...) estudo mais profundo das civilizações criadas pela humanidade demonstraria que o grupo representado pelos povos hispânicos ou de cunho hispânico em geral e dos povos lusíadas em particular, merece consideração à parte, do âmbito das civilizações ocidentais, como uma das grandes realizações.³²⁰

Em conferência na faculdade de letras de Lisboa, Freyre procurou realçar o fato de vir procurando

(...) destacar mais uma vez que minha atitude, em face dos valores ibéricos, em geral, e portugueses, em particular (dos quais venho há anos me ocupando), vem sendo antes a de procurar reabilitá-los contra exageros negativistas que o de exaltá-los.³²¹

Em outro trecho, registra as “imperfeições” que acompanham a atitude de portugueses da África, sem, contudo, deixar de demonstrar a positividade da expansão portuguesa:

Não se nega ter o puro esforço de dominação política onde exploração econômica somado por vezes exagerado relevo no jogo de relações do

³²⁰ “Na Universidade de Hamburgo, falou sobre luso-tropicalismo sociólogo Gilberto Freyre”. *Diário de Pernambuco*, 1960. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF. Ainda sob essa direção, Freyre ressaltou que “teria escapado à argúcia de Arnold Toynbee, em sua interpretação da evolução da humanidade, considerar as características e peculiaridade que destacam o grupo de civilização hispânica”.

³²¹ FREYRE, Gilberto. “Em Lisboa”. *Diário de Pernambuco*. 1960, p.6. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

português da Europa com não-europeus. Em certas fases ou circunstâncias tem chegado esse afã a comprometer aquelas constantes de política social. Não digo, nem nunca ousei dizer, do português europeu, que vem sendo um povo perfeito em sua política social com não-europeus. O que é digno de atenção nessa política é a sua constância, a despeito de imperfeições.³²²

Em relação ao ambiente da época, destaca os valores positivos empreendidos pelos portugueses, em particular, e pelos hispânicos, em geral, em seus contatos com outras sociedades, o que poderia servir de inspiração para que se estabelecesse um modelo de relações a ser seguido de perto por outras nações que buscavam contato com populações tropicais:

Mais do que nunca, saberá decerto, o português conservar-se nos dias turvos que o mundo atravessa, fiel, nesse particular, ao essencial das inspirações henriquinas, em vez de procurar, já agora arcaicamente, seguir naquelas relações, normas de povos estritamente europeus – e o português, sobretudo depois de Dom Henrique, não é povo estritamente europeu – com não-europeus. Seria um desvio perigoso de tradições vindas dos dias daquele príncipe e desenvolvidas principalmente no Brasil: um Brasil tão henriquino no seu desenvolvimento em democracia étnica e em democracia social.³²³

A indicação do Brasil como modelo para a resolução de alguns dos principais problemas que marcaram o pós-guerra, como, por exemplo, aquele relativo às relações raciais, foi trabalhada por Freyre no relatório “Elimination des Conflits et Tensions Entre las Races”, apresentado para a ONU em 1954. Exaltando as nações que assim como o Brasil haviam resultado do esforço colonizador ibérico, Freyre singulariza a situação da sociedade brasileira em relação aos enfrentamentos de ordem racial, sinalizando para o fato de tal particularidade ser um resultado da ação do elemento ibérico em sua formação nacional.

³²² FREYRE, 1960, p. 7.

³²³ Ibidem, p. 8.

O elogio da colonização portuguesa dos trópicos. Reforço à ideia de singularidade da sociedade brasileira.

A ideia “de uma nação una espalhada por vários continentes” e empenhada na missão de expandir a fé e a civilização, proposta pela obra de Freyre e sistematizada sobretudo em *Um brasileiro em terras portuguesas*, encontrou solo fértil em Portugal a partir da década de 1950. A partir de 1950, e de forma crescente, personalidades vinculadas ao regime autoritário e colonialista de Lisboa passaram a assumir a ideia de que o Brasil seria a representação, no presente, de uma realidade promovida por Portugal nos quatro cantos do globo: protonações tropicais, multirraciais, propensas à miscigenação e ao sincretismo sem abrir mão da base lusitana, responsável última pela sua formação. O que era realidade no Brasil viria a ser promessa de futuro na África, em especial em Angola e Moçambique. Enfim, Portugal não teria “colônias” na África, mas “províncias ultramarinas”, partes inalienáveis de uma nação que ia do Minho ao Timor.³²⁴

Os argumentos de Freyre sobre a contribuição ibérica para o desenvolvimento das nações tropicais não passaram despercebidos pelo Estado português chefiado por Salazar. Com o termo da Segunda Guerra, a Europa nutria um ideal que, em certa medida, apresentava-se como uma “ameaça aos princípios autoritários do Estado Novo”. O novo cenário político que se avizinhava apoiado no impulso democrático, reclamou a redefinição dos fundamentos do programa colonial português. Salazar, que estruturou seu governo mediante uma plataforma política nacionalista, via as nações como “blocos a partir dos quais se construía a ordem do mundo tal como a idealizava e

³²⁴ Cf. THOMAS, Omar Ribeiro. Do saber colonial ao Luso-Tropicalismo: “raça” e “nação” nas primeiras décadas do salazarismo. In: MAIO, Marcos C; E SANTOS, Ricardo V. (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. p. 85-106.

qualquer tentativa de construir uma ordem que ignorasse esses pilares fundamentais estava condenada ao fracasso. Salazar desconfiava muito particularmente da locomotiva que conduzia o ideal europeu e que ele identificava como sendo a política externa norte-americana”.³²⁵

Numa época em que os portugueses eram alvejados por críticas que condenavam a manutenção do domínio colonial sobre a África, as características que lhe foram atribuídas por um intelectual da envergadura de Freyre constituíram um ponto importante no que diz respeito à difusão de uma imagem favorável do ultramar. A caracterização do português como o único “europeu capaz de deseuropeizar-se para conservar-se da Europa apenas pelas formas sociologicamente cristãs do seu comportamento” serviria, portanto, como um dos elementos capaz de explicar o conivente descompasso de Portugal em relação às propostas de descolonização que eram debatidas em agências internacionais como a ONU. A importância de Freyre para a configuração de uma imagem do sistema colonial português que ombreasse com o avanço dessas propostas manifestou-se ainda em suas referências às ações empreendidas por outros colonizadores europeus. Os ingleses, nesse sentido, despontam da teorização de Freyre como responsáveis por uma prática colonial agressiva, marcada pela segregação racial e pela corrida em busca da lucratividade econômica. O governo de Salazar encontrou na obra de Freyre, portanto, um veículo capaz de expressar toda positividade resultante da colonização portuguesa das áreas tropicais.

A convite do Ministro do Ultramar, Sarmiento Rodrigues, Gilberto Freyre iniciou, em 1951, uma viagem por “terras lusitanas”, pelas “províncias ultramarinas”. Declarou-se como objetivo a realização, por um “homem de estudo”, de uma pesquisa

³²⁵ Cf. MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar: biografia definitiva*. Tradução de Teresa Casal. São Paulo: Leya, 2011, p. 388.

sobre a presença portuguesa fora do continente europeu. Assim, a “visita oficial³²⁶ de Freyre a Portugal e às colônias lusas marcou o reconhecimento da sua obra pelo poder político português e contribuiu para o alargamento da sua rede de relações com personalidades portuguesas”.³²⁷

Defendendo-se dos ataques formulados por aqueles que viam com maus olhos a sua aproximação com um regime dotado de traços “fascistas”, Freyre escreveu no *Diário de Pernambuco*, em julho de 1960, em resposta às críticas formuladas por um “jovem censor”, que lhe questionara sobre o fato de ter aceitado “convites de fascistas como os portugueses que só fazem me comprometer perante a mocidade independente”, que não considerava o

o governo do professor Oliveira Salazar um governo fascista. Reconheço no sistema político que ele representa, defeitos que me repugnam. Mas não fascismo. Segundo, porque esses convites me têm sido feitos, *deixando-me intacta a independência de pensar, de sentir, de observar*. Tal o convite que me foi feito em 1951, pela Junta de Investigações científicas, de Portugal, para percorrer Portugal e o Ultramar Português e sugerir modificações na sua política de relações de europeus para com não-europeus: viagem de observação e estudo de que resultaram os livros *Um Brasileiro em terras portuguesas e Aventura e Rotina*. Durante tal viagem, autoridades e particulares portaram-se comigo, em Portugal e no Ultramar Português, de modo exemplar, respeitando-me completamente a independência de pensar e a liberdade de observar.³²⁸

Cabe aqui salientar o fato de que embora Gilberto Freyre, ao defender-se das críticas que apontavam para a sua relação política com o regime salazarista, tenha escalonado a “independência” como elemento a canalizar a sua aceitação ao convite de

³²⁶ No itinerário que definiu seu exílio, em 1930, Gilberto Freyre conheceria, pela primeira vez, parte do continente africano (as regiões de Senegal e Dacar). No prefácio escrito para primeira edição de *Casa Grande & Senzala*, registrou: “Em outubro de 1930 ocorreu-me a aventura do exílio. Levou-me primeiro à Bahia: depois a Portugal, com escala pela África. O tipo de viagem ideal para os estudos e as preocupações que este ensaio reflete”.

³²⁷ CASTELO, Cláudia. *Leituras da correspondência de portugueses para Gilberto Freyre*. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7134.pdf>. Acesso em 02 de novembro de 2011.

³²⁸ FREYRE, Gilberto. Valor da independência. *Diário de Pernambuco*. Recife, 10 jul. 1960. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN. Grifo nosso.

visitar o ultramar português, a verdade é que razões menos conhecidas acabaram por definir o controle exercido pelo Ministério Ultramarino à viagem de Freyre a Portugal e ao território colonial por este administrado. O sociólogo teria visitado todas as colônias portuguesas se não fosse pelo fato de ter retirado do périplo a visita ao Timor a Macau, por alegação do governo português de que a distância inviabilizaria uma perscrutação mais detalhada das regiões. Entretanto, questões políticas foram os verdadeiros motivos que determinaram a exceção da viagem a esses territórios. Timor vivia às voltas com a truculência e repressão da administração portuguesa. A língua e a mestiçagem, tal como sugerido pela obra freyreana, não constituiu exemplo de integração, sendo as demarcações entre brancos e nativos visivelmente delimitadas. Macau, por seu turno, tinha o grosso de sua administração realizada por comunistas chineses, ficando o domínio português cerceado a apenas alguns setores. Havia, conforme atestam os inúmeros telegramas enviados pelo Ministro do Ultramar aos governos locais das regiões que compunham o trajeto de Freyre, o nítido interesse por parte do governo português em divulgar não tanto a “política portuguesa”, mas, sim, de exaltar a especificidade da obra colonizadora portuguesa, o seu grau de assimilação de povos, culturas e raças. Neles fica expresso o objetivo de divulgar essas ideias principalmente “não-europeias”, para que desse modo fosse possível melhor “ajuizar nossa ação civilizadora sem discriminação”³²⁹.

Durante a viagem, Freyre foi acompanhado de perto por representantes escolhidos pelo Ministério Ultramarino, cujas atividades iam desde a seleção dos lugares de hospedagem à programação e organização das conferências. Ainda nos telegramas do ministro ultramarino, apesar de ter o seu trabalho elogiado como exemplo

³²⁹ Cf. Telegrama do Ministro do Ultramar-Gabinete do Ministro. Arquivo Histórico Ultramarino, 6 de setembro de 1951.

de “defesa da cultura portuguesa” e de ser visto como “grande lusófilo”, “observador independente e muito afeiçoado a Portugal”, Freyre precisaria ser dirigido e ter a sua viagem observada de perto pela PIDE. Esta foi informada da visita de Freyre às colônias portuguesas. Ao solicitar desenvolver atividades que não estivesse inicialmente nos planos e nos objetivos de Portugal ao promover a viagem (como visitar a Companhia de Diamantes do Duondo, Angola), Freyre tinha o seu trajeto guiado de perto por representantes da PIDE, que, alegando problemas de agenda, encurtavam ao máximo a permanência do visitante em regiões nas quais uma visita mais alongada não interessaria em nada ao governo português (em Duondo, por exemplo, o trabalho compulsório, as práticas de discriminação e a intolerância racial eram o pano de fundo da realidade que marcava as relações entre os portugueses e os povos colonizados).³³⁰

Anos antes de ter sido divulgada a nota pela qual expôs o que alegou constituir a verdadeira razão de sua aceitação do convite feito pelo ministro português, Freyre viu-se compelido a refutar as críticas vindas daqueles que lhe atribuíram uma visão fantasiosa do regime português, especialmente no que tocava a imposição da censura à livre manifestação. Em uma dessas ocasiões, na matéria “Censura em Portugal”, escrita para o *Diário de Pernambuco* de abril de 1952, Freyre rebateu os comentários que apontavam para o fato de ter o sociólogo encontrado em Portugal “exemplos de liberdade de palavras”, deixando de “ver os de opressão ou compressão de intelectuais”. Conferindo a esse diagnóstico um caso de “engano”, registrou a condenação feita acerca de atitudes que em Portugal representaram, durante sua viagem, nítidos exemplos da vigência de práticas de censura. Nesse sentido, a “repulsa a censura à imprensa”, conforme palavras de Freyre, foi manifestada no repúdio ao afastamento de

³³⁰ Cf. RAMPINELLI, Waldir José. *As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

Henrique de Barros e Rodrigues Lapa de suas função de catedráticos, bem como no estranhamento referente à proibição da veiculação de um ensaio “de um mestre de responsabilidade e do renome de António Sérgio”. “Esta é a verdade que não tenho o direito de esconder dos olhos daqueles brasileiros certos de haver em Portugal um compressão de opiniões e ideias e uma opressão de intelectuais, iguais as que caracterizam os regimes totalitários”, anotou o sociólogo.

No desfecho desses argumentos, Freyre observou que tal confusão feita em relação a sua verdadeira apreciação do regime e dos verdadeiros motivos envoltos em sua viagem pelo ultramar português, a saber, revelar as constantes da colonização portuguesa responsáveis pela configuração nas sociedades tropicais, com relevo para o Brasil, de um modo específico de civilização, deveu-se em grande parte a ausência de interesse por parte da mídia em difundir-los:

É pena que nenhum dos diários mais rasgadamente liberais do Rio tenha procurado ouvir-me sobre aqueles aspectos da vida portuguesa mais do seu interesse. Nenhuma pergunta de jornalista liberal teria ficado sem a minha resposta de observador que se supõe independente nas suas opiniões e nas suas atitudes. Não sendo “inocente” útil a Extrema Esquerda não tenho compromissos com a Extrema Direita que me perturbem a independência intelectual.³³¹

As obras encomendadas a Freyre logo após essa visita às colônias portuguesas³³², *Um Brasileiro em terras portuguesas* e *Aventura e Rotina*, e a importância atribuída pela propaganda colonial oficial do regime salazarista as suas ideias sobre a especificidade da colonização portuguesa permitem a compreensão do

³³¹ FREYRE, Gilberto. “Censura em Portugal”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 de abril de 1952. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

³³² “De modo geral, podemos dizer que o final dos anos 50 e os anos 60 correspondem, entre nós, à consagração editorial e acadêmica do doutrinador do luso-tropicalismo. Em 1958 e 1961, respectivamente, são publicados por organismos do Estado Novo português dois importantes estudos de Freyre sobre o luso-tropicalismo: *Integração portuguesa nos trópicos* e *O luso e o trópico*.” Cf. CASTELO, Cláudia. *Leituras da correspondência de portugueses para Gilberto Freyre*. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7134.pdf>. Acesso em 02 de novembro de 2011.

objetivo manifestado por este regime no que concerne à apresentação de júzos que agissem como justificativa da manutenção dos territórios do ultramar.

De acordo com Freyre, o consentimento em relação à viagem pelo ultramar português não foi sustentado por razões políticas:

Do ministro do Ultramar é que me veio o convite para, de volta da França, demorar-me em Portugal; e de Portugal ir ao ultramar português, numa viagem que ele deseja que dure um ano. Seu empenho é que eu percorra o ultramar português com olhos de homem de estudo. Com olhos livremente críticos. Que veja da África, do Oriente, das ilhas, os defeitos, e não apenas as virtudes. O convite recebido por mim do ministro do Ultramar não poderia ser mais nitidamente apolítico. Nem mais nitidamente apolítica poderia ter sido minha resposta a esse convite excepcional, que de início me colocou na situação de homem de estudo a quem se pedia que visse o ultramar português com inteira independência e até com olho sociologicamente clínico.³³³

Sobre a viagem, Freyre sugeriu que a aceitação do convite partiu de uma vontade própria de conhecer os vastos territórios administrados por Portugal. Nesse sentido, exaltou, sem deixar de lembrar a sua independência, que objetivou realizar a viagem “quase sem ser notado”. Isso para “melhor notar – notar e anotar a meu modo de escritor com *pretensões a independente*³³⁴ -- o que viesse vendo nestes breves contatos com populações e paisagens marcadas, como a do Brasil, pela presença da gente e pela ação da cultura lusitana”.³³⁵

Após essa viagem, Freyre confirmou os elementos que tornavam raro o perfil do colonizador português. Destacou a “rara capacidade do português para a colonização”. Em declarações à imprensa, após visita à Guiné e Cabo Verde, mostrou-se convencido de que “o português é, na África, o que foi na América: um europeu com uma

³³³ FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1980, pp. 5-11.

³³⁴ Grifo nosso. Após a aceitação do convite, Freyre faz referência a sua “independência de causa”.

³³⁵ FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953, p. 125.

capacidade rara para realizar novas combinações de raças e de culturas, que em essência tendem a conservar-se lusitanas”³³⁶. Antes de retornar ao Brasil, num discurso proferido no Ministério do Ultramar, assegurou que encontrou “em todo o Ultramar o mesmo sentimento de lusitanidade que prende os brasileiros a Portugal” e que teve “o gosto de ver confirmadas na África e no Oriente” várias das suas “antecipações sobre a obra colonizadora dos portugueses”, que “continua a ser ativa e a ser fecunda”.³³⁷

Em *Aventura e Rotina*, de 1953, Freyre reuniu as impressões surgidas após a incursão pelos territórios sob a administração portuguesa – Minho, Algarve, Madeira, Cabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique e Goa –, destacando o verdadeiro lugar ocupado pela colonização portuguesa em África e singularizando essa experiência em relação aos demais sistemas colonialistas europeus:

A vantagem da gente portuguesa sobre a britânica em suas relações com os trópicos e com as paisagens e as populações tropicais tem estado principalmente no fato de que tal capacidade – nos Ingleses e noutros europeus, antes de indivíduos extraordinários que dos médios ou normais – é da média portuguesa, e não apenas de indivíduos exageradamente românticos ou excepcionais. O pendor para os trópicos, para o contacto com a natureza tropical, com a gente tropical, com a mulher tropical, é, na gente portuguesa, um gosto médio ou normal, e não um entusiasmo de românticos mais ou menos anormais em suas atitudes.³³⁸

Destacou também que o “português, mesmo quando em minoria insignificante em relação com outros europeus estabelecidos em área africana, custa a desaparecer nos trópicos”. Havia entre eles e as regiões tropicais “uma espécie de aliança íntima ou

³³⁶ FREYRE, Gilberto. “A rara capacidade do português para a colonização, posta em relevo por Gilberto Freyre”. In: *Província de Angola*, 5/11/1951, p. 1. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

³³⁷ FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas: introdução a uma possível luso-tropicologia, acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1953, p. 198.

³³⁸ FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1980, p. 35.

confabulação secretamente maçônica de um grau ou de uma profundidade ainda não alcançados por outros europeus”.³³⁹

É digno de destaque o fato de Freyre ter situado os portugueses na categoria de representantes diretos do verdadeiro projeto de construção de uma civilização nos trópicos. Para tanto concorreram os seus traços distintivos em relação às demais nações europeias:

Se o Português nem sempre vem adotando em suas relações com os negros animistas da África, ao procurar atraí-los ao *cristianismo* e à cultura lusitana – cultura, considerada sociologicamente, talvez mais *crístocêntrica* do que qualquer outra das europeias –, as normas europeias de comportamento imperial, é que, do seu contacto com os árabes, parece ter absorvido modos maometanos de tratar com populações primitivas e pagãs. Donde o muito que há de sociologicamente maometano neste aspecto da conduta de portugueses e espanhóis na África e na América. É ponto que merece ser considerado de maneira especialíssima e para o qual me sinto atraído desde há longos anos, desde os dias em que, ainda vivo, meu velho mestre, o antropólogo de formação alemã Franz Boas, animou-me a estudá-lo com toda a intensidade que me fosse possível. Mas sem um conhecimento direito da África pareceu-me impossível tal estudo, mesmo superficial. Impossível qualquer ousadia de interpretação, como a que agora me aventuro a esboçar, não aqui mas noutras páginas, inspiradas e informadas pelo meu contacto com a Guiné e com outras áreas da África ao mesmo tempo islamizadas e lusitanizadas ou cristianizadas: a introdução ao volume companheiro deste e intitulado *Um Brasileiro em Terras Portuguesas – introdução a uma possível luso – tropicologia*.³⁴⁰

Observou ainda a distância da colonização europeia – classificada de imperial e de obra apenas de arte política – em face da colonização ibérica de áreas tropicais. Sob a égide da primeira, os africanos viam suas culturas serem “esmagadas sob o impacto técnico e econômico das imperialmente europeias. Imperial e etnocentricamente europeias. Incapazes de admitir os africanos como iguais dos europeus, mesmo depois

³³⁹ FREYRE, 1980, p. 191.

³⁴⁰ Ibidem, p. 217. Grifo nosso.

de cristianizados ou batizados os africanos na religião que estes europeus proclamam ser o centro de sua cultura”.³⁴¹

Antes da publicação de *Aventura e Rotina* veio a público, em 1940, *O mundo que o português criou*, na qual Freyre esclarece o fato de que “o mundo luso-afro-asiático-brasileiro” ou a “unidade de sentimento e de cultura” que o povo português conseguiu estabelecer em decorrência do processo de colonização resultou, nas regiões colonizadas, como Ásia, África e Brasil, no desenvolvimento das “mesmas qualidades essenciais de cordialidade e de democracia social”.

Por essa época, tomou corpo, em Portugal, o conflito entre, de um lado, aqueles que contestavam o sistema colonial (os quais, por medidas de ordem política instauradas pelo Estado, sob a proteção de práticas de censura, tiveram seus argumentos subtraídos do feixe maior das discussões), e, de outro, os que reforçavam a gesta dos Descobrimentos e, simultaneamente, das possessões coloniais. Esse debate assumiu foro oficial e, a partir da influência do regime salazarista, foi articulado aos quadros da propaganda ideológica. Reivindicar a herança dos Descobrimentos, inscrevê-la como um direito histórico cabível a Portugal, entendendo mesmo o “Império de além-mar” como a “própria razão da sua existência”, “questão de vida ou de morte”, permitia situar o processo de conquista extra-territorial como um apanágio mesmo do ser português, sendo, portanto, a sua manutenção de inextricável apreciação para a salvaguarda da soberania conquistada em decorrência de incontáveis manifestações de “heroísmo”.³⁴²

Freyre estendeu a positividade assente na presença portuguesa no Brasil colonial ao quadro mais amplo da obra colonizadora de Portugal, entendendo, desse modo, os territórios africanos. “Em toda a parte em que dominou esse tipo de colonização, o

³⁴¹ FREYRE, 1980, p. 257.

³⁴² Cf. CATROGA, Fernando; MENDES, José Amado; TORGAL, Luís Reis. *História da História em Portugal (sécs. XIX-XX). Da historiografia à memória histórica*. Vol. II. Lisboa: Temas e Debates, 1998, pp. 256-258.

preconceito de raça apresenta-se insignificante, e a mestiçagem, uma força psicológica, social e, pode mesmo dizer-se, eticamente ativa e criadora”, registrou o sociólogo. Na obra *O mundo que o português criou*, o sociólogo trabalhou a unidade de cultura entre os portugueses e as regiões colonizadas: “Essa unidade íntima, de sentimento, e externa, de cultura nas suas formas mais evidentes e concretas, é consequência dos processos de colonização portuguesa que na Ásia como no Brasil, nas ilhas do Atlântico e até certo ponto na África, desenvolveram nos homens as mesmas qualidades essenciais de cordialidade e de simpatia características do povo português – o mais cristão dos colonizadores modernos nas suas relações com as gentes consideradas inferiores.” E os que se encarregariam pela manutenção dessa unidade seriam “todos os escritores de Portugal, do Brasil, da África e da Índia Portuguesa, dos Açores, da Madeira, de Cabo Verde”.³⁴³

Assim, segundo Freyre, a colonização portuguesa compôs, em todos os territórios nos quais marcou presença, especialmente no Brasil, uma ação “esplendidamente” criadora, movida por um “caráter humano”.³⁴⁴ Dessa maneira, ganhou relevo a percepção de que a expansão portuguesa não resultou em um programa de segregação de sociedades e sistemas culturais, mas na promoção de uma civilização de matriz lusa dotada de originalidade e caracteres próprios.

³⁴³ Cf. FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940, pp. 42 e 65.

³⁴⁴ *Ibidem*, pp. 43-45. Comentando essa questão, Cláudia Castelo ponderou: “Refira-se (...) o acentuar da tendência para a generalização. Do ‘sucesso’ brasileiro, Freyre tira ilações aplicáveis a todos os espaços colonizados por Portugal. Os fatores culturais portugueses, em contato com qualquer região, povo ou cultura das terras quentes, dão origem ao mesmo processo simbiótico de criação de sociedades lusotropicalis. No seu conjunto, formam uma civilização com traços próprios que a distinguem e individualizam. Desta forma, a especificidade de Cabo Verde, de Angola, de Moçambique ou da Índia é abafada, diluída num caldo de cultura comum em que se misturam elementos diversos. Realidade geográfica, étnica e culturalmente diferentes são-nos apresentadas como partes de um todo coeso e coerente. Obra e arte lusitanas”. Cf. CASTELO, Cláudia. “*O modo português de estar no mundo*”. *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1999, p. 39.

Salazar também manifestou-se sobre os atributos que conferiam relevo especial, de acordo com a ideologia colonial endossada à época, a forma singular com que Portugal relacionava-se com outros povos:

Estes contatos jamais envolveram a menor ideia de superioridade racial ou discriminação (...) creio poder dizer que a característica principal da África portuguesa – apesar dos esforços conjugados em muitos setores para atacá-la com palavras e ações – é a primazia que sempre demos e continuaremos a dar à intensificação do valor e da dignidade do homem, sem distinção de cor ou de credo, à luz de princípios da civilização que nós levamos às populações que em todos os sentidos estavam aquém de nós.³⁴⁵

É importante destacar que toda e qualquer visão acerca do programa colonial português deveria pautar-se nos direcionamentos teóricos fornecidos pelo regime. Por exemplo, obras literárias sobre a colonização portuguesa cujo enredo se construísse à revelia da demonstração de positividade da presença portuguesa no continente africano seriam, conseqüentemente, confiscadas e proibidas de circular. O escritor e etnólogo português Castro Soromenho, colaborador do terceiro número da revista *Atlântico*³⁴⁶ com o texto “A Árvore Sagrada”, que resgata, em um tom aceitável pelo regime, os aspectos culturais do ambiente social da senzala, teve a circulação do seu romance

³⁴⁵ Salazar *apud* MEDEIROS, Maria Alice de Aguiar. *Elogio da Dominação – Relendo Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Achamé, 1984, p. 35.

³⁴⁶ Na dissertação intitulada *Cultura luso-brasileira em perspectiva: Portugal, Brasil e o projeto cultural da revista Atlântico (1941-1945)*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, investigamos a natureza política por trás do projeto cultural formulado pela revista *Atlântico*. Resultado do acordo cultural luso-brasileiro firmado em 1941, a revista foi fundada em 1942. Teve como propugnadores o diretor do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) de Portugal, Antônio Ferro, e o diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Lourival Fontes. Embora os seus articulistas tenham construído a ideia segundo a qual a revista, por perfazer um projeto de “cultura, de literatura e de arte”, iria abster-se “de tratar dos problemas sociais, políticos ou econômicos do mundo moderno, até quando dizem respeito à vida do Brasil ou de Portugal”. Tendo como ponto de partida a discussão desse ponto, chegamos a conclusão de que a *Atlântico* constituiu-se substancialmente numa publicação cuja orientação obedeceu aos princípios que sustentavam a plataforma política e cultural do sistema de propaganda dos estados novos português e brasileiro, funcionando, portanto, como um dos mecanismos de sustentação desses regimes. Sobre o tema, consultar: SILVA, Alex Gomes da. *Cultura luso-brasileira em perspectiva: Portugal, Brasil e o projeto cultural da Revista Atlântico (1941-1945)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)-USP, 2011.

Terra Morta, de 1945, interdita por um dos censores do SNI, sob a alegação de contrariedade em relação a “ação colonial” de Portugal. De acordo com o censor, justificariam a proibição da obra “os episódios de pouco interesse”, tal como a narrativa pela qual “transparece a existência precária e pouco dignificante dos pequenos funcionários e a miséria de vida primitiva e de abandono dos indígenas”, bem como a “penúria da população negra, explorada e massacrada pelos brancos que só têm a única preocupação de cobrar impostos e recrutar homens para trabalhos nas minas”. De um modo geral, por descrever a “vida ociosa e viciosa dos funcionários, os abusos e despotismo exercidos sobre os negros”, os quais eram escravizados pelos “brancos portugueses”, por apresentar-se como um exemplo de “péssima propaganda da nossa administração colonial, da triste vida dos nossos funcionários e do abandono e exploração, por nós, dos negros, com que, ao ler-se este livro, se fica, sou da opinião que não deve ser autorizada a publicação deste romance por deletério e contrário à nossa ação colonial.”³⁴⁷

Em *Um brasileiro em terras portuguesas*, Freyre, já a partir da introdução da obra, estabelece comparações entre os programas coloniais que se instalaram em áreas tropicais, vinculando nuances imperiais à experiência colonizadora europeia. Na avaliação do autor, enquanto “ingleses e holandeses, calculistas e metódicos, tendo semeado ventos de furor, e ao mesmo tempo de sistemática imperial” nas áreas coloniais, que projetam sobre eles ódios e “tempestades na Ásia e na África”, o português, por seu turno, em diversas regiões, como Índia, Moçambique, Angola, Guiné, São Tomé, Cabo Verde e na América, ligou a esses povos menos por razões imperiais e mais pela cultura, pelo sangue e “pela vida a povos mestiços e extra-

³⁴⁷ Cf. AZEVEDO, Cândido de. *Mutiladas e proibidas: para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*. Editorial Caminho, 1997, p. 174.

européus”. Os próprios africanos dividem os homens em “européus”, “africanos” e “portugueses”, como eu próprio verifiquei em conversa com um preto do Congo Belga que me pediu dinheiro para “matar o bicho”.³⁴⁸

O português, portanto, foi situado fora do quadro colonial movido pelo furor imperialista que marcou as colonizações inglesa e holandesa. De acordo com o autor, o português não compôs um típico perfil “europeu nem imperial”. Os traços que o distinguiam dos demais povos europeus residiam na sua “condição de povo arabizado, israelitizado, orientalizado, predispondo-se a aventuras de amor sob o signo da chamada ‘Venus fosca’”.³⁴⁹ O povo lusitano, inclinado mais ao ultramar que mesmo à Europa, desponta das páginas de Freyre reavivado em sua empreitada nos trópicos. Esforço que tivera como base a “disseminação da fé” e da cultura, a expansão portuguesa pelo mundo foi acentuada menos por estímulos imperiais do que por sua natureza de relacionar-se plasticamente com povos extra-europeus. Formando-se a partir de “conceitos árabes e orientais de escravidão”, a expansão dos portugueses pelo mundo não seguiu o estilo europeu. Essa singularidade era representada por uma comunidade social diferente dos “poderes imperiais da Europa”. Portugal constituía, portanto, antes “uma potência menos europeia – intransigentemente europeia – que luso-tropical – flexivelmente luso-tropical – em seus métodos ou formas de expansão”.³⁵⁰

A esse respeito, vejamos o que é dito da presença portuguesa nas regiões colonizadas em plena década de 1950, época em que o livro é divulgado no Brasil, o que poderia sugerir uma crítica, mesmo que velada, a forma pela qual outras nações estabeleciam influência em algumas regiões do mundo:

³⁴⁸ FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas: introdução a uma possível luso-tropicologia, acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1953, p. 25.

³⁴⁹ FREYRE, 1953, p. 26.

³⁵⁰ *Ibidem*, p. 46.

Só um povo europeu vem-se revelando nos trópicos mais *crístocêntrico* do que *etnocêntrico*. Esse povo é, sem exagero algum, o português tipicamente português, desde a Ásia conhecido mais por “cristão” do que por “luso” ou por “português”. Ainda há pouco, o comandante Sarmiento Rodrigues, português que conhece desde moço o Oriente – aonde acaba de voltar –, recordou o fato de, em certas áreas orientais, “cristão” significar, para os naturais, “português”; e “falar cristão”, “falar português”.³⁵¹

Desses contornos distintivos em relação à colonização portuguesa, surgiu a imagem do colonizador inglês desligada, em seus traços essenciais, dos atributos positivos que enfeixaram a presença portuguesa nos trópicos:

Permitiu a arte política ao inglês dominar, durante séculos, vastos espaços tropicais, como a Índia e Singapura, sem acrescentar-se à vida ou à cultura cotidiana dos indianos e quase em absorver deles outros valores senão alguns dos pitorescos, dos extraordinários, dos festivos, dos excepcionais. Mas os fatos atuais parecem indicar que precário domínio foi esse, a golpes de pura arte ou astúcia superficialmente política e sem nenhuma obra sólida de engenharia social a dar-lhe base ou raízes. As raízes que um grupo imperial ou invasor parece só adquirir, em espaço social, cultural e físico inteira ou quase inteiramente estranho, quando absorve em sua cultura de invasor o necessário, ou bastante, da cultura dominada, para realizar substituições básicas, e não apenas superficiais, em suas formas de vida. Entre essas substituições básicas, as que se referem à alimentação, à habitação, ao vestuário, à higiene do corpo e não apenas à pública.³⁵²

³⁵¹ FREYRE, 1953, p. 63. Grifo nosso.

³⁵² Ibidem, p. 85. Nessa direção, Maria Lúcia Pallares-Burke e Peter Burke chamam a atenção para a mudança radical de opinião por parte de Freyre em relação à obra colonizadora inglesa. A definição da plasticidade do Império português reclamava, necessariamente, o seu contraponto com atitudes colonizadoras movidas apenas pelo objetivo expansionista. De acordo com os autores, as oscilações de opiniões de Freyre em relação a colonização inglesa são importantes por expressarem as ambiguidades e constantes mudanças de juízo realizados pelo sociólogo. Da análise sobressai, portanto, a ideia de que em “1945, ele havia sugerido que o Império britânico ‘nos parece superior a seus atuais competidores (apesar de talvez perder em criatividade para os portugueses e os espanhóis)’. Em torno de 1953, no entanto, havia mudado de opinião e, pelo menos naquele momento, descreveu os britânicos como inflexíveis, criticando o que chamava em uma de suas vivas expressões ‘a arrogância britanicamente monocular dos subkiplings’”. Os autores também põem em relevo o fato das considerações de Freyre em relação ao Portugal moderno, cristalizadas no final de *Casa-grande & Senzala* – que via os portugueses como um povo que havia perdido a plasticidade para sempre, como um povo que simulou por quatro séculos “qualidades europeias e imperiais”, que faz de conta ser uma “potência colonial” – terem mudado substancialmente após a aceitação do convite de Sarmiento e posterior viagens pelo ultramar português, denominação que o mesmo difundiu ao invés de “colônia”.

Continuando no cotejo entre as formas inglesa e portuguesa (no sentido de ibérica) de colonização, Freyre observou:

Compreende-se que, na Índia, os ingleses, ao procurarem fixar, naquele vasto espaço tropical, o seu domínio político e econômico, estranhassem o traço dos portugueses que, em quase dois séculos de aventura indiana, já haviam absorvido de hindus e maometanos tantos modos de trajar, tantos gestos de saudar, tantas maneiras de temperar alimentos que em sua rotina de vida – para não falar de sua já quase estabilizada composição étnica – já não eram tais portugueses europeus puros mas europeus profundamente indianizados no próprio modo de ser homens. Suas formas características de vida continuavam as luso-cristãs; mas acrescidas de formas indianas e maometanas; e, no seu conteúdo, opulentamente enriquecidas de substâncias orientais de cultura.³⁵³

Ainda de acordo com Freyre, o português conformou um perfil europeu “um tanto africano”. Apenas esta estirpe europeia poderia ter conduzido uma boa relação com os trópicos. Quase todo “português tornou-se apaixonado pelo pelos trópicos desde as primeiras aventuras de dom Henrique e dos homens de Sagres”. O mesmo clima de paz avistado nas províncias do ultramar³⁵⁴ durante a viagem foi mobilizado para a compreensão do ambiente brasileiro. Esses traços, de acordo com Freyre, garantiam originalidade ao Brasil quando colocado ao lado de outras nações.

³⁵³ FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas: introdução a uma possível luso-tropicologia, acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1953, p. 87.

³⁵⁴ No *Diário de Pernambuco*, de 19 de dezembro de 1951, publicou-se matéria pela qual foram avaliadas as contribuições de Gilberto Freyre para que se tornasse de maior alcance a “pax lusitana” nas colônias, cujo exemplo destacado, nessa ocasião, foi o da Índia portuguesa. Em Goa, de acordo com o responsável por essa matéria, Gilberto Freyre teria sido acarinhado pelos goeses, manifestação essa de reconhecimento das verdadeiras intenções do sociólogo ao promover a viagem pelos territórios sob administração portuguesa. Goa é então percebida por Freyre como exemplo da ação “civilizadora e humana” dos portugueses. A nota traz ainda a percepção elaborada por Freyre acerca das relações mantidas entre portugueses e goeses: “Saio de Goa sob a impressão de que estive numa espécie de Suíça tropical, de tal modo me encantou a sua paisagem. À paisagem junta-se o interesse histórico ou artístico de vários sítios que, com descendente de português, visitei comovido. Goa é também uma espécie de Suíça tropical pela paz que aqui se goza, sob um governo esclarecido como é do sr. Comandante Fernando de Quintanilha. Um belo exemplo da ‘Paz Lusitana’. Aqui convivem fraternalmente Cristãos, Hindus e Maometanos. Aqui a presença de Portugal é hoje uma presença de simpatia humana e não a presença irritante de um poder imperialmente europeu.” Cf. “Um belo exemplo da Pax Lusitana, a Índia portuguesa”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 19 de dezembro de 1951. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

Desse modo, ser chamado apelo regime português constituiu uma forma de projeção de sua própria imagem. Ao pensar a especificidade do mundo criado pelos portugueses, ideias apresentadas principalmente nas obras elaboradas após a viagem pelo ultramar português, Freyre trabalhou no sentido de pensar a própria especificidade da sociedade brasileira. Tal análise foi redimensionada, em trabalhos futuros, de modo a apresentar a originalidade e a identidade nacional brasileira como devedoras das tradições luso-hispânicas. De um modo geral, o iberismo freyreano constituiu-se no elemento pelo qual o sociólogo buscou inserir o Brasil na dinâmica do pós-guerra.

Foi nesse processo de exaltação da colonização ibérica que as ideias de Freyre serviram, em um primeiro momento, ao discurso orquestrado pelo governo português, que as mobilizou no sentido de criar uma aura positiva sobre a situação das regiões coloniais. No pós-guerra, um novo palco se apresentava para as discussões em torno da permanência colonial portuguesa na África. O mesmo foi construído mediante as propostas desenvolvidas e votadas no interior da ONU, que tinham como vetor a descolonização do continente africano.

Depois da publicação de *Aventura e Rotina* e de *Um brasileiro em terras portuguesas*, ambos produzidos logo após a viagem do sociólogo, a convite do establishment português, pelas “províncias ultramarinas”, outro texto, ainda não analisado de modo sistemático por estudiosos da obra freyreana, converte-se em um indicativo das ideias trabalhadas por Freyre no período pós-guerra e num ponto referencial sobre como a tese do pertencimento brasileiro ao modelo ibérico de civilização, que desdobrou no elogio à colonização ibérica dos trópicos, foi mobilizada por Portugal, passando a assumir a função de componente basilar da propaganda colonial portuguesa. Trata-se do relatório “Elimination des Conflits et Tensions Entre

Las Races: Méthodes employées dans diverse pays notamment ceux où les conditions se rapprochent le plus de la situation dans l'Union Sud-Africaine". Produzido por Freyre a pedido do Secretário Geral da ONU, Dag Hammarskjold, em 1954, o texto foi apresentado no 2º Relatório da Comissão das Nações Unidas para o Estudo da Situação na África do Sul. Nele o sociólogo realiza um balanço acerca da situação das relações raciais na comunidade Sul-Africana.

Sobre o relatório da ONU de 1954. Análise das relações euro-africanas na África do Sul. Brasil: por uma resposta positiva à questão racial.

Em *O Luso e o Trópico* (1961), Freyre procura definir os objetivos que circularam a proposta de elaboração do relatório "Elimination des Conflits et Tensions Entre Las Races". Em sua avaliação, o material procurou demonstrar que

(...) "da experiência dos países da América Latina" se depreende "não se opor a integração" – já operada ou ainda em desenvolvimento nesta área – "à conservação de valores essenciais da cultura europeia". "Bem ao contrário" – salienta o "Relatório da Comissão das Nações Unidas", composta pelos embaixadores Bellegarde, Santa Cruz e Langier – "como afirma o antropólogo Gilberto Freyre, essa experiência demonstra que a civilização europeia representada pelos seus valores essenciais pode ser preservada e até desenvolvida por não-europeus..." "Vê-se claramente" – diz mais o relatório da Comissão da Organização das Nações Unidas – "que a tradição atual do Brasil é bem anterior à independência desse país e que constitui uma expressão da política aplicada por Portugal a todas as suas colônias, política no Brasil mantida e reforçada pelo Império e pela República. Explica-se assim que o Brasil possa orgulhar-se com razão de ter resolvido de maneira feliz um problema cujas consequências, se tivesse sido seguido outro modo de solução, poderiam ser graves; e das quais outros povos não conseguiram até hoje libertar-se."³⁵⁵

³⁵⁵ FREYRE, Gilberto. *O luso e o trópico. Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o luso-tropical*. Lisboa: Comissão executiva das comemorações do V centenário da morte do infante D. Henrique, 1961,

Um desdobramento do assunto versado por Freyre no relatório apresentado a ONU incidiu na exposição do modo pouco convencional e, por essa razão, não observados entre outros europeus durante a fase de expansão, que os povos ibéricos estabeleceram contatos com as populações tropicais. Nesse sentido, o sociólogo buscou conferir relevo ao que no seu entendimento soava como uma constante lusitana, hispânica ou ibero-cristã: a harmonização de culturas, a propensão para a interpenetração étnica que, conseqüentemente, resultou na formação de uma civilização marcada pela democratização das relações étnicas. Esses traços que definem a presença ibérica, e especificamente portuguesa, nos trópicos não se fizeram presentes entre as demais nações colonizadoras europeias. Tal ausência responderia, portanto, segundo Freyre, pelos problemas que sangravam as relações entre europeus e africanos na África do Sul.

Com base na apresentação de elementos que situam em planos distintos os empreendimentos coloniais de ibéricos e das demais nações europeias, Freyre registra que um dos pontos fortes do parecer elaborado para a ONU residiu na defesa dos aspectos que conferiam especificidade à expansão ibérica. Dentre esses, foi destacado o fato dos povos ibéricos confiarem

(...) a não-europeus a preservação e o desenvolvimento de valores essenciais não só europeus *como cristãos*, de civilização, que os *Iberos* sempre entenderam não dependerem da condição étnica dos seus conservadores ou propagadores para se conservarem e se desenvolverem em espaços não-europeus: espaço que para os Portugueses têm sido quase exclusivamente espaços tropicais. Esta é, na verdade, uma das evidentes superioridades – do ponto de vista sócio-antropológico – dos processos de expansão em áreas tropicais adotados pelos *Europeus católicos – principalmente os Ibéricos* e, de entre os Ibéricos, os Lusitanos, de modo particularíssimo – sobre os processos adotados na mesma expansão, quer nessas áreas, quer nas próprias áreas boreais, pelos *Europeus protestantes* (...) o que

principalmente procuro é opor à tese sul-africana de ser impossível conservar-se a *civilização cristã* entre populações mestiças, o fato ou a realidade da *experiência católica ibérica*: em espaços extra-europeus, inclusive nos Trópicos; na atual América ibérica, em Goa, nas Filipinas, nas Áfricas marcadas pela presença ibérica.³⁵⁶

Segundo Freyre, essas foram as questões abordadas com certa minúcia no relatório elaborado para a Comissão da ONU destinada ao estudo do apartheid³⁵⁷ na África do Sul. Construir um quadro pelo qual fosse possível situar em planos distintos as experiências ibérica católica e europeia protestante³⁵⁸ na maneira de conduzir a política de expansão por áreas tropicais constituiu-se, portanto, no esforço movido pelo sociólogo para identificar a natureza histórica dos problemas que impediam o estabelecimento de relações harmônicas entre europeus e africanos na União Sul-Africana.

Porém, Freyre parecia não contar com a ação de uma nova linguagem anticolonial que via com reservas um discurso calcado na exposição de traços que funcionavam como sinalizadores da positividade e da superioridade colonial ibérica, podendo inclusive servir como instrumento ideológico de sustentação do sistema colonial português, como de fato aconteceu. Ao comentar as razões que conduziram ao

³⁵⁶ FREYRE, 1961, p. 240 e 245. Grifos nossos.

³⁵⁷ “Do apartheid”, escreve Freyre, “sabemos que é a consagração mais completa, até hoje realizada, do mito da superioridade absoluta da raça e da civilização europeias sobre raças e civilizações – ou culturas – não-europeias. À sombra desse mito é que se tem realizado no Sul da África – área, a princípio portuguesa e católica, depois holandesa e protestante e hoje dominada pelo bôer e pela Igreja Reformada Holandesa – sistemática dominação dos Bancos por uma minoria intransigentemente europeia, que teima em não se integrar na ecologia africana e em conservar-se imune do outro contato com a população nativa, senão o representado por essa espécie de dominação exercida *manu militari*.” Cf. FREYRE, 1961, p. 287.

³⁵⁸ Na avaliação de Freyre, o “Europeu nórdico e protestante conservou-se desde o início, em face dessa realidade para ele de todo nova – a natureza tropical, o homem tropical, a cultura tropical – em atitude como que superior, aparentemente erudita e ética ou moralmente profilática ou distante da gente primitiva: das suas culturas e das suas intimidades com as selvas. O Europeu hispânico católico, em face da mesma realidade – para ele menos completamente nova, dada, além da sua vizinhança com a África, a penetração de grande parte da Península Hispânica, desde dias remotos, por Africanos portadores de valores tropicais, alguns altamente civilizados – tem seguido outra atitude, condicionada, na maioria dos casos, pela situação de analfabetos ou quase-analfabetos dos que, em maior número, se têm tornado povoadores ou colonizadores de espaços quentes: uma atitude como que franciscana (...) de confraternização com indígenas, com seus valores de cultural e com a natureza vegetal ou animal dos espaços quentes.” Cf. FREYRE, 1961, p. 247.

veto de publicação integral do texto que serviu como parecer sobre o apartheid, Freyre anota que “parecer oficialmente redigido em língua francesa” tem impedido, “por motivos políticos”, a divulgação e a publicação do mesmo “na íntegra” pela própria “Comissão Internacional que o provocou e que o adotou”. Em seguida, em face do impedimento de publicação do relatório na íntegra, o sociólogo defende-se da ideia de que teria sido movido por filiação política ao redigi-lo, alegando que não o redigiu o relatório “como político, mas na qualidade, oficialmente consagrada para efeito daquele parecer, de ‘expert’ em Antropologia e Sociologia, aceito como tal pelos próprios representantes da União Sul-Africana”.³⁵⁹

Ainda nessa direção, Freyre anota que o fundamento do relatório foi inscrever a experiência ibérica nos trópicos, em expressão lusitana e hispânica, como geradora, em cotejo com a expansão europeia em geral, de um amplo complexo civilizacional em áreas tropicais, fundado inclusive sob uma base católica. Na avaliação do sociólogo, o contraste entre “Hispanos e Europeus do Norte” marcou consideravelmente uma e outra empresa colonial montada em solo africano. Sendo assim, sugere que a América Latina, em uma perspectiva mais ampla, surge como alternativa a compreensão anglo-saxônica (vigente na comunidade sul-africana) que aponta para a incompatibilidade entre civilização e áreas tropicais. No argumento formulado por Freyre, povos não-europeus podem fazer avançar a civilização europeia, contribuindo com a divulgação de valores de cultura essenciais para a configuração de um padrão de relacionamento entre raças. Desse modo, a tese sul africana fundada na defesa do vínculo intransponível entre civilização e raça não se sustentava. O Brasil, de acordo com Freyre, seria uma amostra da inconsistência do pensamento sul-africano. Isso se devia ao fato de constituir-se em uma nação católica, formada com base nos valores culturais ibéricos.

³⁵⁹ FREYRE, 1961, pp. 247-248

Freyre escreve que suas impressões sobre a África do Sul foram elaboradas a partir de contato com a região, em viagem programada no ano de 1952. Nesse sentido, lamenta o fato do relatório ter sido, por “motivos políticos”, “considerado confidencial”.³⁶⁰

Conforme apontamento feito pelo sociólogo, circunstâncias de ordem política impossibilitaram a uma ampla divulgação do relatório. O mesmo parece não ter sido alvo de debate contundente dentro da própria organização. Porém, em virtude de seu traslado para Portugal por um agente português na ONU, o documento, quando analisado em articulação com a dinâmica inaugurada com o pós-guerra, é revelador não apenas de uma das faces assumida pela obra de Freyre, isto é, servir de suporte ideológico ao projeto político português de manutenção das colônias africanas, mas também, de igual modo, revela a tendência do sociólogo para, em diálogo com a dinâmica suscitada pela bipolaridade EUA X URSS, apresentar, a partir de sua convicção no cristão católico, a “experiência católica”, representada pela civilização construída pelos povos de tradição ibérica, ou seja, o Brasil, em particular, e América Latina, em geral, como proposta de modelo de civilização que tinha como um de seus atributos mais positivos o fato de ter conferido uma solução harmônica ao problema racial, chaga que acompanhava inclusive as potências que procuravam definir as sociedades em dois grandes blocos de direcionamento cultural.

Em matéria para o *Diário de Pernambuco*, intitulada “O Brasil e a violência dos racistas da União Sul-Africana”, Freyre indicou o fato de que a missão brasileira, na categoria de líder da civilização tropical, carregava, além de um componente político,

³⁶⁰ De fato, o relatório teve pouca circulação. A cópia do original em francês, disponível atualmente no Arquivo Histórico e Diplomático, de Lisboa, foi conseguida por um observador de Portugal na ONU e enviada ao Ministério de Negócios Estrangeiros. Dispomos de uma cópia dessa versão, resultado de pesquisa realizada no arquivo acima referido.

certa carga de solidariedade em relação à “população de cor” da comunidade sul-africana, que vinha enfrentando uma onda de violência e perseguições por parte de “brancos bem armados”. Essa missão caberia ao Brasil por apresentar-se, “mais que qualquer outra nação moderna”, como “democracia étnica”.³⁶¹

A comunidade ibero-tropical como resposta positiva aos problemas raciais na comunidade Sul-Africana. O Brasil como proposta de modelo de civilização.

O objetivo do relatório “Elimination des Conflits et Tensions Entre Las Races” incidiu na elaboração de um estudo que que diagnosticasse as causas do problema racial sul-africano, e que, a partir disso, propusesse soluções capazes de solucioná-lo. O texto, nesse sentido, fundamentou-se na exposição de elementos que sinalizaram para uma solução dos conflitos raciais a partir da adoção de referenciais presentes no modo de colonizar acionado por portugueses no Brasil e no Oriente.

O relatório que avaliaria a configuração das relações raciais no âmbito da comunidade sul-africana foi elaborado no seio da Comissão das Nações Unidas para o Estudo da Situação Racial na União da África do Sul. Coube a Freyre a tarefa de fundamentar uma análise sobre o apartheid e, a partir dela, identificar as estratégias que fossem ao encontro da proposta das Nações Unidas de resolução dos embates do sistema colonial africano.

No núcleo do relatório desenvolvido pelo sociólogo, a ideia de que havia uma distinção histórica e fundamental entre os universos sociais surgidos a partir da colonização ibérica e da colonização anglo-saxônica, por exemplo. Para Freyre, entre

³⁶¹ Cf. FREYRE, Gilberto. “O Brasil e a violência dos racistas da União Sul-Africana”. *Diário de Pernambuco*. 12 de abril de 1960. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

estes últimos povos a proposição de que um verdadeiro e eficiente modelo de civilização apenas poderia ser encabeçado por brancos, não havendo, portanto, nessa perspectiva, uma apreciação distintiva entre civilização e raça, ao passo que para os povos de origem ibérica a civilização era passível de ser assimilada, por intermédio de trocas culturais, por povos de origem não europeia.

No relatório, o Brasil, em particular, e a América Latina, como um todo, são identificados como modelos de civilização alternativos às sociedades que, a exemplo da sul-africana, exibiam problemas na ordem das relações raciais. Comentando a questão, Freyre explicou que

quando ouvimos de sul-africanos que veem os negros como impedimento à civilização europeia, ou a uma África europeizada dizer que Africanos negros ‘nada têm acrescentado de novo do domínio das ideias, nada têm contribuído ao desenvolvimento das máquinas que trazem conforto à vida’, nós, brasileiros, pensamos imediatamente nos descobrimentos feitos em nosso país não por homens que têm uma boa proporção de sangue branco, mas que seriam chamados de negros nos Estados Unidos, como Machado de Assis e Tobias Barreto, mas por negros como Dom Silvério, defunto arcebispo de Mariana, como Juliano Moreira, eminente psiquiatra ao qual devemos o desenvolvimento de técnicas terapêuticas para mazelas mentais no Brasil, ou Teodoro Sampaio, geólogo e geógrafo de renome, todos os quais possuíam quase nada de sangue branco nas veias.³⁶²

Após esse diagnóstico, Freyre vislumbrou que uma das possíveis saídas para os problemas enfrentados pelos povos sul-africanos poderia encontrar amparo nas medidas

³⁶² FREYRE, Gilberto. “Elimination des Conflits et Tensions Entre Las Races: Méthodes employées dans diverse pays notamment ceux où les conditions se rapprochent le plus de la situation dans l’Union Sud-Africaine,” Nations Unies Assemblée Generale, Comissão des Nations Unies Pour l’Etude de la Situation Raciale Dans l’Union Sud-Africaine”, 25 de agosto de 1954. Portugal. AHD-MNE. Ministério do Ultramar. Gabinete de Negócios Políticos- Repartição de Negócios Políticos. Gilberto Freyre, 1954.

vigentes nos Estados Unidos, como aquelas que, ao molde da Ordem Executiva 8802³⁶³, condenavam a discriminação e buscavam promover a igualdade de oportunidades. Porém, de forma idêntica ao exame formado sobre a Lei Afonso Arinos, Freyre considerava ditatoriais essas resoluções. Segundo Freyre, conflitos de natureza racial não reclamavam soluções amparadas em práticas de policiamento. Estas, quase que de modo invariável, geravam resultados contraproducentes.

Para Freyre, a solução ao problema racial desenvolvida pelo Brasil, bem como por um conjunto maior de países que compõem a América Latina poderia ter efeito positivo no caso sul-africano. No entanto, o sucesso alcançado por nações como o Brasil estava intimamente relacionado às tradições que na formação cultural ibérica rejeitavam o preconceito e a discriminação, e que viam no intercâmbio cultural e nas trocas inter-étnicas valores necessários para a composição da tessitura nacional de regiões formadas a partir do contato de diferentes grupos. Herança dos sistemas coloniais de Espanha e Portugal, essas tradições não testemunharam a expansão de ingleses, franceses e holandeses pelos territórios africanos.

Já que ações do âmbito legislativo não seriam, de acordo com Freyre, eficazes para equacionar problemas ocasionados pela discriminação, o sociólogo sugere uma transformação nos modos de pensar da comunidade sul-africana. Para tanto, seria preciso o apoio de governos locais no sentido de incentivar campanhas, com foco nos recursos midiáticos, que mirassem na promoção de uma visão favorável a ideia de que populações não europeias poderiam, tanto quanto as de origem europeia, contribuir para a definição de padrões de comportamento e de um modelo de civilização.

³⁶³ A Executive Order 8802 foi referendada pelo presidente Franklin D. Roosevelt no ano de 1941. Sua principal meta era a de proibir a discriminação racial no âmbito das indústrias e dos setores empresariais e de comércio dos Estados Unidos.

A comparação que o relatório estabelece entre o exemplo positivo oferecido pela colonização portuguesa e os demais sistemas coloniais (principalmente aquele que estava sob a tutela de ingleses) foi aproveitado por elementos ligados ao projeto político português de justificar sua permanência na África. Em um período marcado pelo recrudescimento dos debates sobre a descolonização, a tese sustentada e apresentada nesse relatório de que Portugal reunia um número significativo de predicados que por si só justificavam suas possessões coloniais não teve grande acolhida na ONU.

O certo é que a explanação referente ao problema racial sul-africano serviria de mote para que Freyre saísse em defesa da especificidade da expansão colonial portuguesa e, conseqüentemente, das regiões que, assim como o Brasil, integravam a civilização luso-tropical. Nesse sentido, ao colocar em evidência os padrões ibéricos de sociabilidade vigentes nas colônias portuguesas, Freyre buscou situar e propagandear a ideia do Brasil como pertencente a um modelo de civilização no qual princípios de tolerância e de harmonia racial agiam com força na definição dos padrões de convivência.

Não fosse pela cópia obtida pelo observador português nas Nações Unidas, esse documento teria pouca repercussão. Contudo, embora tenha tido pouca representatividade na ONU, o texto “Elimination des Conflits et Tensions Entre Las Races” foi aproveitado pelo governo português quando questionado, no ano de 1963, em Assembleia realizada na ONU, por suas ações militares em Angola. Para este órgão, o quadro colonial das regiões administradas por Portugal aproximava-se em muito dos conflitos verificados na África do Sul.

Em nota emitida para a ONU, ainda em 1963, a delegação portuguesa defendia que

A total ausência de preconceito racial, religioso ou nacional é uma tradição longínqua da Nação Portuguesa, estabelecida sob princípios sólidos que formam parte da nossa consciência nacional, tanto que não são necessárias medidas para obrigar sua observação. Pessoas de todas as raças e crenças convivem em perfeita e espontânea harmonia em todos os territórios portugueses, onde a igualdade de oportunidade é disponível a todos, sem a menor discriminação. O Secretariado das Nações Unidas tem em mãos um estudo da posição portuguesa realizada pelo eminente sociólogo Professor Gilberto Freyre e publicado como um documento da Assembleia Geral sob o símbolo A/AC.70/3, datado 25 de agosto de 1954.³⁶⁴

O que importa filtrar da análise empreendida por Freyre no relatório apresentado a ONU atrela-se ao papel que o autor confere ao Brasil, apresentando-o como configuração cultural capaz de servir de modelo de civilização em meio a um cenário marcado por conflitos e manifestações de intolerância racial. O discurso de Freyre seguia por um caminho oposto às discussões então travadas. Em outros termos, adotava a defesa de aspectos que sinalizavam para a singularidade do esquema colonial construído por portugueses na África, ao passo que representantes de países asiáticos e africanos reclamavam sua independência e alertavam a comunidade internacional sobre os problemas observados em suas sociedades em decorrência da colonização. No entanto, para além desse aspecto que caracterizou o pensamento de Freyre, em seu núcleo concentrou-se uma ideia maior: a que prescrevia o lugar específico ocupado pelo Brasil no concerto geral das nações, resultado de sua formação ibérica, que se contrapunha, por exemplo, aos elementos que condicionavam as sociedades marcadas pela cultura anglo-saxônica.

Nessa perspectiva, Freyre estabelece a aproximação do problema racial apresentado à época pelos Estados Unidos com a dinâmica racial verificada na comunidade Sul-Africana:

³⁶⁴ DÁVILA, Jerry. O último colonialista. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-ultimo-colonialista>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2014.

Ainda que, psicologicamente e sociologicamente, os Sul-Africanos pareçam mais aos norte-americanos dos Estados Unidos do que aos Iberos Americanos das Repúblicas onde diferentes raças entraram em contato e às vezes em conflito, certas atividades que se exerçam na América Latina no domínio das relações raciais podem apresentar interesse para os sul-africanos.³⁶⁵

Segundo o sociólogo, os Estados Unidos, fundados pela cultura anglo-saxônica, não serviriam de modelo para a resolução dos conflitos na África do Sul. Menciona, por exemplo, o fato de terem sido quase totalmente destruídos os valores ameríndios nos Estados Unidos.

Citando as obras *Foundations of Modern World Society*, de Linden A. Mander, e *The World and Africa*, de Du Bois, o sociólogo pernambucano afirma que o tratamento dispensado por colonizadores europeus às comunidades africanas baseou-se numa lógica de inferioridade do “homem de cor”, o que teria conduzido, diferentemente do processo desencadeado pela colonização ibérica, aos problemas na ordem de relações raciais apresentados por essas regiões.

Exemplo positivo do perfil assumido pela colonização ibérica, a sociedade brasileira apresentava-se como modelo na construção de uma alternativa para os problemas raciais. Tal modelo, reforça Freyre, fora referendado pelos estudos desenvolvidos por Hooton, Roy Nash, Ruediger Bilden e Donald Pierson:

Estes intelectuais aprovaram o processo de mestiçagem do Brasil, defendendo a solução brasileira de conflitos raciais pela mistura e interpenetração cultural e que, portanto, aceitou o negro como sendo tão digno quanto o ameríndio de ser parceiro sociológico e biológico do homem nessa grande experiência em escala nacional.³⁶⁶

³⁶⁵ FREYRE, Gilberto. “Elimination des Conflits et Tensions Entre Las Races: Méthodes employées dans diverse pays notamment ceux où les conditions se rapprochent le plus de la situation dans l’Union Sud-Africaine,” Nations Unies Assemblée Generale, Commission des Nations Unies Pour l’Etude de la Situation Raciale Dans l’Union Sud-Africaine”, 25 de agosto de 1954. Portugal. AHD-MNE. Ministério do Ultramar. Gabinete de Negócios Políticos- Repartição de Negócios Políticos. Gilberto Freyre, 1954, p. 12.

³⁶⁶ FREYRE, 1954, p. 19.

No Brasil, continua o autor, ocorreu a interpenetração cultural, num processo que valorizou não apenas os valores culturais ameríndios, mas particularmente aos valores culturais africanos:

Os descendentes dos europeus assimilaram estes valores de uma maneira tão harmoniosa que a cultura nacional das nações ibéricas da América se transforma verdadeiramente em novas combinações de valores culturais sem que ela perca, como essencial, nada do que é verdadeiramente universal, humano, civilizado e sociologicamente cristão da civilização europeia.³⁶⁷

Freyre admite uma solução mista para os problemas raciais vigentes na África do Sul. Uma solução que combinasse elementos europeus e elementos africanos, que resultasse na configuração de uma nova cultura, tal qual o processo desencadeado no Brasil. Desse modo, sugestões positivas para os problemas enfrentados pela comunidade Sul-Africana poderiam ser encontradas na América Latina. Não seriam, portanto, medidas de ordem política que conduziriam a uma resolução pacífica dos conflitos, mas sim um intenso processo de interpenetração, tal qual o observado em Cuba, Venezuela e Brasil. Em outras palavras, “as relações raciais na África chegaram a um ponto onde a simples sugestão política não aparece suficientemente para tratar dos problemas de inadaptação social, cultural e étnica pelos procedimentos convencionais da política”.³⁶⁸

Comentando a administração conduzida por ingleses na África, o sociólogo chama a atenção para o modelo ibérico de contato com outros povos. Nessa direção, emendou que

O Governo anglo-saxão deveria levar em consideração exemplos advindos de outras comunidades, tal qual o exemplo “dos povos ibéricos na África e na América (em particular aos portugueses no Oriente onde parece que eles tenham seguido, como eles fizeram na

³⁶⁷ FREYRE, 1954, p. 19-20.

³⁶⁸ Ibidem, pp. 22-23.

África, alguns métodos excelentes que empregam os Maometanos ou os Árabes em suas relações com as populações e culturas indígenas)” e em seguida aos venezuelanos, aos brasileiros e aos cubanos e outros jovens grupos nacionais de origem ibérica na América Latina.³⁶⁹

Com essa mesma verve interpretativa, situa o Brasil, ao lado de outros países latino-americanos, como capaz de fornecer um padrão positivo na ordem das relações raciais:

Mas há um certo número de convenções sociais do Brasil, da Venezuela e de Cuba no que diz respeito as relações raciais, que poderiam ser inteligentemente adaptadas na África, particularmente no estado atual onde numerosos dirigentes brancos e negros comprovam com ardor e boa vontade procurar uma solução para os conflitos sociais e étnicos, solução que não seja nem puramente europeia nem puramente africana.³⁷⁰

Para Freyre, o erro dos países europeus teria sido o de procurar conservar-se “enquanto raça pura no meio de não europeus”. Em comparação com a África “administrada pelo anglo-saxão”, havia uma “situação racial distinta” nas comunidades que surgidas a partir da colonização luso-hispânica. O “exemplo do que aconteceu no Brasil e na Venezuela e em outros países da América Latina”, disparou o sociólogo, “serve de testemunho”. O processo de miscigenação ocorrido nessas nações funcionava como

(...) um exemplo particularmente precioso, que deve ser posto ao conhecimento (...) de uma maioria de europeus que temem que o futuro da civilização europeia e cristã na África seja colocado em perigo por contatos étnicos e culturais estabelecidos entre brancos da Europa com negros da África.³⁷¹

³⁶⁹ FREYRE, 1954, p. 23.

³⁷⁰ Ibidem, p. 24.

³⁷¹ Ibidem, pp. 24-25.

Nesse sentido, “cristianismo católico romano”, e particularmente “a forma do cristianismo (...) praticado em Portugal” é lembrado como elementos que “contribuiu com o estabelecimento dos contatos dos portugueses com povos não europeus uma aventura muito mais harmoniosa do que a que foi conduzida pelos nórdicos e particularmente pelos anglo-saxões.” Funcionando como “instrumento de democratização social e étnica”, esse catolicismo, “por contraste com as outras formas de cristianismo (anglicanismo, o batismo e o protestantismo)”, foi responsável por operar a distinção entre o modo ibérico de colonização e outros sistemas coloniais europeus, corrigindo “os excessos do orgulho racial do qual fazem prova os europeus protestantes com uma grosseria pouco cristã”. O mesmo, por intermédio da obra luso-católica, “deu ao Brasil sua fisionomia atual.”³⁷²

Fazendo-se presentes na sociedade brasileira, os traços positivos da presença ibérica nos trópicos, em contraposição aos elementos que definiam algumas sociedades modernas, Freyre aproxima, uma vez mais, os problemas raciais dos Estados Unidos com aqueles verificados na África do Sul, redimensionando a questão para a apreciação dos aspectos que marcaram os programas coloniais movidos por europeus católicos e por protestantes. Explica, nessa direção, que

Estas causas de ordem histórica e sociológica permitem explicar a situação que reina em regiões extra-europeias onde a expansão europeia foi obra de homens de formação protestante, o que teve consequências imediatas sobre o caráter das relações raciais e culturais – pois tratava-se aí de uma concepção burguesa (...) Estas causas poderiam explicar porque, sobre mais de um ponto, o problema racial que se coloca na União Sul-Africana, bem como aquele que se coloca no sul dos Estados Unidos “parece apresentar analogia” (...) Diferente, em muitos aspectos, da situação do Brasil, de Cuba, da Venezuela e de outras regiões onde prevaleceu a concepção católica

³⁷² FREYRE, 1954, p. 25.

que associa de maneira curiosa elementos tão contraditórios quanto a aristocracia e a democracia.³⁷³

Ainda sobre as aproximações entre os conflitos de ordem racial nos Estados Unidos e na África do Sul, que resultam do fato dessas regiões apresentarem, sob a ótica formulada por Freyre, as marcas deixadas pela presença de “europeus protestantes”, há a indicação de que, em uma abordagem mais ampla sobre o assunto,

Aqueles que analisam objetivamente a situação racial atual tanto na África do Sul quanto no sul dos Estados Unidos da América, constatam que o que caracteriza essencialmente as situações deste gênero (...) é que nestes dois países a sociedade se encontra em “um estado crônico de conflito e de antagonismo”, pois a estrutura social existente, fundada sobre a dominação de um grupo sobre outro, se mantém, como último recurso, pela violência, não sendo consagrada “pelo costume, a tradição e a religião desde anos mais remotos.”³⁷⁴

Conforme a análise desenvolvida pelo sociólogo, o “protestantismo de países da Europa setentrional”, caracterizado por uma “forte antinomia que opõe sua teoria a sua prática, foi, parece, incapaz de favorecer a integração – tanto moral quanto social – dos diferentes grupos étnicos em uma sociedade única”.

Posicionando a sociedade brasileira em um lugar de destaque frente aos desajustes raciais que feriam as relações entre grupos na comunidade sul-africana e nos Estados Unidos, aponta que a chave para o estabelecimento de um convívio pacífico entre diferentes povos residia na simbiose cultural, tal qual o processo encaminhado pelos povos ibéricos na América, do qual o Brasil surgia como principal exemplo:

Quanto tempo se manterá essa dominação se as relações entre a “potência estrangeira” e o “povo indígena” continuarem a ser desprovidas de caráter pessoal a tal ponto que não há uma fusão

³⁷³ FREYRE, 1954, pp. 36-37.

³⁷⁴ Ibidem, 1954, p. 37-38.

de gêneros de vida e de culturas, mas simplesmente coexistências de culturas, de interesses econômicos e de “raças” antagônicas entre as quais os conflitos são frequentes? Esta aí um problema ao qual se interessam cada vez mais os sociólogos. Nada comprova temores quanto ao futuro nacional do Brasil, República onde brancos, indígenas e africanos formam já uma nação viva, senão perfeitamente homogênea.³⁷⁵

Os sociólogos, segundo Freyre, vislumbram no exemplo brasileiro um “remédio” para as “tensões inter-raciais” e para o conflito de culturas na África do Sul. A cultura anglo-saxônica, “insuficientemente diversificada” transferiu-se para os Estados Unidos, que suplanta, em seus territórios, “rapidamente as culturas não anglo-saxônicas”.³⁷⁶

Freyre procurou elencar os pontos que definiram a sociedade escravocrata nas colônias ibéricas e anglo-saxãs. No trecho que se segue é possível identificarmos alguns dos aspectos que, presentes no discurso do sociólogo, poderiam ser aproveitados, como o foram, para a propaganda do regime colonial português:

Com efeito, por mais paradoxal que isso pareça, a escravidão, ao menos a escravidão doméstica como ela foi praticada de maneira verdadeiramente patriarcal segundo o uso dos árabes do qual os portugueses se inspiraram, contribuiu notadamente, na África e no Brasil, para a fusão de culturas e mesmo de raças (...). O Brasil se beneficiou em larga medida dessas vantagens porque aqui se praticou a escravidão patriarcal, gênero de simbiose cultural que contribuiu significativamente para a interpenetração de culturas.³⁷⁷

Com base nesse panorama, as “injustiças” sofridas pelos negros na África do Sul e nos Estados Unidos, que procuram antes impor a “unidade”, poderiam ser corrigidas com o exemplo de países como o Brasil e a Venezuela,

³⁷⁵ FREYRE, 1954, p. 41.

³⁷⁶ Ibidem, p. 42.

³⁷⁷ Ibidem, pp. 44-45.

(...) onde a fusão de elementos africanos e europeus deu origem a uma nova cultura, que constitui uma feliz síntese sobre o plano social, seguindo um processo pacífico paralelo àquele da mistura de raças, o que parece indicar que é talvez possível conquistar uma “unidade” e um “progresso” de um caráter mais humano quando os preconceitos raciais e as barreiras raciais são reduzidas ao mínimo e o indivíduo goza de uma grande liberdade de expressão, qualquer que seja sua cor ou sua origem étnica.³⁷⁸

Ainda no rumo das comparações entre a segregação na comunidade Sul-Africana e o problema racial apresentado pelos Estados Unidos, apresenta o modelo brasileiro de tratamento das relações raciais como positivo, pois “fornece ao mundo valores sociais e culturais que representam uma síntese de valores africanos e europeus”. Isso deriva do fato dos portugueses terem fundado no Brasil, na África e na Ásia uma política que, na “difusão da civilização europeia em regiões e populações não europeias”, não criou “uma barreira social profunda entre europeus e não europeus”, da qual, no que concerne à política de assimilação, “o Brasil desponta como “exemplo mais impressionante.” Contrariamente a esse processo de assimilação, “seguem outros europeus e descendentes de europeus na África britânica, no Congo belga, no Oriente e, sobretudo, na África do Sul”, um método fundado na segregação, “onde essa maneira de tratar os povos (...) provavelmente levou, ao seu extremo limite, a segregação sistemática, diametralmente oposta à política de mistura de raças”. Nessa perspectiva, os portugueses são apontados como legítimos representantes de uma política de assimilação. Na avaliação do sociólogo, os “europeus que levaram a conquista cristã da África do Sul eram um povo do qual a tradição cultural, a experiência econômica e a concepção de missão da Europa na África eram radicalmente diferentes daquelas dos portugueses e dos espanhóis”.³⁷⁹

³⁷⁸ FREYRE, 1954, pp.48-49.

³⁷⁹ Ibidem, pp. 48-51.

No desfecho das ideias apresentadas no relatório, Freyre sugere medidas que poderiam ser observadas na tentativa de oferecer uma resolução pacífica para os problemas raciais. Em sua análise,

a educação, a informação, e a cultura compõem, do ponto de vista social e psicológico, meios muito mais eficazes que as medidas de ordem legislativa para resolver o problema dos preconceitos de raça não somente quando estes preconceitos reinam de uma maneira geral, mas também quando eles correm o risco de se desenvolver.³⁸⁰

Não obstante, procurando demonstrar o perfil positivo de relações raciais assumido pelas nações formadas a partir da “ação cultural” dos povos ibéricos, conclui que a “solução que se chama “brasileira”, ou “venezuelana”, ou “fusionista”, deve ser levada ao conhecimento do maior número de homens possível na África.”³⁸¹ Esse gênero exemplar de solução compõe, segundo o sociólogo, “o mais importante aspecto da doutrina que é preciso preconizar sob o ângulo sociológico e psicológico em relação às relações entre as raças se se quer exercer uma ação preventiva.” Sendo assim, os aspectos étnicos não poderiam ser considerados “como essenciais”. Antes, caberia observá-los “como homens simplesmente, ou, de uma maneira mais estrita, como “cristãos”, ou como “católicos”, ou como “belgas”, ou como “sujeitos britânicos”.

Mesmo após a elaboração do relatório para a ONU, em 1954, Freyre iria retomar o assunto relacionado à África do Sul em outros trabalhos. Na avaliação em “A propósito da África do Sul”, de 1960, explicou o sociólogo o fato de que

³⁸⁰ FREYRE, 1954, p. 56.

³⁸¹ Ibidem, p. 57. Nessa perspectiva, cita os trabalhos de R. P. Pierre Charles, que em pesquisas sobre o Brasil chegou à conclusão de que “entre brasileiros de cor ou negros não há antagonismos entre natureza e cultura”.

É sempre um erro social pretender-se impor a um povo um sistema de vida desenvolvido por outro povo, sob outras condições de existência e de convivência. Maior é esse erro quando essa imposição se faz pela violência: politicamente.³⁸²

Freyre exorta ainda que os problemas verificados em algumas regiões que haviam sido administradas por nações europeias derivavam de uma má condução das relações entre grupos. Em sua avaliação, foi de um “europeísmo arbitrário” que “resultou a União Sul-Africana. Por uma mesma ação, somada a uma “falta de intimidade” da parte do inglês com relação á Índia, por ele dominada durante séculos, “explica-se sociologicamente não se ter desenvolvido nenhuma arte, nenhuma civilização profunda ou integralmente anglo-tropical”, assim como, em extensão, civilizações “holando ou franco-tropicais”.³⁸³ As considerações estruturam-se sempre de modo a particularizar a expansão luso-hispânica, bem como o conjunto de civilizações dela decorrente. Desse modo, Freyre contrapõe as “formas substanciais simbióticas de cultura” que definiram os “espaços marcados pela presença hispânica e pela presença portuguesa” àquelas verificadas entre alguns grupos europeus. Assim, o Brasil é apresentado como maior exemplo da civilização ibero-tropical. Por essa razão, poderia, conforme vários apontamentos de Freyre nesse sentido, servir de exemplo e de modelo para outras nações, pois o que se “verificou de melhor na formação do Brasil foi o triunfo menos de um povo com pretensões a superior que o de um povo sob a convicção” de constituir-se no “portador de uma civilização capaz de ser seguida por outras gentes – gentes de outras raças, de outras cores, de outras culturas – que se tornassem cristãs”.

³⁸² FREYRE, Gilberto. “A propósito da África do Sul”. *Diário de Pernambuco*, 1960. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

³⁸³ FREYRE, 1960, passim.

Outro ponto abordado pelo artigo vincula-se ao resgate das ideias trabalhadas e defendidas no relatório produzido para a ONU, em 1954. Embora não tenha alcançado grande receptividade, o núcleo geral das ideias nele apresentadas foi retomado posteriormente. Freyre, portanto, construiu análises que, procurando isentar a sociedade brasileira dos principais problemas apresentados à época, particularizou o sistema colonial ibérico e sinalizou para o fato do Brasil constituir-se em um exemplo positivo desse legado.³⁸⁴

Ainda nessa direção, Freyre, dando continuidade a esse campo de análise, elaborou trabalhos que discorreriam sobre os poderes imperiais da época. Em sua avaliação, sociedades como Angola e Moçambique deveriam voltar suas atenções e planos de futuro para o Brasil, fugindo, portanto, “do imperialismo dos Estados Unidos” e “da União Soviética”.³⁸⁵

Seguindo por um viés analítico semelhante ao proposto pelo sociólogo, o embaixador do Senegal no Brasil, M. Henri Senghor, exaltou os pontos positivos que em sua concepção definiam o Seminário de Tropicologia³⁸⁶. Nesse sentido, Senghor, transmitiu parecer favorável à tese que previa a aproximação dos povos tropicais. Em sua avaliação, conferida quando de sua análise sobre os rumos positivos do Seminário

³⁸⁴ Segundo Freyre, quando administradores portugueses aproximam-se de métodos de holandeses e ingleses em seus contatos com não europeus o resultado era uma política que dificultava a elevação das colônias africanas à condição de “civilizados”. Situação da qual o sociólogo afirma ser “o primeiro a lamentar”. Cf. FREYRE, Gilberto. “Métodos portugueses na África”. *Diário de Pernambuco*, 1962. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

³⁸⁵ FREYRE, Gilberto. “Mestiços nas áfrias portuguesas.” *Diário de Pernambuco*, 1962. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

³⁸⁶ Criado por Gilberto Freyre em 1966, o Seminário de Tropicologia, tinha como objetivo a discussão, em caráter interdisciplinar, de assuntos relacionados às populações tropicais. Após sua criação, foram vários os encontros que, coordenados por Freyre, tiveram como cerne a realização de estudos das relações entre o “homem e o trópico”. De acordo com o sociólogo, os estudos conduzidos pelo seminário trariam “perspectivas não só brasileira como atlântica, não só nordestina ou mineira ou centro-meridional ou gaúcha como tropical, hispanotropical, lusotropical, e, por conseguinte, transregional. São estudos de problemas arrojadamente experimentais, não só realizados do ponto de vista pambrasileiro como pan-humano, sendo antes intermediariamente pan-tropical”. In: FREYRE *Apud* MIRANDA, Maria do Carmo Tavares. Sobre o Seminário de Tropicologia. Disponível em: periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/download/322/212. Acesso em 17 de abril de 2016.

de Tropicologia, Senghor corrobora a ideia que situa a comunidade tropical, com destaque para o Brasil, como exemplo positivo de civilização e de valores culturais a serem adotados e observados por outras nações. Nesse sentido, assevera que

Na longa faixa tropical se levanta hoje as nações que podem oferecer ao mundo o mais alto exemplo de paz social, harmonia política, e de convivência racial. No trópico os brasileiros criaram suas instituições políticas, a que se juntaram índios, europeus e negros africanos e formaram a maior comunidade multirracial que se conhece.³⁸⁷

Ainda nessa direção, Senghor assinala o fato de modernas nações “africanas partilharem com o Brasil a ideia de formação de uma comunidade luso-tropical”, que agisse, na comunhão de interesses, como força capaz de frear investidas estrangeiras movidas no sentido de impor um novo perfil cultural a essa comunidade. Em suas palavras,

(...) atualmente o Brasil não está sozinho no longo cinturão tropical. Dezenas de nações livres africanas, berço do negro africano, congregam-se para o estudo e o domínio do trópico, no afã de torná-lo benéfico e agradável à existência humana.³⁸⁸

Em outros trabalhos produzidos na década de 1960, Freyre acentuaria a ideia de que especificidade brasileira estava atrelada à presença do elemento cultural ibérico em sua formação. No *Diário de Pernambuco*, em edição vinda a público em 1965, divulga-se matéria assinada por Alfredo de Figueiredo. Nela o autor faz alusão aos temas e aos principais tópicos que giraram em torno das conferências proferidas por Freyre em

³⁸⁷ “Embaixador do Senegal exalta o Seminário de Tropicologia.” *Diário de Pernambuco*, 1966, p. 6. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

³⁸⁸ *Ibidem*, p. 6-7.

Portugal e na Inglaterra. De um modo geral, o sociólogo procurou classificar as regiões originadas da colonização portuguesa como pertencentes à “comunidade Luso-Tropical”, cabendo a essas regiões desenvolver estratégias que as aproximassem de seu legado comum, o ibérico. Versou ainda o sociólogo sobre o fato da “obra colonizadora de Portugal”, a sua “obra civilizadora” ter contribuído “para que nem no Brasil nem em qualquer outro dos países e territórios que tiveram a presença colonizadora lusitana” houvesse o “problema hoje tão em foco das relações inter-raciais.”³⁸⁹

Assim, como é possível perceber, Freyre converteu parte considerável de suas apresentações no exterior em um suporte teórico de defesa da tese de perfazer o Brasil da década de 1960, como representante da civilização católica, um exemplo no que se referia à condução pacífica dos problemas na ordem de relações raciais. Em outras palavras, procurou apontar a “solução para o problema racial a mesma dada secularmente pelos portugueses e brasileiros”, o que parece acentuar a tendência que via no Brasil o grande exemplo a ser seguido de perto pelas demais nações. Intelectual “atualizado nos problemas luso-tropicais e na política internacional”, conforme destaque conferido por Figueiredo, Freyre mostrou, por meio de suas investidas culturais em instituições estrangeiras, seu compromisso com os rumos políticos e culturais do Brasil, revelando-se, neste particular, sua tendência para situar o país na categoria de bastião cultural do “novo mundo” que se apresentava. Em suma, as apresentações de Freyre no exterior procuraram, invariavelmente, referir-se, “como sempre, ao fenômeno português no mundo, do qual o brasileiro é uma viva expressão”. Nesse sentido, patenteia-se a noção de que tratar positivamente da sociedade a qual o Brasil havia se convertido reclamava o elogio ao seu passado, gestado no seio da cultura portuguesa e hispânica,

³⁸⁹ FIGUEIREDO, Alfredo de. “O regresso do Mestre Gilberto.” Diário de Pernambuco, Recife, 1965. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/NDM/FJN.

isto é, no catolicismo ibérico.³⁹⁰ Interessa notar que os traços que definiam a especificidade brasileira, com base nas ideias acima expressas, foram por Freyre associados ao fato de pertencer o Brasil à civilização ibérica, cristã católica. De modo invariável, Freyre seguiria suas análises por meio dos vínculos culturais entre o país e esse grande complexo civilizacional. Comentando acerca dos elementos que compunham a cultura hispânica, em seu sentido sociológico, Freyre salienta que a mesma é “hispânica” no “sentido de ibérica”, cultura que se faz presente em regiões de formadas por povos ibéricos, hispânicos e portugueses.

Sobre as possibilidades de desenvolvimento dessa cultura e de suas tendências para os “tempos modernos”, Freyre trouxe a exame os aspectos que reservavam à cultura luso-hispânica um lugar de destaque em meio à configuração atual assumida por outras civilizações, definindo-se ele próprio como “hispano”. Em sua análise, dá mostras de vir constituindo o tema relativo à cultura hispânica uma constante em seus discursos para instituições estrangeiras:

Repugna a alguns de nós, hispanos, um presentismo com pretensões a modernismos que ignore as suas dimensões de *tempo além* do imediatamente atual ou do *apenas moderno*. E nessa atitude creio exprimir-se antiga tendência hispânica para situar o Homem num tempo que longe de ser apenas o presente é também o que foi e o que será –inclusive o além-tempo – os três interpenetrando-se, Tribio: constantemente tríbio. É assunto, este, a que dediquei, já em ensaio escrito e publicado na língua inglesa e, posteriormente, na alemã, e que constitui também tema de conferência que proferi em 1961, na língua inglesa, na Universidade de Princeton, sob a presidência do Mestre Américo Castro, então professor naquela universidade, e do qual venho me ocupando, desde então, em conferências em universidades alemãs e suíças, nas quais um dos meus afãs tem sido procurar sugerir que, quem diz “cultura hispânica” não se refere só aos

³⁹⁰ “Gilberto Freyre na Reunião da Academia internacional de cultura portuguesa”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 1966. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

valores de um passado de glórias mas às possibilidades de um futuro hispanicamente aventuroso.³⁹¹

Como é possível depreender, a cultura hispânica reforça as tradições ibéricas formadoras da sociedade brasileira. Freyre aposta na viva capacidade dessa expressão cultural, assim como nos valores associados ao cristianismo católico, de apresentarem-se com vigor às sociedades modernas.

A tese que procurava particularizar a experiência brasileira, experiência essa definida pela tradição cultural católica ibérica, seria alvo de outro estudo produzido na década de 1960, intitulado “Uma área de civilização em desenvolvimento: a Hispanotropical”. Filiando o Brasil também aos elementos culturais que determinavam a civilização hispanotropical, Freyre sinaliza para o fato de constituir-se o Brasil uma espécie de “terceira força” no pós-guerra.

³⁹¹ FREYRE, Gilberto. “A propósito do Hispano e da sua cultura”. *Jornal do Comércio*. 30 de junho de 1968.

CAPÍTULO IV

Legado ibérico: o Brasil como “terceira força cultural” e proposta de modelo de civilização no pós-guerra.

À ideia do Brasil como líder da civilização tropical somou-se outra: a que situava o país como terceira alternativa no pós-guerra. Em trabalhos lançados entre as décadas de 1950 e 1960, Freyre apresenta a ideia do Brasil como “terceira força” ou “terceira cultura”. Divulgada em conferências pelo exterior, tal ideia foi sumariada por Freyre em *O Luso e o trópico*, de 1961. Trata-se essa obra de uma reunião de estudos sobre o método hispânico, particularmente o lusitano, de estabelecer contatos com outras culturas. Nela, o sociólogo defende a tese de que entre hispanos e portugueses houve similaridade no desenvolvimento de “culturas e populações, à base de interpenetração no plano cultural e de miscigenação no campo biológico”:

Devo esclarecer, de várias das sugestões que aparecem nos ensaios reunidos neste livro em torno de uma possível Luso-Tropicologia, como parte de uma mais ampla Tropicologia, ainda por sistematizar-se, e tendo por intermediária uma também desejável Hispano-Tropicologia, serem sugestões que em alguns dos seus aspectos vêm sendo, desde 1951, esboçadas pelo autor em conferências e em ensaios. Algumas delas são ideias porventura já aprovadas, entretanto, nos seus pontos essenciais, por cientistas idôneos e por conclaves de sábios, como o que, por iniciativa do Instituto Internacional de Civilizações Diferentes, com sede em Bruxelas, se reuniu em 1957.³⁹²

Mais especificamente, *O Luso e o trópico* foi o resultado de um estudo realizado por Freyre para o Congresso Internacional da História dos Descobrimentos, de 1960,

³⁹² FREYRE, Gilberto. *O luso e o trópico. Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o luso-tropical*. Lisboa: Comissão executiva das comemorações do V centenário da morte do infante D. Henrique, 1961, p. 32.

organizado em homenagem ao V centenário da morte do Infante Dom Henrique. O congresso em homenagem as ações do infante que concorreram para “dar às relações de europeus com não-europeus, de brancos com povos de cor, um rumo peculiarmente luso-cristão”, foi organizado em 1960 em consonância com o ambiente de pressão política a que estava submetido o regime português, que sofria ataques, por parte da ONU e da comunidade internacional, em decorrência do fato de ainda manter possessões coloniais na África. Em linhas gerais, o congresso procurou exaltar a excepcionalidade da empresa colonial montada pelos portugueses, de modo a sedimentar a ideia de que o império colonial estabelecido originou-se da interpenetração cultural e da miscigenação.

Na obra, Freyre elabora o entendimento segundo o qual as colônias portuguesas montadas na África constituíam-se em futuros Brasis³⁹³. Suas ideias, portanto, procuram exaltar os contornos positivos que definiam o Brasil como resultado de seu contato com a cultura ibérica. Assim, a sociedade brasileira é entendida como ponto de partida para a compressão da civilização luso-tropical: o centro sob o qual circulavam os aspectos positivos da expansão ibérica pelo mundo. Com isso, Freyre trabalha com a sugestão de que o exemplo português, manifestado a partir de “cinco séculos de relações entre povos de culturas diferentes”, poderia servir de estímulo para uma mudança no modo como algumas nações conduziam sua política de relações com outras populações. A “experiência portuguesa no trópico americano” constitui, portanto, a base que confere sustentação às ideias apresentadas pelo sociólogo na obra. Essa mesma experiência, cuja “atualidade” era apresentada pelo Brasil, deveria impor-se “à simpatia dos que

³⁹³ Adriano Moreira (1922), Ministro do Ultramar português entre 1961 e 1963, em um de seus pronunciamentos, seguiu por um entendimento semelhante aquele formulado por Freyre em relação ao futuro das regiões africanas administradas por Portugal. Nesse sentido, frisou o ministro que os portugueses queriam “uma política cujos benefícios estão documentados pelo maior país do futuro que é o Brasil”. (Moreira *Apud*, ALMEIDA, Miguel Vale de. *Um mar cor da terra: “raça”, cultura e política de identidade*. Oeiras/Portugal: Celta, 2000, p. 177).

acreditam ser possível, necessário e essencial ao mundo que se reorganize o encontro, sob a forma de um encontro entre iguais, do Ocidente com o Oriente”.³⁹⁴

O processo de ocupação de áreas tropicais por portugueses ou hispânicos³⁹⁵, ou seja, por ibéricos, culminou na formação de áreas dotadas dos mais altos valores. Esses traços resultam fundamentalmente dos princípios e dos objetivos que integraram a expansão luso-hispânica. Em espaços tropicais espanhóis e portugueses realizaram uma verdadeira obra de integração de valores europeus com os trópicos. A sociedade brasileira, devedora desse legado, apresentava-se, no presente, como exemplo de civilização que contrastava com espaços modernos marcados pela hostilidade no tratamento entre grupos étnicos diferentes.

Segundo Freyre, brasileiros, portugueses e o conjunto maior da civilização luso-tropical apresentavam-se como força capaz de atuar na configuração de um novo perfil de relações raciais em sociedades à mercê de problemas no âmbito dos ajustamentos entre grupos étnicos diferentes. Nesse sentido, em sintonia com ao cenário desenhado à pelo conflito ideológico envolvendo Estados Unidos e União Soviética e tocando num ponto que à época estava na ordem do dia, a questão racial, Freyre considerava o Brasil, maior civilização moderna nos trópicos, uma “terceira força”, cuja tarefa seria de “reorganizar o sistema de relação de brancos com povos de cor, dentro de um critério de interpenetração não só cultural como étnica de valores que, em vez de repudiar, valorize a mestiçagem.”³⁹⁶ De um modo geral, a grande civilização hispano-tropical, e, particularmente, a civilização luso-tropical, sendo o Brasil formado duplamente por

³⁹⁴ FREYRE, Gilberto. *O luso e o trópico. Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o luso-tropical*. Lisboa: Comissão executiva das comemorações do V centenário da morte do infante D. Henrique, 1961, p. 10.

³⁹⁵ Freyre entende o complexo luso-tropical como parte de um maior: o hispano-tropical.

³⁹⁶ FREYRE, Gilberto. *O luso e o trópico. Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o luso-tropical*. Lisboa: Comissão executiva das comemorações do V centenário da morte do infante D. Henrique, 1961, p. 2.

ambas, combinavam características que a mantinham “estilisticamente à parte das outras grandes civilizações modernas”. Nessa dupla categoria, os brasileiros integravam uma civilização predominantemente cristã, o que torna os seus fundamentos opostos àqueles que conformaram nações concebidas por meio da cultura “nórdico-protestante”.

O Brasil, nesse ponto de vista, era considerado como resultado particularmente expressivo da presença ibérica nos trópicos, reunindo valores que contrariavam sentenças que sinalizavam para a incompatibilidade entre civilização e trópico.

A ideia de constituir-se o Brasil um modelo de civilização a ser observado de perto por outras nações encontrou ressonância entre alguns intelectuais portugueses. O cientista político Almerindo Lessa asseverou que as sociedades tropicais, destacando-se dentre essas o caso brasileiro, “se apresentam cheias de possibilidades extraordinárias”. Nesse particular, Freyre recorda a aceitação, entre portugueses, da tese luso-tropical. Citando novamente Almerindo Lessa, informa que o escritor, médico e biólogo português

(...) é dos que hoje acreditam na reabilitação (...) primeiro, do Trópico como espaço onde seja possível civilização igual à europeia; segundo, do mestiço luso-tropical como conservador, renovador e criador de civilização e equivalente da europeia. Precisamente a tese brasileira em que assenta a ideia de virem a desenvolver-se vigorosas civilizações em espaços tropicais: uma delas a hoje mais avançada como síntese euro-tropical de culturas e de sangues e já caracterizada por alguns como luso-tropical.³⁹⁷

O Brasil, portanto, reunia valores que lhe facultavam, segundo o sociólogo, a condução dos destinos da moderna civilização ocidental. Sob essa questão, assim se refere Freyre:

³⁹⁷ FREYRE, 1961, p. 237.

Evidentemente há um desafio ao Brasil, da parte da moderna civilização ocidental, no sentido de se tornar o nosso país, como líder que é, sob vários aspectos (...) da civilização luso-tropical, um ativo mediador entre o Ocidente e o Oriente, entre a Europa ou a América Setentrional e o Trópico.³⁹⁸

Ao Brasil, portanto, fazia-se necessário dirigir esforços no sentido de, em articulação com as demais nações luso-hispano-tropicais, difundir sua imagem como civilização triunfante nos trópicos. Tal aspecto o conduziria não à incorporação de cultura estrangeira, mas à expansão de um conjunto de valores herdados da cultura ibérica que, aproveitados por outras nações, possibilitariam, por exemplo, o desenvolvimento de novas formas de interação entre grupos étnicos distintos. Comentando essa questão, Freyre escreve:

(...) através de considerável miscigenação que o esforço brasileiro representa sob a forma de um exemplo e de uma proteção: uma proteção americana que reforce a portuguesa, sem confundir-se com as imperialmente europeias.³⁹⁹

Nesse mesmo enfoque, a civilização brasileira aparece revestida de atributos que lhe conferem o título de “terceira cultura”, que agiria na proteção “contra os imperialismos que hoje procuram afirmar-se em espaços tropicais”.⁴⁰⁰ A esse respeito, Freyre contou com o referendo de Kirkwood, professor na Universidade de Oxford. Em 1957, durante a 30ª Reunião do Instituto Internacional de Civilizações Diferentes, que teve como enredo a análise dos problemas de pluralismo étnico e cultural em sociedades intertropicais, Kirkwood destacou constituir “o processo ou modo português e brasileiro de lidar com problemas chamados de pluralismo étnico e cultural, constituindo um exemplo que se impõe cada dia mais à atenção dos povos modernos”. A especificidade

³⁹⁸ FREYRE, 1961, p. 179.

³⁹⁹ Ibidem, p. 19.

⁴⁰⁰ Ibidem, p. 20.

brasileira no que se refere à resolução do problema racial a partir do processo de interpenetração de culturas foi compreendida como um resultado da experiência portuguesa na América tropical. Reabilitar, portanto, o esforço português e dele destacar os aspectos positivos conduziria, conseqüentemente, a demarcação de um lugar de destaque para o Brasil em meio aos problemas que se anunciavam em algumas sociedades modernas. Dentre esses, os conflitos de ordem racial são comumente apontados por Freyre como uma das máculas a frear o pleno desenvolvimento de nações como, por exemplo, os Estados Unidos. Ainda sobre essa ótica, Marston Bates, tropicalista anglo-americano, trabalhou com a ideia segundo a qual as sociedades tropicais “devem situar-se entre os pioneiros e até (...) entre os líderes desses desenvolvimentos de cultura baseados em ‘vantagens locais’”⁴⁰¹

A ideia que apresentava o Brasil como cultura alternativa já havia sido trabalhada por Freyre em artigos publicados na década de 1950. Em “Estudos Luso-Brasileiros nos Estados Unidos”, publicado na revista *O Cruzeiro*, em julho 1950, Freyre comenta a passagem pelo Rio de Janeiro de Lewis Hanke, diretor da Divisão Hispânica da Biblioteca do Congresso de Washington, e de sua tentativa de difusão dos assuntos e estudos luso-brasileiros nos Estados Unidos. De acordo com o sociólogo, tal expansão dos temas luso-brasileiros soaria como bastante positiva aos portugueses e aos brasileiros, pois constituía ótima oportunidade de “salientarmos que nossa cultura comum (...) está longe de ser elemento desprezível na paisagem do mundo que se recompõe”. Nesse sentido, descortinava-se diante da cultura luso-brasileira a possibilidade e um futuro “como poucas culturas modernas terão igual”, isto é, uma “responsabilidade” e uma “missão” frente ao cenário que se impunha, o cenário criado

⁴⁰¹ FREYRE, 1961, p. 21.

pelo pós-guerra.⁴⁰² Seria essa missão, em grande medida, atribuída ao Brasil em virtude de apresentar-se como modelo no que se referia à condução pacífica dos problemas de relações raciais.

Nessa direção, em uma série de artigos que se inicia na década de 1950, Freyre iria versar sobre a formação luso-hispânica⁴⁰³ do Brasil e o resultado positivo dessa formação, constatação que o conduz ao diagnóstico que aponta para o país como referência no que se referia a resolução dos principais problemas enfrentados por algumas nações modernas, com destaque para os problemas na ordem das relações raciais. Nessas análises reside o embrião da tese apresentada por Freyre no pós-guerra, a que vê no Brasil, resultado da cultura ibérica, uma terceira força, alternativa à bipolaridade instaurada à época. A conversão do Brasil numa espécie de “terceira via”, isto é, saída alternativa às zonas de influências impostas por Estados Unidos e União Soviética, seria referendada, dentre outros aspectos, pelo fato da sociedade brasileira ter fornecido uma resolução pacífica aos problemas de ordem racial. Na apreciação desta ideia encontra-se, portanto, o limiar da associação do Brasil à categoria de líder da civilização tropical, formação cultural que deveria ser observada de perto pelas demais nações que, comungando das tradições ibéricas, formavam a comunidade ibero-tropical.

⁴⁰² FREYRE, Gilberto. “Estudos Luso-Brasileiros nos Estados Unidos”. *O Cruzeiro*, 15 de julho de 1950. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

⁴⁰³ Eduardo Portela, escrevendo para um número do *Diário de Pernambuco*, em 1951, corrobora a tese sustentada por Freyre que associava aos povos hispânicos, com especial destaque para o Brasil, a ausência de conflitos de ordem racial, isso em virtude de sua formação ter sido estabelecida por elementos culturais ibéricos. Abordando o conjunto de valores que integravam o complexo hispânico⁴⁰³, e tendo como exemplo a Espanha, Portela conclamou que o “país tem na sua original personalidade um surpreendente poder de absorvência. Daí a maravilhosa e perfeita assimilação das raças que contribuem para a sua formação étnica (...) Outra coisa que nos emociona é o tratamento amigo e fraternal desse povo que, sem pretensões de superioridade de nenhuma espécie, ao contrário do inglês e mesmo do francês, nos sabe mostrar quanto significa o humano e nos faz acreditar, cada vez mais confiantes, no futuro deste mundo que se agiganta à sombra das suas raízes ibéricas”. Cf. PORTELA, Eduardo. Freyre, o único escritor brasileiro reconhecido e admirado na Espanha. In: *Diário de Pernambuco*. FUNDAJ/Campus Anísio Teixeira – Recife-PE/ NDM/ FJN.

O Brasil e sua “política transnacional”. Gilberto Freyre e a agenda política brasileira no pós-guerra.

Conferência proferida em 1959 na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, “Uma política transnacional para o Brasil de hoje” surgiu da tentativa, segundo Gilberto Freyre, de “fixar um dos vários aspectos de um tema complexo”. Tratava-se, portanto, de assunto há muito analisado pelo sociólogo, a saber: o de avaliar em que medida poderia estabelecer-se a contribuição do Brasil, como líder da civilização tropical de expressão cultural luso-hispânica, para as demais civilizações modernas.

A ideia central que rege o discurso de Freyre é de que a positividade presente no método lusitano e hispânico no trato colonial com os trópicos resultou na construção de um grande complexo civilizacional, marcado, sobretudo, pela interpenetração cultural, aspecto esse que respondia, no caso específico do Brasil, por um conjunto de valores que rejeitavam a segregação racial.

Segundo o argumento defendido pelo sociólogo, as diferenças dos sistemas coloniais montados por ibéricos em relação aos dos demais grupos europeus foram decisivas na definição dos modernos perfis de civilização que marcavam o período. Nesse sentido, a comunidade ibero-tropical inclinava-se para uma expansão que preservaria, à base de uma sistemática cristocêntrica, os elementos que estiveram presentes na colonização ibérica dos trópicos, em oposição à expansão etnocêntrica de “feitio nórdico-protestante” que esteve presente entre europeus e que apresentava-se como peça-chave da expansão imperialista de países como, por exemplo, os Estados Unidos.

Comentando os dois modos distintos de colonização, Freyre destaca da colonização ibérica o fato de ter resultado numa

integração tal, que nos autorizam a descrever ou caracterizar sociologicamente como simbiose – a simbiose hispano-tropical ou a simbiose luso-tropical – o desenvolvimento das sociedades e culturas fundadas pelos Hispanos em espaços tropicais. Sociedades e culturas mistas que se distinguem das sociedades e culturas fundadas por outros europeus nos mesmos espaços, exatamente pelo muito que há neles de já integrado ou em processo de integração.⁴⁰⁴

Ainda nessa perspectiva, imperaram duas sistemáticas europeias de relações com as populações e culturas tropicais: uma marcada pela interpenetração cultural e étnica e outra tocada mais de perto pela lógica da substituição radical das “substâncias” encontradas entre os povos nativos. Esse aspecto consistiria no “caráter antes cristocêntrico que etnocêntrico da preparação” lusitana, em particular, e hispânica, em geral, para a “imensa tarefa mais de cristianizar que de europeizar os trópicos e o Oriente”.⁴⁰⁵

As constantes que traçaram os programas coloniais ibérico e europeu acabaram por definir as linhas culturais e os valores que, como herança histórica, agiam diretamente sobre as expressões e valores culturais que no presente se manifestavam em áreas no passado integradas ao sistema colonial. Tal constatação conduziu a atenção de Freyre ao desenvolvimento da ideia segundo a qual caberia ao Brasil difundir os elementos que distinguiam positivamente a civilização hispanotropical dos demais completos civilizacionais modernos, assumindo, portanto, a função de “terceira cultura” a ombrear com os dois sistemas imperiais do período, representados por Estados Unidos

⁴⁰⁴ FREYRE, Gilberto. “Uma política transnacional para o Brasil de hoje”. Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 1960, p. 14. Portugal. AHD-MNE. Ministério do Ultramar. Gabinete de Negócios Políticos- Repartição de Negócios Políticos. Gilberto Freyre, 1960.

⁴⁰⁵ *Ibidem*, p. 17.

e União Soviética. É, pois, a indicação de constituir-se o Brasil em uma cultura alternativa, espécie de “terceira força” ou “terceira solução”, que fundamenta o discurso defendido por Freyre em “Uma política transnacional para o Brasil de hoje”.

Com base na associação do Brasil, civilização “hispanicamente cristocêntrica”, a um conjunto de valores capazes de contribuir para o encaminhamento pacífico dos problemas na ordem dos relacionamentos entre etnias e culturas diferentes, Freyre elabora uma leitura da dinâmica imposta à época pelo conflito ideológico, mascarado por disputas políticas e intelectuais, entre soviéticos e norte-americanos.

Compondo parte essencial e de mais proeminência da ampla civilização ibero-tropical, à sociedade brasileira estaria reservada a “missão” de construir um modelo geral de relacionamento entre civilizações de natureza cultural dispares. Para tanto, deveria fazer valer a tendência dos hispanos de se ficarem em regiões tropicais “absorvendo ou assimilando delas o máximo de substâncias”, pois, de acordo com o sociólogo, não se encontrava tal tendência na política de expansão das potências imperiais da época, preocupadas sobretudo com a formação de um amplo mercado consumidor e na conversão dos trópicos em um grande escoadouro de ideologias contrárias aos fundamentos da cultura tropical de matriz luso-hispânica.

Freyre, portanto, ao analisar o dinamismo originado do pós-guerra, sugeriu a russos e a anglo-americanos que adotassem os princípios adjacentes à expansão hispânica nos trópicos. Assim, na assimilação de valores tropicais operada pelos povos ibéricos “talvez tenham que se inspirar anglo-americanos e russos soviéticos, para

reinterpretem e humanizem seus atuais sistemas de expansão de valores imperiais”.⁴⁰⁶

Freyre aproxima o interesse manifestado por russos e norte-americanos em relação aos trópicos como uma atitude semelhante à política de dominação impetrada por Napoleão e por Hitler, ávidos por transformar “recursos tropicais em reservas inesgotáveis para os imperialismos boreais”. Por esse viés poderia ser entendido “o atual interesse tanto da parte de russos soviéticos como de anglo-americanos pelos espaços ou áreas tropicais”.⁴⁰⁷

Contrariando quaisquer possibilidades de mudança no alicerce cultural brasileiro, o sociólogo anuncia:

Nos espaços tropicais marcados pela presença hispânica, em geral, e lusitana, em particular, encontram-se já civilizações ecologicamente harmonizadas com esses meios que não seriam facilmente desenraizadas deles sob a pressão de nenhum outro sistema de civilização boreal ou tropical (...) que se empenhasse em qualquer esforço dessa espécie. Mesmo porque tais civilizações formam hoje um complexo pelas semelhanças nos processos através dos quais se vêm integrando em espaços tropicais.⁴⁰⁸

Esses espaços colonizados por hispanos, em geral, e por portugueses, em particular, “vêm se transformando segundo as mesmas formas de interpretação hispanocristã ou lusocristã”, o que os situava em rota de coalizão com as civilizações integradas aos valores provenientes da expansão “nórdico-protestante”.

A união, bem como a “consciência de espécie” entre as “várias sociedades hispanotropicais, em geral, e lusotropicais, em particular”, anota Freyre, carregava certa “importância política”. Partilhavam as áreas tropicais de um mesmo passado, manifestando-se no presente problemas em grande parte comuns. O destino, portanto,

⁴⁰⁶ FREYRE, 1960, p. 22.

⁴⁰⁷ Ibidem, p. 26.

⁴⁰⁸ Ibidem, pp. 26-27.

da civilização tropical exigia que as várias nações que a compõem se tornassem “mais próximas umas das outras”, de modo que essa reunião de esforços concorresse para a realização da missão imputada a essa civilização: contrapor-se aos interesses imperialistas manifestos por anglo-americanos e russos soviéticos em relação às áreas tropicais.

Civilização triunfante nos trópicos, o Brasil poderia considerar-se capaz de indicar as ações que deveriam preencher os programas políticos de relações com áreas tropicais engendrados por Estados Unidos e União Soviética. Nessa direção, Freyre tece críticas à política anticolonialista dos Estados Unidos, entendendo que esta, na verdade, compreendia “uma preparação para seu domínio econômico e reveladamente político em áreas tropicais”.⁴⁰⁹ O sociólogo, nestes termos, associou o plano de expansão arquitetado no período por norte-americanos a uma estratégia cujo vetor principal consistia na subjugação de populações “consideradas retardadas”, que, a partir de uma possível associação à “ideologia yankee”, seriam inseridas no concerto geral das nações modernas de economia capitalista.

As sociedades de origem luso-hispânica, construídas sob a égide da simbiose cultural, não poderiam ser confundidas com aquelas resultantes dos “domínios coloniais ingleses”, o que, segundo Freyre, indicava o grau de diferenciação que situava em lados culturalmente opostos, por exemplo, Brasil e Estados Unidos. Resultado positivo da política de assimilação portuguesa nos trópicos, a nação brasileira seria porta-voz de um conjunto de valores que, assentados na tolerância, na fraternidade e na ausência de preconceito racial, agiriam como corretivo dos desajustes enfrentados por nações

⁴⁰⁹ FREYRE, Gilberto. “Uma política transnacional para o Brasil de hoje”. Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 1960, p. 30. Portugal. AHD-MNE. Ministério do Ultramar. Gabinete de Negócios Políticos- Repartição de Negócios Políticos. Gilberto Freyre, 1960.

modernas no campo dos relacionamentos raciais, inclusive dos dois sistemas imperiais da época.

O que se faz presente no discurso de Freyre guarda relação com a proposta de ensaiar o lugar do Brasil, em particular, e das sociedades tropicais, em geral, em meio à ideia em voga no período segundo a qual os estados-nações do Ocidente deveriam congregar-se em dois “Estados semi-universais”⁴¹⁰ na Europa e na América do Norte. Nessa perspectiva, a história da civilização tropical não deveria, conforme a expectativa da época, ser escrita com base no alinhamento aos valores provenientes das duas superpotências. A sociedade brasileira era dotada de um amplo e rico manancial cultural que não poderia ser suplantado pela experiência civilizacional europeia ou norte-americana. Fica claro, portanto, que na avaliação elaborada por Freyre tanto a civilização europeia quanto aquela personificada pelos Estados Unidos não poderiam ser tomadas como civilizações universais. O Brasil, em virtude de sua especificidade cultural e pelo fato de constituir-se em resultado da expansão ibérica, não seria tributário da história e da cultura por elas representadas.

Em uma época na qual o equilíbrio de forças internacionais estava amarrado à política de associação entre países, encabeçada por duas forças armadas, provaria o Brasil, a partir de sua construção como nação legatária da cultura ibérica, luso-hispânica, o triunfo da civilização tropical, área marcada pela pluralidade cultural e pela convivência harmoniosa entre raças, traços ausentes entre europeus e norte-americanos.

Freyre, portanto, como sugerem as análises trazidas a lume à época, via com reservas a aproximação do Brasil com os Estados Unidos, aproximação essa que

⁴¹⁰ De acordo com Samuel P. Huntington, a congregação de países em torno das duas grandes nações imperiais durante a Guerra Fria tinha por objetivo formar um “império a partir de uma composição de federações, confederações, regimes e organismos internacionais”. HUNTINGTON, Samuel P. *O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Tradução de H. M. C. Cortês. São Paulo: Objetiva, 1997, p. 61.

remontava ao fim da Segunda Guerra, quando o país adere ao bloco capitalista.⁴¹¹ Isso porque os valores culturais e de civilização dos quais os norte-americanos ou “anglo-americanos” eram os genuínos representantes (caudatários de uma lógica economicista, progressivista e industrialista), entravam em confronto direto com as tradições inscritas na formação da sociedade brasileira, fato que poderia ocasionar a perda de sua identidade nacional.

Versar sobre a política transnacional de cultura do Brasil constituía para Freyre uma tentativa de situar a “nova e imediata responsabilidade política”⁴¹² para a sociedade brasileira. Implicava reforçar o pertencimento do Brasil ao complexo ou “constelação cultural” projetado em várias partes do mundo. Tal reforço fazia-se necessário principalmente no “mundo de hoje em que as nações parecem cada dia valer menos como simples nações ou puros Estados nacionais e mais como conjuntos trans ou plurinacionais de cultura, em geral, e de economia, de política, de defesa militar, em particular”.⁴¹³

Nessa perspectiva, o Brasil deveria considerar a união com outras nações que compunham a civilização tropical. Sobre o assunto, Freyre escreve:

Esses povos são principalmente os hispanos, em geral, situados nos trópicos, e particularmente, dentro dessa constelação ao mesmo tempo

⁴¹¹ Durante a Guerra Fria, conforme ressalta Huntington, “um país podia ser não-alinhados, como muitos eram, ou, como faziam alguns, podia mudar seu alinhamento de um lado para outro. Os dirigentes de um país podiam fazer essas opções em função das suas percepções dos seus interesses de segurança, suas avaliações do equilíbrio de poder e suas preferências ideológicas.” Foi o que se deu, por exemplo, no Brasil. Com o término da Segunda Guerra, configura-se um novo panorama, cuja principal característica reside na disputa ideológica, econômica, diplomática e tecnológica entre Estados Unidos e a URSS. Assim, o Brasil filia-se ao programa montado pela economia capitalista, liderada pelos norte-americanos. Porém, em 1961, o presidente João Goulart promove a uma política de aproximação com a União Soviética, fato que serviu de mote para que, com o apoio de setores conservadores e dos Estados Unidos (que temiam o enfraquecimento de sua influência no Brasil em decorrência das medidas adotadas por Jango), se instaurasse o governo militar. Cf. HUNTINGTON, op. cit., p. 152.

⁴¹² FREYRE, Gilberto. “Uma política transnacional para o Brasil de hoje”. Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 1960, p. 37. Portugal. AHD-MNE. Ministério do Ultramar. Gabinete de Negócios Políticos- Repartição de Negócios Políticos. Gilberto Freyre, 1960.

⁴¹³ *Ibidem*, p. 38.

ecológica e cultural, os povos de cultura predominantemente lusitana, estabelecidos no mesmo tipo de espaço e aí integrados como que simbioticamente com outros povos, dado o caráter de intimidade e de permanência já atingido pelas relações com ambientes tropicais e com populações e culturas nativas dos trópicos.⁴¹⁴

A aproximação entre as nações que configuravam o complexo civilizacional tropical representaria uma ação solidária “traduzida em política”. Entendido por Freyre como “meia-potência”, ao Brasil seria reservada “uma missão internacional fora do continente americano”. Esta tarefa, sugere o sociólogo, reclamaria a montagem de uma política de aliança com nações que também haviam sido formadas pela cultura luso-hispânica. Desse modo, intensificava-se para os brasileiros a necessidade de

líderes que ao sentido nacional dos problemas de governo juntem a percepção de responsabilidades internacionais que se abrem mais para o nosso País que para qualquer outra república do continente, com relação a povos afins situados tanto dentro da América tropical como além do continente americano: noutros espaços tropicais marcados pela presença ibérica ou hispânica.⁴¹⁵

Nos espaços tropicais esboçavam-se nações para as quais, na avaliação do sociólogo, o Brasil de achava na vanguarda de um “gênero de experiência e de um estilo de convivência que lhes convém seguir de perto”. Isso inviabilizaria os planos das potências imperiais, Estados Unidos e União Soviética, em transformar as áreas tropicais em depósito de “cultura estrangeira”.

No sentido de justificar seus argumentos sobre o fato de constituírem as sociedades erguidas a partir da expansão ibérica áreas que apresentavam traços que as diferenciavam das demais formações de origem europeia, Freyre põe em relevo a

⁴¹⁴ FREYRE, 1960, pp. 38-39.

⁴¹⁵ *Ibidem*, p. 39.

anuência de intelectuais da União Sul-Africana em relação à especificidade assumida pela colonização dos trópicos liderada por povos ibéricos:

(...) quando na própria União Sul-Africana homens de estudo, erguendo-se contra a demagogia arianista de alguns dos descendentes mais endogâmicos de boers, apontam para o tipo brasileiro de relações entre europeus e não-europeus em espaços tropicais como merecedor da consideração sul-africana, estamos diante de uma série de fatos que representam, reunidos, uma atitude significativa: a de respeito pela experiência, mais do que qualquer outra, de vanguarda no sentido do desenvolvimento integral de uma civilização a um tempo moderna e ecológica nos trópicos. Experiência caracterizada por uma integralidade tal de civilização em desenvolvimento e por tal autenticidade que essa integralidade e essa autenticidade só teriam sido possíveis pelo caráter simbiótico que aquela experiência tomou, desde o seu início, com mais intensidade, em escala continental, do que a atingida em qualquer outra área, mesmo hispânica, de colonização do trópico europeu.⁴¹⁶

Como vimos, a tese que associava os distúrbios na ordem dos relacionamentos raciais na comunidade Sul-Africana ao fato de ali ter se desenvolvido um processo de colonização marcado pela falsa lógica da superioridade racial do europeu em relação a não-europeus foi expressa por Freyre no relatório produzido para a ONU em 1954. Nessa ocasião, o sociólogo também chamou a atenção para a singularidade da sociedade brasileira que, fruto dos valores contidos na expansão ibérica pelos trópicos, não apresentava distúrbios graves no âmbito das relações raciais, podendo inclusive vir a servir de modelo para nações que enfrentavam problemas dessa natureza.

Em ambos os casos, isto é, tanto no relatório de 1954 quanto na conferência de 1959, Freyre procurou trabalhar a ideia do Brasil como líder da moderna civilização tropical, bem como distinguir o esforço colonizador de portugueses e hispânicos nos

⁴¹⁶ FREYRE, 1960, p. 40. Freyre, ainda com base no objetivo de conferir relevo a sua tese, cita a fala do jurista português Adriano Moreira, para o qual a colonização ibérica das regiões tropicais fundamentou-se numa “concepção de vida igualitária”, que dialoga com o sentido cristocêntrico da expansão luso-hispânica, sentido esse que gerou “a contribuição mais significativa da ação” ibérica no mundo. Sobre o processo de escravidão da mão de obra africana, o sociólogo lança mão dos estudos do antropólogo português Jorge Dias. Este concordou com a sugestão freyreana que “mesmo onde os portugueses utilizaram o trabalho de escravos, não deixaram muitas de incluir estes escravos ‘na sua família patriarcal, multifuncional’”. Cf. FREYRE, 1960, p. 42.

trópicos. Em outras palavras, o sociólogo pernambucano vislumbra a possibilidade da interpretação lusotropical, em particular, e da hispanotropical, em geral, das relações de europeus com não-europeus vir a constituir um programa de validade universal, do qual “talvez venham a necessitar os próprios anglo-americanos e os próprios russos soviéticos para a reinterpretação dos seus sistemas de relações” com espaços tropicais.⁴¹⁷

Exemplo mais expressivo do sentido simbiótico empregado pelo português em sua “ação integradora” nos trópicos, o Brasil guardava valores culturais que traçaram a arquitetura positiva das relações raciais aqui estabelecidas. Por essa razão, a política transnacional brasileira de relações com outras nações deveria observar a importância do estabelecimento de contatos mais estreitos com o conjunto maior das regiões tropicais formadas a partir do contato com a cultura ibérica. O desafio, portanto, apresentado à época a comunidade ibero-tropical era de fazer frente aos valores imperiais, expressos, sobretudo, pela tentativa dos Estados Unidos em “promover uma cultura ocidental universal”.⁴¹⁸

Em um ponto de seu discurso, Freyre incorporou do trabalho do embaixador português Adolpho Justo Bezerra de Menezes a ideia de que o Brasil possuía uma responsabilidade em relação aos povos lusotropicais, com os quais formava um “complexo nacional ou transnacional”. Freyre provavelmente refere-se à obra *O Brasil e o mundo ázio-africano*, de 1956. Nesta, Menezes também põe em relevo a importância das relações comerciais do Brasil com países asiáticos e africanos. Segundo o autor, os esforços brasileiros à época deveriam corresponder à busca pela aproximação com áreas

⁴¹⁷ FREYRE, Gilberto. “Uma política transnacional para o Brasil de hoje”. Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 1960, p. 30. Portugal. AHD-MNE. Ministério do Ultramar. Gabinete de Negócios Políticos- Repartição de Negócios Políticos. Gilberto Freyre, 1960, p. 43.

⁴¹⁸ HUNTINGTON, Samuel P., Op. cit., p. 228.

orientais. Nesse sentido, a fixação do Brasil como potência exigiria o estabelecimento de relações com as demais nações tropicais.

Sobre essa questão, Freyre iria posicionar-se argumentando que a responsabilidade do Brasil com a comunidade tropical configurava um dever do qual não poderia esquivar-se. Sua pretensão à “potência média” implicava em obrigações na ordem da condução dos destinos da civilização tropical de origem luso-hispânica. Segundo o entendimento do sociólogo, ao “Brasil de hoje abrem-se se oportunidades de povo condutor de povos tropicais menos adiantados”, pois sua

civilização simbioticamente lusotropical ou hispanotropical talvez seja a mais completamente integrada, a mais vivamente criadora e também a mais dinâmica das modernas civilizações que se desenvolveram nos trópicos (...) uma civilização predominantemente cristã senão nos seus motivos, nas suas formas de vida, que se integra no trópico sem renunciar ou repudiar o que no seu passado europeu é suscetível de tropicalização.⁴¹⁹

A ação brasileira movida no sentido de criar laços com as regiões que integravam a comunidade tropical deveria inscrever-se, segundo Freyre, em uma estratégia política, dada as circunstâncias apresentadas no período. Com base nessa sugestão, o sociólogo verifica a ausência, por parte do governo brasileiro, da criação de medidas destinadas a uma maior aproximação com as civilizações lusotropicals e hispanotropicals. Sobre esse ponto, salienta:

É sob o aspecto político que o Brasil, como líder máximo de civilização lusotropical e como um dos líderes principais, senão o principal, das modernas civilizações lusitanas, em particular e hispânicas e não-hispânicas, em geral, mais dinamicamente modernas, situadas nos trópicos, se mostra ineficiente.⁴²⁰

⁴¹⁹ FREYRE, 1960, pp. 52-53.

⁴²⁰ *Ibidem*, p. 53.

A fala configura-se, portanto, numa sugestão para que a aproximação do Brasil com as nações tropicais compreendesse um “trabalho político”, para o qual concorreria a “comum origem ibérica” da comunidade tropical.

Mencionando as “circunstâncias atuais”, que marcavam a pressão exercida pelas duas potências do período sobre as sociedades tropicais, Freyre discute a proposta de constituir-se o Brasil em líder “de uma articulação de forças” cujo resultado seria a reunião das “populações de formação lusitana, em particular, e as de formação hispânica, em geral, situadas em espaços tropicais, sob uma unificadora ‘consciência de espécie’”. Esse procedimento encontraria amparo nos “interesses comuns” partilhados pelas regiões tropicais, espaços que representariam, após a consolidação do processo de aproximação, um “tipo de civilização moderna do qual outras civilizações têm evidentemente o que assimilar, adotar ou utilizar, em proveito de relações mais saudáveis” com as populações tropicais.⁴²¹

Freyre aproveita a ocasião para fazer um apelo. Comentando as ações que caracterizam o conflito de interesses entre Estados Unidos e União Soviética, ações essas pensadas no sentido de projetar “valores estrangeiros”, não pela lógica da interpenetração cultural, mas por procedimentos de natureza imperial que visam a descaracterização das regiões tropicais em função do estabelecimento de plataformas culturais, econômicas e sociais distintas daquelas vinculadas à tradição ibérica. Sobre o tema, comenta o sociólogo:

Formam os trópicos uma parte do mundo em processo de uma modernização que será vã e precária se significar descaracterização desse meio-mundo em sub-Europa, ou em sub-Estados Unidos, ou em sub-Rússia, ou em sub-China.

⁴²¹ FREYRE, 1960, p. 54.

Nessa passagem, o sociólogo refere-se a status que, segundo o seu entendimento, passava a acompanhar as nações que ingressavam nos blocos capitaneados pelas “forças imperiais”. Na contramão desse processo, o contato dos hispânicos com as áreas tropicais fundamentava-se numa perspectiva que sinalizava para a simbiose cultural. Nesse sentido, o modo ibérico, luso-hispânico, de relacionamento com comunidades tropicais deveria ser observado pelas nações que procuravam expandir-se por intermédio da imposição de valores, pois das

(...) relações simbióticas entre hispanos e tropicais, entre europeus e o trópico, vem resultando um novo tipo de civilização com diferenças regionais de substância étnica e de base econômica, é certo, de um país para outro, mas com semelhanças preponderantes de formas de cultura sobre essas diferenças de substâncias: semelhanças nos processos de encontro da gente hispânica com a condição tropical. São processos esses, que vêm incluindo, ao lado da interpenetração sociológica de culturas, a biológica, de raças: a branca e as de cor.⁴²²

Munido de exemplos que sugeriam a especificidade das formações culturais originadas da expansão hispânica pelos trópicos, Freyre aponta que a “forma peculiar de estar no mundo” designada como lusotropical e hispanotropical deveria agir contra “pretensões imperialistas”. Por esse motivo, ganha forma, uma vez mais, a tese desenvolvida pelo sociólogo a partir de um entendimento muito particular da dinâmica inaugurada com o pós-guerra: a da necessidade de constituírem-se os povos hispânicos em uma “terceira solução” para os problemas apresentados à época na ordem de relacionamentos entre grupos e culturas, estimulados, em grande medida, segundo Freyre, pela política expansionista das superpotências, Estados Unidos e União Soviética. Nesta perspectiva, os povos luso-hispanotropicals, liderados pelo Brasil,

⁴²² FREYRE, 1960, p. 55.

formam “um complexo cultural que é um dos mais fortes e significativos do mundo de hoje”. Desse modo, a base de sua residiria no cumprimento da

missão que é a de oferecermos ou antes, sermos, uma terceira solução para os problemas de relações entre europeus e não-europeus, entre a Europa e os trópicos, entre a civilização europeia e as civilizações não-europeias.⁴²³

Ainda de acordo com a posição assumida por Freyre em relação ao embate de forças do período, caberia ao Brasil outra missão. Tocava “o dever de nos articularmos para articulados, oferecermos melhor resistência que dispersos aos imperialismos que nos ameaçam em certas áreas marcadas pela presença de tipo de civilização que representamos”. Todavia, assinala o sociólogo que tal resistência não seria “armada”, mas “moral” e “cultural”. Membro da grande civilização ibero-tropical, o Brasil, de cultura principalmente lusotropical, apresentava-se, portanto, como nação “nitidamente” diferente “das colonizações de ingleses”. Essa assertiva indicava o descompasso em entre os planos de civilizações como os Estados Unidos e o futuro de sociedades tropicais, que, assim como o Brasil, inscreviam-se culturalmente na tradição ibérica.

Forças “geopolíticas” e “etnocêntricas” moviam-se, de acordo com o sociólogo, com o objetivo de “absorver” a cultura ibérica, luso-hispânica, dos trópicos. “Refirme-me”, explica Freyre, “ao imperialismo russo-soviético, ao imperialismo dos Estados Unidos em competição com o russo-soviético em torno de áreas tropicais”. Ainda nesse campo de análise, refere-se ao imperialismo representado pela União Indiana, que, assim como os demais, representava perigo às áreas tropicais.⁴²⁴

⁴²³ FREYRE, 1960, p. 51.

⁴²⁴ Em 1961, Goa e Damão foram ocupadas pelas tropas militares indianas.

Expondo o alcance da missão que segundo seu entendimento competia ao Brasil, Freyre elabora um quadro explicativo pelo qual exhibe o grau de responsabilidade brasileira em relação às demais regiões tropicais. Confere especial relevo às áreas sob a administração colonial portuguesa, dentre as quais Angola, que assistiria, em 1961, à eclosão do movimento de independência. Assim, para o sociólogo, a um brasileiro

Apercebido dos seus deveres de solidariedade para com os povos que pertencem ao seu mesmo tipo de civilização específica não podem deixar de interessar aquelas populações como a de Goa, a de Moçambique, a de Angola, a da Guiné, a de Cabo Verde, que olham para o Brasil como para uma evidência irrecusável de que está em nosso tipo de civilização a solução mais adequada aos problemas de encontro de europeus com não-europeus em regiões tropicais e quase-tropicais.⁴²⁵

Conforme depreende-se da passagem acima transcrita, Freyre associa o destino das nações africanas à civilização liderada pelo Brasil. Este reunia os elementos culturais necessários para que se erguesse nessas regiões um padrão harmonioso de relações raciais. Desse modo, havia a necessidade de

(...) cada vez mais passarmos, os brasileiros, a pensar, a sentir e a agir como um povo em grande parte responsável pelo destino de outros povos, separados de nós por grandes distâncias físicas, porém próximos de nós pelas formas de cultura; e cujo futuro, como cultura em desenvolvimento, talvez seja inseparável do futuro brasileiro.⁴²⁶

Freyre, portanto, via com reserva a possibilidade de que as nações africanas viessem a ser orientadas por nações que não partilhassem de valores culturais tanto ibéricos como tropicais. A ameaça representada pelas ações imperialistas movidas pelos

⁴²⁵ FREYRE, 1960, p. 58.

⁴²⁶ Ibidem, pp. 58-59.

Estados Unidos e pela União Soviética reclamava do Brasil a tomada de consciência em relação ao seu papel de líder e “condutor espiritual” das regiões que compunham, por vínculos estabelecidos histórica e culturalmente, a civilização tropical. Para tratar desse ponto, o sociólogo baseia-se no referendo que sobre o assunto elaborou Roger Bastide. Segundo o antropólogo francês, o Brasil havia se tornado “potência demasiado grande para limitar seu destino à América do Sul”. A seu ver, constituía uma “nação que tem (...) papel internacional a desempenhar no mundo de hoje”.

Esse diagnóstico é redimensionado por Freyre. O sociólogo identifica uma “importância política” na missão brasileira. Sendo a especificidade da sociedade brasileira fruto de uma “civilização dinamicamente tropical”, deveria criar estratégias que concorressem para o desenvolvimento das regiões tropicais, num processo que resultasse na sedimentação da cultura ibérica, expandida pelo esforço colonizador lusitano e hispânico. Nessa perspectiva, Freyre assinala que a verdadeira missão do Brasil, que contrastava, em seus traços fundamentais, com os projetos elaborados pelas “superpotências imperialistas” da época, seria a de

(...) passarmos a pertencer de modo mais efetivo a um “mundo latino” que, a seu ver, deve erguer-se entre o “mundo anglo-saxônico” e o “mundo eslavo”, para salvar valores hoje ameaçados. A civilização latina estaria na Europa sob o perigo de imobilizar-se em formas arcaicas. O Brasil poderia concorrer para o seu rejuvenescimento. E desempenhando esse papel, seria a grande nação mediadora entre a América, a África e a Europa.⁴²⁷

“Não vejo”, conclui o sociólogo, “por que essa missão não possa ser desempenhada pelo Brasil”. Aperfeiçoar a civilização latina e inscrevê-la em um projeto civilizacional legatário dos valores associados à cultura ibérica consistiria, portanto, na

⁴²⁷ FREYRE, 1960, p. 59.

contribuição brasileira para o mundo. Para cumprir sua missão, deveria o Brasil, antes de tudo, “pragmaticamente” e “existencialmente”, fazer frente às “forças imperiais”, o que reclamava uma articulação

com os demais povos hispanotropicals, em geral, lusotropicals, em particular, numa possível comunidade federada, para que aquela sua mediação mais ampla represente, de início e concretamente, para o homem moderno, alguma coisa mais do que a experiência brasileira: um conjunto de experiências da parte de portadores de uma cultura da mesma origem europeia, que em vez de pretenderem guardar pura e apolínea essa cultura, a vem misturando e continuam a misturá-la a culturas não-europeias, criando novas culturas que se vêm adaptando aos trópicos sem sacrifício de valores, apurados pela experiência europeia. Dessas experiências históricas nos trópicos, a experiência brasileira talvez seja hoje a mais arrojada: a vanguarda de todas elas.⁴²⁸

A presença brasileira no vasto complexo de civilização hispanotropical lhe reservaria o direito de conduzir seu destino tendo como base os elementos inscritos na tradição ibérica, que, nos trópicos, entrara em processo de simbiose com tradições locais. Munido de tal base cultural, o Brasil construiria sua imagem em meio a um cenário marcado por propostas de “uniformização” e “ocidentalização”, esta última atribuída especificamente aos Estados Unidos. Como parte “de um conjunto lusotropical de civilização que por sua vez se estende num complexo maior”, o “hispanotropical”, os brasileiros, portanto, no entendimento do sociólogo, constituíam um povo duplamente ibérico: “hispanotropicals e não apenas lusotropicals”. Com base nessa assertiva, ficava reservada, na proposta de projeto de civilização arquitetada por Freyre para o Brasil, a primazia à cultura ibérica como conjunto de valores a guiar os rumos da sociedade brasileira.

⁴²⁸ FREYRE, 1960, p. 60.

Por esse motivo, a condição de “povo americano” não deveria isolar o Brasil do desenvolvimento hispânico de civilização. Portanto, não deixa de ser “arbitrária” a separação, do ponto de vista “histórico-social”, “histórico cultural” ou “sociológico”, “que se faça do português do complexo hispânico a que ele pertence”. Em extensão, tal argumento poderia ser estendido ao brasileiro: em seus “principais característicos é um povo hispânico”. Sob essa perspectiva, a sociedade brasileira constituía um “desenvolvimento hispânico na América e no trópico, primeiro porque ser português é ser hispânico, sem ser, é claro, espanhol ou castelhano”. A própria Espanha também participou e “vem participando da formação brasileira”, que se conserva “em seus traços essenciais hispânica”.⁴²⁹

A cultura ibérica, que nos trópicos acentuou-se por meio do processo de “relações simbióticas”, formava os alicerces da civilização tropical, de natureza hispânica e particularmente portuguesa, fundada sob as bases do catolicismo, e que tinha no Brasil o seu líder. Restava apenas à sociedade brasileira

(...) tornar-se consciente dessa sua situação e dessa sua responsabilidade, através de uma política de cultura que, sem prejuízo dos seus deveres para com as demais repúblicas do continente americano, projete sua imagem sobre outras áreas, não sob o aspecto de um imperialismo mas, ao contrário, de um anti-imperialismo.⁴³⁰

Nesse sentido, o Brasil deveria levar adiante uma “política de cultura”. Projetar a sua imagem como organização cultural luso-hispânica para além da América Latina, o que apenas seria possível por intermédio de uma ação voltada a um alcance “transnacional”. Em outros termos, no período marcado pelos projetos que propunham uma reorganização mundial com base principalmente nos elementos que definiam as

⁴²⁹ FREYRE, 1960, pp. 60-61.

⁴³⁰ Ibidem, p. 63.

civilizações representadas por soviéticos e norte-americanos, a sociedade brasileira, expressão cultural formada no seio das tradições ibéricas, funcionaria como “terceira via” alternativa à expansão imperialista. Isso porque a sistemática que conduziria a projeção da civilização tropical estaria alicerçada na premissa da “superação da condição étnica pela cultural”, processo para o qual concorreria não a lógica da uniformidade, mas aquela que apostava na interpenetração cultural.

“Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje” propõe ainda um diálogo com o jogo de forças à época travado por Portugal e pelos Estados Unidos no âmbito das pautas sobre a questão colonial discutidas na ONU. Nesse sentido, Freyre dedica uma breve, porém sugestiva, atenção às propostas ensaiadas por antropólogos, políticos e sociólogos anglo-americanos em relação à presença portuguesa “nos trópicos”. Estes, segundo o sociólogo, produziam um discurso cujo objetivo consistia em deslegitimar a política colonial portuguesa estabelecida na África e no Oriente, para o que colocavam-se “ingênua e talvez romanticamente a favor daqueles desígnios imperialistas norte-americanos”.⁴³¹

Nessa passagem, Freyre trabalha com questões que remetem às críticas que se avolumavam em relação à manutenção portuguesa de colônias na África e no Oriente. Após assumir o papel de membro efetivo da ONU, em 14 de dezembro de 1955⁴³², Portugal ficou regularmente sobre pressão dos demais países membros, os quais sinalizavam a inconsistência da política colonial portuguesa em relação aos princípios que circularam as propostas de criação da organização, enfeixados na Carta das Nações

⁴³¹ Ibidem, p. 31.

⁴³² Nessa direção, com a “entrada de Portugal na ONU, em 1955, inicia-se um novo período para a política externa portuguesa, marcado pela contestação internacional à política colonial do Estado Novo. Primeiro, ao nível ideológico, o embate com o anticolonialismo reinante na Assembleia Geral das Nações Unidas e, depois, ao nível político e militar, com a questão da Índia e o início dos conflitos de descolonização em três teatros de guerra africanos.” Cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano. “Portugal e a NATO: 1949-1989.” In: *Análise Social*. Vol. XXX (133), 1995 (4º), 803-818.

Unidas (1945), que em seu artigo 73 dispõe sobre o direito de autodeterminação dos povos⁴³³. Não se mostrando disposto a inserir as possessões portuguesas nesse pressuposto, Portugal, alegando as especificidades “orgânicas” que distinguiam seu processo de colonização das demais empresas coloniais, argumento para o qual concorreram as ideias apresentadas por Freyre sobre a positividade dos contados estabelecidos por portugueses com áreas tropicais, foi alvo de constantes críticas do governo norte-americano. Impulsionadas pelas discussões promovidas pela ONU em torno do desarmamento, do colonialismo, da questão racial e dos Direitos Humanos, as censuras construídas pelos Estados Unidos à presença portuguesa na África exigem do governo português a mobilização de recursos capazes de gerenciar uma propaganda positiva de sua empresa colonial.

Os conflitos entre Portugal e países membros da ONU à propósito do colonialismo são anteriores à década de 1960, tendo sua origem nos anos iniciais que marcaram o ingresso do país na organização. Em 1956, Dag Hammarskjöld, Secretário-Geral da ONU, remete uma nota ao governo português pela qual questiona se Portugal

⁴³³ A nação portuguesa, em meio a esse cenário, enfrentou acirradas dificuldades em justificar a sua posição colonial. A diplomacia norte-americana, além de vetar a entrada de Portugal na ONU, manteve contato com alguns dos movimentos nacionalistas em África, principalmente em Angola, uma tentativa de barrar a influência soviética nos territórios africanos. A ascensão de um cenário político que acentuaria a necessidade de formação de alianças e de apoio internacional, com Estados Unidos e União Soviética como os principais polos de aglutinação de influências, motivaram o convite para que Portugal integrasse a OTAN. Embora constituísse um organismo originalmente formado apenas por nações com plataforma política democrática, a estratégica localização dos Açores para o programa militar dos Estados Unidos abriu espaço para o ingresso de Portugal na OTAN. Os Estados Unidos não poderiam se desfazer da importância estratégica dos Açores. Indispor-se com Portugal seria um exercício que traria riscos à estabilidade militar. Assim, em 1961, um ano antes da data prevista para o fim do acordo de cessão dos Açores, Kennedy reúne-se com o Conselho de Segurança veta qualquer tentativa que visasse alargar atitudes radicais contra Portugal. No entanto, o ingresso de Portugal na OTAN não foi conduzido sem que se violassem alguns dos princípios originalmente definidos pela organização, como, por exemplo, a norma de que apenas nações democraticamente constituídas poderiam integrá-la. Em todo caso, ao dividir espaço com nações democráticas ocidentais como membro da OTAN, Portugal beneficia-se da ausência de ataques a sua estrutura política, o que pode ser entendido como um indício do “fechar de olhos derivados da política da Guerra Fria.” Apesar de conceder apoio à causa anticolonialista, os Estados Unidos não combateram ou manifestaram-se criticamente ao fato de Portugal manter-se na condição de país colonizador. Cf. ROSAS, Fernando. A Europa, os Estados Unidos e o Brasil de JK apoiaram a ditadura de Oliveira Salazar. *Universidade e Sociedade*, Brasília, ano XI, nº 26, fevereiro de 2002. Entrevista concedida ao autor. Lisboa, 25 de junho de 2001.

administrava “territórios não-autônomos”. Em caso de resposta afirmativa, caberia ao país fornecer um balanço contendo “dados estatísticos ou de outro caráter técnico relativo às condições econômicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são responsáveis”⁴³⁴. Tal resolução atendia ao artigo 73 da Carta das Nações, que pressupunha a imprescindibilidade completa de autogoverno dos territórios ainda envoltos no jugo colonial.

Atendendo a essa solicitação, o governo português informou em resposta que, sob o amparo da Constituição vigente desde 1933, Portugal não possuía colônias e não administrava territórios sem autonomia. As “províncias ultramarinas”⁴³⁵ integravam o Estado português, não havendo, portanto, elementos de diferenciação entre esses territórios e Portugal.

Iniciada a Guerra Colonial em Angola, em março de 1961, Portugal sentiu abater-se sobre sua política colonial uma contumaz onda de críticas. Sua imagem internacional como nação “racista”, resolução a qual chegaram Libéria, Gana, República da Guiné e Índia ao avaliarem a inconsistência entre o colonialismo português e a Carta das Nações, suscitou um amplo conjunto de medidas patrocinadas pela ONU buscando avaliar a questão colonial. Os movimentos de independência que a partir de Angola irradiam-se para outras regiões africanas administradas por Portugal,

⁴³⁴ MAGALHÃES, José Calvet de. *Portugal e as Nações Unidas. A Questão Colonial (1955-1974)*. Lisboa: IEEI, 1996, pp. 13-14.

⁴³⁵ Em 1951, Portugal substituiu o termo “colônia” por “províncias ultramarinas”, sendo essas entendidas como uma continuidade da nação portuguesa⁴³⁵. O governo mostrou-se convencido da importância de excetuar sua administração colonial em vista das demais. Iniciativas políticas com vistas à participação na lógica de formação de alianças e de bases de apoio, que à época ditavam os rumos dos acordos internacionais entre diferentes nações, também circularam as ações do governo português. É nessa perspectiva que o regime português adere, em 1960, à Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), o que, em certa medida, dissimulou o isolamento do país no que se refere à permanência do seu domínio colonial na África. Com o fim da Guerra, “a Europa Ocidental começou a orientar-se para a integração e Salazar seguiu-lhe os passos, tentando manter-se a par dos debates sobre o futuro do continente”. Cf. CORREIA, Pedro Pizarra. *Descolonização*. Cf. BRITO, José Maria Brandão de (dir). *Do marcelismo ao fim do império*. Braga: Círculo de Leitores, 1999, p. 147.

gerou desafios na ordem das resoluções elaboradas pelo Conselho de Segurança da ONU.

Por essa época, Portugal deixa de contar com o apoio dos Estados Unidos. Altera-se, portanto, uma tendência verificada desde a adesão efetiva de Portugal na ONU. De uma política de tolerância e de “neutralidade benevolente” em relação à empresa colonial portuguesa, os Estados Unidos passam a votar a favor de medidas que previam a discussão da questão colonial.

A mudança de postura do governo norte-americano em relação à manutenção por parte de Portugal de territórios coloniais na África e na Ásia fora em grande parte decorrente das medidas adotadas pela nova gestão de John Kennedy. Subindo ao poder em 1961, Kennedy procura organizar uma plataforma política internacional capaz de opor obstáculos à influência soviética no continente africano⁴³⁶. Nesse sentido, ganha corpo uma política externa que apostava na autonomia das regiões africanas ainda sob o domínio colonial, o que desagradava diretamente o governo português. A atuação dos Estados Unidos na ONU passa a refletir, portanto, os traços dessa nova postura. A adoção de uma política anticolonialista, fundamentada nos princípios que na Carta das Nações estabeleciam a autodeterminação dos povos, inaugura uma nova fase nas relações entre os Estados Unidos e Portugal.⁴³⁷

No dia 10 de março de 1961, após execução da proposta sugerida pela Libéria, o Conselho de Segurança da ONU põe em discussão a questão colonial angolana. No

⁴³⁶ Sobre a política externa montada pela equipe de Kennedy em relação às nações africanas, consultar MAHONEY, Richard D. *JFK: Ordeal in Africa*. New York: Oxford UP, 1983.

⁴³⁷ Em “Portugal e a NATO (1949-1989)”, Nuno S. Teixeira relata as tensões entre Salazar e Kennedy: “Por outro lado, do ponto de vista americano, o ano de 1961 coincide com a subida ao poder da administração Kennedy e sua política intervencionista no sentido de fazer inflectir a política colonial de Salazar. O cruzamento destas duas posições, ou seja, a intransigência de Salazar na sua política colonial e o intervencionismo de Kennedy sobre essa mesma política, teve reflexos imediatos no relacionamento entre Portugal e os Estados Unidos e, em particular, no que respeita à cooperação bilateral em matéria de Defesa”. Cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano, op. cit., p. 811.

entanto, a resolução que decidiria pela pesquisa dessa questão encontrou voto favorável apenas dos Estados Unidos, da União Soviética, do Ceilão, a Libéria e da República Árabe Unida. Concomitantemente a essas investidas, o governo norte-americano fia-se cada vez mais numa campanha de apoio à independência das colônias africanas.

Portugal, por seu turno, protege-se mediante uma política que restringia quaisquer tentativas que buscassem promover a realização de visitas, por parte de representantes legais da ONU, ao território angolano, bem como a elaboração de relatórios que avaliassem a situação colonial na região. Nesta direção, a estratégia montada à época por Franco Nogueira, Diretor Geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), foi a de não conceder informações e não aquiescer à ideia de visitas de comissões da ONU aos territórios africanos. Caso o permitisse, no entendimento do ministro, Portugal estaria reconhecendo que possuía “colônias ou territórios não-autônomos”. Desse modo, qualquer exigência da ONU em relação à obtenção de informações sobre o modo como as províncias ultramarinas eram administradas representaria “uma interferência” nos “assuntos internos” de Portugal.

Para Franco Nogueira, havia um plano por trás da hostilidade norte-americana em voltarem-se a favor de resoluções que tinham como base a revisão da situação colonial africana. Segundo o ministro, os votos hostis significavam a existência de “um plano dos EUA para pôr Portugal fora da África e que os países ocidentais não se apercebiam disso”. Ainda nessa perspectiva, registra, em seu diário, publicado sob o título “Um político confessa-se”, que “se tudo isto não é uma colossal malha, então não sei o que seja. Aliás, na Embaixada de Espanha, depois de um jantar, Elbrick⁴³⁸ veio ter

⁴³⁸ Charles Burke Elbrick (1908-1983), foi Embaixador dos Estados Unidos em Portugal durante a administração de John Kennedy.

comigo e foi claro: ‘Os Estados Unidos apoiam sem restrição a autodeterminação em África’”.⁴³⁹

Contudo, não obstante as pressões canalizadas pela ONU para que fosse operada uma sondagem da situação colonial nos territórios africanos administrados por Portugal, Salazar e sua cúpula política mantiveram-se firmes no projeto de manutenção das províncias no ultramar. Visto como país que “atrasava o relógio da História”, a nação lusitana mostrou-se inflexível à nova realidade política e cultural descortinada no pós-guerra. Sua defasagem em relação ao processo de descolonização era revelada pela insistência em manter-se como nação colonizadora, o que de fato ocorreu até meados da década de 1970.

Com base no que foi exposto, depreende-se que o discurso de Freyre sobre a positividade assente na colonização portuguesa de regiões tropicais também seguia na contramão dos projetos postos em discussão na ONU, alguns dos quais escalonaram a necessidade de se conferir autonomia às regiões africanas tuteladas pelo governo português.

O que aqui se coloca em relevo é o fato de que a defesa da originalidade da formação cultural brasileira empreendida por Freyre reclamava a formulação de uma aceção positiva da tradição ibérica. Legado da colonização portuguesa, os valores ibéricos de civilização foram, no contato simbiótico com os sistemas culturais africanos e indígenas, responsáveis pela definição do ethos nacional do Brasil.

No período pós-guerra, as análises de Freyre desenvolvidas no sentido de sinalizar a especificidade brasileira em relação aos dois “regimes imperiais”, o “russo-

⁴³⁹ NOGUEIRA, Aberto M. Franco. *Um político confessa-se. (Diário-1960-1968)*. Lisboa: Civilização Editora, 2006, p. 157. Nogueira relata que Salazar havia lhe confessado que não seria a “atmosfera internacional” hostil que faria Portugal “mudar” a sua “política”. O governo não “iria ceder ou fingir que cedia aos americanos”.

soviético” e o “anglo-americano”, deram forma a ideia segundo a qual a transposição de “estrangeirismos” provenientes das duas potências agiria negativamente sobre a base cultural luso-hispânica, expressão maior da identidade brasileira. Nessa perspectiva, para que permanecesse distante dos problemas que assolavam, por exemplo, o campo das relações entre grupos raciais distintos nos Estados Unidos, o Brasil precisaria preservar os valores ibéricos. Redesenhados a partir de processos constantes de inter-relações com outras formas culturais, esses valores passaram a compor estruturas que apenas poderiam ser encontradas nos trópicos, especialmente no Brasil. Dentre essas, a plasticidade, a tolerância, o catolicismo e o incentivo à simbiose cultural acabaram conduzindo à construção de uma noção de civilização que diferia substancialmente, por exemplo, daquela originada da cultura anglo-saxônica e que conhecia nos Estados Unidos o seu principal representante.

É certo que em suas análises Freyre procurou dilatar as considerações a respeito da contribuição ibérica para as civilizações. Nesse exercício, regiões africanas e asiáticas pertencentes ao império ultramatino português passaram a compor um esquema interpretativo que via no desenvolvimento dessas regiões a construção de futuros “brasis”. Em Freyre, tal empreendimento, vale ressaltar, não surgira de uma ação indiferente. Foi antes regido por um princípio: o de defesa da cultura ibérica, luso-hispânica, como elo entre o Brasil e suas tradições, sua identidade e seu caráter nacional. Indicar os aspectos positivos da colonização portuguesa, inclusive em regiões africanas, atendia, portanto, ao objetivo de apresentar ao mundo uma imagem positiva da sociedade brasileira como resultado da obra de expansão empreendida por Portugal. A cristalização de um juízo capaz de projetá-la como organização cultural dotada dos mais altos atributos passava pela exaltação da presença ibérica pelo mundo.

Brasil: membro da civilização Hispanotropical. A sociedade brasileira como “terceira força” no pós-guerra.

Na conferência “Uma área de civilização em desenvolvimento: a Hispanotropical”, proferida na X Reunion Internacional del CEDI (Centro Europeu de Documentação e Informação), realizada em Madrid entre os dias 7 e 9 de julho de 1961, que esteve subordinada ao tema central *El Occidente em esta hora de iberoamérica*, Gilberto Freyre procurou conferir rigor à tese que associava o Brasil à civilização hispanotropical, espaço que se apresentava com amplas possibilidades no que se referia à projeção de valores de cultura alternativos àqueles articulados ao programa de expansão das duas grandes “forças imperiais” da época. Em outras palavras, Freyre confere rigor à ideia segundo a qual a comunidade hispanotropical, como um todo, e o Brasil, de modo particular, poderiam agir no sentido de transformarem-se numa “terceira força”, que agiria sobre a imposição de valores provenientes das civilizações anglo-americana e russo-soviética, às voltas com embates políticos e ideológicos que tinham como meta uma reorientação das sociedades a partir de suas matrizes culturais.

Partindo da definição que atribui à noção de “área” um entendimento, além de geográfico, sócio-antropológico, Freyre a compreende como “‘conjunto de fenômenos’ – isto é, fenômenos no espaço social ou sociocultural condicionado pelo biofísico – tendo ‘característicos comuns unificadores’”. Com base nesse referendo, o sociólogo parte da ideia de que seria possível caracterizar “área” como sendo o

(...) conjunto de espaços tropicais que são caracterizados pela presença, em espaços sempre tropicais ou quase-tropicais, de traços de cultura, talvez menos europeus que cristãos – sociologicamente cristãos – na sua configuração; e trazidos a esses espaços por

espanhóis e portugueses e mantidos, nos mesmos espaços, por descendentes de espanhóis e portugueses ou por continuadores, alguns biologicamente não-ibéricos, das formas principais ou decisivas de cultura construídas por alguns daqueles traços; e sempre, ou quase sempre, mantidas e conservadas – *essas formas decisivas, mas não imperiais, de cultura* – com tal elasticidade que é característico comum de tais espaços e hoje característico expressivamente unificador de todos eles a persistência daquelas formas originariamente europeias de cultura e ainda predominantemente europeias – e não apenas cristãs – em várias sub-áreas, com modificações que representam um tendência constante e geral para sua vária adaptação a condições também constantemente tropicais de vida e para sua alteração.”⁴⁴⁰

Nesse sentido, a área de civilização tropical, formada a partir da cultura ibérica, apresentava-se como expressão cultural que em seus traços decisivos contrapunha-se às formas imperiais de cultura. Freyre, neste particular, conforme veremos adiante, referia-se aos Estados Unidos e à União Soviética, os dois grandes sistemas imperiais da época.

O texto fundamenta-se na exposição dos traços que singularizavam o complexo hispânico de civilização em relação às demais civilizações. Constituíam-se em uma área cujos atributos possibilitavam uma resposta positiva, por exemplo, ao problema racial, que acompanhava o destino de algumas nações modernas.

Integravam os povos tropicais de origem ibérica “uma realidade ecológica e cultural” denominada “hispanotropical”. Portadora de cultura predominantemente “ibérica ou hispânica”, esta civilização compunha um “conjunto transregional” de valores culturais e, de um ponto de vista político-cultural, um “conjunto multinacional também de cultura”.⁴⁴¹

⁴⁴⁰ FREYRE, Gilberto. “Uma área de civilização em desenvolvimento: a Hispanotropical.” In: X Reunion Internacional del CEDI (Centro Europeu de Documentação e Informação). *El Occidente em esta hora de iberoamérica*. Madrid, 7 a 9 de julho de 1961, p. 2. Portugal. AHD-MNE. Ministério do Ultramar. Gabinete de Negócios Políticos- Repartição de Negócios Políticos. Gilberto Freyre, 1961.

⁴⁴¹ FREYRE, 1961, p. 3.

A ação da cultura hispânica sobre os trópicos, em geral, e sobre o Brasil, em particular, resultou numa civilização que estava “longe de confundir-se com as simplesmente coloniais fundadas por outros europeus na mesma área”.⁴⁴² Desse modo, os espaços tropicais colonizados por hispanos e portugueses partilhavam de uma mesma tendência: o amalgamento étnico e cultural, aspecto não observado como um dos componentes dos demais sistemas coloniais, raiz de conflitos raciais que tomavam forma em civilizações como a representada pelos Estados Unidos, formados pela mística racial anglo-saxônica.

A apresentação do Brasil como “terceira força” é estabelecida com base em uma apreciação acerca das “investidas imperiais” trazidas a efeito pelos Estados Unidos e pela União Soviética. De acordo com Freyre, havia entre as nações tropicais uma “consciência de espécie”, em sentido sociológico, que reunia elementos importantes na criação de uma plataforma de ação capaz de rechaçar “absorções imperialistas” que promoveriam um acervo cultural estranho à herança ibérica das sociedades situadas nos trópicos. Desse modo, as várias nações que enfeixavam a comunidade ibero-tropical, regidas por um passado comum, bem como por problemas similares que se apresentavam no presente, deveriam tornar-se mais “próximas umas das outras, de modo a formarem uma comunidade senão ostensivamente política, econômica e de cultura”, considerando-se que a partir dessa união advir a possibilidade desse

(...) conjunto de civilizações afins vir a desempenhar, num mundo, como o atual, cada vez mais voltado para os espaços tropicais como zonas possíveis de expansão de valores imperialmente boreais – os quais são hoje principalmente os anglo-americanos e os russo-

⁴⁴² FREYRE, 1961, p. 4.

soviéticos – um papel de ‘terceira-força’ cultural em áreas tropicais, capaz de opor a essas penetrações, resistências consideráveis.⁴⁴³

Na avaliação feita pelo sociólogo, “nenhum desses dois sistemas imperiais (...) se apresentará capaz de verdadeiramente superar os povos hispanotropicals como civilizações já simbioticamente eurotropicals.” Para tanto, precisariam aguçar a consciência de que valiam como grande civilização devido ao fato de terem sido formados pela cultura ibérica, expandida por Espanha e Portugal em contato com as áreas tropicais.

A articulação das civilizações hispanotropicals em um grande sistema transnacional de cultura, de economia e de política, apresentava-se, a partir da leitura elaborada por Freyre sobre o clima da época, como uma necessidade, “não direi geopolítica, mas, em face de expansões às vezes intituladas geopolíticas, ecológicas, como se sua articulação decorresse principalmente das situações chamadas naturais ou geográficas”.⁴⁴⁴

A forma de interpretação hispânica da relação de ibéricos com populações tropicais constituía um exemplo de prática de expansão cultural. Dela podem “necessitar os próprios anglo-americanos e os próprios russo-soviéticos para a reinterpretação de seus sistemas de relações com as áreas hoje consideradas retardadas”. Ambos representavam sistemas “hoje animados do afã de aumento de produtividade econômica, sobretudo industrial, por meios mecânicos válidos nos espaços boreais”, e que, por essa razão, não poderiam ser transpostos de maneira indiscriminada para as sociedades tropicais. Não haveria, portanto, validade dos elementos que definiam a expansão russa e anglo-americana para o “desenvolvimento da civilização humana, em geral, e de

⁴⁴³ FREYRE, 1961, pp. 4-5.

⁴⁴⁴ Ibidem, p. 5.

civilizações não-coloniais nos trópicos, em particular”.⁴⁴⁵ Ainda nessa direção, Freyre escreve que “alguns dos próprios apologistas desses mesmos sistemas começam a duvidar” do poder de alcance de uma proposta de expansão calcada numa lógica economicista.

Buscando conferir rigor à ideia que aponta para o descompasso entre os objetivos envoltos nas práticas expansionistas dos Estados Unidos, o sociólogo mobiliza os argumentos desenvolvidos sobre o tema pelo geógrafo norte-americano Carl Sauer, presentes na obra *The Agency of Man on the Earth*, de 1956.

Ao questionar o alcance do projeto trazido a efeito pelo sistema anglo-americano de “anglo-americanização do mundo”, pergunta-se o geógrafo:

(...) a estrada que estamos construindo para o mundo afora: nós sabemos onde ela levará? Prestamos pouca atenção às formas nativas e aos seus produtos. Pois em vez de sair para aprender e partilhar as experiências e preferências desses povos, estamos agindo para introduzir nossos caminhos e considerar atraso o que não está de acordo com nossa pátria. Apresentamos e recomendamos ao mundo um modelo do que funciona bem conosco no momento, sem nos importar que talvez estejamos destruindo sábios e saudáveis sistemas nativos de viver e de lidar com a terra. O clima industrial moderno (hesito em acrescentar clima intelectual) é insensível a outros modos e valores.⁴⁴⁶

Valendo-se das ideias que foram expressas por Sauer, Freyre propõe a assimilação por parte de soviéticos e anglo-americanos dos valores hispânicos de civilização. Do modo como foram estabelecidos os contatos dos hispânicos com os trópicos orientais e americanos deveriam inspirar-se a União Soviética e os Estados Unidos, isso para

⁴⁴⁵ FREYRE, 1961, p. 6.

⁴⁴⁶ SAUER, Carl, 1956 apud FREYRE, op. cit., p.6.

(...) reinterpretem e humanizem seus atuais sistemas de expansão de valores imperiais entre populações consideradas atrasadas de modo absoluto. Incapazes –segundo alguns expansionistas – de ensinarem aos invasores ou dominadores técnicas que resultam de longa e profunda experiência; de longos períodos de identificação do homem com os meios.⁴⁴⁷

Os hispânicos lograram, nestes termos, desenvolver nos trópicos uma civilização que, tendo o Brasil líder e representante de destaque, possuía o “vigor das modernas civilizações”. Sua expansão estabeleceu-se, sobretudo, com base na interpenetração de valores e de culturas, sem prejuízo para as áreas tropicais. Esse aspecto a distanciava consideravelmente do processo de colonização empreendido pelos europeus não-hispânicos (ingleses, franceses e holandeses). Na avaliação de Freyre, do “resultado desigual dos dois tipos de colonização europeia nos trópicos”, a hispânica moveu-se, em certas áreas, por “desígnios cristãos”. Constituiu, portanto, em comparação com a colonização “não-hispânica”, uma expansão antes cristocêntrica que etnocêntrica. É prevalência desses princípios que definem a conduta de algumas das principais nações modernas. Nesse sentido, obras de processos distintos de colonização, Brasil e Estados Unidos apresentavam-se como representantes de culturas e de civilizações diferentes.

Sobre essa questão, Freyre ancora-se no entendimento que fez sobre o assunto o historiador e sociólogo indiano K. M. Panikkar. Na obra *Asia and Western Dominance*, publicada em 1953, Panikkar chama a atenção para a natureza distinta do modo ibérico e do modo anglo-saxônico de estabelecer contatos com as regiões tropicais. Associa o triunfo dos portugueses no Oriente tropical ao caráter sociologicamente cristocêntrico de sua expansão, fundada na tarefa “mais de cristianizar que de europeizar os trópicos e o Oriente”. O sistema hispânico de colonização, representado por lusitanos e espanhóis,

⁴⁴⁷ FREYRE, Gilberto. “Uma área de civilização em desenvolvimento: a Hispanotropical.” In: X Reunion Internacional del CEDI (Centro Europeu de Documentação e Informação). *El Occidente em esta hora de iberoamérica*. Madrid, 7 a 9 de julho de 1961, p. 7. Portugal. AHD-MNE. Ministério do Ultramar. Gabinete de Negócios Políticos- Repartição de Negócios Políticos. Gilberto Freyre, 1961.

contrapôs-se à “dominação ocidental” levada a cabo pelos demais grupos europeus nas áreas tropicais. Reconhece, portanto, o sociólogo indiano as “virtudes no esforço português ou hispânico” e nega que esses traços positivos tenham se verificado no processo colonial encabeçado por “europeus do Norte”, isso em decorrência do fato de ter “o ânimo exageradamente etnocêntrico” ter sido superado, “no português, em particular, e no hispano, em geral”, pelo “ânimo cristocêntrico”.⁴⁴⁸

As comunidades tropicais originadas a partir da cultura hispânica teriam que desenvolver-se respeitando as premissas presentes em sua formação. Assim, Freyre encarava como “lamentável” ver um “espanhol ou um português, desgarrado das melhores tradições hispânicas, pretender incluir a civilização hispânica naquela ‘solidariedade europeia’ à qual de fato essa civilização não pertence senão de modo secundário”.⁴⁴⁹ Os descompassos entre o grande complexo civilizacional representado por espanhóis, portugueses e as regiões tropicais em relação às demais comunidades construídas pelos demais europeus⁴⁵⁰ careciam, pois, de uma apreciação mais detida, a fim de que, deste exercício, fossem eliminadas as possibilidades dos trópicos desviarem-se da constante ibérica em prol de tendências estrangeiras.

A missão a ser desempenhada pela civilização tropical, que assumiria traço antropológico e sociológico, tornaria possível a projeção de cultura que culminaria na

⁴⁴⁸ FREYRE, 1961, p. 9.

⁴⁴⁹ Ibidem, pp. 9-10.

⁴⁵⁰ Para Freyre, havia uma nítida diferenciação no modo pelos qual os diversos grupos europeus conduziram suas empresas coloniais. Nessa perspectiva, os verdadeiros princípios cristãos acompanharam de perto a colonização ibérica dos trópicos, resultando em uma civilização que, a exemplo da capitaneada pelo Brasil, reunia todos os atributos que lhe facultavam uma expansão de valores culturais caros ao encaminhamento de um perfil harmonioso de relações raciais, ao passo que europeus “influenciados pelo anglo-saxonismo dos Protestantes”, ao optarem pela substituição radical dos elementos culturais nativos pelo que entendiam constituir a “verdadeira cultura”, concorreram para a segregação que, no presente, resultaria em conflitos de relacionamento interétnico.

promoção de um novo perfil de relações entre grupos. Esse processo, conforme salienta o sociólogo, não seria conduzido sob a lógica imperialista, vigente à época.

Sobre a especificidade da colonização hispânica dos trópicos, Freyre registra o parecer favorável elaborado pelo antropólogo inglês Evans-Pritchard acerca de suas ideias sobre o assunto. O relato feito pelo sociólogo assume traços bastante sugestivos, pois indica a tônica dos assuntos divulgados no exterior.

Ainda há poucos meses, ao receber-me em Oxford com as melhores graças da hospitalidade exxoniana, o catedrático de Antropologia Social da mais antiga das universidades inglesas, Professor Evans-Pritchard, concordava comigo quanto a esse caráter da colonização hispânica dos trópicos, geralmente tida, entre tropicalistas superficiais, por principalmente aventureira; ou por estreitamente teocrática. A verdade parece ser que nem o aventureirismo – presente, não há dúvida, na mesma colonização, de modo às vezes pernicioso – nem o teocratismo – também dela característico, às vezes sob formas que se extremaram em durezas como que calvinistas, como as de Jesuítas no Brasil, em contraste com sua plasticidade no extremo Oriente – foram sua tendência predominante. Essa tendência ou rumo predominante talvez venha a ficar claramente demonstrado, à proporção que novos documentos relativos à mesma colonização forem aparecendo e que a reinterpretação de alguns dos antigos se for operando sob o critério de valorizar-se neles antes a parte considerada até hoje secundária que a sistematicamente glorificada, ter sido a de se fixarem os hispanos em áreas quentes e entre populações, culturas ou civilizações tropicais, absorvendo ou assimilando delas o máximo de substâncias compatíveis com as formas principais do seu Cristianismo hispano-romano e do seu comportamento europeu.⁴⁵¹

A moderna civilização hispanotropical seria, portanto, um resultado direto da conciliação de valores e culturas operada durante o processo de expansão hispânica pelas regiões tropicais. O legado da colonização ibérica dos trópicos foi, portanto, a simbiose hispano-tropical e luso-tropical. Essa integração, na avaliação de Freyre, constituía a principal característica da comunidade ibero-tropical, e, por essa razão, deveria ser continuada por nações como o Brasil. Autorizava, ainda segundo o sociólogo, a descrição ou caracterização da simbiose entre hispanos e lusitanos com as

⁴⁵¹ FREYRE, 1961, p. 10-11.

regiões tropicais como fundamento da criação de um espaço que “se distingue na quase totalidade das sociedades e culturas fundadas por outros europeus nos mesmos espaços, exatamente pelo muito que há neles de já integrado ou em processo de integração”.⁴⁵² Nesse sentido, dado o distanciamento dos princípios que marcaram um e outro sistema colonial, isto é, o empreendido pelos povos ibéricos e aquele desenvolvido por outros grupos europeus, ao Brasil, exemplo de maior expressividade da civilização hispanotropical, caberia harmonizar-se culturalmente com sua tradição ibérica.

O modo hispânico de “estar no mundo” seguia a tendência ibérica no relacionamento com povos tropicais: a propensão para a interpenetração cultural. Essa expressão não apenas definia, mas justificava a montagem de um programa de difusão de valores associados à civilização tropical, de matriz ibérica, lusitana e hispânica. Com base nesses argumentos, Freyre sugere que o Brasil saísse em defesa e que promovesse a expansão dos elementos que caracterizavam a “simbiose Hispano-tropical, em geral, ou Luso-tropical, em particular”. Líder da civilização tropical, a sociedade brasileira teria sua “missão” determinada pela propagação do que em sua cultura poderia realizar o reparo no modo como algumas nações vinham conduzindo programas de relacionamento com os espaços tropicais. Segundo Freyre, em análise que dialogava com as agendas políticas dos “grandes poderes” imperiais da época, os Estados Unidos e União Soviética enxergavam nessas regiões apenas um escoadouro de ideologias e valores culturais estranhos ao que configurava o núcleo cultural brasileiro.

Em síntese, Freyre conclui a sua exposição sobre a civilização hispanotropical indicando que “países norte europeus” e os Estados Unidos deveriam reconhecer no Brasil um exemplo incontestado do fato de constituírem os trópicos um grande complexo civilizacional, cuja originalidade atrelava-se ao arsenal cultural ibérico. Desse modo, o

⁴⁵² FREYRE, 1961, p. 12.

Brasil, em particular, apresentava “situação especialíssima” que tornava possível a compreensão do resultado positivo legado pela presença ibérica nos trópicos, no que se destacava o ajustamento de culturas e o empenho em fornecer uma solução pacífica para os problemas raciais.

Em *Novo mundo nos trópicos*, obra lançada em 1971, Freyre resgata a tese que apresentava o Brasil como expressão pioneira de um novo tipo de civilização. Formação cultural gestada no seio da cultura ibérica, o Brasil despontava como nação cuja principal característica associava-se “à relativa benignidade nas relações (...) entre os vários grupos étnico-culturais”.⁴⁵³

Nessa direção, as várias sociedades que formavam a civilização tropical, que tinha no Brasil o seu líder, concorriam “para favorecer, nesta parte da América, sob a forma de uma civilização moderna em ambiente tropical, uma democracia dinamicamente étnica”. O futuro dessas sociedades não poderia abdicar de tradições e de expressões culturais que compreendiam a “totalidade do seu passado”.

A política de expansão das comunidades tropicais deveria obedecer a um plano de relações que, sem negar “novos valores”, decorrentes de “situações novas”, não deveria desfazer-se de elementos essenciais da tradição. Essa região, de origem “principalmente europeia, potencialmente hispânica, especificamente portuguesa”, não poderia ser tratada como “simples apêndice ‘latino’ da Anglo-América”. O Brasil, em particular, despontava neste “vasto espaço nacional dos trópicos” como “povo cuja cultura europeia é principalmente *hispânica* – ou *ibérica* – e católica, e cuja composição étnica também é consideravelmente hispânica ou ibérica: principalmente de origem portuguesa”. Constituía a “maior, ou pelo menos, a mais avançada, civilização moderna

⁴⁵³ FREYRE, Gilberto. *Novo mundo nos trópicos*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1971, p. 29.

criada e em processo de desenvolvimento em região tropical”. Tal avanço devia-se, em grande parte, ao fato de ter concorrido para um amplo processo de democratização étnica, “senão perfeita – bastante imperfeita, ainda – avançada”, mostrando-se permanecer um “exemplo de diversidade ou de pluralidade étnica e cultural”.⁴⁵⁴

Todos esses traços deveriam ser examinados de perto quando do estabelecimento de relações com outras nações. Estabelecer políticas de aproximação com nações formadas na tradição ibérica comporia uma plataforma pela qual se manteriam os traços essenciais da cultura brasileira. Nesse sentido, tratando das tendências que agiram vigorosamente na definição do perfil brasileiro de civilização, Freyre situa, em planos opostos, Brasil e Estados Unidos no que se referia à questão racial. Na avaliação feita pelo sociólogo, a “tendência para o fusionismo étnico e cultural tem sido no Brasil mais decisiva como base para atitudes de significação e de expressão nacional, de ordem política, ou mesmo cultural, do que nos Estados Unidos”.⁴⁵⁵

Ao abordar especificamente a comunidade luso-brasileira, Freyre entende essa formação cultural como uma realidade capaz de manifestar-se transnacionalmente, rompendo os limites tropicais, servindo inclusive de modelo para as nações europeias, bem como para os Estados Unidos. Isto sugere, em associação à ideia de constituir-se o Brasil em líder dessa comunidade, a “vitalidade cultural não só portuguesa como brasileira” de oporem-se a tentativas de desconstrução das bases nacionais.⁴⁵⁶

Na obra *Além do apenas moderno*, publicada em 1973, Freyre retomaria o tema relativo ao hispanismo da sociedade brasileira e sua relação com o tempo presente.

⁴⁵⁴ FREYRE, 1971, pp. 160-165.

⁴⁵⁵ Ibidem, pp. 165-166.

⁴⁵⁶ Freyre exemplifica a situação expondo o exemplo da presença de alemães no sul do país, que buscavam constituir-se em minoria étnico-cultural, desfigurando o modelo brasileiro de ajustamento de grupos e etnias distintos em um único complexo cultural.

Composta de matérias inéditas, a obra funda-se principalmente na análise das possibilidades de os povos hispânicos virem a contribuir na redefinição dos quadros de civilização que se moviam substancialmente dentro de uma lógica da industrialização e da automação. Freyre trabalha com a tese de que o Brasil deveria projetar-se pelas lentes do hispanismo. “Somos”, escreve o sociólogo, “uma gente hispânica, sendo também uma gente situada no trópico e localizada na América”. Nessa perspectiva, entre “os nossos futuros possíveis estão futuros que se ligam principalmente à nossa condição de hispanos, outros principalmente à nossa condição de tropicais, ainda outros, à nossa condição de gente, em grande parte, mestiça, situada no trópico”.⁴⁵⁷ Ao Brasil, portanto, civilização tropical formada pela cultura hispânica, competiria criar estratégias que articulassem seu futuro ao de nações que com ele dividiam a tradição ibérica.

Com base na ideia que acenava para uma associação do Brasil com o conjunto maior das nações tropicais, o sociólogo desencoraja a participação do país em uma comunidade “pan-americana”: Sobre essa questão, assinala: “Nada de pan-americanismo – pode-se sugerir – como filosofia de futuro brasileiro que junte nossos futuros apenas ao monoliticamente continental da América, sob a predominância dos Estados Unidos”.⁴⁵⁸

Desse modo, é possível perceber uma linha de continuidade que sinaliza para a relação entre as ideias trabalhadas pelo sociólogo no período com um pensamento já presente em textos elaborados na década de 1940.

Na avaliação feita pelo sociólogo, a “reabilitação” do mundo teria que ser conduzida por um processo “tradicionalmente hispânico”. Formula ainda o argumento de que a noção hispânica de tempo compunha a forma adequada capaz de fazer frente à

⁴⁵⁷ FREYRE, Gilberto. *Além do apenas moderno: sugestões em torno de possíveis futuros do homem, em geral, e do homem brasileiro, em particular*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1973, p. 8.

⁴⁵⁸ *Ibidem*, p. 9.

ideia calvinista, atrelada, sobretudo, à noção de “monetarização do tempo”. Como cultura ao mesmo tempo hispânica e tropical, o Brasil seria líder de um projeto de expansão de valores e de expressões socioculturais de origem hispânica, funcionando como resposta humanista à civilização “burguesa, capitalista, industrial e imperial”, afeita ao “tempo dinheiro” e ao “tempo cronométrico”, traços esses característicos do “neocapitalismo que se desenvolve nos Estados Unidos”.⁴⁵⁹ Este, assim como a União Soviética, apresentavam-se como exemplos de civilizações predominantemente econômicas, “pan-industriais”, orientados por um projeto do qual sobressai a preocupação em reorganizar o mapa mundial com base unicamente nas tradições “ianque-capitalista” e “russo-soviética”.

Anos depois, o sociólogo retomaria essas ideias, mormente aquelas que associavam o Brasil à civilização hispânica. Em “O Brasil com um novo tipo de civilização”, de 1976, reforça a ideia que via na tendência brasileira para a harmonização étnica um exemplo a ser seguido por outros povos. Nesta direção, baseado na tese que estabelecia o Brasil como “terceira via” no pós-guerra, capaz de guiar o destino de “jovens” nações por constituir de modelo no que toca à questão racial, o sociólogo comenta:

São nações várias das jovens repúblicas da África e do Oriente ainda desorientadas e inseguras, e, por isso, anti-europeias e até fazendo, alguma delas, da *negritude* uma perigosa mística racista. A essas como a outras nações novas pode aproveitar a experiência de um Brasil há mais de século independente e há quatro séculos em desenvolvimento, primeiro pré-nacional, depois nacional, como civilização de tendência etnicamente democrática e, por isto, em grande parte, mais que isto, metarracial no trópico.⁴⁶⁰

⁴⁵⁹ FREYRE, 1973, p. 134

⁴⁶⁰ FREYRE, Gilberto. “O Brasil com um novo tipo de civilização”. *Jornal do Comércio*, 4 de abril de 1976, p. 12. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF Grifo nosso.

Em seguida, define a base hispanotropical como responsável pela construção da civilização brasileira:

Sendo especificamente brasileiro, esse novo tipo de civilização e, nas suas características mais amplas, vigorosamente hispanotropical pelo que inclui de valores tanto portugueses como espanhóis integrados em ambiente tropical e misturados a valores mouros, ameríndios, africanos, sírios, e não apenas ingleses, franceses, italianos, alemães, poloneses, semitas, anglo-americanos, também presentes em civilização tão complexa. Paradoxalmente, quase se poderá dizer: tão singularmente plural, além de complexa. Pois a formação do Brasil – singularmente brasileira – *foi duplamente hispânica: portuguesa e também espanhola.*⁴⁶¹

Constituindo-se em um “processo social e culturalmente revolucionário”, o Brasil poderia considerar-se dono de uma formação ímpar. Uma de suas principais características estava associada à “tendência para soluções mistas de crises que vêm decorrendo de embates entre contrários; a tendência para expressões de cultura”, formada por diversas combinações, que resultaram em um ajustamento harmônico de contrários.

Nestes termos, Freyre acentua a tese segundo a qual o Brasil, como líder de um sistema de civilização transnacional de matriz luso-hispanotropical, poderá vir, dentro desse sistema, a “ombrear-se com o transnacionalmente anglo-saxônico e com o transnacionalmente eslavo, tão vigorosos nos nossos dias”.

Ao versar sobre os trabalhos que foram apresentados no Seminário de Tropicologia da Universidade Federal de Pernambuco, em 1976, Freyre acentuou alguns estudos que tiveram por tema as responsabilidades do Brasil como nação tropical moderna. Dentre esses estudos, destacou especialmente o desenvolvido por Marcos Vinícius Vilaça, que, em uma proximidade com as teses há muito discutidas pelo

⁴⁶¹ FREYRE, 1976, p. 13.

sociólogo pernambucano, abordou precisamente as “novas responsabilidades do Brasil como potência emergente”. Essas responsabilidades consistiriam, na avaliação de Vilaça, em um esforço integrado de articulação com outras nações do trópico. Isso porque o “futuro brasileiro não se desprende do futuro dos trópicos. Caminhamos juntos, brasileiros e homens de outros trópicos, para destinos em grande parte comuns”.⁴⁶²

Na esteira de uma ideia já acentuada em trabalhos anteriores, Freyre, calcado no que havia constituído o núcleo da intervenção de Vilaça no seminário, aproveita a ocasião para tratar do fato de constituir-se o Brasil, daí sua responsabilidade, em um exemplo no campo das relações raciais. Para tanto, traz a exame o que foi delineado por Toynbee sobre o assunto. Nas palavras do sociólogo,

O historiador Arnold Toynbee foi como saiu do Brasil: certo de que aqui se elaborava, através da miscigenação, solução para conflitos interraciais capaz de ser adaptada a outras gentes, mesmo as de formação étnico-social menos favorecidas pelas circunstâncias desde os primeiros dias da colonização do Brasil atuantes entre nós.⁴⁶³

A democracia étnica “caracteristicamente brasileira” seria “suscetível de ser adaptada a outras situações”. Impulsionar e estimular este avanço compunha a principal “missão” do Brasil no período, servindo, como vinham sugerindo os trabalhos do sociólogo, de “terceira via”, espécie força que atuaria no sentido de propor soluções que escapavam ao domínio dos Estados Unidos e da União Soviética, principalmente aqueles que giravam na órbita dos conflitos raciais. Nesse sentido, a “solução brasileira

⁴⁶² FREYRE, Gilberto. “Novo prestígio do Brasil tropical entre gentes não-tropicais”. *Jornal do Comércio*, 11 de abril de 1976, p. 11. Fundação Gilberto Freyre/ Recife-PE/ CEDOC/FGF.

⁴⁶³ *Ibidem*, p. 12.

de problemas chamados raciais, mas na verdade sociais, é uma dessas soluções, partidas de gentes tropicais, de problemas de convivência humana” que precisaria ser seguida de perto inclusive por povos não-tropicais. Tal tendência genuinamente brasileira facultava sua projeção como “potência tropical”.

Considerações finais

Pensando o Brasil a partir de sua vivência no exterior⁴⁶⁴, desenvolve-se em Freyre, em Oxford (1931), um “afã” “pan-ibérico”, um sentimento de proximidade intrínseca do Brasil com a comunidade luso-hispânica:

Estava eu no começo dessa minha consciência pan-ibérica de simples candidato, mal saído da adolescência, a escritor, quando em Oxford, na Inglaterra, conheci o então mestre de literaturas ibéricas naquela universidade, o Professor de Arteaga – antecessor de Salvador de Madariaga – que um dia me sugeriu permanecesse eu no burgo oxoniano como seu assistente. Sugestão que confesso ter me seduzido, de tal modo correspondia o meu afã pan-ibérico e ao meu encanto pela vida na Oxford daqueles dias. Mais forte, porém, que esse encanto foi o meu outro empenho, também daqueles dias e que dura até hoje: o de reintegrar-me no trópico de que sou nativo, não como simples brasileiro, mas como brasileiro pan-ibérico.⁴⁶⁵

Freyre, nessa perspectiva, sinaliza para o fato de que, como “estudante universitário no estrangeiro”, viu-se na contingência, “diante de culturas fortes” (em vigor nos Estados Unidos, na França e entre a comunidade anglo-saxônica), de resguardar-se das “culturas imperiais”. Tal processo exigiu uma revalorização dos “valores culturais brasileiros” e dos “valores ibéricos”, em geral⁴⁶⁶. Nesse processo,

⁴⁶⁴ Freyre, em anotações acerca do período de estudos no exterior, registrou o impacto que a cultura ibérica, luso-hispânica, exerceu sobre sua formação intelectual, apesar do fato de ter frequentado ambientes acadêmicos marcados predominantemente pela cultura norte-americana e pela cultura europeia. Revela o autor, em estudo publicado no final da década de 1960, que não foi “o primeiro brasileiro que, estudante em universidades estrangeiras, se sentisse atraído, por força, em grande parte, dessas circunstâncias, e favorecido, em grande parte, pela distância do seu próprio país – para o estudo antropológico e sociológico do Brasil”. Da lista dos que pensaram o Brasil a partir da vivência no exterior, retém alguns nomes, tais como José Bonifácio, Luís Pereira Barreto e Manoel de Oliveira Lima. In: FREYRE, Gilberto. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1968, p. 49.

⁴⁶⁵ FREYRE, 1968, p. 176.

⁴⁶⁶ Os temas que eram do interesse de Freyre o conduziram ao Oxford Spanish Club, local de tertúlias e de debates cujo núcleo residia no atentar para os aspectos culturais formadores da tradição hispânica. Neste clube, Freyre travou contato com Don Francisco de Arteaga, professor de Literatura Espanhola e Cultura Hispânica. Sobre sua presença como membro desse clube, comentou: “Vejo-me, nesse clube, entre dois dos meus maiores amores: o amor à Inglaterra e o amor à Espanha. O seu presidente já disse que é Esme Howard Junior, de quem, desde Paris, me sinto amigo. Numerosos os hispanófilos de Oxford.

firmou-se como intelectual integrado aos “valores espanhóis”, e não “apenas nos portugueses”, descobrindo que na cultura ibérica residia o núcleo da formação cultural brasileira e que o hispanismo caracterizava os brasileiros tanto quanto definia os “espanhóis” ou os “hispano-americanos do México, da Colômbia ou do Equador”. Esse processo foi decisivo para que viesse a tomar “consciência de sua condição” de intelectual vinculado às tradições ibéricas, o que lhe permitiu “falar, de igual para igual ao anglo-saxão”.⁴⁶⁷

Sobre a incontinência do fator hispânico em face do elogio europeu ao tecnicismo, Freyre escreveu certa vez que a falta de adaptação hispânica ao “ritmo europeu começou com a vitória do sentido técnico ou mecânico de vida – o sentido imperialista germânico e norte-americano, ou seja, de ‘Progresso’ sobre o sentido de ‘Civilização’”. À exaltação do progresso e da ideia do homem como “fabricador de instrumentos” identificaram-se “triunfalmente os nórdicos”.⁴⁶⁸ O contraponto entre o estilo norte-americano e o hispânico de civilização constituiu-se no ponto de partida pelo qual foram matizados os aspectos simbólicos que deveriam presidir a sociedade brasileira:

Os hispanos, almas intensas demais para limitarem-se ao sentido de ‘Progresso’, deixaram-se distanciar pelo passo largo, americano, do Progresso mecânico, técnico, material – do qual entretanto tão melancolicamente cansado se está tornando o mundo. O mundo de

Conversamos sobre autores espanhóis. *Vives* [Humanista e filósofo espanhol de expressão] é aqui muito estimado. Decerto um dos motivos dessa estima é ter estado ele em Oxford, onde lhe foi dado um título de doutor h. c. Está aqui muito em voga San Juan de La Cruz. Mais que Santa Teresa. O teatro espanhol é apreciado como o maior rival (o grego estando fora de competição) do inglês”. In: FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos (trechos de um diário de adolescência e a primeira mocidade 1915-1930)*. 2ª ed. São Paulo: Global, 2006, p. 164.

⁴⁶⁷ ALCÂNTARA, Marco-Aurélio de. Gilberto Freyre e a cultura hispânica. In: AMADO, Gilberto (Org.). *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962, pp. 18-20.

⁴⁶⁸ FREYRE, Gilberto. *Tempo de aprendiz: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926)*. Vol. 2. São Paulo: IBRASA, 1979, p. 259.

novo sente, ou começa a sentir, ânsia daquele ritmo de intensa criação que morreu com o século XVII.⁴⁶⁹

Ainda no que concerne aos aspectos que estiveram presentes em sua primeira formação e que acabariam definindo e servindo de suporte para a sua intervenção nas principais questões que marcaram o pós-guerra, vale ressaltar que, nos Estados Unidos, no início da década de 1920, Freyre travou contatos com os *Agrarians*, que, de um modo geral, buscaram desenvolver um projeto de sociedade para o Sul dos EUA que fosse capaz de diferenciá-lo dos valores articulados “à sensibilidade vitoriana” e a todos os elementos que sinalizavam para o “aburguesamento da vida”. Nesse momento, ocorre a conversão de Freyre ao catolicismo, o que dá início a sua posição crítica em relação ao protestantismo. Conforme vimos, o contraponto estabelecido pelo sociólogo entre os valores cristãos católicos e os protestantes figurou com força em toda a sua obra, sendo inclusive uma expressão constante em suas intervenções que procuravam elencar pontos que distinguiam o Brasil de outras nações.

Interagindo com as principais questões colocadas pelo pós-guerra, Freyre exporia com vigor todos os aspectos que definiram sua formação intelectual. Com base nesses elementos, identificou na cultura ibérica a conjunção de um conjunto maior de valores que respondiam pela pujança da formação cultural brasileira.

Desse modo, o Brasil precisaria ater-se a esses princípios que, para Freyre, significavam a contribuição ibérica ao desenvolvimento dos trópicos. Longe de se deixar guiar por aspectos que não encontrassem amparo direto nos preceitos da cultura ibérica, o Brasil deveria ser conduzido por uma tradição que havia lhe garantido uma posição de destaque entre as nações que compunham os espaços tropicais.

⁴⁶⁹ Ibidem, pp. 259-260.

Em uma parcela considerável de seus trabalhos, Gilberto Freyre desenvolveu a ideia segundo a qual os valores culturais ibéricos, representados pela presença luso-hispânica no Brasil, resultaram na construção de uma sociedade que, em muitos aspectos, diferenciava-se de outras civilizações, como, por exemplo, a europeia e a norte-americana. Distinção essa trabalhada pelo sociólogo já em suas primeiras obras, ganhou fôlego e sistematicidade durante as disputas ideológicas que marcaram a Guerra Fria.

Representando um tipo específico de civilização, o Brasil reunia condições de projetá-lo como uma espécie de “terceira cultura” no pós-guerra, funcionando como “terceira solução” para os “problemas de relações entre europeus e não-europeus”, entre norte-americanos e os países latino-americanos. Poderia, portanto, de um modo geral, vir a servir de exemplo para sociedades atingidas com problemas na ordem das “relações raciais”⁴⁷⁰. O humanismo cristão, a cordialidade, a resolução pacífica de conflitos e o conjunto maior dos valores que definiam a cultura ibérica são escalonados como indicativos da positividade presente na formação da sociedade brasileira.

Nesse esforço para indicar os traços que conferiam singularidade ao Brasil, o que inviabilizava, por exemplo, a importação de projetos civilizacionais que não deitassem raízes nas tradições ibéricas, luso-hispânicas, Freyre estabeleceu comparações entre o país e outras nações. Pulula, portanto, a partir desse exercício, um quadro expressivo de comparações entre a civilização brasileira e aquela representada, por exemplo, pelos Estados Unidos, sendo este entendido como expressão maior dos desdobramentos da colonização europeia.

⁴⁷⁰ FREYRE, Gilberto. “Uma área de civilização em desenvolvimento: a Hispanotropical.” In: X Reunion Internacional del CEDI (Centro Europeu de Documentação e Informação). *El Occidente em esta hora de iberoamérica*. Madrid, 7 a 9 de julho de 1961, p. 7. Portugal. AHD-MNE. Ministério do Ultramar. Gabinete de Negócios Políticos- Repartição de Negócios Políticos. Gilberto Freyre, 1961, p. 57.

Incurtionando por temas que sinalizavam para a relação do Brasil com a cultura ibérica, Freyre, em trabalhos publicados no final da década de 1950 e início da década de 1960⁴⁷¹, destacou a ênfase por ele conferida aos assuntos que giravam em torno da civilização luso-hispanotropical. Nesses trabalhos, o Brasil desponta como líder de uma civilização que pagava tributo às tradições ibéricas.

Assim, o relatório produzido para a ONU, em 1954, deu a tônica do diálogo estabelecido por Freyre com as questões que ganharam forma no pós-guerra. Tratando das causas que conduziam aos “conflitos étnicos e raciais” na comunidade Sul-Africana, o sociólogo define não apenas dois perfis coloniais, um encabeçado pelas nações ibéricas, e um outro, levado a cabo pelas demais nações europeias, mas, de um modo mais amplo, as diferenças entre a civilização ibero-tropical, representada pelo Brasil, e aquelas geradas a partir da presença da cultura e dos valores anglo-saxônicos. Nesse relatório, portanto, Freyre faz perceber os elementos que, resultado da presença ibérica em sua formação, alçavam o Brasil à categoria de representante de um projeto promissor de civilização. Isso porque, animada por uma tendência cristocêntrica, a expansão portuguesa e hispânica resultou na construção de uma civilização cristã católica nos trópicos, da qual o Brasil apresentava-se como principal representante. Conforme assinalou, em 1961, em *Uma área de civilização em desenvolvimento: a hispanotropical*, o Brasil foi antes o resultado de uma ação “hispanicamente cristocêntrica”, em contraponto à forma “etnocêntrica europeia” de expansão.

Em suma, ao inserir o Brasil no grande complexo civilizacional luso-hispanotropical, Freyre resgatou o que considerou consistir a positividade dos valores

⁴⁷¹ “(...) os convites que me vêm sendo feitos quase sempre têm sido para que discorra pura e simplesmente sobre aquelas matérias: eu é que sempre procuro introduzir na discussão delas exemplos senão especificamente brasileiros, hispânicos ou ibéricos; e ultimamente hispano – ou lusotropicalis”. Cf. FREYRE, Gilberto. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1968, p. 61.

culturais ibéricos que atuaram na construção do *ethos* nacional brasileiro. Diante disso, chegamos à conclusão que, na exposição desses valores, o sociólogo pernambucano promoveu a tese segundo a qual o Brasil reunia um conjunto específico de atributos culturais capazes de apresentá-lo como “terceira força cultural”, espécie de projeto de civilização alternativo às disputas ideológicas que marcavam a dinâmica da Guerra Fria.

Referências Bibliográficas.

ALCÂNTARA, Marco-Aurélio de. Gilberto Freyre e a cultura hispânica. In: AMADO, Gilberto (Org.). *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

ALMEIDA, Miguel Vale de. *Um mar da cor da terra: “raça”, cultura e política da identidade*. Oeiras. Celta, 2000.

AMADO, Gilberto (Org.). *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

ANDRADE, Mário Pinto de. *Antologia da Poesia Negra de expressão Portuguesa*. Paris: Pierre Jean Oswald, 1958.

_____. *Antologia temática de poesia africana. Na noite grávida de punhais*. Lisboa: Sá da Costa, 1975.

_____. *Origens do nacionalismo africano*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

_____. “Qu-est-ce que le luso tropicalismo?”. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04330.008.006>. Acesso em 16 de setembro de 2013.

ANDREWS, George Reid. *Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano*. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n30/v11n30a08.pdf>. Acesso em 18 de setembro de 2013.

ANTÓNIO, Mário. *Luanda “ilha” crioula*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de; FALCÃO, Joaquim. *O imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

AZEVEDO, Cândido de. *Mutiladas e proibidas: para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*. Editorial Caminho, 1997.

BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na Visão dos Intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 1998.

BASTOS, Cristina. Tristes trópicos e alegres luso-tropicalismos: das notas de viagem em Lévi-Strauss e Gilberto Freyre. In: *Análise Social*, vol. XXXIII, 1998, p. 415-432.

BAGANHA, Maria Ioannis. Emigração. In: ROSAS, Fernando & BRITO, José Maria Brandão de (Organizadores). *Dicionário de história do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 294-297.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. Ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo*. São Paulo: Editora Anhembi limitada, 1955.

BASTOS, Elide Rugai. *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno*. Bauru, SP: Edusc, 2003.

_____. *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2006.

_____. *Brasil, um outro ocidente? Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. In: www.fundaj.gov.br/clacso/paper10.doc. Acesso em 17 de novembro de 2011.

_____. Os autores brasileiros e o pensamento hispânico. Disponível em <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fbiblioteca.clacso.edu.ar%2Far%2Flibros%2Fanpocs%2Ffrugai.rtf&ei=EFPUUaWLI6q3yQHEzoCYCA&usg=AFQjCNG1UN3mHaHW8ILtTaP7zgD9WU9wLA&sig2=R8I0iSv9NjY2ksqnQOOTxg&bvm=bv.48705608,d.aWc>. Acesso em 03 de julho de 2013.

BENDER, Gerald J. *Angola sob o domínio português. Mito e realidade*. Lisboa: Sá da Costa, 1980.

BRAGA-PINTO, César. *Os “desvios” de Gilberto Freyre*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n76/17.pdf>. Acesso em 13 de fevereiro de 2014.

BRANDALISE, Carla. “O conceito de América Latina: hispanos americanos e panlatinidade europeia”. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5115346>. Acesso em 27 de agosto de 2013.

BRESCIANI, Maria Stella. A casa em Gilberto Freyre: síntese do ser brasileiro. In BRESCIANI, Maria Stella; CHIAPPINI, Ligia (orgs). *Literatura e cultura no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre interpretes do Brasil*. São Paulo, Editora Unesp, 2005.

Boletim Geral das Colônias. XIII - 150 (Número dedicado à Exposição Histórica da Ocupação e I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo). Portugal: Agência Geral das Colônias, nº 150 - Vol. XIII, 1937, 390 páginas.

BOXER, Charles R. *Relações raciais no império colonial português (1415-1825)*. Porto: Afrontamento, 1963.

BURKE, Peter; PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Repensando os trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre*. Tradução de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. Tese de Doutorado em Antropologia. FFLCH/USP, 2007.

CABRAL, Amílcar. “Prefácio.” In DAVIDSON, Basil. *A libertação da Guiné: Aspectos de uma revolução africana*. Lisboa: Sá da Costa, 1975.

CANCELLI, Elizabeth. Intelectualidade e poder: inconformidade na Guerra Fria. In: *ArtCultura*. Uberlândia-MG, n.º 9, jul.-dez. de 2004.

_____. Caminhos de um mal estar de civilização: reflexões intelectuais norte-americanas para pensar a democracia e o negro no Brasil. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 171-187, jan.-jun. 2008.

CANDIDO, Antonio. O jovem Florestan (“Palestra feita pelo autor no Ato *Presença de Florestan Fernandes*, organizado pelo Instituto de Estudos Avançados na Sala do Conselho Universitário da USP em 5 de outubro de 1995”). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100003. Acesso em 29 de abril de 2014.

CANTRIL Apud DIMAS, Antonio. Nas ruínas, o otimismo. In: DIMAS, Antonio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs). *Reinventar o Brasil. Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Editora da USP, 2006.

CANTRIL, Hadley (org.). *Tensions that cause wars*. Urbana, University of Illinois Press, 1950. Disponível em: <http://www.questia.com/read/3472245/tensions-that-cause-wars>. Acesso em 29 de abril de 2014.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Ensaio latino-americanos: “caráter nacional” e construção de estereótipos. In: *História* (São Paulo) v.32, n.1, p. 162-174, jan/jun 2013 ISSN 1980-4369. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v32n1/10.pdf>. Acesso em 02 de fevereiro de 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Edison. *Antologia do Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

CASTELO, Cláudia. “O modo português de estar no mundo”. *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

_____. *Leituras da correspondência de portugueses para Gilberto Freyre*. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7134.pdf>. Acesso em 02 de novembro de 2011.

_____. *Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre*. Disponível em:
http://www2.iict.pt/archive/doc/bHL_Ano_VI_16_Claudia_Castelo__Uma_incursao_no_lusotropicalismo.pdf. Acesso em 05 de janeiro de 2014.

CATROGA, Fernando; MENDES, José Amado; TORGAL, Luís Reis. *História da História em Portugal (sécs. XIX-XX). Da historiografia à memória histórica*. Vol. II. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

CHABAL, Patrick. *Vozes Moçambicanas. Literatura e Nacionalidade*. Porto: Veja, 1994. (Coleção Palavra Africana, dirigida por Ana Mafalda Leite).

CHACON, VAMIREH. *Gilberto Freyre: Uma Biografia Intelectual*. São Paulo: Ed. Nacional, 1993.

CHAVES, Rita. *A formação do romance angolano*. São Paulo: Coleção Via Atlântica, 1999.

_____. Imagens da utopia: o Brasil e as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. In: *Ipotesi*, v.3, Editora UFJF, jan/jun, 1999.

_____. Colonialismo e vida literária no império português. In: *Literatura e Sociedade*, nº 6, Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada/FFLCH/USP, São Paulo, 2001-2002.

CHAVES, Rita; MACEDO, Tânia (orgs.). *Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa*. São Paulo: Alameda, 2006.

CHAVES, Wanderson da Silva. *O Brasil e a recriação da questão racial no pós-guerra: um percurso através da história da Fundação Ford*. Tese Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) - USP, 2011.

CORREIA, Pedro Pizarata. Descolonização. In: BRITO, José Maria Brandão de (dir). *Do marcelismo ao fim do império*. Braga: Círculo de Leitores, 1999.

CRUZ E SILVA, Rosa. O nacionalismo angolano, um projeto em construção no século XIX através de três periódicos da época: O pharol do povo, o tomate e o desastre. In: BRAGANÇA, C. A. T (org.). *Angola, etnias e nação*. Moscou: Embaixada da República de Angola na Federação da Rússia e Instituto África da Academia de Ciências da Rússia, 2003.

CORREIA, Pedro Pizarat. Descolonização. In: BRITO, José Maria Brandão de (Direcção). *Do marcelismo ao fim do império*. Braga: Círculo de Leitores, 1999, p. 101-224.

COSTA PINTO, António. *O fim do Império português*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

COUTINHO, Odilon Ribeiro. *Gilberto Freyre ou o ideário brasileiro*. Rio de Janeiro:

TOPBOOKS, 2005.

CRUZ, Manuel Braga da. *O partido e o Estado no salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

D'ANDREA, Moema Selma. *A tradição (re) descoberta: Gilberto Freyre e a literatura regionalista*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

DAVIDSON, Basil. *Révolution en Afrique: la liberation de la Guinée Portugaise*. Paris: Editions du Seuil, 1969.

DÁVILA, Jerry. Raça, etnicidade e colonialismo português na obra de Gilberto Freyre. In: *Revista de Ciências Sociais*, PUC-Rio, nº 7, jul/dez, 2010, p. 153-174.

_____. O último colonialista. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-ultimo-colonialista>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2014.

_____. Entre dois mundos: Gilberto Freyre, a ONU e o apartheid sul-africano. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/319/275>. Acesso em 22 de fevereiro de 2014.

DAILY PRINCETONIAN, Volume 72, Nº 34, 26 February 1948. Disponível em <http://libserv23.princeton.edu/princetonperiodicals/cgi-bin/princetonperiodicals?a=d&d=Princetonian19480226-01.2.7&srpos=2&e=-----194-en-20--1--txt-IN-hadley+cantril----1948>. Acesso em 19 de agosto de 2013.

DIMAS, Antonio. Nas ruínas, o otimismo. In: DIMAS, Antonio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs). *Reinventar o Brasil. Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Editora da USP, 2006.

ESPÍRITO SANTO, Alda. *É nosso o solo sagrado da terra. Poesia de protesto e luta*. Lisboa; Ulmeiro, 1978 (Coleção Vozes das Ilhas, nº 1).

EVERDOSA, Carlos. *Roteiro da literatura angolana*. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 1979.

FANOM, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

_____. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador. EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Annie Gisele; OLIVEIRA, Paulo Motta (orgs.). *Literatura portuguesa Aquém-Mar*. Campinas: Editora Komedi, 2005.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, DIFEL, 1972.

FERREIRA, Manoel. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. São Paulo: Ática, 1987.

FERRO, Marc (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FONSECA, Edson Nery da. Gilberto Freyre conciliador de contrários. *Ciência & Trópico*. Recife, n. 15, v. 2, p. 169-174, jul./dez. 1987. Disponível em http://bvgf.fgf.org.br/portugues/critica/artigos_cientificos/gilberto_conciliador.htm. Acesso em 19 de setembro de 2013.

FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940.

_____. *Uma Cultura Ameaçada: a Luso-Brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

_____. *Interpretação do Brasil. Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1947.

_____. *Quase Política*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1950.

_____. FREYRE, Gilberto. “Internationalizing Social Science”. In: CANTRIL, Hadley (org.). *Tensions that cause wars*. Common statement and individual papers by a group of social scientists brought together by UNESCO Urbana, University of Illinois Press, 1950.

_____. “A rara capacidade do português para a colonização, posta em relevo por Gilberto Freyre”. In: *Província de Angola*, 5/11/1951.

_____. Le role des noirs dans la civilization brésilienne. *UNESCO, Le Courier*, 1951, Agosto/Setembro de 1952.

_____. *Um brasileiro em terras portuguesas: Introdução a uma possível luso-tropologia, acompanhada de conferencias e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1953.

_____. *Manifesto Regionalista de 1926*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura: Os Cadernos de Cultura, 1955.

_____. *A propósito de frades*. Bahia: Universidade da Bahia, 1959.

_____. “Uma política transnacional para o Brasil de hoje”. Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 1960, p. 30. Portugal. AHD-MNE. Ministério do Ultramar. Gabinete de Negócios Políticos- Repartição de Negócios Políticos. Gilberto Freyre, 1960

_____. *O Luso e o Trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

_____. “Uma área de civilização em desenvolvimento: a Hispanotropical.” In: X Reunion Internacional del CEDI (Centro Europeu de Documentação e Informação). *El Occidente em esta hora de iberoamérica*. Madrid, 7 a 9 de julho de 1961, p. 7. Portugal. AHD-MNE. Ministério do Ultramar. Gabinete de Negócios Políticos- Repartição de Negócios Políticos. Gilberto Freyre, 1961.

_____. *O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças: conferência proferida no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*, Lisboa [s.n.], 1963.

_____. Interação eurotropical: aspectos de alguns dos seus vários processos, inclusive o lusotropical. *Journal of Inter-American Studies*. Gainesville, n. 8, p. 1-10, janeiro de 1966.

_____. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1968.

_____. *Tempo morto e outros tempos (trechos de um diário de adolescência e a primeira mocidade 1915-1930)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1975a.

_____. *O brasileiro entre os outros hispanos: afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975b.

_____. *Livro do Nordeste*. ed. fac-similada. Recife: Secretaria da Justiça, Arquivo Público Estadual, 1979.

_____. *Tempo de aprendiz: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926)*. Vol. 2. São Paulo: IBRASA, 1979.

_____. *Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 50ª ed. São Paulo: Global, 2005 (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil-1).

_____. *Inglês no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

_____. *Novo mundo nos trópicos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

_____. *Além do apenas moderno*. 2ª ed. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2001.

_____. *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

_____. *Aventura e Rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. São Paulo: É Realizações, 2010.

_____. “Elimination des Conflits et Tensions Entre Las Races: Méthodes employées dans diverse pays notamment ceux où les conditions se rapprochent le plus de la situation dans l’Union Sud-Africaine,” Nations Unies Assemblée Generale, Comissão das Nações Unidas Para l’Etude de la Situation Raciale Dans l’Union Sud-Africaine, 25 de agosto de 1954. PROC 902,1PAA 155 – Colonialismo e anticolonialismo – A questão racial, Arquivo Histórico Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), Portugal.

FONSECA, Edson Nery (org). *Gilberto Freyre: Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

GARCIA, José Luís Lima. *Os concursos de literatura e a propaganda colonial nos primórdios do Estado Novo*. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7109.pdf>. Acesso em 22 de fevereiro de 2010.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A modernidade negra. In: *Reunião da ANPOCS*, Caxambu, outubro de 2002.

HAMILTON, Russell G. *Literatura africana, literatura necessária. I-Angola*. Lisboa; Edições 70, 1981.

_____. *Literatura africana, literatura necessária. II- Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições 70, 1984.

HARRIS, Marvin. *Patterns of Race in the Americas*, Nova Iorque: Walker and Company, 1964.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOMEM, Amadeu de Carvalho; TORRAL, Luís Reis. Ideologia salazarista e “cultura popular”: análise da biblioteca de uma casa do povo. *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3º-4º-5º, 1437-1464.

HOWE, Irving. *A política e o romance*. São Paulo: Perspectiva, 1998 (Coleção Estudos).

IANNI, Otávio. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004 [1987].

_____. *As Metamorfoses do Escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. Otávio Ianni: o preconceito racial no Brasil (entrevista). *Estudos Avançados*. vol. 18 nº 50. São Paulo 2004. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php. Acesso em 14 de junho de 2013.

KAJIBANGA, Victor. A crise da racionalidade lusotropicalista e do paradigma da “crioulidade” (o caso da antropossociologia de Angola). In: *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, São Paulo, 22-23, p. 141-156, 1999/2000/2001.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda, Arêas. *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: Edusc, 2003.

LABAN, Michel. *Angola: encontro com escritores*. Vol. 1. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1991.

_____. *Cabo Verde: encontro com escritores*. Vol. 2. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1992.

_____. *Moçambique: encontro com escritores*. Vol. 1. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1998.

LARANJEIRA Pires. *De letra em riste. Identidade, autonomia e outras questões na literatura de Angola, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*. Porto: Edições Afrontamento, 1992 (Coleção Textos/21).

_____. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

_____ (org.). *Negritude africana de língua portuguesa. Textos de apoio (1947-1963)*. Coimbra: Angelus Novus, 2000.

LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre: uma biografia cultural. A formação de um intelectual brasileiro (1900-1936)*. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LEÃO, Ângela Vaz (org.). *Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

LEITE, Ana Mafalda. *A poética de José Craveirinha*. Lisboa: Veja, 1991.

_____. Empréstimos da Oralidade na Produção e Crítica Literárias Africanas. In: *Oralidades & Escritas nas Literaturas Africanas*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

_____. *Literaturas Africanas e formulações Pós-Coloniais*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

LOURENÇO, Eduardo. *A nau de ícaro e imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MACÊDO, Tania; MAQUÊA, Vera. Angola. In: FLORY, Suely Fadul Villibor; SANTILLI, Maria Aparecida (orgs.). *Literaturas africanas de língua portuguesa: marcos e marcas*. São Paulo: Arte e Ciência Editora, 2007.

_____. Moçambique. FLORY, Suely Fadul Villibor; SANTILLI, Maria Aparecida (orgs.). *Literaturas africanas de língua portuguesa: marcos e marcas*. São Paulo: Arte e Ciência Editora, 2007.

MACAGNO, Lorenzo. “Um antropólogo norte-americano no ‘mundo que o português criou’: relações raciais no Brasil e Moçambique segundo Marvin Harris”, *Lusotopie*, 1999, p. 143-161.

_____. Alfred Métraux: antropologia aplicada e lusotropicalismo. Disponível em: <http://etnografica.revues.org/3100?lang=en>. Acesso em 22 de fevereiro de 2014

MACQUEEN, Norrie. As guerras coloniais. In: ROSAS, Fernando & OLIVEIRA, Pedro Aires. *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

MAIO, Marcos Chor. *A História do Projeto UNESCO: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, tese de doutorado, 1999.

_____. “O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da UNESCO”, *Manguinhos: História, Ciências, Saúde*, 1998, V (2), p. 375-412.

_____. “Tempo controverso: Gilberto Freyre e o projeto UNESCO”, *Tempo Social*, 1999, 11 (1): 111-136.

_____. “O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1999, 14 (41), p. 141-158.

_____. Projeto UNESCO: ciências sociais e o “credo racial brasileiro”. *REVISTA USP*, São Paulo, n.46, p. 115-128, junho/agosto 2000.

_____. Tempo controverso: Gilberto Freyre e o projeto Unesco. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/sociologia/tempocial/site/images/stories/edicoes/v111/v11n1a06.pdf>. Acesso em 14 de fevereiro de 2014.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs). *Raça, ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB 1996.

MARGARIDO, Alfredo. *Estudo sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A regra do Jogo, 1980.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *A bem da nação. O sindicalismo português entre a tradição e a modernidade (1933-1947)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Ditadura e ordem internacional: das guerras coloniais à transição democrática portuguesa. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; COSTA, Darc. *Mundo latino e mundialização*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2004.

MATUSSE, Gilberto. *A representação literária da identidade na literatura moçambicana: Cravieirinha*. In: *Scripta*, Belo Horizonte, v.1, n°.1, p. 185-195, 2º semestre, 1997.

_____. *A construção da imagem de moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani Ba Khosa*. Maputo: Livraria Ubiversitária/ U.E.M., 1998.

MEDEIROS, Maria Alice de Aguiar. *Elogio da Dominação – Relendo Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Achamé, 1984.

MEDEIROS, Maria de Fátima Vaz de. Neo-realismo português e o romance de 30 do nordeste. Disponível em: http://docs.paginas.sapo.pt/literatura_comparada/medeiros1997.pdf. Acesso em 18 de outubro de 2011.

MENDONÇA, Fátima. *Literatura moçambicana: a história e as escritas*. Maputo: Editora da Universidade Eduardo Mondlane, 1988.

_____. Para uma periodização da literatura moçambicana. In: *Lua nova, letras, artes & idéias*. Maputo: Associação dos escritores moçambicanos, nº 1, 1988.

MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar: biografia definitiva*. Tradução de Teresa Casal. São Paulo: Leya, 2011.

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra. *O Brasil e o mundo ázio-africano*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

MÉTRAUX, Alfred. “UNESCO and the racial problem”, *International Social Science Bulletin*, 1950, II (3), p. 384-390.

_____. “UNESCO and Anthropology”, *American Anthropologist*, 1951, 53 (2), p. 294-300.

_____. Le Brésil a-t-il réalisé l’harmonie raciale? *UNESCO, Le Courier*, Abril de 1951.

_____. Une enquête sur les relations raciales au Brésil. *UNESCO, Le Courier*, Agosto/Setembro de 1952.

_____. *Le Voudou Haitien*. Paris: Gallimard, 1958.

_____. *Itinéraires I: Carnets de notes et journaux de voyage*. Paris: Payot, 1978.

MONTEIRO, Nuno & COSTA PINTO, António. A identidade nacional portuguesa. In: COSTA PINTO, António (Coordenação). *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote, 2004, p. 51-65.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *A sociedade angolana através da literatura*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

MOTTA, Roberto. Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil. *Estud. afro-asiat.*, no 38. Rio de Janeiro, 12/2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200006. Acesso em 15 de novembro de 2011.

MOTTA, Roberto. Gilberto Freyre, René Ribeiro e o Projeto UNESCO. *Colóquio Internacional O Projeto Unesco no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois*, Janeiro 2004. Disponível em: <http://www.ceao.ufba.br/unesco/07Paper-Motta.htm>. Acesso em 19 de outubro de 2012.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude. Usos e sentidos*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Disponível em: <http://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso em 13 de fevereiro de 2014.

MUNANGA, Kabengele; SERRANO, Carlos. *A revolta dos colonizados. O processo de descolonização e as independências da África e da Ásia*. São Paulo: Editora Atual, 1995.

NETO, Maria da Conceição. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. In: *Lusotopie*, 1997, p. 327-359.

NEVINS, Lawrence. "Brazil and Africa". In: *Journal of Inter-American Studies*, Vol. 6, No. 1 (Jan., 1964), pp. 121-123. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/164935>. Acesso em 07 de fevereiro de 2014.

NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Trad. Lucília Rodrigues & Maria G. Segurado. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997 (Coleção Biblioteca de História).
NOA, Francisco P. S. Da literatura e da imprensa em Moçambique. In: RIBEIRO, F; SOPA, A. (coord.). *140 anos de imprensa em Moçambique: estudos e relatos*. Maputo: AMOLP, 1996, p. 237-241.

NOGUEIRA, Oracy, 1955, "Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo", *Anhembi*, XVIII (53): 279-299.

_____. *As Relações Raciais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp, 1998.

NOGUEIRA, Teresa s' PA. Uma mulher na informação moçambicana. In: RIBEIRO, F.; SOPA, A. (coord.). *140 anos de imprensa em Moçambique: estudos e relatos*. Maputo: AMOLP, 1996, p. 125-129.

NUNES, António. O regime salazarista nos anos sessenta visto pelo jornal Le Monde. In: AAVV. *Do Estado Novo ao 25 de abril*. Revista de História das Idéias (17). Instituto de História e Teoria das Idéias, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1995, p. 481-511.

O Estado de São Paulo. FREYRE denuncia campanha de silêncio contra os seus livros. São Paulo, 31 mar. 1979. Disponível em: http://bvgf.fgf.org.br/portugues/critica/artigos_imprensa/freyre_denuncia.htm. Acesso em 19 de setembro de 2013.

OLIVEIRA, Mário Antonio Fernandes de. *A formação da literatura angolana (1851-1950)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia*. Estudo de Contacto Racial. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1945.

PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e o lusotropicalismo como ideologia do Colonialismo português (1951–1974). In: *Revista UFG*, Junho 2009, Ano XI, nº 6.

_____. Gilberto Freyre e a *intelligentsia* salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951 – 1974). In: *HISTÓRIA*, São Paulo, 28 (1): 2009.

SALAZAR, A.: A Nação na Política Colonial. In: AAVV: *Antologia Colonial Portuguesa*.

PINTO, L. A. Costa. *O Negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998

QUINTAS, Fátima (org). *Anais do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2000.

RABELLO, Sylvio (org). *Gilberto Freyre: cartas do próprio punho sobre pessoas e coisas do Brasil e do estrangeiro*. Departamento de Imprensa Nacional, 1978.

RAMOS, Arthur. *Guerra e Relações de Raça*. Rio de Janeiro, Departamento Editorial da União Nacional dos Estudantes, 1943.

_____. “Os grandes problemas da antropologia brasileira”. In: *Sociologia*, vol. X, nº 4, p. 213-226, 1948.

_____. *O Negro Brasileiro*. Recife: Ed. Massangana, 1988.

_____. *A mestiçagem no Brasil*. Maceió: Edufal, 2004.

RAMPINELLI, Waldir José. *As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

ROSAS, Fernando. A Europa, os Estados Unidos e o Brasil de JK apoiaram a ditadura de Oliveira Salazar. *Universidade e Sociedade*, Brasília, ano XI, nº 26, fevereiro de 2002. Entrevista concedida ao autor. Lisboa, 25 de junho de 2001.

SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. 5ª ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1979.

SARDINHA, António. O Pan-Hispanismo. In: *Contemporânea*. Vol I. Nº 1, 2 e 3. Maio, junho e julho de 1922.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Charles Boxer (contra Gilberto Freyre): raça e racismo no Império Português ou a erudição histórica contra o regime salazarista*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862013000200001#_ednref3. Acesso em 06 de janeiro de 2016.

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL. *O Império colonial português*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1942.

SECRETARIADO DA INFORMAÇÃO. *Salazar Says*. Lisboa, 1962, p. 6.

SILVA, Alex Gomes da. *Cultura luso-brasileira em perspectiva: Portugal, Brasil e o projeto cultural da revista Atlântico (1941-1945)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) - USP, 2011.

SILVA, Manoel de Souza. *Do alheio ao próprio: a poesia em Moçambique*. São Paulo: EDUSP, 1996.

SOROMENHO, Castro. *A Chaga*. Lisboa: Edições Cotovia, 2008.

_____. *Viragem*. Lisboa: Edições Cotovia, 2008.

_____. *Terra Morta*. Lisboa: Edições Cotovia, 2008.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco*. Rio de Janeiro-São Paulo, Paz e Terra, 1989.

SOUSA, Carla Maria Ferreira. Noémia de Sousa: Modulação de uma escrita em turbilhão. In: *Revista África e Africanidades* - Ano I - n. 1 – Maio. 2008.

STOLCKE, Verena, 1998, “Brasil: uma nação vista através da vidraça da raça”, *Revista de Cultura Brasileira*, 1: 207-220.

TANNENBAUM, Frank. *Slave and citizen*. Boston: Beacon Press, 1992.

TENREIRO, Francisco. *A ilha de São Tomé*. Lisboa: Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, 1961.

THOMAS, Omar Ribeiro. Do saber colonial ao Luso-Tropicalismo: “raça” e “nação” nas primeiras décadas do salazarismo. In: MAIO, Marcos C. E SANTOS, Ricardo V. (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. p. 85-106.

_____. Uma retórica luso-tropical. In: *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 12/03/2000.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TUNA, Gustavo Henrique. *Gilberto Freyre: Entre tradição & ruptura*. São Paulo: Cone Sul, 1999.

UNAMUNO, Miguel de. *El porvenir de España y los españoles*. Espanha: Editorial Espasa-Calpe 1973.

VALENTIN, Alexandre. Portugal em África (1825-1974): uma perspectiva global. In: *Penélope*, nº 11, 1993, p. 53-66.

VELLINHO, Moysés. A valorização do português na obra de Gilberto Freyre. In: ALCÂNTARA, Marco Aurélio de; AMADO, Gilberto; AMADO, Jorge (et. al). *Gilberto Freyre: sua crença, sua filosofia, sua arte*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962.

VIANNA, Luiz W. A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj, 1997.

VIANNA, Oliveira. *Raça e Assimilação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

WAGLEY, Charles (ed). *Race and Class in Rural Brazil*. Paris, UNESCO, 1952.

_____. “Alfred Métraux, 1902-1963”, *American Anthropologist*, 1964, 66 (3): 603-613.

FONTES

Diário de Pernambuco. Recife, outubro de 1924 a setembro de 1975. *Fundação Gilberto Freyre; Fundação Joaquim Nabuco*.

O Cruzeiro. Rio de Janeiro, janeiro de 1950 a novembro de 1965. *Fundação Gilberto Freyre*.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, outubro de 1945 a abril de 1976. *Fundação Gilberto Freyre*.

FREYRE, Gilberto. “Elimination des Conflits et Tensions Entre Las Races: Méthodes employées dans diverse pays notamment ceux où les conditions se rapprochent le plus de la situation dans l’Union Sud-Africaine,” Nations Unies Assemblée Generale, Comission des Nations Unies Pour l’Etude de la Situation Raciale Dans l’Union Sud-Africaine”, 25 de agosto de 1954. Portugal. AHD-MNE. Ministério do Ultramar. Gabinete de Negócios Políticos- Repartição de Negócios Políticos. Gilberto Freyre, 1954.

FREYRE, Gilberto. “Uma política transnacional para o Brasil de hoje”. Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 1960, p. 30. Portugal. AHD-MNE. Ministério do Ultramar. Gabinete de Negócios Políticos- Repartição de Negócios Políticos. Gilberto Freyre, 1960

FREYRE, Gilberto. “Uma área de civilização em desenvolvimento: a Hispanotropical”. In: X Reunion Internacional del CEDI (Centro Europeu de Documentação e Informação). *El Occidente em esta hora de iberoamérica*. Madrid, 7 a 9 de julho de 1961, p. 7. Portugal. AHD-MNE. Ministério do Ultramar. Gabinete de Negócios Políticos- Repartição de Negócios Políticos. Gilberto Freyre, 1961.

ARQUIVOS

Fundação Gilberto Freyre. Arquivo Documental: Série Produção Intelectual (1918-1987). Recife-PE.

Fundação Joaquim Nabuco. Sessão Microfilmes (1918-1977). Recife-PE.

Arquivo Histórico e Diplomático. Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD-MNE). Ministério do Ultramar. Gabinete de Negócios Políticos- Repartição de Negócios Políticos. Gilberto Freyre, 1961. Lisboa-PT.